



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

BRUNO CASSEB PESSOTI

***AJUNTAR MANUSCRITOS, E CONVOCAR ESCRITORES:
O DISCURSO HISTÓRICO INSTITUCIONAL NO SETECENTOS
LUSO-BRASILEIRO***

Salvador
2009

BRUNO CASSEB PESSOTI

***AJUNTAR MANUSCRITOS, E CONVOCAR ESCRITORES:*
O DISCURSO HISTÓRICO INSTITUCIONAL NO SETECENTOS
LUSO-BRASILEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria José Rapassi Mascarenhas

Salvador
2009

-
- P475 Pessoti, Bruno Casseb
Ajuntar manuscritos, e convocar escritores: o discurso histórico institucional no setecentos luso-brasileiro. -- Salvador, 2009.
282 f.
Orientadora: Profª Drª. Maria José Rapassi Mascarenhas
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.
1. Brasil – colônia. 2. História da América portuguesa – século XVIII. 3. Academia Brasílica dos Acadêmicos Renascidos. I. Mascarenhas, Maria José Rapassi. II. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.


BRUNO CASSEB PESSOTI

AJUNTAR MANUSCRITOS, E CONVOCAR ESCRITORES:
O DISCURSO HISTÓRICO INSTITUCIONAL NO SETECENTOS
LUSO-BRASILEIRO

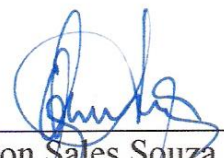
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Aprovada em 21 de julho de 2009.


BANCA EXAMINADORA



Maria José Rapassi Mascarenhas – Orientadora
Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo
Universidade Federal da Bahia



George Evergton Sales Souza
Doutor em História Moderna e Contemporânea pela Université de Paris IV
Universidade Federal da Bahia



Iris Kantor
Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo
Universidade de São Paulo

Dedico este trabalho aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Antes de qualquer coisa eu gostaria de agradecer aos meus pais por tudo que sempre fizeram por mim. Tive o privilégio de contar com o pleno apoio em casa para me dedicar exclusivamente à elaboração desta dissertação. Meus pais, sempre compreensivos e generosos com a minha situação de mestrando, foram indispensáveis em toda a minha trajetória. A bem da verdade há muito venho contando com a compreensão e generosidade dos meus pais em todos os departamentos da minha vida. Tenham certeza, mãe e pai, que este trabalho é o mínimo que posso dedicar-lhes depois de tudo quanto tenho recebido de vocês, em todos os sentidos, ao longo de todos esses anos.

Na companhia do meu querido irmão Gustavo, muitas vezes recorri à história de nossa infância e de outros tempos pretéritos que vivemos juntos, quando a vida era mais tranqüila e com menos inquietações. Agradeço a ele por esses momentos que eu usei como uma espécie de escapismo que me preparava para a volta à realidade e ao trabalho.

Diferentemente do que as representações convencionais sugerem, tenho uma relação muito boa com D. Rita, minha sogra, que muito ajudou no andamento da minha pesquisa das mais diversas formas, pelo que sou muito grato. Agradeço também às minhas lindas enteadas, que foram algumas das principais vítimas dos meus momentos de mau humor nestes últimos dois anos. Minhas queridas Bia e Jú, obrigado por toda paciência e carinho com esse padraço tão relapso.

Pelo curso dos últimos doze anos tenho desfrutado da companhia inestimável de amigos sinceros com quem eu sei que posso contar sempre. Agradeço aos meus três amigos de todas as horas Ayla, Pingo e Melk, que incontáveis vezes me fizeram companhia pelas madrugadas em que eu trabalhava para terminar de escrever essa dissertação.

Alguns professores do Departamento de História da Universidade Federal da Bahia são depositários incontestes da minha gratidão. Agradeço à professora Maria José Rapassi Mascarenhas, que orientou este trabalho, sempre disposta a ajudar, fosse com suas contribuições teóricas, ou com livros do seu acervo particular, alguns dos quais completaram mais de dois aniversários em minha casa. Agradeço, igualmente, à professora Lina Maria Brandão de Aras pela amizade, pelas sugestões, pelos livros, pelas críticas que fez ao projeto que deu origem a este trabalho, pela disponibilidade de ajudar sempre que havia necessidade, inclusive nas diversas ocasiões em que requeri seu auxílio em assuntos que escapavam aos domínios da produção histórica. Agradeço, em três vias, ao professor Evergton Sales, pelas

sugestões, pelos contatos que através dele entabulei com outros historiadores e pelos livros que me emprestou.

Tive o privilégio de contar com o auxílio de outros profissionais da História, que muito contribuíram para o andamento da minha pesquisa. Agradeço à professora Íris Kantor pelas várias sugestões que me deu. Suas observações, feitas quando da redação do projeto que eu submeti à seleção do mestrado, e suas críticas, concernentes aos capítulos que submeti à sua avaliação, foram extremamente relevantes para a determinação dos rumos que a pesquisa tomaria. À professora Isabel Ferreira da Mota, agradeço pela gentileza de me ter enviado uma cópia do seu livro sobre a Real Academia da História Portuguesa, indispensável para as discussões que eu propus em toda minha dissertação, e pelas suas considerações sobre as linhas teóricas que nortearam a minha pesquisa. Aos professores Carlos Eduardo Moraes, Luis Carlos Villalta e Oswaldo Munteal Filho e à professora Cláudia Beatriz Heynemann agradeço por terem me enviado cópias de seus doutoramentos, trabalhos que contribuíram consideravelmente para minhas reflexões sobre o saber e sua circulação no universo luso-brasileiro setecentista. Agradeço ao professor Marco Antonio Nunes pelos livros que me emprestou e, também, ao professor Roque Felipe pela guarida confortável que nos deu quando estivemos em Vitória da Conquista e pelos livros que colocou à nossa disposição.

Eu acabei aproveitando do fato de que algumas pessoas minhas conhecidas viajaram para dar seguimento às suas pesquisas em Portugal, e garimpar algumas obras fundamentais para minhas reflexões. Pelos livros que me trouxeram quando de suas respectivas viagens a terras portuguesas agradeço à professora Graça Teixeira e ao colega Moreno Pacheco.

Agradeço a Paulo e D. Marta pela experiência e pelos conhecimentos que ameei com ambos quando fui estagiário na Fundação Clemente Mariani.

Agradeço ao meu amigo Caio Figueiredo Adan pelos documentos que me sugeriu, pelos que me concedeu e pelas conversas, sempre tão instigantes, sobre o período colonial. A Fabinho Baqueiro e Cris, agradeço, pelos livros, pelos textos e pelas sugestões.

Minhas pesquisas foram sempre muito facilitadas em todos os arquivos e instituições nas quais fui buscar documentos e outras referências. Só tenho a agradecer aos funcionários da Fundação Clemente Mariani, agradecimento que personifico nas figuras de D. Graça e D. Lúcia. Aos funcionários da biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, D. Marina, D. Hozana, D. Lúcia, Sr. Davi, Andréia e Dilzanar. Aos funcionários do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, sobretudo a Lindijane e ao Sr. Fernando. Aos funcionários do Arquivo Público do Estado da Bahia. Aos funcionários da Fundação Gregório de Matos. Aos funcionários do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. E, por fim, aos

funcionários da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, especialmente a Albert Catharino e à D. Ângela pela atenção e cordialidade.

Não seria exagero de minha parte dizer que sem Vanessa, amor da minha vida, esse trabalho não teria ficado pronto. Essa é a verdade pura e simples. Vanessa foi mais do que uma companheira de todas as horas. Se não fossem as várias vezes em que ela deixou de lado seus afazeres – inclusive sua própria dissertação de mestrado – para me auxiliar das formas mais diversas que se possa imaginar, e minha dissertação não teria chegado ao fim, certamente não dentro desse prazo. Recordo-me das inúmeras vezes em que ela me ajudou a colocar no computador o que eu havia rabiscado, impossibilitado que estava de digitar por ter quebrado a mão que eu utilizava pra quase tudo. Mas, o episódio que eu considero como momento definitivo para a materialização desta dissertação nos moldes em que ela se encontra agora, foi o da digitação do que estava escrito no *caderninho vermelho*. Esse caderno continha as análises que eu havia feito com base nos documentos e na bibliografia consultados por mim ao longo de quase dois anos de pesquisa. O processo de transformar as idéias do caderno nos capítulos não foi apenas materializado com a ajuda da minha fiel companheira, como foi iniciado graças à sua insistência. Ela que não se cansava de me alertar o quanto o tempo passava depressa. Esses foram apenas alguns dos episódios em que a participação de Vanessa foi decisiva para o curso do meu trabalho. Não tenho dúvidas de que essa dissertação não teria ficado pronta sem você. Sei que não é muito, mas quero que você saiba que ela é sua também, assim como minha gratidão por tanta generosidade para comigo. Valeu Nêssa, por tudo.

Agradeço ao CNPq que financiou esta pesquisa e que muito me ajudou a custeá-la.

Reitero que o resultado desta pesquisa é de minha inteira responsabilidade.

Manifestam pouca cultura os viajantes que zombam dos costumes e dos conceitos dos povos que os acolhem.

Thomas Mann

RESUMO

Esse trabalho se detém sobre a produção intelectual da Academia Brasileira dos Acadêmicos Renascidos, instituição fundada na Bahia, em 1759, que tinha como principal objetivo escrever a história geográfica e natural, política e militar, eclesiástica e secular da América portuguesa. A Academia dos Renascidos congregou membros das elites locais, bem como, das elites de outras regiões da América lusa, os primeiros na condição de sócios numerários e os últimos na de correspondentes. Através da produção intelectual destes indivíduos identificamos a defesa da legitimidade da soberania portuguesa em suas terras do continente americano e a busca por mercês, como alguns dos principais usos do discurso histórico durante o século XVIII luso-brasileiro. Além dos estatutos e das propostas de pesquisa elaborados pelo congresso renascido, analisamos três obras, de três acadêmicos distintos, buscando nelas alguns dos elementos definidores das práticas de escrita da história setecentista luso-brasileira. Optamos pelas obras de três acadêmicos com formações diferentes e que se debruçaram sobre aspectos distintos da realidade brasileira: um religioso da Ordem franciscana, Antonio de Santa Maria Jaboatão, um engenheiro, José Antônio Caldas e um tenente-coronel, José de Miralles.

Palavras-chave: Academia dos Renascidos; história da América portuguesa; século XVIII.

ABSTRACT

This work is detained in the intellectual production of the Academia Brasileira dos Renascidos. This institution was founded in Bahia, in 1759 and its principal objective was to write the geographical and natural, political and military, ecclesiastical and secular history of Portuguese America. The Academia dos Renascidos brought together members of the local elites, as well as, of the elites of other regions of Portuguese America, the former as Academy members and the last in the condition of writer members. Through the intellectual production of these individuals, we identify the defense of the legitimacy of the Portuguese sovereignty in its possession of the American continent and the search of mercy as some of the main uses of the historical speech during the Luso-Brazilian century XVIII. Besides the statutes and the proposals prepared by the *renascido* congress, we analyzed three masterpieces, of three different academics, looking in them for some of the defining elements of the practices of writing the history during the period. We elected the work of three academics with different formations with different approaches of the “brasílic” reality: a monk of the Franciscan Order, Antonio de Santa Maria Jaboatão, an engineer, José Antônio Caldas, and a lieutenant-colonel, Jose de Mirales.

Keywords: Academia Brasileira dos Renascidos; history of Portuguese America; eighteen century.

RÉSUMÉ

Ce travail s'occupe de la production intellectuelle de l' Academia Brasílica dos Acadêmicos Renascidos, institution fondée à Bahia, dans l'année 1759, qu'avait comme principal objectif d'écrire l'histoire géographique et naturelle, politique et militaire, ecclésiastique et séculière de l'Amérique portugaise. L' Academia dos Renascidos a réuni membres des élites locaux, bien comme, des élites des autres régions de l'Amérique luso-brésilienne, les premiers comme membres numéraires et les derniers comme correspondants. À travers la production intellectuelle de ces individus on peut identifier la défense de la légitimité de la souveraineté portugaise dans les terres du continent américain et la recherche pour faveurs, comme deux des principaux usages du discours historique pendant le cours du XVIII^e siècle luso-brésilien. Au-delà des statuts et des propositions de recherches historiques élaborées pour les congrès *renascido*, on analyse ici trois ouvrages, de trois académiciens distincts, à la recherche des éléments définisseurs des pratiques de l'écriture historique septcentiste luso-brésilienne. On a choisi les œuvres de trois académiciens de formations différentes qui s'occupèrent des aspects distincts de la réalité historique de l'Amérique portugaise: un religieux de l'Ordre franciscain, Antonio de Santa Maria Jaboatão, un ingénieur, José Antonio Caldas et un tenent-colonel, José de Miralles.

Mots-clé: Academia dos Renascidos; histoire de l'Amérique portugaise; XVIII^e siècle.

LISTA DE ABREVIATURAS

AAPEB	Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia
APEB	Arquivo Público do Estado da Bahia
BMSB	Biblioteca do Mosteiro de São Bento de Salvador
BNRJ	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
BNRJ/MN	Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
CEB	Centro de Estudos Baianos
FCM	Fundação Clemente Mariani – Salvador
FGM	Fundação Gregório de Matos – Salvador
IGHB	Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
RIGHB	Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia
RIHGB	Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
 CAPÍTULO I AS ACADEMIAS DE HISTÓRIA E AS PROPOSTAS DE LEGITIMAÇÃO DA SOBERANIA PORTUGUESA	 21
A Academia dos Renascidos e as novas bases da secularização: a produção histórica como recurso legitimador.....	21
A gênese da produção histórica institucional e alguns de seus desdobramentos	30
A versão lusitana da produção coletiva do discurso histórico	41
 CAPÍTULO II A ACADEMIA DOS RENASCIDOS POR DENTRO	 50
As engrenagens institucionais da produção intelectual renascida e o direcionamento das atividades acadêmicas	50
Produção individual, mérito coletivo	60
O papel de José Mascarenhas e as funções administrativas renascidas: apropriação colonial do modelo metropolitano	63
As mercês e a relativização das razões fundadoras	69
Fins e meios de algumas propostas de ‘redescoberta’ brasileira	77
 CAPÍTULO III A ILUSTRAÇÃO E SUAS INCIDÊNCIAS NO TERRITÓRIO PORTUGUÊS	 87
Caminhos e descaminhos do pensamento ilustrado: uma trajetória multissecular	87
A Ilustração e as ciências da natureza: conhecer, transformar e converter o mundo natural em dividendos	101
Ilustração ibérica: de mensageiros do Renascimento a consumidores do Iluminismo	106
Os moldes assumidos pela Ilustração em Portugal	111
O papel dos estrangeirados na difusão das luzes em Portugal	118
 CAPÍTULO IV A ILUSTRAÇÃO LUSO-BRASILEIRA SOB OS AUSPÍCIOS DO REFORMISMO POMBALINO	 127
Ciência e poder: o saber a serviço do fortalecimento do poder régio e da busca por divisas na América portuguesa	127
As apropriações ecléticas do iluminismo em Portugal e sua difusão ultramarina	137
Aspectos da Ilustração na Academia Brasileira dos Acadêmicos Renascidos	144
O indígena como objeto do discurso ilustrado ou as adaptações brasileiras de modelos europeus	151

CAPÍTULO V JABOATÃO E A FRANCISCANIZAÇÃO DA HISTÓRIA BRASÍLICA	157
O historiador franciscano e os fundamentos de sua produção histórica	157
As capitanias e as demarcações geopolíticas e religiosas da lusitanidade brasílica	175
O Maranhão – Grão-Pará e os embates entre as representações primaciais de jesuítas e franciscanos	184
 CAPÍTULO VI JOSÉ ANTÔNIO CALDAS E AS NOVAS BASES DA SECULARIZAÇÃO	 196
O engenheiro historiador	196
O governo eclesiástico e as formas pragmáticas da historicização religiosa	198
O governo civil: a lusitanização através da instalação burocrática e da submissão jurídica das terras do Novo Mundo	212
O governo militar: os números como prova da eficácia das armas	223
 CAPÍTULO VII JOSÉ DE MIRALES E A TRAJETÓRIA MILITAR DO BRASIL COLONIAL	 234
O tenente renascido e as razões da sua produção histórica	234
Produção intelectual e requisição de mercês: duas faces da mesma moeda	236
A conquista da terra como vontade dos reis e obra dos vassalos	241
O fim das guerras de invasão e o papel dos funcionários da folha militar	249
Quando os soldados viraram números: a representação militar da América portuguesa setecentista	259
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 268
 LISTA DE FONTES	 270
 REFERÊNCIAS	 271

INTRODUÇÃO

*Até certo ponto, parece possível ver, no movimento intelectual, o esforço do Estado metropolitano para equacionar suas soluções.*¹

Esta dissertação é o resultado de uma pesquisa iniciada no curso de bacharelado. De início, pensávamos em lançar alguma luz sobre a produção intelectual da Academia Brasílica dos Acadêmicos Renascidos, fundada na Bahia no ano de 1759, enaltecendo sua configuração como centro de sociabilidade que marcou o cenário reformista do consulado pombalino na América portuguesa.

Nossa idéia era promover o diálogo entre a história e um tipo específico de literatura não ficcional, que foi a principal contribuição intelectual legada pelos renascidos ao universo cultural luso-brasileiro setecentista, partindo da premissa de que o mundo pode ser interpretado de diversas formas, a partir de leituras diferentes que dão origem a representações diversificadas do mesmo². Diante disso, pretendíamos analisar a construção de um mundo específico, que poderia ser compreendido a partir do que dele nos falaram membros das elites agrupadas em torno do grêmio renascido. Quais teriam sido as representações que fizeram de seu próprio mundo estes historiadores *avant la lettre*?

As representações estão indelévelmente ligadas aos interesses dos grupos que as formulam³, razão pela qual devemos associar os discursos à origem social dos indivíduos que os proferiram. E é através desse discurso, que evidencia a leitura de um grupo no qual os indivíduos se inserem, que poderemos entender as representações que este elabora e suas tentativas de fazer desta uma leitura dominante. Seria a tentativa de imposição de uma mundividência calcada nas formas simbólicas⁴ que se constroem socialmente. No caso do nosso objeto de estudo, a tentativa de impor representações culturais através da produção intelectual escrita.

Considerando que a análise do discurso permite a identificação das apreensões que um grupo faz do mundo no qual vive, e que esta técnica vem sendo experimentada na análise de

¹ NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo, Hucitec, 1981, p. 239.

² Adotamos conceitos segundo os quais as representações são consideradas entes sociais responsáveis pela criação de signos através dos quais o mundo pode ser lido e entendido, além de ter o poder de conferir identidade aos diferentes grupos, delimitando as ações ou papéis sociais a serem desempenhados pelos indivíduos. Ver CHARTIER, Roger. *À beira da falésia*. Porto Alegre, Ufrgs, 2002, p. 72-76.

³ CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Lisboa, Difel, 1993, p. 17.

⁴ Por formas simbólicas entendo “todas as categorias e processos que constroem o mundo como representação.” In: Ibidem, p. 15.

obras literárias para a construção da narrativa histórica, tentamos colocá-la em prática para ter acesso ao entendimento das representações e apropriações que um grupo específico de letrados do século XVIII fazia da sociedade na qual estava inserido. A diferença neste trabalho, é que não nos debruçamos sobre obras de ficção, e sim sobre produções que tinham por finalidade ‘averiguar a verdade’, atinentes à história *eclesiástica e secular, geográfica e natural, política e militar*⁵, e associadas a uma academia histórica com suas “competências, códigos e convenções próprias.”⁶

Dáí o objetivo de buscar as representações construídas pelos acadêmicos renascidos e a nossa expectativa de que essa busca ajudasse a traçar um quadro a ser inserido no rico panorama intelectual do século XVIII luso-brasileiro. Por isso a escolha dos acadêmicos a serem analisados privilegiou as obras do frade menor Antônio de Santa Maria Jaboatão, do engenheiro José Antônio Caldas e do tenente-coronel José de Mirales, homens que pela formação distinta, certamente, contemplariam fatos e aspectos diversificados da história da América portuguesa, calcados em diferentes visões de mundo. Procuramos entender os elementos subjacentes à suas respectivas análises e descrições históricas, que os tornaram dignos de méritos e distinções em seu tempo. Além disso, pretendíamos compreender as representações e apropriações utilizadas pelos autores, para que seus pares se enxergassem em suas páginas, e, mais, visualizassem nelas seu protótipo de sociedade.

Alberto Lamego disse ainda em 1923 que “pouco, muito pouco, se tem publicado sobre a Academia Brazilica dos Renascidos, fundada na Bahia em 1759.”⁷ Ainda em fins do último decênio do século passado, em sua tese de doutorado, Carlos Eduardo Moraes, advertia que, “na verdade, não se avança muito em relação a um estudo sistemático das academias.”⁸ Essas sentenças continuam atuais. Poucos esforços têm sido feitos no sentido de trazer o movimento academicista ao centro do debate historiográfico brasileiro. A imensa maioria dos trabalhos que o escolhem como tema de análise se dedica a estudar-lhes os caracteres lingüísticos e/ou morfossintáticos. O trabalho de Íris Kantor, que nas palavras da própria autora, tentou “identificar as dinâmicas sociais e políticas subjacentes ao processo de

⁵ Referência à subdivisão dos estudos históricos proposta pelos estatutos da academia. O parágrafo primeiro dos estatutos foi uma determinação “Para se escrever a Historia eclesiastica e secular, geografica e natural, politica e militar, emfim uma Historia Universal de toda a America Portuguesa.” FBN, seção de manuscritos – 04, 03, 007. Estatutos da Academia Brasilica dos Acadêmicos Renascidos, estabelecida na cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos, capital de toda a América portuguesa, da qual há de escrever a História Universal. Salvador, 21 de julho de 1759.

⁶ CHARTIER, Roger. *Do palco à página*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2002, p. 109.

⁷ LAMEGO, Alberto. *A Academia Brazilica dos Renascidos*. Bruxelas, D’Art Gaudio, 1923, p. 7.

⁸ MORAES, Carlos Eduardo Mendes de. *A Academia Brasilica dos Esquecidos e as práticas de escrita no Brasil Colonial*. 1999. 271 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999, p. VI.

formação da historiografia acadêmica luso-americana setecentista”⁹ pode ser apontado como uma grata exceção. O universo das academias constitui um campo aberto à espera de historiadores que decidam se debruçar sobre seus documentos.

Este trabalho pretende trazer a Academia dos Renascidos ao centro do debate historiográfico, e em seu rastro um episódio importante da história do movimento academicista luso-brasileiro: o surgimento dos congressos que, durante o século XVIII, se direcionaram à produção de obras históricas. Buscamos mapear as formas através das quais a luta pela confirmação da legitimidade da soberania portuguesa no Brasil se manifestou nas propostas de pesquisa elaboradas pelo congresso renascido e nas obras de três de seus membros.

Almejávamos empregar a literatura, como sugeriu Sandra Pesavento¹⁰, para chegar ao imaginário de uma outra época, no nosso caso a Bahia do século XVIII. Para isso escolhemos três membros renascidos e buscamos em suas obras as premissas do discurso histórico proposto pela Academia. A seleção desses acadêmicos obedeceu a alguns critérios. Antes do mais, buscávamos membros que houvessem ocupado funções sociais diferentes na sociedade colonial, o que certamente nos colocaria perante personagens que privilegiariam aspectos distintos da história brasílica. Além disso, seria imperioso encontrar dentro dessa diversidade, acadêmicos que tivessem escrito obras em consonância com as determinações estatutárias da Academia. Diante destas perspectivas selecionamos três acadêmicos: um religioso, um engenheiro e um militar que escreveram sobre aspectos diferentes da realidade histórica da América portuguesa. Então, questionamos: em que medida o franciscano Antonio de Santa Maria Jaboatão, o engenheiro militar José Antonio Caldas e o tenente-coronel José de Mirales estruturaram seu discurso nas bases legitimadoras apregoadas pela Academia Brasílica dos Acadêmicos Renascidos? Baseamo-nos nas obras *Novo Orbe Seráfico Brasílico* de Jaboatão, *Notícia Geral de toda esta Capitania da Bahia desde seu descobrimento até o presente ano de 1759* de Caldas e *História Militar do Brasil* de Mirales para buscar as respostas. Três acadêmicos, três propostas legitimadoras sancionadas pela Academia dos Renascidos, que analisamos, respectivamente, nos capítulos V, VI e VII. Nosso objetivo era incrementar o estudo sobre a Academia dos Renascidos a partir de uma crítica que colocaria obras mais vultosas de alguns de seus membros na condição de fontes documentais privilegiadas. Acreditávamos que a análise dessas obras poderia mostrar como fora representada na prática a

⁹ KANTOR, Íris. *Esquecidos e Renascidos*. São Paulo/Salvador, Hucitec/CEB, 2003, p. 17.

¹⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & literatura: uma nova-velha história*. In: COSTA, Cléria Botelho da e MACHADO, Maria Clara Tomaz. *História e Literatura: identidades e fronteiras*. Uberlândia, Edufu, 2006, p. 14.

proposta estatutária elaborada pelo congresso renascido. Se isso se confirmou ou não é o que veremos nos capítulos a seguir.

Ajuntar manuscritos, e convocar Escritores. Manuel Caetano de Souza balizou nestes termos os pré-requisitos necessários para que a história de Portugal fosse escrita em bases institucionais,¹¹ dando origem, com o beneplácito régio, à Real Academia da História Portuguesa, em dezembro de 1720. Em grande medida esse ideal foi transplantado para a América lusa por José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo quando da fundação da Academia dos Renascidos, em 1759. Como veremos, a correlação entre os dois grêmios é flagrante. Não apenas nos objetivos políticos associados aos seus projetos intelectuais, como também na própria organização burocrática e estatutária. Para entendermos o que une as duas academias é necessário – mas não suficiente – saber que Mascarenhas, enquanto membro da primeira fundou a segunda. Há que se considerar, ainda, o peso das particularidades brasílicas na conformação da instituição renascida.

Os sete capítulos que se seguem e dão corpo ao trabalho encontram-se divididos em duas partes. A primeira engloba os quatro primeiros capítulos e a segunda os três últimos.

No *capítulo I* apresentamos alguns dos fatos mais importantes dos séculos XVII e XVIII em Portugal que contribuíram para o desenvolvimento da disciplina histórica e sua posterior utilização como ferramenta legitimadora da soberania portuguesa pelos lusitanos. Mostramos as formas e os veículos através dos quais o discurso histórico se aprimorou e difundiu durante os seiscentos e setecentos no continente europeu, chegando à produção coletiva elaborada por três academias de história fundadas no século XVIII no universo luso-brasileiro. Assim, tentamos situar o contexto do aparecimento dessas três academias históricas, buscando a origem do seu discurso legitimador e os liames que relacionaram suas ações intelectuais.

No *capítulo II* discutimos o funcionamento da Academia dos Renascidos tentando evidenciar seus objetivos e procedimentos político-administrativos e elencamos os temas eleitos pelos acadêmicos para a elaboração dos trabalhos históricos e suas relações com os objetivos legitimadores acalentados pelo congresso renascido. Tentamos evidenciar nesse capítulo alguns dos papéis que a Academia assumiu que transcenderam suas funções de centro produtor de dissertações históricas de cariz legitimador. Além disso, apresentamos os estatutos e as propostas de pesquisa da Academia, procurando neles evidências da sociedade

¹¹ MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra, Minerva, 2003, p. 55.

que a viu nascer e buscando situar sua produção intelectual no universo político e cultural setecentista.

O *capítulo III* se configurou como um esforço para trazer ao debate a inserção das premissas ilustradas no mundo cultural lusitano durante o século XVIII. Para tanto, fizemos duas breves digressões no tempo: a primeira para buscar algumas origens e bases do pensamento ilustrado no continente europeu; a segunda para discutir como esse pensamento havia chegado à Península Ibérica, sobretudo em Portugal, até meados do século XVIII. O percurso se pautou na busca de alguns elementos que caracterizaram o universo intelectual europeu e os que especificaram a realidade cultural portuguesa entre os séculos XVI e XVIII. A maior ênfase recaiu sobre os setecentos por ter sido o século em que o Iluminismo desenvolveu ao máximo suas idéias-força.

No *capítulo IV*, abordamos os elementos que facilitaram e os que entravaram o advento do ideário ilustrado em Portugal, e conseqüentemente no Brasil, durante o consulado pombalino. Essa separação se deveu, principalmente, ao fato da Academia dos Renascidos ter sido fundada durante o reinado de D. José I. Daí a perspectiva de perscrutar o advento do pensamento ilustrado em Portugal nesse período específico para refletir sobre as possibilidades de transposição de alguns desses ideais para o Brasil. Nossa intenção foi colocar no epicentro da discussão uma questão: seria possível as propostas de pesquisa elaboradas por uma academia brasílica de 1759 terem sido influenciadas por premissas ilustradas?

Nos quatro primeiros capítulos nos serviram de fonte, basicamente, os estatutos acadêmicos e as propostas de pesquisa da Academia dos Renascidos. Assim, antes de analisarmos as obras de alguns de seus sócios tentamos evidenciar as principais características de sua proposta legitimadora e suas tentativas de conferir mais inteligibilidade à América portuguesa.

O *capítulo V* foi dedicado à obra *Novo Orbe Brasílico Seráfico ou Chronica dos Frades Menores da Provincia do Brasil*, do acadêmico renascido Antonio de Santa Maria Jaboatão. Esse autor, que também fora membro da Academia dos Esquecidos, escreveu um trabalho histórico monumental tendo como eixo a instalação da Ordem Franciscana na América portuguesa. Nosso objetivo foi analisar em que medida ele se utilizou das premissas legitimadoras que fundamentaram as propostas da Academia dos Renascidos para lastrear seu discurso histórico.

No *capítulo VI* tratamos da *Notícia Geral de toda esta Capitania da Bahia desde seu descobrimento até o presente ano de 1759* do engenheiro José Antonio Caldas. A obra de

Caldas se pautou no arrolamento de todas as instituições políticas, eclesiásticas e militares fundadas para organizar a exploração da América lusa e na listagem detalhada de todos os cargos criados para viabilizar o funcionamento dessas instituições. Tentamos averiguar de que maneira a comunhão das listas de instituições com a apresentação dos fatos históricos que marcaram sua instalação no Brasil, atendeu aos requisitos inerentes à história preconizada pelo congresso renascido.

No *capítulo VII* analisamos a obra *História Militar do Brasil*, do tenente-coronel Jose de Mirales. Em seu trabalho, Mirales priorizou a descrição dos postos mais importantes da hierarquia militar brasileira e a demonstração dos militares que ocuparam os cargos de oficiais no Brasil. Além disso, o autor se dedicou a narrar as notícias históricas referentes a alguns dos principais eventos da trajetória bélica da colônia lusa no continente americano. Buscamos as ligações entre as propostas renascidas de confecção de uma história militar da América portuguesa e a narrativa histórica elaborada pelo tenente-coronel Mirales, nessa que foi a primeira síntese de história militar escrita sobre o Brasil.

Outras fontes referentes à produção e à atuação política, intelectual e social da Academia dos Renascidos deverão ser perscrutadas por pesquisadores que se interessem pelo tema. Com este trabalho pretendemos colaborar para o enriquecimento do debate atinente ao grêmio renascido, enfatizando a sua contribuição intelectual diante da produção cultural do século XVIII na Bahia, e ajudar a preencher uma lacuna da nossa produção historiográfica. Mantemos a expectativa de que os estudos referentes ao período colonial venham, num futuro não muito distante, a ocupar um lugar de maior relevo dentro da produção historiográfica baiana.

CAPÍTULO I

AS ACADEMIAS DE HISTÓRIA E AS PROPOSTAS DE LEGITIMAÇÃO DA SOBERANIA PORTUGUESA

A Academia dos Renascidos e as novas bases da secularização: a produção histórica como recurso legitimador

Após a recuperação da soberania pela Casa de Bragança (1640), inúmeras foram as iniciativas portuguesas tomadas no sentido de assegurar a independência e ter reconhecida a autonomia por seus vizinhos que ajudariam a legitimar a nova dinastia. Novas instâncias administrativas foram criadas para que o império colonial voltasse a funcionar segundo diretrizes estabelecidas por Lisboa,¹² e muitos acordos foram firmados com o intuito de inserir os lusitanos no equilíbrio que se delineava na Europa, que ainda aguardava o desfecho da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). Joaquim Veríssimo Serrão afirma que a defesa da Restauração foi conduzida em dois grandes sentidos: “a protecção militar das fronteiras e o envio de embaixadores para as principais cortes europeias.”¹³

A realidade das relações diplomáticas que Portugal apresentou pelo resto do século XVII e pelas primeiras décadas do XVIII esteve intimamente associada ao sem número de acordos assinados com Inglaterra, França, Holanda e Espanha.¹⁴ Os seiscentos foram marcados pelo centramento da economia portuguesa no universo geográfico que orbitava em torno das rotas do Oceano Atlântico quando “d’indien, l’Empire Portugais est devenu atlantique”.¹⁵ A partir de então esse seria o espaço que receberia atenção prioritária da monarquia lusitana. Não é desmesurado dizer que a dependência em relação ao mundo que girava no eixo Atlântico-Sul balizou a imensa maioria das ações diplomáticas da chancelaria portuguesa no período pós-Restauração.

O assédio às praças ultramarinas portuguesas aumentava em princípios do século XVII, quando ingleses, franceses, e, principalmente, holandeses questionavam a legitimidade da precedência lusa na exploração de suas possessões coloniais fossem elas localizadas em terras asiáticas, africanas ou americanas. Esses países mantinham um comportamento dúbio em relação a Portugal, apoiando a Restauração portuguesa no continente europeu contra seu

¹² GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-180).” IN: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda e GOUVEA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, p. 287-315.

¹³ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil (1580-1668)*. Lisboa, Colibri, 1994, p. 38.

¹⁴ PRESTAGE, E. *As relações diplomáticas de Portugal com a França, a Inglaterra e a Holanda de 1640 a 1668*. Coimbra, s/Ed, 1928.

¹⁵ MAURO, Frédéric. *Le Portugal et l’Atlantique au XVII^e siècle*. Paris, EPHE, 1960, p. 7.

inimigo comum, a Espanha, ao tempo em que no ultramar assediavam as colônias lusitanas.¹⁶ O apoio militar oferecido a D. João IV por Inglaterra e Holanda, que competiam com Portugal no Atlântico e no Índico, restringiu-se “ao que respeitava a situação da metrópole.”¹⁷ No que dizia respeito ao Brasil, a cobiça aumentara pois “corria a fama na Europa da imensa riqueza daquele Estado, o que era motivo para disputar a soberania portuguesa e obter os benefícios do comércio da América do Sul.”¹⁸ Os espanhóis relutavam, ainda, em reconhecer a autonomia do território português no continente europeu – conquistada no campo de batalha em 1668 –, almejando o regresso das demarcações vigentes durante a União das Coroas Ibéricas. Na Espanha corria a idéia “de que o Duque de Bragança cometera um acto de rebeldia e não passava de um usurpador.”¹⁹ A fundação da Colônia do Sacramento (1680) foi um dos episódios mais emblemáticos dentre as contendas fronteiriças que colocaram Portugal e Espanha em litígio e que tornaram os séculos XVII e XVIII um período conturbado da diplomacia ibérica.²⁰ Na década de 1730 confrontos abertos arrefeceram com a subida ao trono de Fernando VI que buscou aproximar-se de Portugal, influenciado pelas boas relações cativadas por sua esposa portuguesa, D. Maria Bárbara, filha de D. João V.²¹ Com a morte do rei espanhol e a subida ao trono de seu sucessor, Carlos III, as hostilidades foram retomadas. A diplomacia portuguesa precisaria se precaver também, e talvez principalmente, contra a avidez manifestada por Castela.

Sebastião José de Carvalho e Melo, ainda na condição de Ministro dos Assuntos Exteriores e da Guerra, cargo para o qual foi nomeado em 1750, se opôs à conclusão de um tratado comercial com a Espanha, exatamente por desconfiar das pretensões expansionistas alimentadas por Madri em relação a Portugal, mais de cem anos após a Restauração bragantina. Apenas um ano depois da assinatura do Tratado de Madri (1750), as negociações luso-espanholas foram encerradas e as possibilidades de assinatura de novos acordos rechaçadas²², pois em Portugal estava latente a idéia de que seria perigoso fazer concessões econômicas aos espanhóis e incentivar sua participação de forma mais efetiva na vida econômica portuguesa. A prudência do futuro Marquês de Pombal parece coerente se nos basearmos na análise de Jaime Cortesão, segundo o qual, a política espanhola, após a

¹⁶ SERRÃO. *Tempo dos Filipes...*, op. cit., p. 41.

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ Ibidem, p. 26.

¹⁹ Ibidem, p. 40.

²⁰ PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII*. São Paulo, Ed. Nacional, 1979, p. 34.

²¹ MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998, p. 51.

²² Ibidem, p. 57.

assinatura dos Tratados de Utrecht (1713), foi conduzida por “um sentimento de uma espoliação a reparar.”²³ Essa opinião pode ser confirmada pelas ações belicistas demonstradas pelo trono espanhol no período que se seguiu aos acordos de Rastadt (1714). Menos de três anos foram necessários para que se manifestassem os desejos hispânicos de reparação pela perda dos territórios na Sicília e na Sardenha durante a Guerra de Sucessão Espanhola.²⁴ Mesmo tendo sido frustrado o intento do recém empossado Filipe V de reaver suas possessões italianas, o episódio evidenciou sua busca por compensações. Portugal estava no horizonte geográfico da Espanha e era aliado do principal rival das pretensões franco-espanholas, a Inglaterra. Além disso, o retorno das fronteiras à demarcação anterior à Restauração poderia servir de justificativa para incursões em território português.²⁵ Podemos, assim, entender as causas da preocupação da chancelaria portuguesa. Pelo restante do século XVII – a partir de 1640 quando Portugal recobrou sua independência – e pelo desenrolar do XVIII, a diplomacia foi utilizada para granjear apoio à sua recém conquistada autonomia. A estratégia foi explorar as aspirações das potências que rivalizavam na disputa pela preponderância européia²⁶ no contexto de declínio da supremacia espanhola.²⁷

Na verdade, os olhos cobiçosos de ingleses, franceses e holandeses em relação aos territórios dos impérios ibéricos em geral, e às terras da América portuguesa em particular, não foram apanágio do período pós-Restauração. As pretensões de exploração do Novo Mundo sempre estiveram presentes nas ambições desses países que não reconheceram, por diferentes razões, as bases jurídico-teológicas que nortearam o Tratado de Tordesilhas e seus congêneres. Diante da negativa de uma distribuição equânime das terras americanas, os Estados aliados do processo lançaram mão de elementos como o corso e a invasão para forçar sua entrada no universo ultramarino ibérico, mesmo em tempos de paz. Os estrangeiros firmavam sua presença em território americano – fosse ele espanhol ou português – através da construção de fortes que faziam as vezes de bases avançadas encravados em regiões economicamente estratégicas.²⁸ Muitas vezes apelavam para o corso, estabelecendo relações com povos nativos que forneciam as mercadorias a serem comercializadas em outras praças.

²³ CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*. Brasília, Ed. Senado Federal, 2001, t. I, p. 22.

²⁴ RUDÉ, Georges. *A Europa no século XVIII*. Lisboa, Gradiva, 1988, p. 326.

²⁵ PINTO. *O ouro brasileiro...*, op. cit., p. 18.

²⁶ Ver HAUSER, Henri. *La prépondérance espagnole (1559-1660)*. Paris, PUF, 1948. SAGNAC, Philippe. *La prépondérance française (1661-1715)*. Paris, PUF, 1935. MURET, Pierre. *La prépondérance anglaise (1715-1763)*. Paris, PUF, 1949.

²⁷ NOVAIS, op. cit., p. 20.

²⁸ MORAES, Antonio Carlos Robert. *Bases da formação territorial do Brasil*. O território colonial brasileiro no longo século XVI. São Paulo, Hucitec, 1999, p. 399.

Isso para não mencionar as invasões, efetivas e malogradas, espaço-temporalmente diversificadas, de que o período colonial foi repleto. O que aconteceu durante os séculos XVII e XVIII foi a re-significação das razões que embasavam os litígios.

Diante de contestações renovadas à soberania portuguesa, uma das alternativas foi a proposição de criação de um tipo específico de discurso, influenciado pelos avanços que o universo intelectual europeu conheceu a partir do século XVII, para engrossar a fileira das medidas tomadas no sentido de salvaguardar os interesses metropolitanos ditados por Lisboa. Para auxiliar nossa reflexão, recorreremos à teoria histórica elaborada pelo historiador inglês Arnold Toynbee,²⁹ calcada no dueto *desafio-resposta*. Podemos denominar de desafio as ações de países como Inglaterra, França, Holanda e Espanha que colocavam em questão a soberania portuguesa ora no continente, ora no ultramar. Uma das respostas equacionadas, aquela que mais nos interessa, foi a criação de instituições direcionadas à produção de um tipo específico de discurso – o histórico – que deveria ajudar a legitimar no campo intelectual o efetivo domínio exercido pelos lusitanos em seus territórios. Se, num primeiro momento, os portugueses utilizaram o Tratado de Tordesilhas para justificar seus direitos e sua presença no continente americano e fundamentar seu direito à preeminência exploratória, nos séculos XVII e XVIII as linhas de demarcação que lhes haviam sido estipuladas não foram observadas. A redefinição das fronteiras, de que Portugal foi o grande beneficiado, teve como ponto culminante a atuação de Alexandre de Gusmão e a assinatura do Tratado de Madri. As fronteiras estabelecidas em Tordesilhas foram modificadas e o documento não mais poderia servir para defender os interesses portugueses diante dos espanhóis. No que respeitava às demais nações, a secularização que teve na Paz de Vestfália³⁰ seu grande ponto de inflexão exigia que novos argumentos fossem utilizados para justificar os direitos exclusivistas de colonização das terras do Novo Mundo. Argumentos que lançassem mão de novas prerrogativas epistemológicas calcadas em bases secularizantes. O comportamento diplomático e as novas exigências formuladas pelas nações litigantes fizeram dos séculos XVII e XVIII, tempo de equacionamento de um novo equilíbrio de forças no continente

²⁹ O historiador britânico Arnold Joseph Toynbee desenvolveu uma teoria da história segundo a qual uma civilização conseguiria sustentar o domínio em áreas de sua colonização de acordo com a capacidade de oferecer respostas aos desafios que se apresentassem à sua preeminência.

³⁰ Considerando as modificações perpetradas no continente europeu após a Paz de Vestfália, G. Pagès afirma que “l’Europe devint alors un système laïque (sur le plan international) d’Etats indépendants. Nous sommes à l’aube du principe des nationalités.” Pagès defende a idéia de a Guerra dos Trinta Anos foi o desfecho da crise que determinou o fim dos tempos medievais e o surgimento da Europa moderna. Assim, a Paz de Vestfália substituiu a idéia de unidade e coesão de um mundo que seria sedimentado pelo cristianismo, pela idéia de um sistema fundado em Estados independentes que dariam origem a um tipo de sociedade internacional. PAGÈS, G. *La Guerre de Trente Ans (1618-1648)*. Paris, Payot, 1949, p. 266-267.

européu. É o momento em que se passa por uma “laicização da teoria social”,³¹ que segundo Antonio Manuel Hespanha, foi

levada a cabo pelo pensamento jurídico e político desde Hugo Grócio (1583-1645) e Thomas Hobbes (1588-1679) que a liberta de todas as anteriores hipotecas à teologia moral, do mesmo passo que liberta os indivíduos de todos os vínculos em relação a outra coisa que não sejam as suas evidências racionais e os seus impulsos naturais.³²

Portugal se viu obrigado a adotar uma secularização sem precedentes no que tangia às suas práticas intelectuais, bem como à sua organização documental e arquivística. Isso não quer dizer que a Igreja Católica e seus representantes tenham perdido toda sua importância ou tenham sido alijados deste processo. Mesmo considerando as balizas utilizadas por Hespanha como marcos fundamentais para compreensão das mudanças de atitude políticas relativas à conjuntura que se seguiu à Guerra dos Trinta Anos, a rapidez e a abrangência do processo de secularização precisam ser relativizadas, principalmente no que diz respeito à postura adotada pelas monarquias ibéricas onde a Contra-Reforma e os preceitos tridentinos foram deveras influentes. Mas, não resta dúvida, de que se tratava de um tempo em que bulas papais não mais seriam suficientes para justificar a divisão do Novo Mundo entre Portugal e Espanha, se fazendo premente a necessidade de novas alternativas documentais, diplomáticas e discursivas. Nesse contexto foram fundadas a Real Academia da História Portuguesa (1720), a Academia Brasílica dos Esquecidos (1724) e, algumas décadas depois, a Academia Brasílica dos Acadêmicos Renascidos (1759) – a primeira na metrópole e as duas outras na Bahia, capital do Estado do Brasil – que se apresentaram como respostas elaboradas na metrópole portuguesa e na principal e mais cobiçada colônia do seu império ultramarino, que se direcionariam à execução da tarefa de produzir uma contrapartida às contestações que vinham de todos os lados através da confecção de novos argumentos legitimadores.

A Academia dos Renascidos foi fundada em 1759, alguns anos após as discussões luso-espanholas sobre as novas linhas fronteiriças que estipularam os limites e as balizas das colônias ibéricas no continente americano. Falaremos adiante da produção histórica renascida. Por ora consideremos que o discurso histórico elaborado pelo grêmio surgiu em um momento no qual essas linhas recentemente reconhecidas careciam ainda de legitimação para que fosse assegurada sua pertença ao Império português. A administração metropolitana era ao tempo falha e espaçada e se mostrava incapaz de submeter esses territórios aos seus auspícios

³¹HESPANHA, Antonio Manuel. *O direito dos letrados no Império Português*. Florianópolis, Fundação Boiteux, 2006, p. 35.

³²Ibidem.

unicamente pela via administrativa ou burocrática.³³ A produção intelectual seria, assim, mais uma ferramenta a trabalhar em prol desta tarefa. Garantir a nova dimensão territorial e integrá-la ao império lusitano certamente influenciou a iniciativa dos acadêmicos neste contexto de redefinição de fronteiras. Para tanto, tarefa primordial seria conhecer melhor o território. Amealhar informações referentes às regiões que se afastavam do litoral e que eram muito mal conhecidas ainda no século XVIII. Peguemos, a título de exemplo, alguns trabalhos que parecem caminhar nesse sentido, como o que propôs uma pesquisa sobre a origem dos rios São Francisco e Paraguai e da possível confluência de ambos com o rio da Prata,³⁴ ou a dissertação que deveria responder à questão “se a America é ilha ou terra firme?”³⁵

O Rio Paraguai, tema de dissertação, serviu como baliza delimitadora nas negociações que redundaram no Tratado de Madri. Não fora casual a sua escolha como elemento a ser estudado pelos renascidos. As missões jesuíticas localizadas em sua bacia estiveram na partilha que colocou essa região, juntamente com a bacia do Rio Uruguai, sob tutela portuguesa o que acabou legando a polêmica Colônia do Sacramento aos domínios espanhóis.³⁶ A argumentação utilizada por Alexandre de Gusmão, quando da assinatura do Tratado de Madri, em 1750, se baseava na justificação da posse dos territórios pelos portugueses pela sua antecedente ocupação. Assim sendo, parece lícito considerar que a Academia dos Renascidos reforçaria o discurso da autonomia e da legitimidade calcada na ocupação e na posse das terras da América portuguesa seguindo a linha teórico-jurídica bem sucedida preconizada por Gusmão nos litígios com Madri.³⁷ Na linha teórica da busca pelas fronteiras que delimitavam as partes que cabiam a Portugal no continente americano, os acadêmicos propuseram uma dissertação que se dedicava a perquirir “até onde se estenderão os limites da dignidade primacial, que compete a esta metrópole?”³⁸ E ainda um estudo que

³³ KANTOR. *Esquecidos e Renascidos...*, op. cit., p. 56.

³⁴ A dissertação deveria responder as questões: “qual é a origem do Rio S. Francisco, e do Paraguay? Si este é o mesmo que o da Prata? E si aquelle forma naturalmente uma ponte de algumas leguas, mettendo-se por baixo da terra, á imitação do Guadiana?” *Estatutos da Academia Brasílica dos Acadêmicos Renascidos, estabelecida na cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos, capital de toda a América portuguesa, da qual há de escrever a História Universal. Salvador, 21 de julho de 1759.* (Em anexo, relação da distribuição dos empregos para os quais a Academia dos Renascidos elegeu por votos). BNRJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca. Original Manuscrito, 41 p. É preciso frisar que o documento que traz os estatutos da Academia dos Renascidos reúne, também, todas as propostas de pesquisas e estudos elaboradas pelos membros do congresso. Assim, o documento que doravante aparecerá nas notas deste trabalho com nome de *Estatutos* engloba, não apenas as diretrizes estatutárias, mas também as dissertações sugeridas pelo grêmio renascido.

³⁵ *Ibidem*.

³⁶ MAURO, Frédéric (coord.). *O Império Luso-Brasileiro 1620-1750*. Lisboa, Estampa, 1991, p. 51.

³⁷ *Ibidem*, p. 168.

³⁸ *Estatutos...*, BNRJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca.

deveria responder se “este mundo novo é maior que as outras partes, Europa, Asia, e Africa?”³⁹ Todas, discussões ligadas ao conhecimento da terra, ainda ignota.

Destarte, o *uti possidetis* constituiu “a base ideológica ideal para justificar a própria dinâmica do sistema expansionista das conquistas fronteiriças.”⁴⁰ Ele serviu também para embasar a produção intelectual que objetivava conferir legitimidade de posse diante das pretensões das demais potências estrangeiras. Estas manifestavam cobiça em relação ao Brasil e justificavam suas ambições colonizadoras contestando os documentos e diplomas antes usados como armas legitimadoras. Como dissemos anteriormente, os próprios portugueses haviam desobedecido as determinações geográficas de um desses diplomas – o Tratado de Tordesilhas – depois de utilizá-lo para justificar sua preeminência nas terras do ultramar. A argumentação bem sucedida nos litígios com Madri, que fez aumentar consideravelmente o território português na América, poderia dar resultado no que tangia a querelas entabuladas com outros países.

Considerando que “a partir do início do século XVII, os inimigos portugueses já se encontravam em condições de vencê-los, tanto no plano das armas, quanto no das idéias”⁴¹ a monarquia lusa precisaria de novas atitudes que defendessem seus interesses ultramarinos do espólio de suas adversárias. Devemos, então, levar em conta a comunhão de duas atitudes tomadas pelos luso-brasileiros para fazer prevalecer sua autonomia e preservar a integridade das suas colônias ultramarinas: as ações da chancelaria que conduziriam as aspirações da monarquia portuguesa e a elaboração de um discurso histórico legitimador que serviria como uma arma que poderia complementar as ações das débeis forças militares lusas. A diplomacia portuguesa, cônica da impossibilidade de enfrentar seus vizinhos – Inglaterra, Holanda, França e Espanha – de igual pra igual – quer se tratasse de disputar a preponderância econômica ou a supremacia bélica –, desenvolveu uma política de neutralidade tentando evitar indisposições que pudessem comprometer seu vulnerável império, que se configurava como a principal fonte de divisas para a metrópole.⁴² Os lusitanos tinham plena convicção de que “uma vez esgotadas as subtilezas da diplomacia, a guerra seguia-se irremediavelmente.”⁴³ Esse temor rondou as ações diplomáticas centradas em Lisboa por todo o século XVIII. Isabel Cluny afirma que nos setecentos,

³⁹ *Estatutos...*, BNRI, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca.

⁴⁰ MAURO (coord.). *O Império Luso-Brasileiro...*, op. cit., p. 169.

⁴¹ MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América (1640-1720)*. São Paulo, Hucitec/FAPESP, 2002, p. 203-204.

⁴² NOVAIS, op. cit., p. 19-32.

⁴³ RUDÉ, op. cit., p. 307.

a importância da diplomacia como meio de resolução das questões nacionais, sobrepondo-se à força militar foi um dos fenômenos relativamente novos na Europa de então, e teve particular relevância em Portugal, dada a ausência de capacidade defensiva do Estado Português.⁴⁴

Talvez nenhum conflito tenha ajudado a moldar a busca pela neutralidade portuguesa como a Guerra de Sucessão da Espanha (1701-1713), diante do equilíbrio de forças que se configurava no cenário político europeu desde meados do século XVII. Período em que fica latente a necessidade lusitana de lastrear a manutenção da integridade de suas possessões por acordos e concessões econômicas. Momento fértil para gestação de alternativas que ajudassem a firmar a soberania portuguesa. As negociações envolvendo Portugal e as coroas que pleiteavam a sucessão ao trono espanhol⁴⁵ evidenciam a fragilidade portuguesa e a sua necessidade de não se indispor com nenhuma das partes em litígio. O rei português assinou, em princípios do século XVIII, um acordo com Luis XIV, associando-se temporariamente à aliança franco-espanhola.⁴⁶ Logo depois, em 1703, um novo tratado foi assinado com a Inglaterra, ligando os portugueses à causa austríaca. No fim, a escolha pela aliança anglo-holandesa se deu em decorrência da manifesta impossibilidade de sustentação de uma negociação bi-lateral, mesmo que Portugal tenha se esforçado até o limite para manter a neutralidade. A Coroa portuguesa terminou por “render-se ao grupo que lhe oferecia maiores garantias e vantagens, além de ser aquele a quem o seu destino econômico estava intimamente ligado.”⁴⁷ Essa foi a estratégia de um país que reconhecia sua impossibilidade de ocupar papel de destaque na geopolítica europeia e pretendia, ainda que a expensas de alguns sacrifícios, garantir sua autonomia. Mesmo porque, esta se encontrava atrelada a diferentes tratados assinados com países membros dos dois blocos antagônicos. Assim, a autonomia nacional – e a de seu império – poderia ser mantida conquanto não houvesse indisposição com países com os quais Portugal havia firmado acordos que barganhavam favorecimento econômico por reconhecimento político.

⁴⁴ CLUNY, Isabel. *D. Luís da Cunha e a ideia de diplomacia em Portugal*. Lisboa, Horizonte, 1999, p. 80.

⁴⁵ Carlos II, rei da Espanha, o último representante da Casa dos Áustrias, morreu em novembro de 1700 sem deixar herdeiros. A vacância do trono despertou o interesse de dois pretendentes: um francês, Filipe V, neto de Luis XIV da dinastia Bourbon, e um austríaco, Leopoldo I, imperador de Áustria, descendente dos Habsburgos. Ambos justificavam suas pretensões nas relações de parentesco entabuladas com infantas espanholas. Em torno desses dois partidos forjam-se as alianças. De um lado a Espanha se alia à França e evidencia o desejo do Rei-Sol de unir as duas coroas sob o cetro do seu neto. Diante do receio de que se configurasse um Império franco-espanhol, que colocaria em questão o equilíbrio de forças na Europa, Holanda e Inglaterra tomam o partido do imperador austríaco e formam um bloco antagônico às pretensões do monarca francês, mesmo considerando o perigo da retomada das balizas que marcaram o Império de Carlos V.

⁴⁶ PRÉCLIN, Edmond et TAPIÉ, Victor. *Le XVII^e siècle: monarchies centralisées (1610-1715)*. Paris, PUF, 1949, p. 357-358.

⁴⁷ PINTO. *O ouro brasileiro...*, op. cit., p. 24.

Tomemos como exemplo as invasões francesas de 1710 e 1711 ao Brasil, quando França e Portugal compunham alianças opostas na guerra que colocou Bourbons e Habsburgos frente a frente na luta pela coroa espanhola. Escolher um dos partidos significava se indispor com o outro e ficar a mercê de retaliações contando com as cláusulas de defesa estipuladas pelos tratados. Além de buscar o reconhecimento da legitimidade da Casa de Bragança, a diplomacia portuguesa se esforçava para manter a integridade do Brasil por tudo que ele representava para as finanças lusitanas. O que os portugueses mais temiam – e tentavam evitar a todo custo com sua política de neutralidade – aconteceu quando tropas francesas desembarcaram no Rio de Janeiro. A invasão francesa no Brasil⁴⁸ em 1710 materializava a cobiça, acalentada por anos, de tomar posse de territórios da América portuguesa. A investida, que acabou frustrada, foi feita contra o Rio de Janeiro, mesmo sendo as históricas pretensões francesas voltadas para as capitanias do norte, sobejamente o Maranhão e as margens do Amazonas.⁴⁹ A guerra travada no continente europeu era o pano de fundo que serve de justificativa às ações beligerantes dos franceses, devendo-se considerar que a presença desses em terras da América portuguesa nunca foi apanágio exclusivo dos períodos de litígio entre Portugal e França. Desta vez a tentativa malogrou e os franceses foram expulsos. Depois de uma nova investida, em 1711, essa, bem sucedida, a solução encontrada por D. João V foi pagar o resgate exigido pelos invasores. Portugal reconhecia sua incapacidade de expulsar os franceses entrincheirados no Rio de Janeiro apenas com suas forças. O socorro dos aliados – Holanda e Inglaterra – poderia ter sido decisivo. Por outro lado, permitir a entrada dos cobiçosos ingleses e batavos no Brasil contrariava as diretrizes que conduziam o comportamento da monarquia lusitana. Charles Boxer afirma que “qualquer tentativa para aumentar o legítimo comércio estrangeiro com o Brasil logo despertava o antagonismo em Lisboa e na Bahia.”⁵⁰ Para evitar riscos que poderiam engendrar perdas futuras mais significativas, a saída foi o pagamento do resgate e a manutenção do *status quo* sem intervenção alienígena.⁵¹ Pelos acordos assinados com Inglaterra e Holanda no século XVII, Portugal já havia sido obrigado a permitir que quatro famílias de negociantes de cada uma destas nações fizessem moradia em terras da América portuguesa, na Bahia e no Rio de Janeiro e não fazia parte dos planos portugueses que esta influência fosse estendida.⁵²

⁴⁸ MAURO (coord.). *O Império Luso-Brasileiro...*, op. cit., p. 40-47.

⁴⁹ PINTO. *O ouro brasileiro...*, op. cit., p. 20-21.

⁵⁰ BOXER, Charles. *A idade de ouro do Brasil*. Dores de crescimento de uma sociedade colonial. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000, p. 178.

⁵¹ MAURO (coord.). *O Império Luso-Brasileiro...* op. cit., p. 45-46.

⁵² BOXER, op. cit., p. 178.

Os acordos político-militares que na teoria ajudavam a garantir a soberania portuguesa eram, a bem da verdade, lacunares e apresentavam campo de ação real deveras limitado. Diante destas circunstâncias os portugueses deveriam criar seus próprios mecanismos de resistência para dirimir suas debilidades. No caso supracitado, para se livrarem da invasão francesa, a compra da libertação – pelo pagamento do resgate – foi uma alternativa diante das possibilidades apresentadas aos portugueses, depois do fracasso da tentativa de resistência militar. Arcar com as despesas seria mais garantido do que fazer valer as máximas dos acordos firmados com seus aliados continentais permitindo-lhes a entrada no Brasil. Se mesmo com o compromisso de ajuda mútua, ofensiva e defensiva,⁵³ os tratados muitas vezes restavam letra morta, entende-se a estratégia e a habilidade da chancelaria portuguesa em buscar a neutralidade nas relações internacionais que marcaram o período pós-Restauração e adentraram pela centúria seguinte.⁵⁴

Quando a diplomacia não dava conta de resolver as querelas, novas alternativas deveriam ser pensadas. Os acordos bi-laterais seriam uma delas. Mas, como o exemplo acima evidenciou, algumas vezes, esses também não cumpriam o que havia sido estipulado. Nesse momento outras possibilidades deveriam ser equacionadas e o surgimento das academias históricas setecentistas pode ser visto como uma alternativa de luta desenvolvida pelos portugueses para enriquecer o arsenal à sua disposição e ajudar na manutenção de seus interesses. Uma arma que não poderia ser utilizada num campo de batalha tradicional, mas que não deixava de se configurar como uma forma de resistir às investidas estrangeiras. Diante de toda sorte de reivindicações, protestos, ações judiciais e mesmo militares que atentavam contra a soberania dos territórios portugueses, de que o caso anteriormente citado foi apenas um dentre os vários episódios que marcaram a história do ultramar português, a escrita da história – através de dissertações e memórias que tinham como tema fatos históricos devidamente documentados e comprobatórios da legitimidade da soberania lusitana ‘aquém e além mar’ –, se apresentou como uma alternativa que serviria para corroborar a autenticidade e a primazia dos portugueses nos locais em que esses se faziam presentes.⁵⁵

A gênese da produção histórica institucional e alguns de seus desdobramentos

Diferentes canais de produção histórica se desenvolveram, durante os setecentos, no continente europeu. Para o surgimento e desenvolvimento das premissas históricas

⁵³ PINTO. *O ouro brasileiro...*, op. cit., p. 29.

⁵⁴ NOVAIS, op. cit., p. 28.

⁵⁵ KANTOR. *Esquecidos e Renascidos...*, op. cit., p. 45-87.

setecentistas foram indispensáveis os caminhos e descaminhos que o pensamento referente à história conheceu ao longo do século anterior. O mesmo século XVII que protagonizou o surgimento da erudição, se marcou como o período em que a história foi relegada a um plano secundário “por la vulgarización de la filosofía cartesiana por un lado, y por el desarrollo de las ciencias matemáticas y físicas por outro.”⁵⁶ A revolução científica perpetrada na Europa durante o século XVII, concedeu à matemática – e suas derivadas – mais do que a quaisquer outras disciplinas, foros de protagonista. Chantal Grell afirma que as décadas finais dos seiscentos testemunharam “une crise profonde qui affecte aussi bien les genres traditionnels comme l’historiographie officielle (...) et l’histoire providentielle.”⁵⁷ Destarte, o interregno que vai de 1680 a 1720, definido por Paul Hazard como o da crise da consciência européia, favoreceu a “une reconstruction de la connaissance historique à l’âge des Lumières.”⁵⁸

No século XVIII, a história entraria definitivamente para o universo das disciplinas que deveriam ser utilizadas para conferir mais inteligibilidade ao mundo. “History was to become one of the sciences of man, less precise than the physical sciences, perhaps, but not less scientific for all that.”⁵⁹ Segundo Ernst Cassirer, o século XVIII “formulou o problema propriamente filosófico, questionando as condições de possibilidade da história, tal como já questionara antes as condições de possibilidade da física.”⁶⁰ Reinhart Koselleck assevera que essa moderna filosofia da história teve como vetor “o cidadão emancipado da submissão absolutista e da tutela da Igreja.”⁶¹ A partir de então, a história se manifestaria, principalmente, através de dois canais: filósofos e pensadores que inseriram as questões históricas nos seus campos de interesse e reflexão; academias de letras, artes e ciências que dentre as diversas disciplinas que abarcavam, passaram a desenvolver estudos de história nacional como prática erudita coletiva.

Entre finais do século XVII e princípios do XVIII, Pierre Bayle já pensava em fazer um tipo de história alicerçado em fatos. O preciso estabelecimento desses, com segurança e perfeição, se configurou a um só tempo como o protótipo de sua teoria científica e “o ponto de amarração de toda a ciência.”⁶² Bayle foi o primeiro a conceber o fato como um problema profundo.⁶³ Para o filósofo, os fatos deviam ser encontrados após uma criteriosa análise das

⁵⁶ LEFEBVRE, Georges. *El nacimiento de la historiografía moderna*. Barcelona, Ediciones Martínez Roca, 1974, p. 96.

⁵⁷ BÉLY, Lucien (dir.). *Dictionnaire de l’Ancien Régime*. Paris, PUF, 2006, p. 639.

⁵⁸ Ibidem.

⁵⁹ GAY, Peter. *The enlightenment: an interpretation*. The science of freedom. New York, Norton, 1996, p. 378.

⁶⁰ CASSIRER, Ernst. *A filosofia do Iluminismo*. Campinas, Ed. Unicamp, 1994, p. 268.

⁶¹ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2006, p. 36.

⁶² CASSIRER, op. cit., p. 273.

⁶³ Ibidem, p. 276.

fontes. Assim, parte fundamental do seu método residia na determinação criteriosa dos fatos históricos a partir de um cuidado draconiano dispensado à leitura das fontes. Para que essa determinação fosse fidedigna seria “necessário o mais refinado exame seletivo, a mais atenta investigação crítica e uma avaliação crítica dos testemunhos individuais.”⁶⁴ O resultado deveria ser apresentado a todo custo e o historiador teria a obrigação de revelar as coisas como elas realmente aconteceram e não como ele gostaria que tivessem acontecido, ainda que à revelia dos interesses de sua própria pátria.⁶⁵ Bayle foi implacável com a tradição, inaugurando um rigor e uma minúcia para questioná-la, até então impensáveis.⁶⁶ Paul Hazard afirma que mesmo décadas após a morte de Bayle, suas idéias continuaram a influenciar debates encarniçados. Seu dicionário era o manancial onde bebiam aqueles que pretendiam “substituir a autoridade pela crítica.”⁶⁷

Da Itália setecentista Gianbattista Vico formulava uma proposta original de se compreender a história e sua importância. Para Vico, a experiência seria o caminho que levaria ao entendimento histórico. Por ter vivido as diferentes e sucessivas fases da história com suas respectivas particularidades, o homem seria capaz de entendê-las. Cada documento produzido em um determinado contexto deveria servir de fonte para que esse fosse desnudado e compreendido. Tudo o que o homem executou, tudo o que foi por ele confeccionado, fosse no plano material ou no intelectual, poderia e deveria servir como fonte na busca pela inteligibilidade histórica.

Para Vico, a história era a realidade ao ser vivida; e era ainda o conjunto dos testemunhos que deixamos atrás de nós o que, antes de constituírem recordações, são modalidades da existência; ela era todos os monumentos, desde as primitivas pedras das cavernas até os mais requintados produtos da civilização; todas as línguas que alguma vez foram faladas ou escritas; todas as instituições que alguma vez foram fundadas; todos os hábitos e todos os costumes; todas as leis.⁶⁸

Os diferentes contextos poderiam ser compreendidos a partir da análise das diversas formas através das quais o homem se expressou ao longo das sucessivas fases da história.⁶⁹ As fontes seriam, então, os canais entre os homens e as épocas em que foram produzidas. Passando pelo crivo da análise crítica seria possível recuperar e reaprender “as formas de pensar e de sentir que elas encerram.”⁷⁰ A leitura e a interpretação desses documentos,

⁶⁴ CASSIRER, op. cit., p. 277.

⁶⁵ CUNHA, Norberto Ferreira. *Elites acadêmicas na cultura portuguesa setecentista*. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2001, p. 32-34.

⁶⁶ Ibidem.

⁶⁷ HAZARD, Paul. *O pensamento europeu no século XVIII*. Lisboa Presença, 1989, p. 41.

⁶⁸ Ibidem, p. 43-44.

⁶⁹ GARDINER, Patrick. *As teorias da história*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, p. 12.

⁷⁰ Ibidem, p. 13.

calçadas no esforço imaginativo, permitiriam o entendimento das diferentes fases históricas de uma sociedade com suas características específicas.

Mesmo tendo se voltado primordialmente à epistemologia, à moral e à metafísica, o filósofo alemão Immanuel Kant também dedicou alguns opúsculos à história. Apesar de não fazerem parte do cerne das preocupações filosóficas de Kant, suas formulações históricas engrossaram as idéias que vieram à luz no século XVIII e ajudaram a enriquecer os debates sobre as premissas relacionadas à reflexão histórica. Para Kant, a história é a janela em que as habilidades incutidas nos seres humanos pela Natureza poderiam ser observadas em sua evolução.⁷¹ A própria Natureza – teleologicamente – é quem garante o pleno desenvolvimento destas habilidades, cabendo à história expor os mecanismos através dos quais esse processo ocorre.⁷² “O confuso emaranhado dos fenômenos humanos pode ser visto como a realização de um plano oculto da natureza, que finalmente coincide com o fim da razão.”⁷³ A natureza é a responsável por fornecer as diretrizes e as garantias de que a história siga para um final determinado pela razão.⁷⁴ Destarte, a natureza se converte em “totalidade das disposições destinadas a realizar-se plenamente”⁷⁵ ao passo em que a história é o lugar em que estas disposições se desenvolvem.⁷⁶ “A filosofia da história de Kant está baseada na *garantia* que a natureza dá de que o fim da razão se realizará, ‘queiramos ou não queiramos nós.’”⁷⁷

O Iluminismo francês também se ocupou da história. Alguns dos principais expoentes da filosofia das luzes na França escreveram textos em que discutiam a importância da história enquanto disciplina que ganhava nova visibilidade no rastro do desenvolvimento das ciências. Jean-Jacques Rousseau foi um dos que escreveram sobre a história, mas, segundo Georges Lefebvre, não pode ser considerado nem historiador nem filósofo da história.⁷⁸ Rousseau apregoava que a história deveria desempenhar uma função moralizante e servir à instrução dos jovens. Ela ajudaria a mostrar como os homens realmente eram. Isso seria possível, precisamente, pela análise histórica das suas ações. Maria das Graças de Souza afirma que para Rousseau a história é uma disciplina exemplar, da qual seria possível tirar lições morais.⁷⁹ O filósofo preconizou um historiador isento que “assume uma postura de espectador

⁷¹ GARDINER, op. cit., p. 28.

⁷² Ibidem.

⁷³ HERRERO, Francisco Javier. *Religião e história em Kant*. São Paulo, Loyola, 1991, p. 134.

⁷⁴ Ibidem, p. 134-135.

⁷⁵ Ibidem, p. 135.

⁷⁶ Ibidem.

⁷⁷ Ibidem.

⁷⁸ LEFEBVRE, op. cit., p. 158.

⁷⁹ SOUZA, Maria das Graças de. *Ilustração e história*. O pensamento sobre a história no Iluminismo francês. São Paulo, Discurso Editorial, 2001, p. 49.

no cenário da história, para que possa mostrar os acontecimentos sem a interferência de seus interesses e paixões.”⁸⁰ Lefebvre afirma que Rousseau influenciou uma renovação na história pela introdução de elementos sociais que não figuravam no discurso histórico e pelos tons pitorescos utilizados em seus textos, aos quais a história racionalista não estava acostumada.⁸¹

Voltaire, que também dedicou parte de sua obra aos trabalhos históricos, seguiu um caminho diferente. Segundo Maria das Graças de Souza a filosofia da história desenvolvida por ele foi fundamental para a mudança de paradigmas verificada entre o fim do século XVII e o fim do século XVIII quando a visão providencialista foi abandonada “como motor da causalidade histórica.”⁸² A história, para Voltaire, estava intimamente associada ao avanço da civilização, seu caminhar rumo ao aperfeiçoamento técnico e científico de um lado, e espiritual e moral do outro.⁸³ Esses valores seriam ditados pela mola mestra da filosofia setecentista, a razão, que a serviço de letrados e filósofos contribuiria para que os fins por ela mesma estabelecidos prevalecessem e se concretizassem. Os fins civilizadores foram o cerne da produção histórica voltairiana⁸⁴ e, por isso, Luís XIV e Pedro, o Grande foram escolhidos como personagens de algumas de suas obras históricas. Na concepção de Voltaire eles foram fundamentais para transformar a vida de seus súditos tornando-os “mais polidos, mais cultos e menos bárbaros do que seus ancestrais.”⁸⁵ Ernst Cassirer afirma que em Voltaire “o centro de gravidade da história” foi transferido de uma história política para uma história do espírito. Assim, calcada na religião, na ciência, no avanço das técnicas, no desenvolvimento das artes e do pensamento a história deveria pintar “o quadro completo das fases particulares que o espírito teve que percorrer e transpor a fim de adquirir sua forma presente.”⁸⁶

Outro filósofo iluminista a escrever sobre a disciplina histórica foi Antoine-Nicolas Condorcet. Condorcet esteve influenciado pelo otimismo que marcou a produção intelectual de alguns pensadores setecentistas. A idéia de que esse seria o melhor dos mundos estava associada à premissa de que o mesmo mundo seguia uma tendência de sempre melhorar em relação ao passado. O aperfeiçoamento das técnicas criara um presente prazeroso e continuando sua marcha rumo a um aperfeiçoamento cada vez mais apurado, o prazer de viver seria igualmente potencializado gerando um futuro pleno de perspectivas. Essas perspectivas promissoras estavam indelevelmente calcadas na lei que regia a história do homem: a da

⁸⁰ SOUZA. *Ilustração e história...*, op. cit., p. 49.

⁸¹ LEFEBVRE, op. cit., p. 160.

⁸² SOUZA. *Ilustração e história...*, op. cit., p. 114.

⁸³ Ibidem.

⁸⁴ Ibidem.

⁸⁵ Ibidem, p. 115.

⁸⁶ CASSIRER, op. cit., p. 292.

“perfectibilidade indefinida.”⁸⁷ Segundo a análise de Maria das Graças de Souza, Condorcet propôs um quadro histórico cuja perspectiva estava alicerçada em um fio condutor que deve ser associado aos “progressos do espírito humano.”⁸⁸ A história, em Condorcet, deveria ser utilizada para que se mensurasse a evolução da humanidade em seus diferentes estágios e épocas, enaltecendo suas respectivas contribuições para a promoção da “realização final, na sociedade humana, de certas condições que não só deveriam preponderar mas que (como é confiadamente admitido) um dia futuro predominarão inevitavelmente.”⁸⁹

Esses foram apenas alguns dentre os filósofos e pensadores que se dedicaram à reflexão e à execução de obras históricas durante o século XVIII. É uma pequena amostragem que teve como objetivo enaltecer as contribuições de alguns dos mais importantes pensadores iluministas que trouxeram a história ao centro do debate intelectual. Personagens que compuseram um quadro amplo, multinacional e que marcou a produção erudita européia durante todo o setecentos, período que segundo Peter Gay, “was in fact an age of consuming interest in history. History was a craft, a discipline, and an entertainment.”⁹⁰

Ao lado dessa história de cariz filosófico, outra modalidade se desenvolveu e, a bem da verdade, coexistiu com ela. Para buscar-lhe as origens é preciso remontar ao século XVII, quando encontramos uma forma de produção da narrativa histórica que começa a ser praticada com vigor no rastro de uma tendência que ganhou relevo no reinado de Luís XIV: a prática coletiva da erudição pelas academias.⁹¹ Na verdade, as academias de artes, letras e ciências adornaram a paisagem cultural européia desde o Renascimento, mas seu verdadeiro ponto de inflexão foi o século XVII. “Um indício das modificações que o campo da cultura conhece no século XVII é dado pela mudança de *status* do saber. Sob Luís XIV, ser intelectual torna-se uma situação não somente honrosa como enobrecedora.”⁹² São os letrados, *gens de savoir*, que reunidos davam corpo aos núcleos intelectuais que se conformaram como cerne do universo acadêmico. Essas comunidades de eruditos desempenharam papel de mediadores culturais “entre la société et la science, entre les milieux des pouvoirs sociaux et politiques et les milieux intellectuels et savants.”⁹³ As academias científicas foram o outro canal de produção da narrativa histórica durante o século XVIII, a diferença substancial em relação aos

⁸⁷ SOUZA. *Ilustração e história...*, op. cit., p. 155.

⁸⁸ Ibidem, p. 154.

⁸⁹ GARDINER, op. cit., p. 60-61.

⁹⁰ GAY. *The enlightenment: an interpretation...*, op. cit., p. 369.

⁹¹ LEFEBVRE, op. cit. p. 104.

⁹² APOSTILIDES, Jean-Marie. *O rei-máquina: espetáculo e política no tempo de Luís XIV*. Rio de Janeiro/Brasília, José Olympio/Edunb, 1993, p. 35.

⁹³ ROCHE, Daniel. *Trois académies parisiennes et leurs rôle dans les relations culturelles et sociales au XVIIIe siècle*. *Melanges de l'Ecole française de Rome*. Italie et Méditerranée. 1999, v. 111, n°1, p. 395.

philosophes é que no caso daquelas o trabalho erudito repousaria sobre uma coletividade. Pensar e executar práticas historiográficas não mais seria uma atividade intelectual individualizada, ela deveria ser realizada no seio de uma *société savante*.

Os congressos acadêmicos se dedicavam a diferentes tipos de trabalhos artísticos e produções letradas. “As prioridades vão para as ciências da Natureza, mas abordam-se igualmente questões ligadas à Língua, Literatura e História.”⁹⁴ Além de agrupar eruditos e intelectuais e colocá-los para trabalhar coletivamente, as academias deveriam se preocupar com a formação das futuras gerações de estudiosos nas diferentes áreas do conhecimento.⁹⁵ A esses grêmios era facultado manter, fosse pela correspondência ou pela participação de membros supranumerários em suas fileiras, relações de trocas e intercâmbios intelectuais com suas congêneres espalhadas por todo o continente europeu.⁹⁶ As academias contribuía, assim, para a difusão do cosmopolitismo, “um aspecto fundamental da nova cultura européia do século XVIII.”⁹⁷ Segundo Daniel Roche, a Académie des Sciences de Paris entabulou um sistema de intercâmbios regulares “avec les Sociétés étrangères, à Londres, à Berlin, à Uppsala, à Saint-Petersbourg, à Bologne et à Turin. Son réseau s’étend sur le monde entier et des projets d’union et de coopération ont été réalisés.”⁹⁸ Além disso, muitos dos trabalhos elaborados pelas academias desempenhavam funções sociais importantes repousando suas pesquisas em temáticas que acabavam se revertendo em serviços de utilidade pública.⁹⁹

A França seiscentista foi o local ideal para o aparecimento destas congregações de eruditos. Desde antes da metade da centúria Paris passara a ser considerada a capital da República das Letras, substituindo Roma que até então ocupava o posto de principal centro cultural no continente europeu.¹⁰⁰ A Académie Française e a Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, a primeira fundada por Richelieu, em 1635 e a última por Colbert, em 1663, foram duas das mais importantes agremiações eruditas aparecidas em França durante o século XVII. A Académie des Inscriptions et Belles-Lettres se dedicou ao estudos de medalhas e

⁹⁴ HOF, Ulrich Im. *A Europa no século das luzes*. Lisboa, Presença, 1995, p. 101.

⁹⁵ BÉLY, op. cit., p. 9.

⁹⁶ MANDROU, Robert. *La raison du Prince: l’europe absolutiste (1649-1775)*. Verviers, Marabout, 1980, p. 295-296.

⁹⁷ ASTUTI, Guido. *O absolutismo esclarecido em Itália e o Estado de polícia*. In: HESPANHA, Antonio Manuel (org.). *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 256. Astuti afirma que o cosmopolitismo foi um fenômeno complexo e enaltece sua relevância para “a difusão dos comuns ideais políticos, sociais e cívicos que influenciaram diversamente os acontecimentos políticos internos e institucionais dos diversos Estados da Europa e concorreram para promover o desenvolvimento do movimento reformador.” (p. 256).

⁹⁸ ROCHE, Daniel. *Académies et académisme: le modèle français au XVIII^e siècle*. *Melanges de l’Ecole française de Rome. Italie et Méditerranée*. 1996, v. 108, n°2, p. 656.

⁹⁹ VIGUERIE, Jean de. *Histoire et dictionnaire du temps des Lumières 1715-1789*. Paris, Robert Laffont, 2007, p. 689-690.

¹⁰⁰ BÉLY, op. cit., p. 1083.

monumentos erigidos nos mais diferentes momentos da história francesa. A partir de começos do século XVIII suas funções intelectuais – e políticas – foram estendidas e passaram a contemplar a arqueologia e a história.¹⁰¹ Blandine Kriegel afirma que a Académie des Inscriptions et Belles-Lettres foi um dos três grandes centros de produção do discurso institucional da história na França ao lado da Congrégation Bénédictine de Saint-Maur e do Cabinet de Chartres.¹⁰² A prestigiosa Académie Française dedicou-se, sobretudo, à língua francesa e, ao longo do século XVIII, publicou dicionários e distribuiu prêmios para os que se destacassem na arte da retórica e na produção poética.¹⁰³ Suas atividades convergiaram para uma função política das mais importantes: “oficializar a língua comum dos membros da nação.”¹⁰⁴

No centro da produção coletiva que as academias suscitavam, pairava a idéia de sociabilidade intelectual, a noção da difusão cultural orquestrada por várias cabeças a partir da aceitação pelos eruditos de um conjunto previamente estabelecido de normas estatutárias ao qual todos os membros deveriam jurar obediência. Antoine Baecque define as ações de uma academia de forma sucinta: “aux jeux littéraires et aux lectures des poèmes, de lettres et de maximes, succèdent l’échange d’informations, la confrontation des idées, l’exercice collectif de la critique, l’élaboration commune de traités ou de projets philosophiques.”¹⁰⁵

Os exemplos de academias de artes, ciências e letras se multiplicam pela França e por toda a Europa. Além do importante papel que assumiram como centros de sociabilidade intelectual e de produção erudita, as academias desempenharam funções políticas de monta. O cultivo da língua e das artes bem como a escrita da história e as pesquisas científicas não eram um recurso meramente erudito. Os congressos acadêmicos eram lugares em que a figura do rei era homenageada e enaltecida e a sacralidade da monarquia enfatizada, mesmo em tempos de secularização.¹⁰⁶ “Panégryriques en rimes plates, stances, odes, sonnet même, tout convient ‘à la gloire de sa majesté.’”¹⁰⁷ Muitas academias foram fundadas por ordens régias ou por designações de ministros reais e mantidas pelo erário régio. A *Petite Académie* – nome usado

¹⁰¹ VIGUERIE, op. cit., p. 686.

¹⁰² KRIEDEL, Blandine. *L’histoire à l’âge classique*. Les académies de l’histoire. Paris, PUF, 1996, t. 3, p. 10-11. O terceiro tomo da coleção contempla os estudos de Blandine Kriegel referentes à Congrégation Bénédictine de Saint-Maur e à Académie des Inscriptions et Belles-Lettres. O estudo que contempla o Cabinet de Chartres está presente no quarto tomo da série. KRIEDEL, Blandine. *L’histoire à l’âge classique*. La république incertaine. Paris, PUF, 1988, t. 4.

¹⁰³ VIGUERIE, op. cit., p. 687.

¹⁰⁴ APOSTOLIDES, op. cit., p. 30.

¹⁰⁵ BAECQUE, Antoine de et MÉLONIO, Françoise. *Histoire culturelle de la France*. Paris, Seuil, 2005, t. 3, p. 59.

¹⁰⁶ APOSTILIDES, op. cit., p. 23-28.

¹⁰⁷ KRIEDEL, op. cit., p. 179.

para designar a Académie des Inscriptions et Belles Lettres –, por exemplo, era “sobretudo o olho do poder sobre a produção intelectual.”¹⁰⁸ Não há dúvida de que o absolutismo fez uso da produção intelectual destas agremiações para fortalecer suas premissas.¹⁰⁹ Pelo outro lado, os intelectuais tinham na produção acadêmica uma moeda de troca que poderia inseri-los nas redes clientelares. Didier Masseau distingue “les pensions royales ou para-étatiques, le patronage aristocratique et celui des traitants ou financiers.”¹¹⁰ É provável que tenha havido variações a depender do país que se tome como padrão, mas esse modelo parece servir como regra geral para a Europa setecentista.

Françoise Waquet afirma que a República das Letras foi marcada pela heterogeneidade, tendo sido composta por membros do clero, da nobreza e do terceiro estado.¹¹¹ As academias científicas e literárias que se conformaram como centros de produção dos mais diferentes tipos de saber e que fizeram parte do cenário cultural da *République des Lettres* seguiram esta mesma tendência. A inclinação inicial de que as cadeiras dos congressos eruditos fossem preenchidas principalmente por indivíduos oriundos da classe nobiliárquica acabou cedendo lugar a um sistema que se não pode ser chamado de democrático, não estava obrigatoriamente vinculado aos laços sangüíneos dos eleitos. Antoine Baecque sinaliza que “la très forte prépondérance nobiliaire de foyers littéraires où se rencontraient aristocratie et écrivains se mue en un brassage convivial de nobles et de roturiers où la différence de conditions s’efface devant l’égalité exigée par le débat intellectuel.”¹¹² Destarte, pode-se dizer que alguns dos valores que marcaram a República das Letras ajudaram a moldar uma nova ordem que só seria instituída de fato, pelo menos na França, após a Revolução de 1789. Ainda assim, algumas das máximas da sociedade estamental, baseadas no nascimento e arraigadas havia séculos por todo o continente europeu, foram alteradas em um contexto no qual o mérito começava a abrir portas e oferecer possibilidades reais de ascensão social.¹¹³

¹⁰⁸ APOSTOLIDES, op. cit., p. 29.

¹⁰⁹ Para o caso do absolutismo francês a descrição de Robert Mandrou referente às ações de Luis XIV – talvez o exemplo mais acabado de monarca absolutista – serve como exemplo emblemático. “Ainsi se défini la cohérence de la politique culturelle pratiquée par Louis XIV: une tutelle non dépourvue de lourdeur, qui écarte des charges et des honneurs tous ceux qui ne se situent pas dans la droite ligne tracée par les conseillers, traditionalistes, du Roi, et qui encourage écrivains, artistes, savants décidés à entrer dans le jeu, c’est-à-dire à servir la gloire du règne: objectif majeur, comme Louis XIV l’a souligné si fortement dans ses *Mémoires*.” MANDROU, *La raison du Prince...*, op. cit., p. 59.

¹¹⁰ MASSEAU, Didier. *L’invention de l’intellectuel dans l’Europe du XVIII^e siècle*. Paris, PUF, 1994, p. 91.

¹¹¹ BÉLY, op. cit., p. 1083.

¹¹² BAECQUE, op. cit., p. 59.

¹¹³ Tendo em mira o século XVII e, especificamente, o reinado de Luís XIV, Jean-Marie Apostolidès afirma que “as academias constituem locais onde se encontram num mesmo pé de igualdade pessoas oriundas de ordens diferentes. Lá elas perdem a especificidade de aristocrata ou de burguês e ganham o *status* de homem de bem.” APOSTOLIDES, op. cit., p. 35.

Como vimos, as academias eram centros dedicados ao estudo de diversas disciplinas e à produção de um saber diverso e multifacetado que poderia ser utilizado para diferentes finalidades. A história se configurava como uma das ‘ciências’ às quais os eruditos reunidos nesses congressos voltavam sua atenção. Algumas academias, contudo, romperiam com esta tendência e passariam a se dedicar a saberes específicos. Após a reforma ordenada por Luis XIV e realizada em 1701, a Académie des Inscriptions et Belles-Lettres passou a se ocupar dos principais eventos da história francesa, da arqueologia, da geografia, da epigrafia, da paleografia, da bibliografia, da mitologia, da filologia grega, latina e oriental.¹¹⁴ Esse foi o momento a partir do qual a Académie des Inscriptions “devint le creuset des sciences historiques.”¹¹⁵ O que mais nos interessa aqui é exatamente a produção coletiva do discurso histórico como atividade que ganha corpo ao longo dos seiscentos e que chega à centúria seguinte renovada e amadurecida. Remontando ao século XVII, essa tendência teve sua gênese ligada às ordens religiosas que foram as precursoras na confecção dessa modalidade de narrativa histórica. Ainda assim, é preciso lembrar que nenhuma academia exclusivamente dedicada à produção de obras históricas viu a luz do dia antes de 1720, quando D. João V fundou a Real Academia da História Portuguesa.

A produção coletiva da história no século XVII esteve diretamente ligada à diplomática,¹¹⁶ à busca pela comprovação da autenticidade dos documentos que deveriam embasar a narrativa histórica. Esse foi o ponto fulcral que separou a produção erudita das congregações religiosas e a produção filosófica¹¹⁷ que foi levada a cabo individualmente por filósofos e letrados ao longo dos séculos XVII e XVIII. Salta aos olhos a importância que as fontes assumiram e o papel que passaram a desempenhar como elemento chave na validade de um discurso histórico. A depuração destas fontes e sua separação em falsas e fidedignas foi a primeira parte de um processo que se completava com sua posterior análise. É sintomático que esse trabalho de verificação da legitimidade das fontes tenha sido iniciado por congregações de religiosos eruditos. Algumas polêmicas envolvendo católicos e protestantes motivaram a confrontação dos dados biográficos de santos com as informações cronológicas

¹¹⁴ KRIEGEL, op. cit., p. 189-190.

¹¹⁵ Ibidem, 189.

¹¹⁶ “Diplomatique: Science et art de connaître les siècles où les diplômes ont été faits et qui suggère en même temps les moyens de vérifier la vérité et la fausseté de ceux qui pourraient avoir été altérés, contrefaits et imités, pour les substituer quelquefois à des titres certains ou à de véritables diplômes.” BÉLY, op. cit., p. 413. O advento da diplomática está intimamente associado ao nome de Jean Mabillon, monge beneditino que teve destacada participação na produção histórica da Congrégation de Saint Maur. A ele se atribui a criação das regras que deveriam precisar sobre a autenticidade ou falsidade dos documentos que serviriam de base à produção histórica. LEFEBVRE, op. cit., p. 105-106. KRIEGEL, op. cit., p. 58.

¹¹⁷ KRIEGEL, op. cit., p. 8-13.

disponíveis e contribuíram decisivamente para o aguçamento do espírito crítico que conduziria a busca pela autenticidade dos documentos.¹¹⁸

Al principio, ciertas congregaciones ricas, paralelamente a su trabajo de propaganda – como los jesuitas – o sin prestarle una atención especial – como los benedictinos –, se aplicaron al trabajo histórico y pusieron a su disposición sus fuentes, sus bibliotecas, sus colecciones de manuscritos, su influencia, permitiendo que los investigadores tuviesen acceso a todos los archivos del Estado o de los grandes señores – todas las puertas se abrían ante los jesuitas y los benedictinos – y, en fin, todo su personal, compuesto de hombres instruidos que consagraban todo su tiempo a la historia sin ninguna otra ocupación, lo que es verdaderamente ideal para un erudito.¹¹⁹

Um dos exemplos mais acabados de congregação religiosa que se dedicou à prática erudita coletiva da confecção de obras históricas é a Congrégation Bénédictine de Saint Maur. Tendo sua origem na região da Lorena, no convento de SaintVanne, a ordem foi reformada por determinação do Concílio de Trento. Após 1621, momento em que a congregação se instalou em Saint-Germain-des-Prés, “la historia tuvo en ella su puesto enaltecido y su impulso.”¹²⁰ Blandine Kriegel identifica três grandes fases da produção maurista, cada uma tomando um período de aproximadamente cinquenta anos. A primeira etapa, que vai de 1650 a 1710, foi “essentiellement marquée par le déploiement de l’histoire de l’ordre bénédictin et les sciences ecclésiastiques”¹²¹ e teve como destaques as ações de Jean Mabillon, Grégoire Tarrisse e Luc d’Achery. A redação do programa que deveria conduzir os trabalhos históricos da ordem foi atribuída a d’Achery que os direcionou à “edición de los Padres de la Iglesia (...) a continuación la historia de la Iglesia (...) y finalmente la historia de la Orden de los benedictinos.”¹²² A segunda etapa contempla o período que se estendeu de 1710 a 1760 e teve como principais agentes Bernard de Montfaucon e Jean-Maur Audren. Durante essa fase vieram ao lume obras como *Histoire Littéraire de la France* e *Gallia Christiana*, trabalhos marcados pela intensa procura por documentos e que mantiveram as bases estabelecidas na primeira etapa.¹²³ Havia nesse momento, contudo, uma ampliação considerável dos horizontes temáticos que passaram a contemplar uma história da França que privilegiava aspectos gerais e locais.¹²⁴ O último período, que vai de 1760 a 1790, foi o da crise da congregação. Alguns de seus membros foram acusados de jansenismo o que comprometeria a aceitação de suas realizações intelectuais. A produção da congregação foi colocada sob suspeita, ainda, pela

¹¹⁸ BÉLY, op. cit., p. 413.

¹¹⁹ LEFEBVRE, op. cit., p. 105.

¹²⁰ Ibidem.

¹²¹ KRIEGL, op. cit., p. 55.

¹²² LEFEBVRE, op. cit., p. 105.

¹²³ KRIEGL, op. cit., p. 60-61.

¹²⁴ Ibidem, p. 62.

dupla institucionalização dos mauristas ora como agentes da Igreja ora como agentes do Estado¹²⁵ e o alistamento dos beneditinos no Cabinet de Chartres foi, segundo Kriegel, o último sopro da produção histórica dos beneditinos de Saint Maur.¹²⁶

Essas congregações forneceram as bases da produção coletiva da história enquanto disciplina e se transformaram em lugares nos quais a disciplina histórica deixou o âmbito das Belas Letras e assumiu doses de autonomia enquanto campo do saber. Íris Kantor afirma que mesmo nas instituições fundadas após a Revolução Francesa, a história continuaria subsidiária das Belas Letras, a despeito de toda a importância que ela assumiu e do interesse que suscitou ao longo do século XVIII.¹²⁷ As congregações religiosas e as academias históricas que lhes sucederiam, foram centros de produção intelectual em que a história desempenhou papel autônomo de protagonista.

A versão lusitana da produção coletiva do discurso histórico

D. João V fundou, em dezembro de 1720, a Real Academia da Historia Portuguesa. Era, então, inaugurado um centro dedicado à pesquisa e à escrita histórica. Para a iniciativa portuguesa de produção acadêmica do conhecimento histórico não havia ainda precedentes europeus. Segundo Íris Kantor, “outras academias particulares ou régias dedicavam-se à investigações históricas – mas não só a elas –, não sendo exclusivamente academias de História, como era o caso da portuguesa.”¹²⁸ Joaquim Veríssimo Serrão assevera que a Real Academia de História teve sua fundação influenciada pela anterior criação de academias inspiradas em agremiações italianas que promoviam palestras literárias. Uma delas, pelo menos, se dedicou ao debate de temáticas ligadas à história eclesiástica.¹²⁹ Muitas destas academias surgiram em Portugal entre 1715 e 1720, e precisam ter sua importância relativizada em decorrência de sua efemeridade. Elas ajudam, contudo, a desnudar um ambiente intelectual fértil, direcionado à instalação de iniciativas de cariz semelhante.

As academias surgiram em um contexto no qual havia uma premência latente no sentido de buscar no passado a legitimidade da soberania portuguesa. Não se pode desconsiderar, entretanto, que o surgimento desses grêmios anunciava um ambiente intelectual propenso ao acolhimento da proposta formulada pelos estatutos da academia

¹²⁵ KRIEDEL, op. cit., p. 128.

¹²⁶ Ibidem, p. 132.

¹²⁷ KANTOR. *Esquecidos e renascidos...*, op. cit., p. 27.

¹²⁸ KANTOR, Íris. A Academia Real de História Portuguesa e a defesa do patrimônio ultramarino: da Paz de Westfália ao Tratado de Madri (1648-1750). In: FERLINI, Vera Lúcia Amaral e BICALHO, Maria Fernanda (orgs.). *Modos de governar*. São Paulo, Alameda, 2005, p. 258.

¹²⁹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *A historiografia portuguesa*, v. III. Lisboa, Verbo, 1974, p. 56-57.

histórica, idealizada e fundada por D. João V, e colocada sob sua real proteção. Essa proteção outorgou ao congresso “importantes privilégios, como um considerável apoio financeiro, dispensa da Censura do Paço para suas publicações, facilidades quanto a utilizar o funcionalismo civil e eclesiástico, prelo privativo.”¹³⁰ No que tangia à produção histórica, a Academia Real da História Portuguesa teria como um de seus principais objetivos fazer frente a toda sorte de contestações que a soberania lusitana sofria por parte de seus vizinhos.

Ao lado da atuação efêmera de academias que tangenciaram em debates com traços históricos havia a multissecular tradição portuguesa de registrar os acontecimentos marcantes de suas sucessivas casas reais pela atividade individual de cronistas. A ação intelectual desses indivíduos certamente contribuiu a criação dos pré-requisitos necessários à fundação de uma academia direcionada à escrita da história do reino. A produção coletiva, entretanto, repousava sobre novas bases e se calcava em um novo tipo de discurso histórico

que pela metodologia que utilizou e pelos problemas levantados se inscreve já, em muitos aspectos, no horizonte epistemológico da historiografia denominada ‘cartesiana’, ou seja, uma historiografia baseada no valor criteriológico da crítica, num cepticismo metódico e sistemático.¹³¹

Norberto Ferreira da Cunha afirma que os letrados que compuseram o corpo da Academia deram origem a uma nova lógica da História.¹³² Assim, os novos paradigmas que norteariam a produção historiográfica coletiva lusitana estavam pautados em uma *inequívoca modernidade*, que advinha da subordinação da “autoridade da tradição (por muito respeitável que fosse) ao critério de uma razão condicionada pelos ‘dados documentais.’”¹³³ A nova narrativa histórica portuguesa do século XVIII estaria submetida à necessidade de comprovação factual que somente as fontes documentais poderiam conferir. A Real Academia da História Portuguesa se propunha, destarte, a escrever a história universal do Reino de Portugal e, num segundo momento, de todas as suas possessões ultramarinas. A produção deveria servir aos interesses do absolutismo português na medida em que buscaria legitimar sua soberania em todos os recantos do mundo onde se fizesse presente a colonização lusitana – além, é claro, do território metropolitano – pela confecção de trabalhos calcados em documentos autênticos. “São estes documentos os verdadeiros ‘dados’ da História e, por que

¹³⁰ SARAIVA, Antônio José e LOPES, Óscar. *História da literatura portuguesa*. Porto, Ed. Porto, 1970, p. 546.

¹³¹ CUNHA. *Elites acadêmicas...*, op. cit., p. 13.

¹³² Ibidem, p. 25.

¹³³ Ibidem.

nos mostram a realidade tal como foi, eles são – como dizem os *Estatutos* da Academia – ‘os irrefragáveis testemunhos da verdade.’”¹³⁴

Os objetivos da Real Academia demonstravam bastante afinação com uma sentença proferida por Jean Chapelain a respeito da importância da história para a monarquia: “l’histoire est un des principaux moyens pour conserver la splendeur des entreprises du Roi et le détail de ses miracles.”¹³⁵ Chapelain tinha bastante experiência no meio acadêmico francês e certamente estava ciente dos papéis sociais e políticos que as congressos acadêmicos e suas respectivas produções intelectuais poderiam desempenhar. Ele não apenas fora incumbido pelo Cardeal Richelieu de redigir os estatutos da Académie Française como também trocou correspondência com Colbert quando esse almejava fundar uma academia histórica para glorificar o monarca francês e seu reino, tendo sido, ainda, membro da Académie des Inscriptions et Belles-Lettres.¹³⁶ Apesar do teor da sentença, Chapelain mostrou alguma reticência¹³⁷ quanto à utilidade da produção de obras históricas nos moldes em que a Real Academia Portuguesa proporia. Sua declaração traz, contudo, uma apologia à legitimidade de que as iniciativas régias poderiam – e deveriam – ser cercadas. Legitimidade que só poderia ser conferida pela manifestação das vontades do soberano, que se materializariam em suas ações, e que seria buscada e descrita no plano intelectual com auxílio da história em um contexto no qual a manutenção da soberania no continente americano era uma das prioridades do reinado joanino.¹³⁸

A Academia Real de História Portuguesa dava impulso à construção e publicização da memória histórica imperial, promovendo o conhecimento do território e das populações ultramarinas, mas, principalmente, promovendo a afirmação da soberania interna e externa em suas conquistas americanas. Reunidas na Academia Real de História Portuguesa, as elites dirigentes eclesiásticas e seculares enfrentaram o desafio de construir um discurso estatal de defesa da nacionalidade portuguesa perante os demais Estados europeus. Os historiadores da Academia Real transformaram-se em artífices de um novo discurso sobre o espaço imperial, renovando as concepções vigentes até então.¹³⁹

¹³⁴ CUNHA, *Elites acadêmicas...*, op. cit., p. 34-35.

¹³⁵ KRIEGER, op. cit., p. 183.

¹³⁶ Ibidem, p. 178.

¹³⁷ Ibidem, p. 179.

¹³⁸ Jaime Cortesão afirmou que garantir a soberania fora uma verdadeira obsessão para D. João V. O monarca não mediu esforços para salvaguardar os interesses portugueses, e pela soberania “mudou a política exterior de Portugal. Por ela teimou, contra o parecer de alguns de seus ministros e conselheiros, na conservação da Colônia do Sacramento, que mais tarde veio a tornar-se a chave das negociações do Tratado de Madri. Por ela promoveu a criação das dioceses de Mariana e São Paulo (...). Por ela preparou por quase vinte anos de pertinazes esforços um Novo Atlas do Brasil (...). Finalmente, neste vasto empenho dispendeu igualmente grandes quantidades de ouro.” CORTESÃO. *Alexandre de Gusmão...*, op. cit., t. I, p. 64.

¹³⁹ KANTOR. *A Academia Real de História Portuguesa ...*, op. cit., p. 276.

No rastro da criação da primeira academia histórica digna dessa alcunha, foi fundada na Bahia, no ano de 1724, a Academia Brasílica dos Esquecidos. É inegável o surgimento dessa agremiação enquanto reflexo direto do aparecimento da Real Academia de História Portuguesa, na metrópole, quatro anos antes. Sentindo-se preteridos pelos estatutos da congênere lusitana, indivíduos das elites habitantes da capital da América portuguesa, liderados pelo vice-rei, D. Vasco Fernandes César de Meneses, visconde de Sabugosa, deram origem a um grêmio de moldes semelhantes, e, principalmente, imbuídos do mesmo objetivo. João Palma-Ferreira afirma que a Academia dos Esquecidos dedicou-se “fundamentalmente à história do Brasil, mas com naturais concessões ao espírito literário da época” e que o funcionamento do grêmio “era em tudo idêntico ao das academias metropolitanas e, em certo sentido, pretendia entender-se como extensão da Academia de História.”¹⁴⁰ A notícia de fundação¹⁴¹ da Academia dos Esquecidos advertiu que o congresso tomou “por matéria principal de seus estudos a História Brasílica dividida em quatro partes.”¹⁴² As dissertações históricas contemplariam a história eclesiástica e secular, esta se desdobrando em militar, política e natural. Além delas, os certames literários compunham as atividades do grêmio que deveria funcionar como “espaço de elite para apresentação de trabalhos dos muitos letrados que se encontravam radicados ou eram nascidos na Colônia.”¹⁴³ Na ‘notícia de fundação’ ficou determinado que para as conferências seriam estabelecidos “dois argumentos ou assuntos, um heróico, outro lírico”¹⁴⁴ que deveriam nortear a produção poética.

Faziam parte deste seleto grupo o Juiz de Fora Inácio Barbosa Machado, irmão do conhecido bibliófilo Diogo Barbosa Machado, que foi nomeado Mestre de História Militar, o Desembargador Caetano de Brito e Figueiredo, designado Mestre em História Natural, o Reverendo Padre Gonçalo Soares da França, denominado Mestre de História Eclesiástica e o Desembargador e Ouvidor Geral do Cível Luís Siqueira da Gama, a quem foi atribuído o cargo de Mestre de História Política.¹⁴⁵ Além deles, D. Vasco Fernandes convidou para dar início à Academia, o Coronel Sebastião da Rocha Pita, o Capitão João de Brito Lima e José da Cunha Cardoso que assumiu a função de secretário do congresso acadêmico.¹⁴⁶ Os

¹⁴⁰ PALMA-FERREIRA, João. *Academias literárias dos séculos XVII e XVIII*. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1982, p. 116.

¹⁴¹ José Aderaldo Castello adverte que o título “Notícia de Fundação” foi atribuído ao documento que apresenta a criação da Academia dos Esquecidos, não constando o referido título nos documentos originais. CASTELLO, José Aderaldo. *O movimento academicista no Brasil: 1641-1820-22*. São Paulo, Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, 1969, v.I, t.I, p. 2.

¹⁴² Ibidem, p. 3.

¹⁴³ MORAES. *A Academia Brasílica dos Esquecidos...*, op. cit., p. II.

¹⁴⁴ CASTELLO, op. cit., p. 4.

¹⁴⁵ MORAES, *A Academia Brasílica dos Esquecidos...*, op. cit., p. 46.

¹⁴⁶ CASTELLO, op. cit., p. 3.

membros das elites coloniais e metropolitanas que se reuniram no esforço de fundar a agremiação estavam afinados com as aspirações régias de enaltecer, pela produção intelectual, a soberania lusa nos trópicos americanos. Essa iniciativa pode ser vista como uma demonstração de fidelidade dos súditos para com seu rei e certamente seria utilizada por eles quando da requisição de concessões e/ou mercês. Os acadêmicos esquecidos carregaram esse nome em uma apologia direta aos estatutos da sua similar metropolitana. Se podemos dizer que o empreendimento levado a cabo pelos membros das elites situados na praça da Bahia apresentava objetivos semelhantes àqueles propostos pelo grêmio lusitano, seus propósitos devem, contudo, ser devidamente adaptados à realidade do seu local de fundação. As atividades acadêmicas tiveram duração de onze meses – março de 1724 a fevereiro de 1725 – e, apesar de sua efemeridade, as sementes lançadas ao solo durante sua breve existência frutificariam três décadas e meia mais tarde.

Em 1759, trinta e cinco anos depois da criação da Academia dos Esquecidos, José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo, fundou, também na Bahia, a Academia Brasília dos Acadêmicos Renascidos. Ela que, assim como suas predecessoras, se dedicou à produção de um discurso histórico de cariz legitimador, teve como objeto o território português no continente americano e manifestou as particularidades concernentes ao contexto que cercou seu surgimento. Além de ter aglutinado alguns dos membros *esquecidos* em suas fileiras, o grêmio renascido trazia no nome uma referência ao seu congênere colonial. Acreditamos, assim, ser possível considerar que as atividades das três academias históricas – uma metropolitana, duas luso-brasileiras – estiveram genealogicamente atreladas. As ações da Academia dos Renascidos (1759) dedicadas à escrita de uma história geral da América portuguesa estiveram interligadas ao surgimento e à produção intelectual dos acadêmicos reunidos em torno da Academia dos Esquecidos (1724), que por sua vez se associou diretamente à fundação da Real Academia da História Portuguesa (1720).

A análise das obras legitimadoras escritas pelos membros das academias históricas setecentistas deve levar em conta que as colônias portuguesas despertavam a cobiça por toda a Europa e que as potências mercantes almejavam entrar em contato com esses promissores mercados ultramarinos, fornecedores de matérias-primas, – e que se configuravam, a partir do século XVIII, como manancial de minas de ouro e diamante – sem o intermédio imposto pelo exclusivo metropolitano. Se a Real Academia de História pode ter sua produção intelectual associada ao desejo metropolitano de ratificar a legitimidade portuguesa frente aos planos expansionistas de seus vizinhos, a Academia dos Renascidos – bem como a Academia dos Esquecidos – pode ser vista como uma resposta elaborada pelas elites situadas no Brasil a

toda sorte de contestações que o domínio português vinha sofrendo em terras ultramarinas desde meados do século XVII. O contexto era o da explosão da produção aurífera na colônia, quando a atenção européia se voltava, mais do que nunca, para as ricas terras brasílicas. No ano de fundação da Academia dos Renascidos, Portugal estava envolvido na Guerra dos Sete Anos (1756-1763), pairando sobre os portugueses, novas ameaças de invasão de seus territórios metropolitano e/ou colonial por espanhóis e franceses. Durante a Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1713) os franceses já haviam se aproveitado do alinhamento português às forças anglo-batavas para promover incursões justificadas nas terras lusas da América. As obras *renascidas* convergiriam para cercar de legitimidade a colonização portuguesa no continente americano enaltecendo e confirmando sua precedência quase tri-secular. A produção intelectual desempenharia, assim, uma função política, associada aos interesses da Coroa portuguesa e das elites metropolitanas e coloniais.

Há uma memória histórica que representa um exemplo cabal dos elementos de que Portugal teria de lançar mão para comprovar o exercício do domínio político em suas terras brasílicas, diante das exigências que se apresentavam no contexto da nova configuração diplomática e jurídica européia. Assim, buscavam esses objetivos, as

noticias chronologicas, com as memórias do estado presente ecclesiastico, assim secular como regular, em toda a America Portuguesa, incluindo a noticia de todas as igrejas e ermidas dos conventos de religiosos e religiosas, com o numero actual destes e dos clerigos seculares em cada um dos conventos ou parochias, e a noticia que for possivel das suas congruas, rendimentos ou ordinarias. As aldeas de Indios que houver em cada um dos bispados, ou que administrar cada uma das religiões, o numero de vizinhos de cada uma das parochias, declarando tambem o numero dos habitantes, individuando quantos são de um e outro sexo, catalogo dos bispos provinciaes e mais prelados superiores que tem havido em cada diocese e em cada provincia das religiões. Os varões notaveis em virtudes ou letras, os quaes escreveram algumas obras, que andem impressas ou se conservem manuscriptas.¹⁴⁷

Essa proposta de trabalho parece manter conformidade não apenas com os objetivos justificadores da colonização portuguesa no continente americano, mas também com aspectos do reformismo pombalino. Algumas informações buscadas pela pesquisa desnudam objetivos políticos escamoteados em justificativas históricas, ao tempo em que mostram afinação com as reformas implementadas por Pombal. Serve de exemplo, a busca pelas informações sobre as aldeias indígenas administradas por ordens religiosas, assunto ao qual a nova legislação pombalina sobre o índio dedicou especial atenção. O Diretório dos Índios estabelecido no Pará-Maranhão em 1757 e no Estado do Brasil em 1758 almejava “atender às novas demandas da metrópole, que necessitava de súditos para consolidação de seu domínio

¹⁴⁷ *Estatutos...*, BNRJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca.

colonial, tanto nas áreas de fronteira, quanto nas áreas já sob seu domínio.”¹⁴⁸ O que o Diretório buscava na prática a produção histórica do grêmio renascido propunha para o plano da produção intelectual. A preocupação com o contingente populacional, que poderia ser calculado através dos dados paroquiais, foi ponto fulcral para comprovar que a população da América portuguesa era suficiente para colonizar de forma efetiva as terras sob domínio lusitano, ponto que seria, de fato, um dos eixos do discurso da Academia.

Sem desconsiderar a importância da iniciativa dos acadêmicos renascidos, o relevo do seu papel legitimador precisa ser relativizado. Seria ingenuidade acreditar que os portugueses confiariam a manutenção de sua soberania à produção de obras históricas por membros das elites metropolitanas ou por academias que viessem a surgir em suas possessões coloniais. Mesmo incentivando a produção de trabalhos que zelassem pela legitimação da sua multissecular presença em terras ultramarinas – e no próprio continente europeu –, os portugueses garantiam a sustentação de seu status de metrópole através de acordos diplomáticos firmados principalmente com a Inglaterra.¹⁴⁹ Isabel Cluny afirma que “a impossibilidade de uma defesa territorial autônoma obrigava-nos a uma política de alianças que por vezes acabava numa pretensa tutela política por parte dos Estados garantes do equilíbrio.”¹⁵⁰ Esses acordos eram extremamente desvantajosos do ponto de vista econômico e, muitas vezes, a salvaguarda da soberania lusa, na medida em que transformavam os ingleses em aliados militares e comprometidos a intervir em caso de invasão dos territórios portugueses. Deve-se ressaltar, contudo, que se os acordos eram uma garantia para os portugueses, essa garantia nem sempre se fazia valer segundo as cláusulas assinadas pelas partes. Referindo-se ao famoso tratado de panos e vinhos assinado por John Methuen, Jaime Cortesão assevera que “a aliança inglesa, conexas com aquele tratado, estava longe de oferecer ao aliado português garantia segura para todas as ameaças exteriores.”¹⁵¹ Portugal, assim, precisaria se munir de todas as armas de que pudesse lançar mão, nas mais variadas instâncias, para fazer valer sua soberania, sabendo que nenhuma era totalmente isenta de lacunas. Mas, os portugueses sempre se mostraram cômicos da necessidade de ceder, através da diplomacia, no terreno econômico, para manter a integridade de seu império.¹⁵²

¹⁴⁸ MEDEIROS, Ricardo Pinto de. Política indigenista do período pombalino e seus reflexos nas capitanias do norte da América portuguesa. In: OLIVEIRA, Carla Mary S. e MEDEIROS, Ricardo Pinto de (orgs.). *Novos olhares sobre as capitanias do norte do Estado do Brasil*. João Pessoa, Editora UFPB, 2007, p. 127.

¹⁴⁹ AZEVEDO, João Lúcio de. *Épocas de Portugal econômico*. Lisboa, Livraria A. M. Teixeira, 1978, p. 385-461.

¹⁵⁰ CLUNY, op. cit., p. 96.

¹⁵¹ CORTESÃO, *Alexandre de Gusmão...*, op. cit., t. p. 45.

¹⁵² NOVAIS, op. cit., p. 19.

Considerando real a máxima segundo a qual os tratados diplomáticos são “papéis que o vento leva”¹⁵³ quando interesses estão em jogo, não há razão para acreditar que o mesmo vento não levasse outros papéis, empilhados ou arrumados sob a forma de livros, opúsculos, dissertações ou memórias históricas. Ainda assim, há que se considerar a produção histórica como fator a auxiliar na criação de legitimidade e de autonomia – calcada na precedência – e na confirmação da tomada de posse e colonização das terras americanas por portugueses frente aos seus adversários diretos. Não se pode desprezar, ainda, a estratégia das elites que compunham os quadros da Academia de salvaguardar seus próprios interesses, que certamente seriam contestados, no caso de uma invasão ou da perda do exclusivo estabelecido de longa data com Portugal. Além disso, essa produção intelectual que se coadunava com os interesses metropolitanos, e que tinha o objetivo de ajudar a garantir a soberania portuguesa em terras americanas, seria utilizada também para que os membros das elites locais envolvidos no processo de construção da História Universal da América Portuguesa reivindicassem o atendimento de alguns de seus interesses.

As teias informativas dentro do império forjavam-se aos moldes da sociedade do Antigo Regime, seguiam a mesma lógica hierárquica, a mesma busca de privilégios e distinções. Como qualquer serviço prestado à realeza, o conhecimento era parte de uma troca, de um negócio entre o rei e seus súditos.¹⁵⁴

A Academia se re-significava e de centro de produção intelectual atrelado aos interesses régios de manutenção da soberania se configurava em local de sociabilidade intelectual das elites locais, uma verdadeira plataforma através da qual membros das elites luso-americanas poderiam se confrontar e entabular negociações atinentes a interesses individuais ou coletivos. As elites locais estavam plenamente cientes do papel que o Brasil representava na balança de negócios portuguesa e da dimensão que a América portuguesa assumiu quando do centramento Atlântico da economia lusitana, a partir do século XVII. Daí a ampliação do poder de barganha auferido pelos grupos dirigentes coloniais – e a convicção desta ampliação – que balizou suas ações e os objetivos subjacentes às expectativas de recebimentos de mercês de variadas naturezas.¹⁵⁵

Há que se considerar ainda que a instituição, os membros renascidos e a produção a eles associada precisam ser considerados a partir de sua inserção no universo reformista que marcou o período pombalino. Mesmo não tendo sido um empreendimento orquestrado

¹⁵³ SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra*. São Paulo, Cia. das Letras, 2007, p. 93.

¹⁵⁴ RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas*. Monarcas, vassalos e governo a distância. São Paulo, Alameda, 2008, p. 20.

¹⁵⁵ KANTOR. *Esquecidos e Renascidos...* op. cit., p. 34.

diretamente pelo Marquês de Pombal, o aparecimento do grêmio se situou em uma época de renovação política, econômica, administrativa, intelectual e social. Sua fundação se deveu a um funcionário do aparato administrativo português enviado ao Brasil, escolhido a dedo por Sebastião José de Carvalho e Melo, para implementar algumas das mudanças que caracterizaram todo o consulado pombalino.¹⁵⁶ Eram comuns, nesse tempo, os embates e as querelas entre os diversos grupos e estamentos nobiliárquicos envolvendo intelectuais, religiosos membros da administração metropolitana e colonial que entraram em litígio pressionados pela centralização promovida por Pombal.¹⁵⁷ O congresso renascido era um espaço de sociabilidade em que esses conflitos poderiam se manifestar ora mais diretamente ora através de subterfúgios. Esses grupos ligados às elites locais e metropolitanas conheciam os mecanismos de barganha a serem utilizados para o atendimento de seus interesses, fosse pelas suas relações diretas e indiretas, sanguíneas ou não, com as principais casas nobiliárquicas do reino, fosse por pressões já feitas nos mecanismos e estruturas do poder régio em busca de mercês e concessões. Assim, parece lícito considerar a possibilidade de que a Academia e sua produção fossem elementos legitimadores das tensões e campo de embates das elites luso-brasileiras e, ao mesmo tempo, local a partir do qual alguns de seus interesses poderiam ser reivindicados.

¹⁵⁶ O desembargador José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo foi nomeado Conselheiro do Ultramar na Bahia aos 13 de maio de 1758, chegando a essa capitania a 27 de agosto do mesmo ano. Mascarenhas além de ter sido encarregado, pelo futuro Marquês de Pombal, de orquestrar a expulsão dos jesuítas da colônia, trazia consigo outras duas incumbências: criar o Conselho de Guerra e Estado, a ser presidido pelo Vice-Rei do Brasil, e o Conselho da Mesa de Consciência, que ficaria sob a tutela do arcebispo primaz da colônia. Para auxiliar Mascarenhas em sua missão, foram enviados também os comissários Antônio de Azevedo Coutinho e Manuel Estevão de Almeida Vasconcelos Barberino, uma vez que a incumbência de criar dois Conselhos, até então inéditos em terras brasílicas – isso para não mencionar a expulsão dos jesuítas – não seria tarefa tão simples. LAMEGO, Alberto. *A Academia Brazilica dos Renascidos*. Bruxelas, D'Art Gaudio, 1923, p. 9-10. José Mascarenhas era homem de confiança de Pombal e, pelas atribuições a ele conferidas, identificamos as tentativas metropolitanas de reforma dos mecanismos administrativos que objetivavam aprimorar o funcionamento das instâncias burocráticas e agilizar a tomada de decisões em assuntos atinentes à realidade da colônia. Um controle mais efetivo era o objetivo a serviço do qual trabalhava a burocracia característica da ilustração despótica pombalina. KANTOR. *Esquecidos e Renascidos...*, op. cit., p. 119.

¹⁵⁷ MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *Uma sinfonia para o Novo Mundo: a Academia Real das Ciências de Lisboa e os caminhos da ilustração luso-brasileira na crise do Antigo Sistema Colonial*. 1999. 453 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999, p. 15.

CAPÍTULO II

A ACADEMIA DOS RENASCIDOS POR DENTRO

As engrenagens institucionais da produção intelectual renascida e o direcionamento das atividades acadêmicas

José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo determinou que deveria haver quarenta vagas para membros permanentes, deixando em aberto o número de participantes correspondentes. Pedro Calmon traz a informação de que logo na segunda sessão o número de sócios aumentou para quarenta e oito.¹⁵⁸ Muitas das pessoas que faziam parte das elites econômica, religiosa, administrativa, política situadas na América portuguesa foram convidadas para ingressar como sócias. O estatuto advertia que para ser aceito no congresso renascido, o candidato precisaria, obrigatoriamente, “defender a verdade da imaculada conceição da virgem mãe de Deus.”¹⁵⁹ As relações entre a Academia e a Igreja Católica eram estreitas. Não apenas a chegada do cristianismo à América portuguesa foi tema privilegiado das propostas de dissertação do grêmio, como o corpo acadêmico era composto por inúmeros religiosos. Não podemos esquecer que toda a produção intelectual deveria passar pelo filtro da censura católica¹⁶⁰, isso para não mencionar a escolha do local em que seriam realizados os encontros e debates acadêmicos, uma igreja.

Além de tudo isso, a Igreja foi um dos instrumentos utilizados pelas argumentações dos acadêmicos para demonstrar a sedimentação das instituições portuguesas em solo americano. José Pedro Paiva afirma que desde aos tempos de D. Manuel I o poder temporal tomou consciência da importância da Igreja Católica, sobretudo dos bispos, “enquanto instrumento estratégico para afirmação da ordem e da própria autoridade do poder do rei nos seus domínios.”¹⁶¹ A Igreja detinha alguns trunfos de que a monarquia portuguesa almejava lançar mão para efetivar a conquista das terras que faziam parte do seu império. Além de influenciar nos hábitos e comportamentos das pessoas em decorrência do domínio exercido sobre o sagrado, o poder eclesiástico estava calcado na imposição de um universo cultural e religioso que incrustava “noções muito evidentes de hierarquia, ordem e obediência.”¹⁶² Afora isso, “a penetração espacial que a rede de paróquias possibilitava” fez com que a Igreja se transformasse num canal de mediação e comunicação a partir do qual notícias e ordens

¹⁵⁸ CALMON, Pedro. *História da Literatura Bahiana*. Salvador, Prefeitura Municipal, 1949, p. 62.

¹⁵⁹ *Estatutos...*, BNRJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca. Original Manuscrito, 41 p.

¹⁶⁰ MUNTEAL FILHO, op. cit., p. 3.

¹⁶¹ PAIVA, José Pedro. *Os Bispos de Portugal e do Império 1495-1777*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p. 172.

¹⁶² Ibidem.

emanadas do centro político chegavam à periferia.¹⁶³ De todos os papéis desempenhados pela Igreja portuguesa na solidificação do aparato colonizador no Brasil, esse poderia ser associado com mais propriedade aos objetivos da Academia dos Renascidos.

Os acadêmicos se apropriaram das funções do aparelho diocesano utilizado pela monarquia como instrumento a serviço da colonização, e fizeram dele um dos elementos comprobatórios do domínio exercido pelos portugueses em sua colônia americana. A Igreja – e todo o aparato humano e institucional que ela trouxe em seu rastro desde o princípio do processo colonizador – seria utilizada como prova da fixação e disseminação no Brasil das instituições que serviam aos interesses da Coroa portuguesa. Destarte, os estatutos renascidos determinaram que todas as Ordens religiosas que vieram para o Brasil fossem contempladas com dissertações que deveriam esquadriñar suas respectivas histórias e consolidação na América portuguesa.¹⁶⁴ Carmelitas, beneditinos, franciscanos, oratorianos, etc, todos teriam sua história contada. Até mesmo os jesuítas, que pouco tempo depois seriam expulsos do império português, teriam uma dissertação sobre sua história nas terras lusas do continente americano.

Além das Ordens, cada um dos Bispados teria sua história escrita, Grão-Pará, Pernambuco, Maranhão, São Paulo, Rio de Janeiro, Mariana, assim como o Arcebispado da Bahia.¹⁶⁵ Como os Bispados de Angola e São Tomé eram sufragâneos do Arcebispado da Bahia, cada qual foi tema de um trabalho histórico.¹⁶⁶ As representantes femininas do clero não foram esquecidas e uma dissertação deveria escrever a história “De todos os Conventos de Religiozas e Recolhidas.”¹⁶⁷ O acadêmico Antonio de Oliveira juntamente com Antonio Rodrigues Nogueira “que ambos são Vizitadores actuaes deste Arcebispado”¹⁶⁸ ficaram encarregados de escrever “as noticias mais exactas que lhes for possivel, de todas as terras por onde fiserem jornada no tempo de suas vizitas e as iraõ remettendo á Academia.”¹⁶⁹ Foi elaborada uma proposta detalhada que almejava dar conta, de forma pormenorizada, de todas as informações disponíveis e das formas através das quais se poderia usar o aparelho diocesano em favor da confirmação da solidez institucional que havia marcado os anos de colonização desde a chegada dos portugueses. Deveriam ser arroladas as

¹⁶³ PAIVA, op. cit., p. 172.

¹⁶⁴ *Estatutos...*, BNRI, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca.

¹⁶⁵ Ibidem.

¹⁶⁶ Ibidem.

¹⁶⁷ Ibidem.

¹⁶⁸ Ibidem.

¹⁶⁹ Ibidem.

noticias chronologicas, com as memórias do estado presente ecclesiastico, assim secular como regular, em toda a America Portugueza, incluindo a noticia de todas as igrejas e ermidas dos conventos de religiosos e religiosas, com o numero actual destes e dos clérigos seculares em cada um dos conventos ou parochias, e a noticia que for possivel das suas congruas, rendimentos ou ordinarias. As aldeas de Indios que houver em cada um dos bispados, ou que administrar cada uma das religiões, o numero de vizinhos de cada uma das parochias, declarando tambem o numero dos habitantes, individuando quantos são de um e outro sexo, catalogo dos bispos provinciaes e mais prelados superiores que tem havido em cada diocese e em cada provincia das religiões.¹⁷⁰

Assim, os acadêmicos buscariam de forma pormenorizada as origens brásílicas de uma instituição que criara raízes profundas na América portuguesa e que fazia parte, de forma incontestável, da concretização da empresa colonial lusitana no Brasil. Os dados de que a Igreja dispunha seriam impreteríveis para a confirmação do domínio exercido pelos portugueses no interior do continente americano. A reformada legislação pombalina dotara os nativos de um novo estatuto que os transformava em súditos do rei de Portugal, e, como tal, emissários que ocupavam a terra em seu nome. Muitos desses nativos estavam aldeados e se encontravam sob administração direta das Ordens religiosas. Outro aspecto importante dizia respeito às ordens religiosas e aos documentos que seus arquivos guardavam. Como a produção renascida se respaldava em registros documentais para legitimar sua narrativa histórica, as fontes dos arquivos das Ordens religiosas eram mananciais que poderiam ajudar na tarefa de se escrever a história da América portuguesa, se configurando algumas vezes como única opção no que tangia aos documentos disponíveis, especialmente sobre os tempos mais remotos da colonização. A Igreja e seus representantes haviam sido muito importantes para a empresa colonial e a Academia deveria perscrutar a história para transformá-los em agentes do discurso legitimador. Eles seriam uma importante comprovação da interiorização da influência lusitana pelo coração da América e do domínio sob o qual haviam sido colocados a terra e sua gente.

As funções políticas desempenhadas no discurso renascido pelo aparato diocesano seriam complementadas pelas atribuições das instituições político-administrativas instaladas na América portuguesa. Além de recuperar a memória das instâncias ligadas ao poder espiritual, a Academia buscou mapear a gênese da instalação da estrutura administrativa portuguesa, que se configurava como outro ramo do domínio exercido sobre a colônia. Assim, as dissertações se pautaram também no arrolamento dos mecanismos institucionais responsáveis por aplicar no Brasil as determinações emanadas a partir de Lisboa, e na

¹⁷⁰ *Estatutos...*, BNRJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca.

genealogia dos funcionários portugueses que haviam contribuído para a consolidação desse aparato administrativo. Diante disso, foi designado que se escrevesse

quando se estabeleceu a primeira vez a Relação nesta cidade da Bahia? Quem foi o Chanceler que a veio crear? Quanto tempo durou o seu despacho? E por que se extinguiu? Os motivos da segunda vez se erigir este tribunal? Como? E em que tempo?¹⁷¹

A tentativa dos acadêmicos de perquirir a gênese do Tribunal da Relação foi associada ao levantamento de “Memorias para História de todos os Tribunaes e mais Ministros de Justiça, Fazenda que ha e tem havido no Brasil com noticia do seu estabelecimento, e da divisaõ das suas respectivas jurisdiçoens.”¹⁷² Assim, a estrutura administrativa e os personagens responsáveis pelo seu funcionamento seriam arrolados no que se configurava como uma tentativa de demonstrar e confirmar a submissão que as leis portuguesas haviam imposto à sua colônia. A Bahia polarizou algumas dissertações em decorrência do papel destacado que desempenhou durante todo o período que se estendeu da chegada dos portugueses até a fundação da Academia em 1759. Além de sede do Arcebispado, a Bahia era capital do Estado do Brasil e sua história estava intimamente atrelada à chegada e estabelecimento das primeiras instituições portuguesas no continente americano. Por isso, além do “Elencho dos SRs Governadores e Vice-Reys que governaraõ esta Praça da Bahia com calculo dos annos em que vieraõ”¹⁷³, os renascidos queriam saber “Quantos governadores interinos tem havido na Bahia? Quem eraõ? O modo por que foraõ nomeados? E quanto tempo governaraõ?”¹⁷⁴ O aparato administrativo e seu corpo de funcionários também apareceram na perspectiva renascida como elementos a serviço da confirmação histórica da soberania lusitana no Brasil e do domínio que por aqui haviam exercido.

Enaltecido o papel político das instituições eclesiásticas e administrativas no longo processo de consolidação das instâncias lusitanas no Brasil, através da apresentação das suas respectivas histórias, a Academia seguia com seu programa de escrever a história eclesiástica e secular, geográfica e natural, política e militar da América portuguesa. Dessa forma ia tomando corpo a proposta legitimadora formulada pelo grêmio renascido. Associadas às estruturas religiosa e administrativa, as forças militares apareciam como uma das prerrogativas indispensáveis para a legitimação da legalidade da posse e exploração da terra. As regiões cuja colonização coube a Portugal deveriam ser guardadas e policiadas de forma

¹⁷¹ *Estatutos...*, BNRJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca.

¹⁷² *Ibidem*.

¹⁷³ *Ibidem*.

¹⁷⁴ *Ibidem*.

permanente por forças militares¹⁷⁵ e a Academia utilizaria a história militar para comprovar que isso efetivamente aconteceu e acontecia na América portuguesa. Cientes da importância que a comprovação do domínio militar desempenhava na diplomacia setecentista, os acadêmicos renascidos cuidaram de delegar três membros para confeccionarem um trabalho histórico que tinha por tema

As memorias do estabelecimento, augmento e estado presente de todos os corpos militares que ha e tem havido na América Portuguesa, com mappas geraes e particulares do estado presente das tropas, dos soldos que vencem (por que tambem comprehendem os auxiliares e ordenanças), da graduação dos postos, e dos privilegios especiais que tinhaõ sido concedidos aos militares.¹⁷⁶

Requeria-se um mapeamento completo do estado, pregresso e presente, em que se encontravam as forças militares na América portuguesa. O objetivo de confirmar o domínio das terras americanas estava intimamente associado à necessidade de se conhecer melhor o terreno. Destarte, a confecção de mapas entra no universo da produção intelectual como mais uma ferramenta na busca pelos segredos geográficos ainda ignorados que se fazia premente desvendar. Deve-se levar em conta a transformação do conceito de limite que a partir século XVII deixa “de exprimir apenas a ideia de *limite geográfico* para adquirir um novo significado – o de *limite de poder/soberania*.”¹⁷⁷ A afirmação de Ronald Raminelli de que “sem conhecimento geográfico não se poderia exercer um poder imperial convincente”¹⁷⁸ se adéqua com bastante propriedade ao contexto e ao conteúdo da produção renascida. Assim, a história militar se associava à história geográfica na luta pela comprovação da soberania e se atrelavam, ainda, ao desejo e à necessidade premente de conhecer melhor as regiões interiores do continente americano. Outra memória, bastante sintonizada com esta premissa, propôs a elaboração de um trabalho histórico que desse conta das

fortificações com planos, que for possível. Um mappa geral da America Portuguesa, outro das provincias que pertencem a Portugal, divididos depois em mappas particulares, um dos bispados, e outro de todas as capitancias, etc., de sorte que no dito mappa se conheça tambem a divisão das comarcas.¹⁷⁹

A história militar, que se pautava em grande medida na necessidade de aprimorar o conhecimento geográfico da América portuguesa, foi uma das modalidades do discurso legitimador. Os portugueses não podiam vencer no campo de batalha seus adversários que almejavam transformar o Brasil numa zona livre das peias impostas pelo pacto colonial.

¹⁷⁵ KANTOR. *Esquecidos e Renascidos...*, p. 47.

¹⁷⁶ *Estatutos...*, BNRJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca.

¹⁷⁷ CLUNY, op. cit., p. 100.

¹⁷⁸ RAMINELLI, op. cit., p. 25.

¹⁷⁹ *Estatutos...*, BNRJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca.

Diante disso, o discurso histórico das academias brasílicas setecentistas foi um canal de confirmação do efetivo domínio militar exercido pelos portugueses sobre sua colônia no continente americano. Essa confirmação poderia ajudar as deslegitimar as contestações que embasavam os litígios que poderiam redundar em confrontos dos quais Portugal não poderia sair vitorioso em decorrência da inferioridade do seu aparato militar. Por isso as práticas discursivas das academias históricas assumiam tanta relevância como recurso legitimador.

Em primeiro de junho de 1723, Ignácio Barbosa Machado teria oferecido ao Vice-Rei do Brasil, Vasco Fernandes Cesar de Meneses, um conjunto de obras intitulado de *Exercícios de Marte, Nova Escola de Bellona, Guerra Brasilica ou Dissertações críticas e históricas do descobrimento, e origens dos povos e regiões da America, povoações e conquistas, guerras e victorias com que a Nação Portuguesa conseguiu o Dominio das 14 Capitanias que formão a Nova Lusitania ou Brasil*.¹⁸⁰ Essa obra mostrava bastante afinção com os objetivos da Academia dos Renascidos, como de resto a produção intelectual da Academia dos Esquecidos, que seria fundada menos de um ano depois da referida oferta e da qual Ignácio Barbosa Machado seria membro. José de Mirales, tenente-coronel de um dos Regimentos da cidade de Salvador, membro numerário das duas academias brasílicas, teria se inspirado nas *dissertações* de Ignácio Barbosa Machado para escrever sua obra, intitulada *História Militar do Brasil*¹⁸¹, tema do capítulo VII deste trabalho. Essa comunhão ajuda a evidenciar as relações de proximidade que marcaram os objetivos legitimadores dos dois congressos brasílicos. Os temas geográficos e militares atinentes às necessidade de comprovar o domínio que os portugueses exerciam no Brasil, assumiram papel destacado no discurso legitimador das duas academias históricas brasílicas luso-brasileiras setecentistas. Eles evidenciam como eram importantes os objetivos de confirmar o efetivo policiamento e guarda militar das regiões coloniais, na medida em que esses elementos lastreavam a legitimidade da colonização evitando contestações e tentativas de ingerência estrangeira. Como veremos mais adiante, essa importância não estava relacionada exclusivamente ao imperativo de comprovar o domínio sobre as terras da colônia, ela se direcionava também à expectativa de descoberta de novas e potenciais riquezas a serem exploradas.

¹⁸⁰ Essa informação foi retirada de um manuscrito, infelizmente não datado, encontrado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no qual os estatutos e as propostas de pesquisa da Academia dos Renascidos foram copiados. Sabemos apenas que não se trata do manuscrito original no qual foram dispostas pela primeira vez as propostas renascidas em 1759, pois o manuscrito afirma que o diretor da Academia José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo “foi preso em huma Fortaleza e julgado morto ate 1778 que veio para Lisboa a bordo da Nao dos Luintes (?) ou da Frota desse Anno.” IHGB. Estatutos da Academia Brásilica dos Acadêmicos Renascidos, lata 01, pasta 06.

¹⁸¹ Ibidem.

Mesmo com objetivos claros, previamente estabelecidos, direcionados à produção de obras que tivessem ligação com assuntos históricos que acalentavam fins legitimadores, havia certa liberdade formal quanto à escolha dos temas das dissertações e trabalhos acadêmicos. Querendo, os membros poderiam se dedicar à confecção de obras que se detivessem sobre quaisquer assuntos, ainda que não tivesse havido designação da mesa, que, em primeira instância, era a responsável pela atribuição dos objetos e pela escolha dos sujeitos. Se um sócio considerasse um tema digno de pesquisa poderia se dedicar a ele, devendo, posteriormente, mostrar os resultados de seus estudos. Os estatutos determinavam que “qualquer Academico ou do N° ou supranumerario (q’ em pontos literarios são todos iguaes) poderá dissertar sobre todos estes assumptos, q’ se derem no Congresso, ainda q’ não tenha sido dos nomeados.”¹⁸² Importante frisar que a academia não divulgava apenas os esforços intelectuais de seus membros e um trabalho poderia ser publicado como anexo ou apêndice ainda que seu autor não fizesse parte do congresso renascido. O estatuto garantia que “se admittirá qualquer dissertação, ou outra obra, que offereça alguma pessoa estranha á Academia, e julgando esta que é digna, se imprimirá por appendice no fim de suas obras.”¹⁸³ Para que isso acontecesse seria necessário que a obra fosse analisada e considerada digna de crédito. O mais comum era, entretanto, a determinação pela Academia dos assuntos sobre os quais os trabalhos deveriam se ater.

Em estreita sintonia com a produção histórica institucional, sistematizada a partir de 1720 com a fundação da Real Academia da História Portuguesa, as iniciativas renascidas se espelharam em diretrizes estipuladas no continente europeu e, a despeito da sua efemeridade, sua trajetória intelectual se marcou pelo objetivo de enaltecer a legitimidade soberania lusa no continente americano. Num quadro que apresentou temáticas multifacetadas, os objetivos legitimadores foram marcados por um pragmatismo condizente com as necessidades de fazer frente a toda sorte de contestações – que tornavam a ganhar vulto no contexto da Guerra dos Sete Anos – que colocavam em xeque as prerrogativas exclusivistas desfrutadas pelos portugueses em relação ao Brasil. A dissertação “Apologia Chronologica em que se declara qual foi o *primeiro* capitão portuguez que entrou pela barra da Bahia e qual foi o *primeiro* povoador que nella assentou casa e exerceu domínio”¹⁸⁴ é um ótimo exemplo de atividade intelectual que mostrava a sintonia entre as necessidades metropolitanas de preservação da

¹⁸² *Estatutos...*, BNRJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca.

¹⁸³ *Ibidem*.

¹⁸⁴ Indefinido. “Apologia Chronologica em que se declara qual foi o primeiro capitão portuguez que entrou pela barra da Bahia e qual foi o primeiro povoador que nella assentou casa e exerceu algum domínio.” In: LAMEGO, op. cit., p. 68.

autonomia e a produção histórica nos moldes propostos pelo grêmio renascido. A ênfase dada ao termo *primeiro* é digna de nota, uma vez que um dos objetivos da produção de trabalhos históricos era mapear a precedência portuguesa que corroboraria a legitimidade da exploração das terras americanas e justificaria plenamente o exclusivo metropolitano. Assim, seria confirmado o argumento da antecedência lusitana ao tempo em que era comprovada a idéia de que os portugueses haviam exercido domínio sobre o território. O mais importante seria criar subsídios históricos para evitar que as potências rivais pleiteassem o estabelecimento de relações diretas com o Brasil sem intermédio português, causa de boa parte das contestações estrangeiras.

Havia a fomentação do debate quando mais de um acadêmico – o que sempre acontecia – era encarregado da produção de uma dissertação sobre um determinado tema. No caso da “Apologia Chronologica” supracitada, diferentes versões foram apresentadas pelos acadêmicos previamente designados. A própria dissertação foi uma resposta a um debate que surgiu depois da proposição de um trabalho que teve por tema “Dos Primeiros Descobridores e Povoadores da cidade da Bahia.”¹⁸⁵ As ações de dois súditos portugueses associados aos primórdios da colonização monopolizaram os debates: o donatário Francisco Pereira Coutinho e o *Caramuru* Diogo Álvares Correa foram os personagens que ganharam vulto nesta querela primacial, protagonizando as diferentes versões. Os autores das dissertações, além da preocupação de fundamentar o trabalho em documentos, dialogavam, muitas vezes, com obras que já haviam formulado hipóteses sobre o tema dos primórdios da colonização da América portuguesa. “(...) Francisco Pereira Coutinho foi o primeiro conquistador e povoador da cidade da Bahia e Diogo Alvares Caramurú seu restaurador e não primeiro povoador como diz Rocha Pita (...).”¹⁸⁶ O mais importante é que as propostas divergentes quanto a datas e personagens não enfraqueciam a tese da anterioridade portuguesa, pois os elementos que disputavam a primazia faziam parte de um mesmo universo metropolitano de agentes a serviço do Estado português. A disputa intelectual – que jamais abandonava o fundo político – era pela legitimação de teorias nas quais os protagonistas eram sempre portugueses e/ou estavam a serviço do rei de Portugal. Assim, depois de considerar a opinião de outras obras e apresentar versões de autores que já haviam discutido e elucubrado sobre o objeto, o autor da ‘apologia’ afirmou que

(...) claramente se infere que o naufragio da não em que vinha Diogo Alvares nos baixos chamados dos Indios, *Maraguiquig* e a sua jornada para a França, foi muito

¹⁸⁵ LAMEGO, op. cit., p. 68.

¹⁸⁶ Ibidem, p. 69.

depois da entrada de Francisco Pereira Coutinho na Bahia e do sucesso infeliz que teve com os Indios principaes da terra (...). Não he de crer ou presumir, que estando Diogo Alvares na terra a tempo desta revolução, consentisse que á sua vista, fosse ultrajado pelos Indios um tão illustre portuguez, hum Donatario posto por El Rey.¹⁸⁷

No fim, havia uma plêiade de trabalhos em que não repousava nenhuma certeza absoluta no que tangia aos precursores da colonização, restava a convicção, *apenas*, de que ela foi, incontestavelmente, portuguesa. O aparente desacordo das versões deixava tácita uma concordância que homogeneizava as obras: ninguém poderia negar a primazia portuguesa na colonização desta parte do continente americano.

Além destas dissertações que apelaram para a antecendência da chegada e do domínio exercido pelos portugueses em terras coloniais, houve trabalhos dedicados a discutir a saída do primeiro bispo português da Bahia e do trágico desfecho de sua passagem pelo continente americano. A proposta era de que se escrevesse sobre “Quaes fôram os motivos de se ausentar desta cidade o primeiro Bispo da Bahia e o como acabou a vida?”.¹⁸⁸ Eis o que nos disse o acadêmico José de Oliveira Bessa sobre o assunto em sua dissertação:

Descoberta esta grande Região do mundo 3 de Mayo de 1500, tendo o sceptro lusitano o Felicissimo Rey D. Manuel, enviou logo este Monarcha varios exploradores a reconhecer e a examinar a costa do Brasil. (...) D. João 3º (...) nomeou para o seu primeiro Bispo ao Dr Pedro Fernandes Sardinha, pessoa de muita authoridade e grande experiencia. Esse zeloso Prelado que teve a gloria de ser o primeiro Bispo deste novo mundo, depois de ter trabalhado incansavelmente, assim na forma da vida dos catholicos, como na conversão dos gentios se embarcou para Portugal a 2 de Junho de 1556.¹⁸⁹

No caso do primeiro religioso a conotação era dupla. Não apenas a da primazia, mas também a da responsabilidade de começo do processo de cristianização dos povos bárbaros e selvagens das terras recém-descobertas. A evangelização dos nativos foi outra bandeira levantada pelos portugueses para justificar a sua presença em solo americano. Ancorado no compromisso – que se revestia do caráter de obrigação – de converter os indígenas ao cristianismo, as temáticas religiosas foram recorrentes e a evangelização se tornou justificativa re-significada em obrigação divina. A dissertação contemplou, assim, o papel do religioso enquanto emissário régio, seu papel de primeiro bispo e sua representação como zeloso e incansável em relação às suas obrigações sacerdotais.

A ênfase e a preocupação dos renascidos com a comprovação da anterioridade dos lusitanos em terras brasileiras, pode ser confirmada pela designação de quatro acadêmicos para

¹⁸⁷ Indefinido. “Apologia...” In: LAMEGO, op. cit., p. 75-76.

¹⁸⁸ *Estatutos...*, BNRJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca.

¹⁸⁹ BESSA, José de Oliveira. “Quaes foram os motivos de ausentar desta cidade o primeiro Bispo da Bahia e o como acabou a vida?” In: LAMEGO, op. cit., p. 63-64.

escrever “As Genealogias de toda a América Portuguesa.”¹⁹⁰ Essas genealogias deveriam evidenciar os troncos familiares portugueses que participaram do processo de colonização do Brasil desde seus primórdios, responsáveis tanto por colonizar a terra e como por participar da domesticação e conversão do gentio. Esse último também apareceu, ao lado dos patrícios, em diferentes abordagens da produção renascida. Houve um estudo sobre os “Índios famosos em armas que neste Estado do Brasil concorreram para sua conquista temporal e espiritual”¹⁹¹ no qual foram enumerados os personagens nativos, condecorados com honras e comendas portuguesas, que se destacaram pelo auxílio na instalação da máquina lusitana nas terras americanas. Tendo ‘optado’ pelos patrícios, alguns desses nativos se notabilizaram pela resistência quando das invasões estrangeiras. Assim, os índios que abraçaram as causas lusitanas, ou que se identificaram com os ideais político-religiosos que nortearam a colonização de matriz portuguesa foram listados, e as razões de seus méritos enaltecidas. Eles também poderiam ajudar a evidenciar o sucesso da empresa colonial lusitana na superação dos entraves que se opuseram à sua instalação.

1º D. Antonio Felipe Camarão, governador dos soldados de sua nação com habito de Christo merecido por suas gloriosas acções nas guerras de Pernambuco (...) 4º Outro Martim Afonso, Tebyriçá, grande defensor da fé (...) 5º O capitam Tabyra, terror e assombro dos nossos inimigos (...) 8º Pindobuçú, indio magnanimo, intrepido e guerreiro com húa espada de pau na mão ameaça aos seus por conservar a paz com os portuguezes e favorecer os P. P. da Companhia (...) 12º Garcia de Sá, outro indio famoso pregador da fé com espírito semelhante ao Apostolo das gentes (...) 14º Capinno, indio valeroso, sem temor dos seus contrarios, busc a Igreja com demonstrações de catholico (...) 17º O celebrado Jaguarába, id est, cabelo de cão, abalou muita gente da sua nação, trazendo toda sua Aldeia para os P. P., cuja mulher com hum bordão na mão e húas contas no pescoço entrou pregando e dizendo ninguem se espante de me vêr pregar sendo mulher, porque depois de morrer meu marido, fiquei em seo lugar e muito mais agora que já me vejo na Igreja (...) 18º Os indios do Maranhão degolaram aos hollandezes, ganhando-lhes a fortaleza do Ceará. Os indios da capitania do Espirito Santo soccorrem a Villa e lançam fóra os inglezes que nos tinha tomado húa fortaleza (...) 19º A expulsão dos francezes do Maranhão tambem se deve aos indios. Mayor opposição fizeram os indios das Aldeias da Bahia, aos inglezes que então estavam em guerra com nosso reyno, não os deixando pôr o pé em terra, vindo apostados a tomar esta cidade da Bahia (...) 22º No apertado cerco de Olinda, húa india amante dos portuguezes, foi o instrumento da victoria, que ali alcançou dos indios e francezes o capitão-mór Duarte Coelho (...).¹⁹²

Os nativos que se mostraram afinados com os interesses políticos portugueses ou aqueles que se tivessem entregue aos domínios da fé, desfrutavam de um estatuto diferenciado. Sua importância para o sucesso da empresa colonial foi reconhecido, no contexto em que o Diretório dos Índios já propunha transformações nos papéis sociais que os

¹⁹⁰ *Estatutos...*, BNRJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca.

¹⁹¹ Indefinido. “Índios famosos em armas que neste Estado do Brasil concorreram para sua conquista temporal e espiritual.” In: LAMEGO, op. cit., p. 90.

¹⁹² Indefinido. “Índios...” In: LAMEGO, op. cit., p. 90-92.

autóctones poderiam e deveriam desempenhar no Brasil. Baseando-se nessa cronologia dos nativos fiéis à Coroa e/ou devotos à Igreja Católica, de que utilizamos alguns exemplos acima, o autor da dissertação concluiu que:

Destes e outros casos semelhantes, claramente se infere que não são os Indios na nossa America Luzitana tam apoucados, rudes e indisciplinados como ordinariamente se pinta, tratando-os mais como fêras e brutos irracionaes, do que como homens capazes de razão.¹⁹³

O mesmo teor genealógico que norteou os debates travados nos tempos da Restauração, atinentes à falta de legitimidade, por parte de Felipe II, de assumir o trono português¹⁹⁴ orientou, décadas mais tarde, os discursos legitimadores que almejavam confirmar o direito da Casa Real lusitana de soberania sobre seus territórios continentais e ultramarinos. É preciso considerar, entretanto, que se os arautos da Restauração bragantina pautaram-se na “remota historiografia legendária de Ourique e das Cortes de Lamego”¹⁹⁵ a história setecentista, embora manifestando aspirações semelhantes, foi confeccionada em outras bases epistemológicas. É possível identificar nos trabalhos renascidos influências de um novo pragmatismo e por mais que as origens míticas pudessem ser algumas vezes evocadas elas precisariam ser comprovadas por documentos que atestassem a sua legitimidade.

Produção individual, mérito coletivo

Diante da produção intelectual é preciso fazer referências às possibilidades que os estatutos abriam ao diálogo entre os trabalhos dos sócios. Como já foi dito, mais de um membro, fosse ele numerário ou correspondente, poderia se dedicar à confecção de obras com a mesma temática. Mesmo os que não haviam sido designados para dissertar sobre um tema específico, poderiam fazê-lo por conta própria. O parágrafo segundo dos estatutos da academia preconizava que “os pontos duvidozos se irão logo repartindo pelos socios (...) para compôrem sobre elles dissertações, e á vista d’ellas se tomar assento no congresso da opinião, que deve seguir-se, depois do que se observará a decizão como lei acadêmica.”¹⁹⁶ Assim, o debate era fomentado e não se buscava uma resposta uníssona para os *pontos duvidozos*. O desacordo, aparentemente, não era visto como problema. Havia a estipulação de que os assuntos que suscitasse dúvidas obrigariam seus escritores a não “assentar com qual é a

¹⁹³ LAMEGO, op. cit., p. 93.

¹⁹⁴ FRANÇA, Eduardo d’Oliveira. *Portugal na época da Restauração*. São Paulo, Hucitec, 1997, p. 272.

¹⁹⁵ Ibidem, p. 280.

¹⁹⁶ FRANÇA, op. cit., p. 272.

mais provável opinião, sem primeiro propor para se resolver no congresso.”¹⁹⁷ Quando acadêmicos viessem a lastrear seus trabalhos em diferentes pontos de vista o regimento conclamava ao seguimento de um código que deveria ser rigidamente obedecido por todos, sob pena de exclusão da academia.

Berenice Cavalcanti, tendo em mira os centros de sociabilidade intelectual e produção erudita do Brasil setecentista afirma que “a valorização da ‘concordia, união e constância’ entre os membros de uma sociedade apresenta-se como condição para um ‘coroamento’, como pré-requisito para conquista da ‘fama e da sabedoria’ na medida em que fossem eliminadas a ignorância e a inveja.”¹⁹⁸ Assim, todos deveriam renunciar

a pueril vaidade de dizerem, que encontrarão defeitos nos seus socios, na certeza de que sómente a união dos estudos fará, que lhes sirva de honra e louvor, que conseguir qualquer dos membros d’esto corpo, e por consequencia que cada um tem grande parte no descredito de qualquer de seus companheiros.¹⁹⁹

Todos faziam parte de um corpo e o sucesso estava condicionado à sintonia da atuação intelectual de todos os membros. Assim sendo, um membro não poderia prejudicar a coletividade com suas idéias e essas deveriam ser previamente aprovadas antes de serem referendadas como produzidas pela Academia dos Renascidos. Apregoava-se também a submissão estatutária de todos os sócios ao poder de decisão da instituição. Vontades individuais não prevaleceriam sobre o grupo, para não enfraquecê-lo e conseqüentemente não minar seu poder de barganha com disputas internas. Os sócios se comprometiam, ainda, a respeitar a decisão de guardar inviolável segredo nas matérias “que se lhes recomendar se não publiquem.”²⁰⁰ Destarte, é possível considerar que as redes de sociabilidade intelectual formadas no seio da Academia dos Renascidos poderiam ser associadas às suas atitudes políticas.

Dans la mesure où elles permettent l’accomplissement de l’assimilation à un groupe, ces structures de sociabilité constituent le lieu privilégié de l’identification à un statut ainsi que de la formation des attitudes politiques et, plus globalement encore, comme le point de passage obligé – mais non exclusif – de la transmission et de l’élaboration d’une authentique culture politique de groupe.²⁰¹

Mesmo devendo tomar toda sorte e cuidados ao considerar o trabalho de um colega, a intervenção nas obras uns dos outros não era vetada. A Academia tratava seus membros de

¹⁹⁷ FRANÇA, op. cit., p. 272.

¹⁹⁸ CAVALCANTI, Berenice. Os ‘letrados’ da sociedade colonial: as academias e a cultura do Iluminismo no final do século XVIII. In: *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*, v. 8, nº1/2, 1995, p. 60.

¹⁹⁹ *Estatutos...*, BNRJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca.

²⁰⁰ Ibidem.

²⁰¹ BRADFER, Philippe. Structures de sociabilités des intellectuels et normes de conduites politiques. In: RACINE, Nicolas et TREBITSCH, Michel. *Sociabilités Intellectuelles: lieux, milieux, réseaux*. Paris, C.N.R.S., *Cahier*, nº20, mars 1992, p. 49.

maneira equânime: todos votavam nas matérias que entravam em pauta e, além disso, era permitido a todos os membros “propor as duvidas, que julguem uteis, e as emendas que lhes parecerem precisas nos escritos de qualquer colega.”²⁰² A Academia era um espaço que permitia a manifestação de interesses diversificados, não apenas quanto à mercês e benesses, mas também, na esfera da produção intelectual. Assim, o acadêmico Marcos Duarte Fontes do Rosario escreveu que “as iras nas disputas verbaes e Litterarias nascem de contententes aspirarem reciprocamente alograr no publico superiores estimaçoens.”²⁰³ É bem provável que em um centro de sociabilidade no qual os membros jamais descartavam a idéia de que seus serviços pudessem ser convertidos em mercês, as aspirações se voltassem para despertar *estimaçoens* em certos tipos específicos de público para os quais as obras eram direcionadas.

No fim e ao cabo a Academia deveria prevalecer enquanto instituição. Seria do grêmio, enaltecendo o caráter coletivo da produção intelectual, a versão oficial dos estudos propostos. O parágrafo X dos estatutos deixava claro que “nenhum dos socios, ou do numero ou supranumerario, e ainda que seja o mesmo director, poderá imprimir obra alguma, sem primeiro ser aprovada pela Academia (...).”²⁰⁴ Mesmo com todas as prerrogativas concedidas ao diretor (as funções do diretor serão discutidas no próximo tópico), a ação individual era colocada sob a tutela dos interesses coletivos quando o assunto era a divulgação das idéias que levariam o selo renascido. Há que se considerar que os estatutos abriam uma concessão quando o autor de uma obra publicada fosse residente de uma região de difícil acesso. Nesse caso ele deveria comprovar as dificuldades de submeter seu trabalho ao crivo dos membros, o que não isentava sua obra de ser analisada, mesmo que depois de publicada.²⁰⁵ Quando isso acontecia a decisão da academia privilegiava a produção intelectual talvez por considerar que os dividendos da publicação de um estudo seriam mais importantes para a academia do que sua censura prévia.

Podemos analisar o funcionamento administrativo da Academia e seu papel enquanto centro de produção de saber a partir de uma dissertação elaborada por Marcos Duarte Fontes do Rosario, sobre “se a esta capital se deo o nome de cidade de S. Salvador, ou sómente cidade do Salvador, e de qual se deve usar na Historia da nossa Academia.”²⁰⁶ Rosario, em seu texto, forneceu mostras da metodologia que fundamentava uma pesquisa e dos caminhos

²⁰² BRADFER. In: RACINE et TREBITSCH, op. cit., p. 49.

²⁰³ TALHE, Regina Duarte. *A Academia Brasileira dos Renascidos da Baía: sua importância histórico-cultural*. 1964. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Clássica de Lisboa, Lisboa, 1964, 2ºv, p. 29-31.

²⁰⁴ *Estatutos...*, BNRJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca.

²⁰⁵ Ibidem.

²⁰⁶ TALHE, op. cit., p. 29.

percorridos para que uma versão fosse escolhida para representar a versão da Academia dos Renascidos, oficialmente. Assim, temos:

A essa cidade se deo no principio de seo descobrimento, e fundação, o nome e titulo de Cidade do Salvador da Bahya de todos os Santos, por ser este o primeiro que se lhe deo, e teve do principio de Sua instituição, descobrimento e fundação, sempre se lhe deve dar, e nunca mudar, nem tirar por tantas antiquissimas noticias achadas, excelentemente allegadas, e autorizadas por tantos, e tão Doutos Collegas, pelas quaes se resolveo, e se assentou na Meza Censoria, que assim se devia intitular sempre esta Capital Cidade do Salvador Bahya de todos os Santos, e assim se tornou e se mandou fazer o assento, e se fez em Meza na presença da mayor parte dos Doutos Academicos.²⁰⁷

A adoção dessa premissa pela Academia, relativa à escolha do nome que a capital da América portuguesa deveria escolher e utilizar oficialmente, foi uma deliberação dos seus membros

que vottarão, e da menor de seis, ou sete dos mesmos, que tambem em vottos forão convencidos, por que o não contradicerão, mas antes consentirão, e estiverão todos pelo dito assento, tomado na Meza Censoria, por que se callarão, e não replicarão, nem se oppozerão a elle com mais duvidas alguas.²⁰⁸

O caminho trilhado para a convicção de que esta posição era a mais condizente com a verdade dos fatos foi o da comprovação através dos documentos disponíveis, que forneciam “tão vastas noticias, que se achavão nos livros do Tombo da Religião Benedictina, e outros mais documentos da Companhia de Jesus desta Cidade.”²⁰⁹

O papel de José Mascarenhas e as funções administrativas renascidas: apropriação colonial do modelo metropolitano

A Academia obedecia a uma hierarquia previamente estabelecida e todas as possibilidades de transformação foram anuladas logo na primeira eleição, quando José Mascarenhas foi alçado ao cargo de diretor perpétuo da agremiação. O estatuto, em seu terceiro parágrafo, determinava que os acadêmicos escolhidos para ocupar os cargos de diretor e de censores não poderiam ficar mais do que um ano nos referidos postos.²¹⁰ Ao diretor caberia presidir

todas as conferencias que se fizerem no seu anno. Determinará os dias, em que se ha de juntar o congresso. Fará pôr pronta a caza e o mais que fôr preciso para essas funções. Proporá todas as materias, que lhe parecer, mandando-as pôr a votos, para se executar o que vencer pelo maior numero d’elles. Terá voto de qualidade em cazo de empate. Declarará os academicos, que fôrem novamente eleitos, e os empregos, que se distribuirem a cada um. Terá obrigação em cuidar que se imprimão os livros e

²⁰⁷ TALHE, op. cit., p. 31.

²⁰⁸ Ibidem.

²⁰⁹ Ibidem.

²¹⁰ *Estatutos...*, BNRJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca.

mais papeis, que aprovar a Academia. Será quem dê a S. M. as contas, que julgar preciso pôr na sua real presença, especialmente para a confirmação d'estes estatutos, e que elrei, nosso senhor, nos conceda a onra do titulo de *Academia Real*, dirigindo todos os mais requerimentos que tiver o congresso com S. M. pelo Illm. e Exm. Secretario de Estado, que foi eleito Mecenaz da Academia; e tambem representará aos Illms. e Exms. Vice-reis do Estado o que fôr preciso a bem do congresso. Poderá impor silencio,, evitar disputas, tocar campainha, e fazer todas as mais funções de prezidente. Sentar-se-á em uma cadeira de braços entre os censores.²¹¹

É preciso que se faça uma menção ao papel desempenhado por Mascarenhas em todo o processo que marcou o período que vai do surgimento à extinção do grêmio. Primeiro ele foi seu fundador, tudo começou a partir de uma idéia materializada por ele. Foi ele quem reuniu os sócios e convocou a primeira reunião, ainda em sua casa tendo tomado medidas para dar coesão ao grupo. Antigos membros da Academia dos Esquecidos que já desfrutavam da experiência de participação em um congresso acadêmico foram convidados para ajudar a sedimentar a instituição renascida. Depois, quando do encarceramento de José Mascarenhas, a Academia não teve força para dar continuidade às atividades por mais muito tempo. Os mesmos estatutos que haviam previamente estabelecido a duração de um ano para a ocupação do cargo de diretor, foram modificados permitindo que o fundador assumisse as funções diretoras perpetuamente. Uma adição estatutária determinava que José Mascarenhas “pela obrigação deste emprego saberia em qualquer parte que assistisse, concorrer e afervorar a todos para a gloriosa continuação dos progressos academicos, como quem sabe avaliar o proveito e a gloria d’esses estudos.”²¹²

Não nos furtamos ao desejo de questionar o que teria motivado mudança tão abrupta. Antes de tudo, é preciso lembrar que os estatutos determinaram que o diretor seria o intermediário entre as ações acadêmicas e os membros do governo metropolitano.²¹³ Diante dessa premissa, quem melhor do que Mascarenhas, o enviado de Pombal, homem de confiança do ministro de D. Jose I, que já mostrara seu valor ao reprimir os motins originados após a criação da Companhia das Vinhas do Douro em 1757 e que fora enviado ao Brasil cheio de honrarias e incumbências? Além disso, Mascarenhas era membro de academias na Europa, – em Portugal e na Espanha – o que lhe conferia uma experiência diferenciada.²¹⁴ Ninguém estaria mais apto a representar a Academia dos Renascidos e de reivindicar os interesses do grêmio e de seus membros diante das principais esferas de poder do Império. O

²¹¹ *Estatutos...*, BNRJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca.

²¹² *Ibidem*.

²¹³ *Ibidem*.

²¹⁴ João Lúcio de Azevedo assevera que “José Mascarenhas tinha feito parte do cenáculo literário denominado *Academia dos Ocultos*, era sócio da *Academia Real da História Portuguesa*, e de várias corporações científicas de Espanha.” AZEVEDO, João Lúcio. *Novas epanáforas: estudos de história e literatura*. Lisboa, A. M. Teixeira e Silva, 1932, p. 220.

trânsito de Mascarenhas nas altas rodas metropolitanas seria o canal de ligação entre a elite reunida no núcleo renascido e os círculos decisórios do poder metropolitano. A pessoa que poderia tornar a ponte até o rei, ou até o Marquês de Pombal, mais tangível era o comendador José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo. Esse parece o fundo político da burla pelos acadêmicos dos estatutos para sua nomeação perpétua. Destarte, ele foi designado para dar “a S. M. as contas, que julgar preciso pôr na sua real presença (...) dirigindo todos os mais requerimentos que tiver o congresso com S. M. pelo Illm. e Exc. Secretario de Estado, que foi eleito Mecenaz da Academia.”²¹⁵ Em termos locais, o diretor deveria representar aos vice-reis “o que for preciso a bem do congresso”²¹⁶ e internamente às ações da academia, ele portava traços e prerrogativas distintivas. A cadeira em que sentava tinha braços e se diferenciava das dos outros componentes da mesa,²¹⁷ os censores e, além disso, ele poderia “impor silencio, evitar disputas e tocar a campainha”²¹⁸ e a seu encargo ficariam as impressões dos “livros ou mais papeis”²¹⁹ previamente aprovados pela academia.

Com exceção do cargo de diretor que teve seu estatuto modificado, as votações para escolha da comissão dirigente eram anuais – tendo sido estipulada a votação para o dia 13 de maio, data do aniversário do Marquês de Pombal – e, com exceção dos censores, os cargos eram passíveis de reeleição. Todos os membros tinham direito a voto²²⁰ e aquele que demonstrasse qualquer insatisfação por ter sido preterido quando da escolha dos representantes seria expulso da agremiação pela demonstração de ignorância.²²¹ Esse item específico evidencia traços de uma sociedade rigidamente hierarquizada que apregoava valores morais como a honra e que fazia apologia à humildade. Ainda no que tangia ao funcionamento administrativo da instituição renascida, merece destaque o sexto parágrafo dos estatutos. Ao descrever as funções que caberiam ao secretário da Academia, foram mencionados livros que deveriam registrar as diversas instâncias da atividade renascida, burocrática, documental, arquivística e intelectual. Importante salientar a preocupação manifestada com os documentos que deveriam servir de base à produção histórica e o papel que esses documentos assumiam como depositários da verdade dos fatos. Aqui a experiência da Academia Real da História Portuguesa era invocada e ajudava a moldar os escopos da sua congênere brasileira:

²¹⁵ *Estatutos...*, BNRJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca.

²¹⁶ *Ibidem*.

²¹⁷ *Ibidem*.

²¹⁸ *Ibidem*.

²¹⁹ *Ibidem*.

²²⁰ *Ibidem*.

²²¹ *Ibidem*.

o terceiro livro servirá para se registrarem os documentos, que vierem á Academia, e de que parece util conservar a memoria, para servirem de prova ao que se escrever da Historia Brazilica; e para que estes se possam conseguir, pois são o unico meio de averiguar a verdade, no cazo que S. M. seja servido confirmar estes estatutos, uzará a Academia da mesma jurisdição e do mesmo metodo e segredo, que a Real da Historia Portugueza, para conseguir os manuscritos, que lhe fôrem precisos de qualquer tribunal, secretaria, archivo ou cartorio do Brazil, e da transgressão ou descuido dará o director conta ao mesmo senhor.²²²

Se por um lado é inegável que os acadêmicos renascidos tenham pensado em fazer do grêmio um palco legitimador de suas reivindicações, por outro a produção intelectual que resultou de seu pouco tempo de vida pode ser vista como uma tentativa idealizada e materializada pelas elites locais para fortalecer os laços entre metrópole e colônia, entre o rei e seus vassalos luso-americanos. Esses “vínculos vassálicos”, segundo Ronald Raminelli, podem ajudar a entender “a inserção da América Portuguesa nas redes imperiais, além de fornecer subsídios para vislumbrar as estratégias empregadas pelos habitantes do ultramar ao inventariar os povos, a natureza e a história da presença portuguesa em terras americanas.”²²³

Não podemos deixar de considerar, ainda, as possíveis pretensões pedagógicas acalentadas por José Mascarenhas ao fundar a Academia. Tendo sido incumbido pelo próprio Marquês de Pombal de cuidar da expulsão dos jesuítas e da organização do inventário de seus bens, Mascarenhas sabia de antemão a sorte que aguardava os inacianos. Uma das preocupações que cercou de perto a perseguição aos padres da Companhia de Jesus foi a imediata secularização de tudo que os envolvia. Secularização da administração da mão-de-obra aldeada, secularização da educação, que deixava de ser prerrogativa jesuíta, o que para o caso do Brasil se configurava quase que num monopólio. Possuidor da informação de que a presença dos inacianos estava com seus dias contados na colônia, Mascarenhas fundou a Academia dos Renascidos no mesmo ano em a ordem de expulsão da Companhia de Jesus foi decretada (vinte e dois após a primeira reunião pública renascida os jesuítas perderam a prerrogativa de ensinar em suas classes e colégios), e não deixou de revestir alguns dos estatutos acadêmicos de um cariz pedagógico.

Assim, a Academia podia ajudar a divulgar pesquisas que não haviam sido executadas por seus membros e ainda havia a determinação de que toda e qualquer pessoa que manifestasse interesse ou dúvida ligados à quaisquer temáticas, poderia utilizar os serviços da Academia para dirimir suas dúvidas, pessoalmente ou por escrito.²²⁴ Mascarenhas era um homem letrado com formação universitária e que fez parte de academias em Portugal e no

²²² *Estatutos...*, BNRJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca.

²²³ RAMINELLI, op. cit., p. 30-31.

²²⁴ *Estatutos...*, BNRJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca.

exterior num tempo em que as transformações sociais e políticas estavam intimamente ligadas à reforma educacional.²²⁵ Antonio Cruz afirma que a reforma pombalina da instrução pública – que teve como um dos pontos culminantes a reforma de 1772 realizada na Universidade de Coimbra –, filiou-se à “renovação intelectual empreendida no começo dos setecentos”²²⁶ tendo sido a conjuntura sócio-cultural do consulado determinante para que ela se concretizasse. Ela havia sido *de há muito* preconizada pelos “altos espíritos e a mentalidade fora afeiçoada por modo a não apenas recebê-la bem, mas sim a desejá-la.”²²⁷ As tentativas de renovação dos métodos pedagógicos foram gestadas ao longo do século XVIII em Portugal e a primeira medida contra a influência inaciana foi tomada ainda em 1716, por D. João V, que concedeu aos oratorianos permissão para que seus alunos fossem admitidos na universidade.²²⁸ A renovação pedagógica teve seu ponto culminante em 1772, mas as discussões em torno da necessidade de renovação foram apanágio de todo o século XVIII. A temática fazia parte do universo intelectual português desde o reinado de D. João V e tomou foros de prioridade com a subida de Pombal ao poder em meados da década de 50 dos setecentos.

Consideramos que talvez fizesse parte dos planos do fundador da Academia apresentar uma alternativa, mesmo que lacunar e paliativa, ao enorme hiato que seria deixado pela saída dos jesuítas do cenário pedagógico colonial, dentro dos limites e das possibilidades que a ocasião permitia e sem comprometer os interesses subjacentes à fundação do grêmio renascido. Essa perspectiva parece consoante com os anseios de Pombal que, pela análise de Mario Domingues, não tinha um plano pré-estabelecido para instrução tendo sido esta conduzida pela obrigatoriedade de se completar os espaços deixados pela ausência dos jesuítas na estrutura pedagógica do reino e das colônias.²²⁹ A relevância de se considerar a hipótese da intenção pedagógica manifestada pelos membros da Academia dos Renascidos deve ser pensada no contexto em que as reformulações do ensino estavam em voga e eram taxadas de fundamentais pelos mais eminentes intelectuais portugueses – especialmente aqueles que carregam a alcunha de estrangeirados – para o sucesso das reformas em curso.

²²⁵ Ana Rosa Cloquet da Silva afirma que “embora resguardasse um caráter fortemente elitista (...) o ideal de ‘educação’ aprecia como condição necessária à própria fecundação das transformações processadas no plano político, ou ainda, como novo instrumento potencializador da intervenção do poder na sociedade.” SILVA, Ana Rosa Cloquet da. *Inventando a nação*. Intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime português (1750-1822). São Paulo, Hucitec, 2006, p. 35.

²²⁶ CRUZ, Antonio. Nota sobre a reforma pombalina da instrução pública. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Série I, v. II, 1971, p. 1.

²²⁷ CRUZ, op. cit., p. 2.

²²⁸ Ibidem, p.5.

²²⁹ DOMINGUES, Mario. *O Marquês de Pombal: o homem e sua época*. Lisboa, Romano Torres, 1963, p. 320.

Período em que estavam sendo gestados novos homens públicos, calcados em bases epistemológicas reformadas.²³⁰ Os próprios estatutos parecem sugerir que os homens de letras pudessem vir a desempenhar uma função social intimamente associada às atividades pedagógicas quando propugnavam que as

academias recebem logo com uzura a paga da sua aplicação, conseguindo pelo mutuo commercio dos seos eruditos socios muito consideravel aumento da instrução, que poderão esperar os seos particulares estudos, e habilitando-se n'estas particulares conferencias para os primeiros empregos muitos homens, que, sem exercicio semelhante, seriam totalmente inuteis á Patria.²³¹

Por fim, havia o objetivo de fazer da Academia de um centro de pesquisas e de referência sobre a América portuguesa. Uma das funções que se associava à produção de memórias e dissertações históricas era a organização de uma *Bibliotheca Brazilica* que deveria encerrar “todos os que escrevessem na nossa America, ainda que não fossem naturaes da mesma, e os que ex-professo escrevessem da America em qualquer parte do mundo, ou as suas obras se achem impressas ou manuscritas.”²³² O parágrafo XIII dos estatutos evidenciou o papel que a Academia pretendia desempenhar como centro de produção de saber acessível a todos os interessados. O grêmio ampliava sua função social, desempenhava uma função pedagógica e se propunha a ajudar na promoção e circulação de idéias. Instituições com esses fins escasseavam na América portuguesa o que seria agravado com a expulsão da Companhia de Jesus. Assim, os acadêmicos renascidos almejavam que seu congresso

fosse util á Patria, quanto lhe for possivel, e compondo-se hoje de socios muito eruditos, e versados em todas as faculdades, se oferece a responder a todas as duvidas, que a ella quizer ir prôpor qualquer pessoa, e em qualquer matéria ou pessoalmente (...) ou por escrito (...).²³³

As propostas renascidas se apresentavam como uma alternativa à expulsão dos jesuítas classificando seus sócios como abalizados para qualquer função, afinal eles estavam aptos a ‘responder *todas* as duvidas.’ Estava tácita a idéia do preparo para executar qualquer função que ‘fosse util á Patria’ e dessa forma a Academia enaltecia suas utilidades públicas em um território tão carente de instituições de natureza pedagógica. O estatuto confirmava a competência dos seus membros que representados como sendo ‘versados em *todas* as faculdades’ poderiam certamente assumir funções variadas no novo aparato administrativo. Importante salientar que o contexto reformista estava pautado também na reforma do ensino.

²³⁰ SILVA. *Inventando a nação...*, op. cit., p. 53-68.

²³¹ *Estatutos...*, BNRJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca.

²³² *Ibidem*.

²³³ *Ibidem*.

Destarte, parece que todos esses elementos permitem levar em consideração uma aspiração tácita, subjacente aos estatutos e às propostas de confecção de trabalhos, de que a Academia dos Renascidos viesse a desempenhar um papel social mais amplo. O contexto favorecia esse direcionamento dos acadêmicos se ponderarmos as influências exercidas pelas reformas no ensino que foram levadas a cabo em Portugal e pelas perspectivas que seriam abertas tão logo se concretizasse a expulsão dos jesuítas.

As mercês e a relativização das razões fundadoras

Nas sociedades do Antigo Regime, as relações de poder estavam intimamente associadas a um sistema de trocas alimentado por uma cadeia de obrigações calcada na tríade *dar, receber, retribuir*, equação que envolvia a comunhão das noções de generosidade e obrigação.²³⁴ Luciana Gandelman afirma que os monarcas *eram instados* “a gastar para além das capacidades de suas fazendas” o que teria como contrapartida a manutenção e a consolidação de um poder que “derivava justamente da capacidade de conceder dádivas e angariar, por meio destas, gratidão e obrigação.”²³⁵ Ainda que tudo o que os súditos recebessem do rei fosse considerado fruto da benevolência e do amor paterno demonstrados pelo monarca, havia uma avaliação dos serviços prestados pelos vassallos, na qual a relação serviços/mercês seria mensurada e o resultado final dependia inteiramente da vontade do soberano.²³⁶ Aos vassallos restava esperar que o valor dos serviços oferecidos fosse reconhecido e, conseqüentemente, considerado merecedor de mercês a serem contempladas pela benevolência régia. Há que se considerar que aqueles que reivindicavam, assim procediam, por acreditarem ter feito jus a alguma recompensa pelas ações realizadas em nome da grandeza e dos interesses da coroa a que serviam. Na América portuguesa vigorava uma realidade na qual o que realmente contava para a elite colonial era “o processo de nobilitação e não, como em Portugal, a reprodução social da nobreza.”²³⁷ Segundo Maria Beatriz Nizza da Silva, o ato de nobilitar era uma moeda de troca interessante aos monarcas do Antigo Regime, pois através dela objetivos eram alcançados de uma forma que não acarretava

²³⁴ GANDELMANN, Luciana. “As mercês são cadeias que não se rompem”: liberalidade e caridade nas relações de poder do Antigo Regime Português. In: SOIHET, Raquel, BICALHO, Maria Fernand B. e GOUVÊA, Maria de Fátima S. *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro, Mauad, 2005, p. 109-110.

²³⁵ Ibidem, p. 113.

²³⁶ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo, UNESP, 2005, p. 221.

²³⁷ Ibidem, p. 7.

grandes despesas à Fazenda Real já que os “vassalos se contentavam com honras e privilégios inerentes à condição de nobre.”²³⁸

No Brasil, durante o período colonial, a nobilitação que surgiu atrelada aos feitos militares de expulsão de estrangeiros e apropriação do território em nome da Coroa, foi gradativamente estendida e passou a ser utilizada “para incentivar a busca e a extração do ouro, para solidificar o corpo mercantil e aumentar as transações comerciais, e para compensar aqueles que ajudavam financeiramente os reis nas ocasiões de crise.”²³⁹ Nesse sentido, o consulado pombalino aparece como tempo de mudanças importantes, período em que diversas medidas foram tomadas no sentido de facilitar a mobilidade social. Foi no reinado de D. José I, por exemplo, que os homens ligados ao comércio tiveram seu estatuto modificado. Pombal concedeu aos comerciantes os direitos de nobreza estabelecendo, nos estatutos das companhias de comércio, que a nobilitação poderia ser utilizada como atrativo para incentivar os investimentos.²⁴⁰ Nizza da Silva assevera que “a legislação Josefina marca sem dúvida uma ruptura ao permitir que as elites mercantis das principais praças (Bahia e Rio de Janeiro) tivessem acesso a mercês honoríficas concedidas pelo monarca.”²⁴¹

A Academia dos Renascidos surgiu em um momento histórico em que certas peias que entravavam as possibilidades de ascensão social e de acesso a cargos nobiliárquicos estavam sendo paulatinamente eliminadas. Crescia, assim, o número de súditos que poderiam almejar novas posições na hierarquia social, ao passo em que aumentava a quantidade de oportunidades em que serviços e préstimos oferecidos pelos vassalos poderiam gerar a requisição de mercês e recompensas. Do estatuto renascido pode-se inferir que os acadêmicos nutriam a expectativa de serem agraciados com benesses decorrentes dos préstimos que a Academia ofereceria ao rei. A produção erudita era uma atividade subsidiária de outras funções que os membros desempenhavam no corpo administrativo ou na hierarquia eclesiástica colonial e nenhum dos sócios se dedicava exclusivamente aos trabalhos acadêmicos o que faria da produção intelectual renascida, um novo elemento que poderia vir a aumentar a folha de serviços prestados ao rei. Ronald Raminelli afirma que nas sociedades do Antigo Regime, as redes de informação se inseriam na lógica hierárquica que retroalimentava a procura por privilégios e distinção e que “como qualquer serviço prestado à realeza, o

²³⁸ SILVA. *Ser nobre na colônia...* op. cit., p. 7-8.

²³⁹ Ibidem, p. 7.

²⁴⁰ MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998, p. 77.

²⁴¹ SILVA. *Ser nobre na colônia...* op. cit., p.11.

conhecimento era parte de uma troca, de um negócio entre o rei e seus súditos.”²⁴² Os membros da Academia estavam dispostos a mostrar que os seus trabalhos intelectuais poderiam figurar na economia das trocas como serviços diretamente relacionados aos interesses da monarquia e, como tais, passíveis de serem convertidos em elemento de barganha e solicitação de mercês.

Sintomático que durante a segunda reunião da Academia dos Renascidos, após a leitura dos estatutos, foi apresentada, pelo diretor da academia, uma carta encontrada por um sócio supranumerário na qual o rei, D. Pedro II, concedia a Diogo Gomes Carneiro o cargo de cronista-mor do Brasil. Na ocasião da leitura da carta foram enaltecidos o estipêndio que lhe caberia e as instituições que deveriam prover a quantia.²⁴³ A apresentação desse documento trazia à tona a idéia de que o trabalho que os acadêmicos se propunham a fazer – agora em caráter coletivo – que em alguma medida poderia ser associado àquele desempenhado pelos cronistas, era digno de honrarias pecuniárias. A produção intelectual, certamente, poderia ser considerada como uma modalidade que complementava “as praxes e os usos do pedir.”²⁴⁴ A academia, nesse caso, se apresentaria como um centro no qual esforços de um tipo específico seriam feitos em nome da glória e dos interesses da Coroa portuguesa, tendo como fim a busca por prestígio e favorecimento.²⁴⁵ Para o dia da inauguração oficial do grêmio, que foi, de fato, a terceira reunião, os temas escolhidos para as dissertações foram devotados ao monarca D. José I. Não apenas a reunião fora marcada para o dia de seu aniversário – 6 de junho – como todos os trabalhos convergiram para homenageá-lo. Assim, foram apresentados poemas líricos e versos heróicos em honra ao rei²⁴⁶ e com as dissertações não foi diferente. Dissertou-se sobre

Qual he a mayor gloria para o nosso monarcha, contar os seus felicissimos annos depois do terremoto e geral perigo de 1º de novembro de 1755, ou contar depois do successo de 3 de setembro do anno passado de 1758? Discorrendo-se em qualquer destes horrorosos acontecimentos se mostrou a Providencia Divina, mais empenhada em conservar a preciosa vida do nosso Fidelissimo Rey e Pay da Patria.²⁴⁷

Houve ainda uma dissertação dedicada a responder a questão sobre o que seria mais glorioso para o rei, ser celebrado em Lisboa ou na Bahia,²⁴⁸ bem como uma que propunha a comparação entre D. José I e o rei-sol francês, Luiz XIV.²⁴⁹ A última dissertação do dia

²⁴² RAMINELLI, op. cit., p. 20.

²⁴³ LAMEGO, op. cit., p. 17.

²⁴⁴ SOUZA. *O sol e a sombra...*, op. cit, p. 384.

²⁴⁵ MUNTEAL FILHO, op. cit., p. 74.

²⁴⁶ *Estatutos...*, BNRJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca.

²⁴⁷ Ibidem.

²⁴⁸ Ibidem.

²⁴⁹ Ibidem.

versou sobre “o grande affecto d’El Rey Nosso Senhor, ás Sciencias e Bellas Lettras.”²⁵⁰ Esse trabalho, especificamente, exige uma atenção mais pormenorizada. Nesse caso, para facilitar a diligência dos discursos, ou mesmo para incentivar os tópicos a serem contemplados, foi distribuída uma advertência a todos os acadêmicos. Ela prenunciava:

Que entre muitas outras provas, se mostra que S. M. Fidelissima favorece tanto ás sciencias, que carecendo todas da sua real atenção para as innumeraveis providencias determinadas pelo tremendissimo terremoto de 1º de novembro de 1755, o não embarçaram estas, para ordenar tambem pouco depois do mesmo terremoto, que a Academia Real da Historia Portugueza, concorresse em corpo de tribunal, ao paço, mandando que para isso tivesse carta de aviso em todas as funções, e que continuasse as suas litterarias conferencias em uma de suas casas reaes do campo de Belém, assistindo o dito senhor a muitas, pessoalmente, para por este modo, restaurar com as obras d’aquelles sabios academicos, as memorias que se extinguiram no incendio e mostrar o quanto são uteis e estimaveis estes illustres Corpos litterarios, concorrendo igualmente, para que o pontifice estabelecesse rendas á academia Litúrgica, composta dos mais illustres sabios do Reino, sem embargo de que esta Academia não é Real.²⁵¹

Optamos pela reprodução da advertência completa, pois acreditamos que se trata de um documento que consegue evidenciar com bastante propriedade o espírito de algumas das aspirações da Academia dos Renascidos. Aqui, tentou-se conjugar a glória do monarca e os interesses dos acadêmicos. Mesmo por que, a celebração do rei era um dos caminhos para que se tivesse acesso à materialização desses interesses. Em uma dissertação sobre os incentivos régios às ciências e letras os renascidos fizeram uma referência à Academia Real da História, centro do qual os acadêmicos brasílicos haviam emprestado a sua base estatutária e boa parte dos objetivos. A escolha da academia histórica portuguesa como exemplo não foi casual, uma vez que a academia brasílica se propunha a fazer no universo luso-americano o que a metropolitana propusera para a realidade da metrópole. Houve ainda, a referência à recuperação da memória que fazia dos *sabios acadêmicos*, úteis e dos *illustres Corpos litterarios*, estimáveis. Significativo, principalmente quando se considera que a Academia dos Renascidos apresentava propostas de junção de letrados e de produção intelectual calcadas nas mesmas bases. Exaltar a relevância desse tipo de trabalho foi uma estratégia, necessária, que não passou despercebida aos acadêmicos renascidos. Nada melhor, para cercar o grêmio de legitimidade, do que enaltecer o valor que o monarca, em pessoa, conferia a esse tipo de iniciativa. Sua utilidade na metrópole poderia ser facilmente transposta para a colônia uma vez que aqui, reuniam-se todos os elementos a justificar uma produção histórica em moldes parecidos, mesmo sem terremotos ou incêndios devastadores.

²⁵⁰ *Estatutos...*, BNRJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca.

²⁵¹ LAMEGO, op. cit., p. 18-20.

Além disso, foi necessário evidenciar a concessão de rendas, o que, aliás, certamente estava nos horizontes de expectativa da reunião dos ‘mais illustres sabios’ da América portuguesa. A advertência destacou que, mesmo não sendo *Real*, à Academia Litúrgica não haviam sido colocados embargos que a impedissem de receber rendas por parte do Pontífice. Interessante que quando da votação que colocou em pauta se a Academia dos Renascidos deveria ou não pleitear a dignidade do título de *Real*, trinta e seis dos quarenta acadêmicos foram contra, o que impediu que a requisição fosse encaminhada ao rei.²⁵² Talvez houvesse entre os acadêmicos o receio de que o monarca recusasse a concessão do título de *Real* a uma academia fundada em território colonial, sendo então melhor não fazer o pedido do que arriscar a sua recusa, evitando a depreciação da sua imagem. Mas, como vimos na passagem acima, mesmo que uma academia não dispusesse dessa honrosa alcunha, não haveria embargo de que ela fosse contemplada com rendas. Podemos então identificar a conjugação de dois fatores bastante marcantes da produção intelectual: louvar o rei e solicitar mercês. Em se tratando desse documento em particular não foi uma requisição direta, mas uma referência que relacionou a produção intelectual ao recebimento de favores. Desde o começo, datando do primeiro encontro em caráter oficial, os renascidos contemplaram a celebração do monarca, dedicada a enaltecer suas ações públicas e episódios de sua vida privada, o que pode ser visto como uma forma de fazer se manifestarem seus interesses em meio a atividades que na aparência eram apenas laudatórias.

É preciso ter em mente que cativar o monarca era apenas um dos trunfos em poder da Academia dos Renascidos. O outro era o oferecimento de um serviço que fez com que suas similares metropolitanas fossem reconhecidas como úteis e estimáveis e que estava, comprovadamente, atrelado aos interesses régios. Essas funções, que poderiam ser associadas ao conjunto de propostas elaboradas pelo grêmio renascido, eram as moedas de troca que poderiam redundar na concessão de mercês pelo soberano aos membros da Academia. Tornar-se digno do reconhecimento régio foi um dos objetivos que os acadêmicos renascidos acalentaram e se esforçaram para alcançar quando da fundação do congresso e que marcou a Academia durante sua breve existência. Houve membros, inclusive, que mesmo depois do encerramento das atividades utilizaram-se da alcunha de membros da Academia dos Renascidos para oferecer suas produções intelectuais ao rei. O acadêmico Jose de Mirales ofereceu sua obra *Historia Millitar do Brazil desde o anno de mil quinhentos e quarenta e nove, em q’ teve principio a fund.^{am} da Cid.^e de S. Salv.^{or} Bahia de todos os Santos até o de*

²⁵² TALHE, op. cit., 1ºv, p. 11.

1762 ao monarca nos seguintes termos “offerecida a EL REY FIDEL.^{MO} D. Ioze o I.º composta por D. Ioze de Mirales Ten.º Cor.^{el} de hum dos Regimentos da Goarnição da mesma Cidade do Salv.^{or}; e Academico numer.º da Accademia Brazilica dos Renascidos”²⁵³, depois do fim das atividades acadêmicas. Destarte, o texto que antecedeu a apresentação dos estatutos, evidenciou a causa que teria originado a fundação da Academia:

Os fieis vasslos d’elrei nosso senhor, que habitaõ n’esta capital dos seos estados do Brazil, aos quaes nenhum da Europa poderá exceder na lealdade e sincero amor ao soberano, viveraõ na maior consternação dêsde que receberaõ a noticia da perigoza enfermidade de S. M. Fidelissima (...) em que conseguiraõ a certeza do perfeito restabelecimento da importantissima vida, e precioza saude do mesmo senhor. Foraõ ainda mais os jubilos nos coraçõens, que os repiques nas igrejas, e com innumeraveis festas publicas repetidas vezes manifestou-se o gosto que tinhaõ no peito.²⁵⁴

Os súditos residentes da América portuguesa enalteceram a recuperação da *precioza saude* do rei como fato que fez nascer neles a motivação para criar a Academia dos Renascidos, que foi representada nos estatutos como sendo uma forma de celebrar o restabelecimento da *importantissima vida* do monarca. Com a finalidade “de perpetuar na memoria p.^a os séculos futuros sua incomparavel alegria alimentada da pureza da sua fidelidade”²⁵⁵, os súditos buscavam um “novo modo de dar ao mundo hua prova demonstrativa da sinceridade desses obzequios.”²⁵⁶ O documento não se furtou de enaltecer que a escolha fora feita com base na afeição que os acadêmicos sentiam por seu monarca. Considerando as oferendas que poderiam ser dignas do rei, eles ponderaram que “os Soberanos são Senhores das vidas, honras, e fazendas dos seus Vassalos, e q’ offerecer lhes tudo isso he mais prova de sugeição, q’ do affecto”²⁵⁷ e então decidiram estabelecer “hua Academia q’ tenha por principal Instrução escrever a Historia Universal Ecles.^a e Secular da America Portuguesa.”²⁵⁸ Os idealizadores do projeto almejavam expressar “hum perpetuo padraõ de sua alegria e do seu affecto”²⁵⁹ para com o rei que seria homenageado, ainda, pelo começo das atividades “no feliz dia em q’ se celebra o Anniversario da nossa maior fortuna, dedicando a este sublime objecto as primeiras produçoens dos seus engenhos.”²⁶⁰

Na apresentação de todas as propostas de dissertações que se seguiriam aos estatutos, o monarca seria, ainda, objeto de outra dissertação sobre, “As Memorias para a Historia do

²⁵³ MIRALES, José de. *Historia Militar do Brasil*. Rio de Janeiro, Typographia Leuzinger, 1900, folha de rosto.

²⁵⁴ *Estatutos...*, BNRJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca..

²⁵⁵ Ibidem.

²⁵⁶ Ibidem.

²⁵⁷ Ibidem.

²⁵⁸ Ibidem.

²⁵⁹ Ibidem.

²⁶⁰ Ibidem.

nosso Augusto Soberano e Protector da Academia dos Renascidos, o Muito Alto, Muito Poderoso Rey e Pae da Patria.”²⁶¹ A linguagem, submissa e reverente, deu o tom da homenagem prestada ao monarca e da justificativa dada para a fundação da Academia. Há aqui duas representações interessantes. Primeiro a da Academia enquanto forma mais digna encontrada pelos vassallos para mostrar ao rei – e ao mundo – seu agradecimento e seu júbilo pela recuperação da saúde da sua *maior fortuna*. Diante de várias possibilidades que se apresentavam, os renascidos representaram a Academia como a melhor alternativa possível para dignificar e louvar o rei. Importante ressaltar que os membros responsáveis pela elaboração dos estatutos descreveram o congresso renascido, desde as primeiras linhas escritas sobre sua fundação, como local a partir de onde se pretendia evidenciar *ao mundo* a fidelidade devotada ao monarca lusitano através de manifestações calcadas em práticas de escrita. Conferindo dimensão internacional ao desejo de mostrar o amor e o afeto que direcionavam a seu rei, os acadêmicos estenderam esse alcance transnacional à sua produção escrita uma vez que esta seria a ferramenta usada para que se materializasse esse desejo. Extrapolando os limites do universo metrópole/colônia era uma estratégia retórica que serviria tanto para enaltecer e superdimensionar a devoção dos súditos luso-americanos como para ampliar a circunscrição dos préstimos que a Academia oferecia ao rei, que pela sua própria natureza necessitavam de uma dimensão intercontinental. A segunda representação foi a dos acadêmicos, na verdade uma auto-representação que os descreveu como vassallos depositários de uma *fidelidade pura* dotados de uma *alegria incomparavel*, que encontraram na Academia a forma, não apenas mais digna de louvar ao rei, mas também a que mais deixaria transparecer o apreço afetivo que tinham por ele. Assim, além dos objetivos práticos que se propunha a perquirir atinentes aos interesses régios, a Academia era a expressão sentimental de uma homenagem que fora originada a partir de sensações de afeição que os vassallos de além-mar nutriam pelo seu soberano.

Desde o primeiro parágrafo do documento ficou evidenciado que a lealdade para com S. M. F. não seria mitigada pela distância que o separava fisicamente de seus súditos americanos, *aos quaes nenhum da Europa poderá exceder na lealdade e sincero amor ao soberano*. Os estatutos se encarregaram de mostrar, ainda, todas as utilidades que uma iniciativa como a fundação do congresso renascido poderiam oferecer aos interesses do monarca. Assim, “sendo certo que dos congressos litteratos rezultaõ á republica inexplicaveis utilidades, que só se reconhecem com a experiencia, e se premeaõ as ações ilustres,

²⁶¹ *Estatutos...*, BNRJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca.

perpetuando-se a memoria das que obraraõ os vassalos mais dignos.”²⁶² Os fiéis vassalos reunidos descobriram a fórmula mais digna para dar mostras de sua fidelidade e sujeição estando em perfeita consonância com os interesses do rei que

(...) fará mais estimação d’este obzequio, que levantar-lhe em cada praça publica um estatua equestre do mais preciozo metal. (...) uma academia, que tomou por empreza escrever a nossa historia d’este continente, e tem por obrigação averiguar a verdade, podia fazer eterno o seo agradecimento aos reaes beneficios, colocando no templo da Fama a glorioza memoria das ações de um rei, que pode ser o prototipo de todos os príncipes perfeitos.²⁶³

Ao “Poderozo Rey D. Joze N. Sn. e Pay da Patria”²⁶⁴ os acadêmicos alçaram à condição de *Protector* da Academia, “a quem se dedica esse utilissimo estabelecim.”²⁶⁵ bem como a quem “seraõ sempre dedicadas”²⁶⁶ as obras produzidas. Os membros da Academia jogavam assim com seus interesses. Na passagem acima ficaram explicitadas as razões da superioridade do tipo de serviços e homenagens oferecidos por uma academia histórica diante de outros gêneros de reverência típicos do período. Esse parágrafo já era uma proposta bastante direta ao rei: imortalizar o monarca a partir da colocação de suas ações no *templo da Fama*, o que certamente ajudaria a elevá-lo à condição de *príncipe prefeito* – o que por si só já justificaria a criação da academia – em troca de algumas retribuições. A imortalidade régia se transformava em algo tangível através de um serviço oferecido ao rei pelos acadêmicos. Seu preço? A concessão de alguns *reaes beneficios*. A história deveria ser o recurso intelectual através do qual se enalteceria a glória real legando o monarca e suas ações à posteridade. A disciplina histórica necessitaria, assim, de certos méritos que corroborassem a dignidade da empresa-proposta, e tinha, além disso, a função tácita de contribuir para convencer o monarca e comprovar a viabilidade da empreitada.

Destarte, a iniciativa – de esforço conjunto para fundação da academia – se justificava apoiada no mecanismo erudito – a história – a ser colocado em prática na construção do trabalho intelectual a serviço da memória. Sem a primeira “ficaraõ injustamente sepultadas as maiores façanhas, ou pelo irreparavel ocio dos eruditos, ou pela ignorancia invencivel dos vindouros”²⁶⁷ e sem a segunda “nem se temeria a infamia pela facilidade, com que se poderia esquecer, nem seria muito estimavel a gloria de emprehender açoens grandes, durando pouco

²⁶² *Estatutos...*, BNRJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca.

²⁶³ *Ibidem*.

²⁶⁴ *Ibidem*.

²⁶⁵ *Ibidem*.

²⁶⁶ *Ibidem*.

²⁶⁷ *Ibidem*.

tempo a lembrança das heroicidades.”²⁶⁸ Os acadêmicos apresentavam suas credenciais para fazer com que chegasse à posteridade uma imagem gloriosa do soberano. Apesar do amor e do afeto que sentiam por ele, os renascidos acalentavam a expectativa de que essas propostas fossem contempladas por benefícios régios que seriam a comprovação de que o serviço oferecido havia despertado o interesse e o reconhecimento do rei. Na economia das trocas os acadêmicos luso-brasileiros ofereciam uma passagem para o céu, caberia ao rei julgar a qualidade do traslado.

A busca por prestígio e benefícios era uma moeda de dois lados. O beneplácito e a generosidade poderiam ser recompensas para os fiéis e devotados servidores dos interesses régios. A proscrição poderia ser a contrapartida que vitimava mesmo aqueles que já haviam desfrutado da confiança do rei ou do seu ministro. José Mascarenhas foi prova cabal disso. Mascarenhas foi designado para conter os motins ocorridos em 1757, no Porto, por ocasião da fundação da Companhia de Comércio das Vinhas do Alto Douro. Em 1758, chegou ao Brasil na condição de Conselheiro Ultramarino, cheio de incumbências políticas e administrativas importantes como fundar dois conselhos e orquestrar a expulsão dos jesuítas da América portuguesa. Além de ter cumprido rigorosamente com as determinações que lhe haviam sido atribuídas, Mascarenhas fundou uma academia que tinha como uma de suas principais funções render homenagens às figuras de D. José I e de seu ministro. Mas, não importava a folha de serviços prestados anteriormente, punições severas eram a praxe para com quem descumpria determinações de Pombal. Acusado de estabelecer relações cordiais com um navio francês que aportara na Bahia, Mascarenhas foi encarcerado e condenado à prisão perpétua.²⁶⁹ Nem as funções que desempenhara ao longo de sua vida como funcionário do aparelho administrativo português, ou os serviços prestados por sua academia no sentido de glorificar o rei e de ajudar a comprovar a legitimidade da soberania portuguesa no Brasil, foram suficientes para salvá-lo. O reflexo foi sentido na Academia dos Renascidos que, na ausência de seu diretor perpétuo, encerrou precocemente suas atividades o que terminou por antecipar o fim das propostas de ação e intervenção da sua produção intelectual.

Fins e meios de algumas propostas de ‘redescoberta’ brasileira

A exuberante e desconhecida natureza do continente americano mexia com o imaginário despertando “os interesses materiais que poderiam resultar da exploração dos

²⁶⁸ *Estatutos...*, BNRJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca.

²⁶⁹ José Mascarenhas fora encarcerado em uma prisão em Santa Catarina. Com a subida de D. Maria ao poder, em 1777, e a conseqüente deposição do Marquês de Pombal, Mascarenhas foi libertado.

solos.”²⁷⁰ Diante disso, seria proveitoso, e possivelmente poderia ser um caminho para converter a terra em dividendos saber “qual é mais antiga no Brasil, se a agricultura dos tabacos, ou das cannas? E qual foi o inventor dos engenhos de assucar e de se reduzir a tabaco de pó aquella herva? E se poderá a machina dos ditos engenhos fazer-se por modo mais fácil?”²⁷¹ Conhecer mais detalhadamente elementos desta natureza ainda oculta certamente abriria a possibilidade de que os recursos naturais fossem aproveitados de forma mais racional. Ainda que esse racionalismo estivesse balizado pelas peias de um iluminismo incipiente e pelas amarras do mercantilismo que limitava o desenvolvimento da economia portuguesa. Isso, a despeito de todas as tentativas feitas por Pombal para reverter a dependência e o atraso tão típicos das finanças lusas de meados do século XVIII. Compreender melhor essa realidade natural possibilitaria sua exploração em patamares novos, ainda pouco usuais.

É possível relacionar, assim, as categorias de dimensão espacial e estruturação da vida econômica no contexto da produção renascida. Esta, se por um lado queria legitimar o direito de conquista, por outro, tinha a intenção de reverter a terra em dividendos, o que permitiria a associação entre território e sistematização econômica.²⁷² A dissertação que indagou “se as terras da America Portuguesa são mais ferteis e abundantes que as da Europa e mais partes do mundo?”²⁷³, pode ser vista como um exemplo que caminhava nessa direção, assim como a proposta de pesquisa sobre “quantas vezes e em que partes da America Portuguesa se tem descoberto minas de salitre?”²⁷⁴, a dissertação que questionou “se ha esmeraldas em alguma parte do Brazil?”²⁷⁵, ou ainda a que tentou responder se seria possível encontrar cochonilha nas terras da América lusa.²⁷⁶ Destarte, acreditamos ser possível enquadrar a produção intelectual da Academia dos Renascidos dedicada à descoberta de riquezas naturais e de suas possíveis e conseqüentes utilizações, na lógica que animava a existência da monarquia absolutista:²⁷⁷ amealhar a maior medida possível de riqueza e poder. Sendo “os fins ou objetivos mais ou menos constantes do Estado Moderno poder e riqueza”²⁷⁸ como deixar de relacionar as pesquisas e estudos programados pelo grêmio renascido à persecução desses

²⁷⁰ CARVALHO, Rômulo de. *História natural em Portugal no século XVIII*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987, p. 21.

²⁷¹ *Estatutos...*, BNRJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca.

²⁷² MORAES. *Bases da formação...*, op. cit., p. 282.

²⁷³ *Estatutos...*, BNRJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca.

²⁷⁴ *Ibidem*.

²⁷⁵ *Ibidem*.

²⁷⁶ *Ibidem*.

²⁷⁷ FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina*. São Paulo, Ática, 1993, cap. I.

²⁷⁸ *Ibidem*, p. 17.

escopos, no contexto do reformismo ilustrado idealizado e perpetrado durante o período pombalino? As ações acadêmicas, ou suas tentativas de produção intelectual, evidenciaram a correspondência entre “componentes ideológicos e práticas político-econômicas”,²⁷⁹ e nos permitem associar usos influenciados – mesmo que tangencial e indiretamente – pela ilustração ao mercantilismo português.²⁸⁰ Aspectos da ilustração nos moldes em que se desenvolveu em Portugal foram utilizados para racionalizar a vida econômica nacional e por extensão de suas colônias, nomeadamente o Brasil, ao tempo, de longe, a porção mais importante do império português. Preceitos racionais foram colocados a serviço da política econômica de Estado. A Academia poderia assim ser entendida como agente a serviço do mercantilismo metropolitano na medida em que tentou transformar em fatos concretos os ideais de racionalização econômica experimentados pela política reformista do Marquês de Pombal.

Várias foram as tentativas feitas no sentido de superar todos os obstáculos que barravam ou retardavam o pleno desenvolvimento mercantilista em Portugal. Neste conjunto incluiu-se: a expulsão dos jesuítas, a criação das companhias de comércio, a fundação da Aula do Comércio, a extinção dos comissários volantes, o fim das distinções entre cristãos-velhos e cristãos-novos, etc. Diante das medidas tomadas no plano prático, a atuação da Academia dos Renascidos se apresentou como uma tentativa – ou pelo menos uma proposta de tentativa – de derrubar uma barreira ao pleno desenvolvimento mercantilista de que as reformas foram o grande apanágio. A proposta renascida era a de ajudar a acabar com a barreira colocada pela superficialidade do conhecimento das terras da América portuguesa. Como as supracitadas, esta era uma barreira a ser transposta rumo ao desenvolvimento perseguido avidamente pelas práticas político-econômico-administrativas e intelectuais que marcaram a regência pombalina. Não se pode desconsiderar a hipótese de que alguns dos membros da Academia, ligados ao capital mercantil, almejassem fazer dos estudos acadêmicos um caminho para a descoberta de novas fontes de renda que viessem a incrementar seus negócios. Ainda que fossem utilizadas para o atendimento de interesses particulares a exploração de novas riquezas

²⁷⁹ FALCON, op. cit., p. XIV.

²⁸⁰ É de fundamental importância que se possa compreender a relação entre necessidade, manifesta por parte do absolutismo monárquico português, de alcançar o dueto riqueza/poder e a motivação que essa necessidade causa no círculo intelectual renascido, sem desprezar a influência exercida, no seio da produção acadêmica, por elementos que escapam ao âmbito estritamente político-econômico. A apologia aos preceitos mercantilistas que ditavam algumas das principais diretrizes da economia portuguesa durante os setecentos, não pode sublimar o fato de que a produção literária não está submetida a tais preceitos de forma incontestada e absoluta. Mesmo entrecortados pelo contexto mercantilista, estando, algumas vezes a ele diretamente relacionados, existem outros fatores a serem considerados que interferem na produção literária e intelectual renascida.

poderia ser associada às propostas de nacionalização da economia luso-brasileira idealizadas pelo Marquês de Pombal.²⁸¹

Na verdade, as tentativas de reversão do quadro de dependência em que se encontrava a economia portuguesa não foram inauguradas por Pombal, tendo havido iniciativas pregressas que caminharam na mesma trilha.²⁸² Os resultados não foram os esperados e a situação de submissão econômica, principalmente em relação à Inglaterra, não sofreu modificações consideráveis. Os benefícios desfrutados por negociantes de outras nacionalidades em Portugal foram decisivos para que a burguesia mercantil portuguesa não chegasse a desenvolver força capaz de fazer frente aos burgueses estrangeiros instalados nas praças comerciais lusitanas.²⁸³ O Tratado de Methuen, assinado em 1703, foi o ponto final de uma trajetória de debilidade que se avultou com os encargos advindos das guerras e dos tratados assinados no rastro da Restauração.²⁸⁴ Eduardo D'Oliveira França não associou ao *tratado dos panos e vinhos* a aniquilação da indústria portuguesa nem a responsabilidade por “acorrentar” a economia de Portugal à inglesa. Segundo França, “o mal vinha de muito longe. Apenas, a Inglaterra, com esse tratado, escamoteou em seu benefício a presa que antes era de muitos.”²⁸⁵ Independente da maior ou menor responsabilidade que se atribua ao tratado assinado entre Portugal e Inglaterra em 1703, é inegável a submissão em que a economia portuguesa se encontrava em relação à inglesa. Reverter essa situação de dependência crônica foi uma das principais bandeiras do consulado pombalino.

Exemplo emblemático dos interesses do reformismo pombalino foi a fundação, em setembro de 1755,²⁸⁶ da Escola do Comércio. Seu objetivo era a formação de pessoas em novas bases teóricas e mentais, visando o fortalecimento da incipiente burguesia mercantil em Portugal. É possível estabelecer, assim, a relação entre a Aula do Comércio ou a criação de uma entidade que tentou promover a renovação das práticas mercantis em Portugal, no terreno teórico, e a Academia dos Renascidos, fundada quatro anos mais tarde, que pretendia estudar novas formas de exploração da terra e que faria do comércio um dos grandes beneficiários. Ambas as iniciativas fizeram parte de um universo reformista, apologético de mudanças

²⁸¹ MAXWELL, Kenneth. *Chocolates, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. São Paulo, Paz e Terra, 1999, p. 89-123.

²⁸² A título de exemplo citamos a instituição, em 1711, pelo rei D. João V, de um sistema de frotas que deveria submeter os mercadores estrangeiros e que teria como objetivos centrais exercer um maior controle sobre as relações comerciais entabuladas com as colônias portuguesas e sobre as arrecadações régias, evitar o contrabando e garantir a proteção dos navios mercantes diante das ameaças de piratas e corsários. Ver RIBEIRO JUNIOR, José. *Colonização e monopólio no nordeste brasileiro*. São Paulo, Hucitec, 1976, p. 25-59.

²⁸³ Ibidem, p. 26.

²⁸⁴ CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão...*, op. cit., t. 2, p. 46.

²⁸⁵ FRANÇA, op. cit., p. 357.

²⁸⁶ RIBEIRO JUNIOR, op. cit., p. 51.

sociais de envergadura, que visavam transformar a realidade econômica de Portugal, ora apelando para iniciativas de cunho teórico e mental, ora incitando ações mais pragmáticas. As instituições desfrutaram de um mesmo espírito, sendo alimentadas por esforços e aspirações semelhantes. Houve uma proposta de dissertação que caminhou nesse sentido e poderia servir de exemplo. Para reunião do dia 13 de outubro de 1759, foram designados acadêmicos que deveriam dissertar sobre “se eh util ou prejudicial ás monarchias o diminuir-se os juros do dinheiro (...) E si eh mais util fzer-se o commercio com inteira liberdade ou por companhias organisadas?”.²⁸⁷ O comércio foi, ele próprio, tema de um estudo que evidenciou ligação com esse conjunto de reformas econômicas anteriormente mencionadas. Acadêmicos previamente escolhidos deveriam escrever

as memorias para a historia do commercio assim activo como passivo, com uma noticia individual de todas as rendas reaes, declarando as que andam por contracto, que as cobra, os diversos modos por que tem sido administradas, o augmento ou diminuição que tiveram desde sua origem e o numero de escravos que tem entrado ou entram em cada ano na nossa America.²⁸⁸

Assim, houve dissertações absolutamente influenciadas pelo universo reformista que marcou o reinado josefino, e que evidenciaram a consonância entre o que era colocado em prática pela metrópole em termos de reformismo econômico e as propostas de estudos renascidas. Foi sugerido que se escrevesse uma memória que listasse a

colleção de todas as leis, ordens regias, expedidas para a America, e os tratados de paz e de commercio respectivos a esse continente, desde o seu descobrimento até o presente, com as noticias que parecerem convenientes para sua melhor intelligencia.²⁸⁹

É possível, ainda, identificar algumas medidas que marcaram a política econômica de Pombal que poderiam ser associadas às propostas acadêmicas, evidenciando uma relação entre reformas mercantilistas e produção intelectual, o que ajudaria a corroborar a idéia de que a existência de um ambiente reformista ajudou a forjar as bases da Academia dos Renascidos. Algumas tarifas alfandegárias foram modificadas em Portugal com o fito de promover a diversificação produtiva em terras coloniais. O objetivo era incentivar o aparecimento de novos produtos que pudessem ser convertidos em lucro na balança de comércio.²⁹⁰ Consonância direta entre práticas mercantilistas e projeto intelectual. Mesmo se tomarmos como base as idéias de Kenneth Maxwell, segundo o qual, o termo mercantilismo não é apropriado para descrever adequadamente as práticas reformistas pombalinas, continuaria

²⁸⁷ *Estatutos...*, BNRJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca.

²⁸⁸ *Ibidem*.

²⁸⁹ *Ibidem*.

²⁹⁰ MAXWELL. *O Marquês de Pombal...* op. cit., p. 96.

possível a conexão entre política econômica e prática intelectual. Na visão de Maxwell, o que Pombal fez foi utilizar técnicas mercantilistas para viabilizar a acumulação individual de capital por mercadores portugueses.²⁹¹ Os fins seriam, portanto, mais pretensiosos do que a obtenção de uma balança comercial positiva. Estava em jogo fortalecer Portugal e aumentar seu poder de barganha no equilíbrio de forças estabelecido em torno do eixo comercial Atlântico.

Se a saída para dirimir o atraso em que se encontrava a metrópole portuguesa estava no ultramar,²⁹² a iniciativa de fundação da Academia seguiu o rastro das precedentes enquanto produtora de trabalhos históricos e mostrou afinação das elites situadas na América portuguesa com as tendências político-econômicas metropolitanas. A Academia apresentou propostas de estudos e pesquisas que almejavam contribuir, pelos temas aos quais pretendia se debruçar, para ajudar a solucionar a questão do atraso português através da exploração da principal colônia do império ultramarino lusitano. Se, como aponta Ribeiro Junior,²⁹³ havia a manifesta intenção por parte de uma nova legislação pombalina de eliminar os entraves à colonização do Brasil, os renascidos foram uma manifestação intelectual das tentativas de superação de outros tipos de entraves que também emperravam a exploração da colônia. O saber pode ser visto aqui como elemento capaz de potencializar transformações necessárias para que a monarquia portuguesa deixasse de desempenhar papéis coadjuvantes no equilíbrio de forças do continente europeu, o que também colocaria as ações da Academia dos Renascidos em plena conformação com as reformas que marcaram o consulado pombalino e que almejavam colocar fim aos laços de dependência mantidos, principalmente em relação à Inglaterra.

Nesse sentido a fundação da Academia se coadunou – principalmente se levamos em consideração suas propostas de pesquisa em distintas áreas do conhecimento – com a busca pelo entendimento das causas da soberania comercial e econômica inglesa, que marcou o que Kenneth Maxwell definiu como o longo século XVIII português²⁹⁴ e contra a qual o período pombalino²⁹⁵ tentou se sublevar no que concernia à realidade nacional e colonial lusitana. A ação e os objetivos dos renascidos estiveram intimamente associados à vontade de descobrir novas potencialidades do desenvolvimento passível de ser amealhado pela exploração

²⁹¹ MAXWELL. *O Marquês de Pombal...* op. cit., p. 67.

²⁹² RIBEIRO JUNIOR, op. cit., p. 59.

²⁹³ Ibidem.

²⁹⁴ Kenneth Maxwell propõe um século XVIII para Portugal que teria como baliza inicial o ano de 1660, com a retomada da soberania frente à Espanha, e como marco final ano de 1807, quando a família real portuguesa abandona o país para se refugiar no Brasil em decorrência da invasão napoleônica. MAXWELL. *O Marquês de Pombal...*, op. cit., p. 37.

²⁹⁵ Ibidem, p. 6-16.

colonial. Esse mesmo percurso foi feito por Pombal na tentativa de compreender os êxitos britânicos, que foram bem sucedidos na imposição de uma supremacia nas relações comerciais entabuladas com o restante do mundo.

Conhecer melhor as terras do continente americano, não significava obrigatoriamente nutrir a expectativa de transformá-las em novas fontes de divisas para a metrópole. Algumas propostas de pesquisa se calcaram na busca por informações inusitadas sobre a América portuguesa presentes em fontes ‘alternativas’. A Academia buscou, por exemplo, informações sobre “Se o Diluvio Universal compreendeu esta parte do Novo Mundo chamada America ou se nelle se escaparaõ seus habitantes.”²⁹⁶ Procurando por informações concernentes à geografia, ainda que já de antemão cientes das premissas falsas que encontrariam, indagaram “Quaes são as cauzas porque os Antigos e alguns Sanctos Padres julgaraõ que este clima era inhabitavel, e impossivel por elle a navegação?”²⁹⁷ Conhecedores das benesses oferecidas pela natureza americana, os renascidos perguntaram “Se tem alguma probabilidade a opinião de alguns Autores que discorreraõ estava o Paraíso Terreal neste Novo Mundo?”²⁹⁸

Além disso, os acadêmicos buscaram nas Sagradas Escrituras informações proféticas sobre a chegada no continente americano. Assim, uma análise do texto bíblico permitira responder “Se o descobrimento desta America e a conversaõ dos seus habitantes foraõ prophetizados por alguns Sanctos Padres, e Prophetas do Testamento Velho e Novo?”²⁹⁹ Todo o pragmatismo de um congresso que propunha a escrita da história eclesiástica e secular, geográfica e natural, política e militar, lastreada por documentos que confirmassem os fatos narrados, foi colocado diante de questões de caráter mítico. Essas dissertações ratificam como era amplo o leque temático ao qual pretendiam se dedicar os acadêmicos renascidos em busca do maior número possível de informações sobre o continente americano. Essa busca decorria do interesse que a colônia despertava e da consciência de que ainda havia muito por ser conhecido e explorado. Isso só poderia ser feito através do domínio de informações de que os portugueses ainda não dispunham.

A necessidade de interiorizar a exploração das terras e aprimorar o conhecimento das características do ignoto continente americano, foi corroborada pelos interesses dos fundadores da Academia que, como já foi dito, almejavam que a criação de um grêmio como o renascido incentivasse o surgimento de outros que logo se espalhariam por todo o território

²⁹⁶ *Estatutos...*, BNRJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca.

²⁹⁷ *Ibidem*.

²⁹⁸ *Ibidem*.

²⁹⁹ *Ibidem*.

colonial.³⁰⁰ Imbuídos dos mesmos objetivos, ou pelo menos permeados por aspirações semelhantes, os novos núcleos se somariam na tarefa de ajudar a desvendar as potencialidades da terra. Além disso, a possibilidade de vários núcleos formados por membros das elites de localidades diferentes poderia ajudar na criação de um corpo sólido que aceleraria a produção intelectual local dedicada à realidade das diferentes regiões da colônia e ainda tornaria mais forte o poder de barganha quando realizadas as negociações para com as elites metropolitanas.

É fundamental entender a importância do sócio supranumerário para o fortalecimento dos laços de sociabilidade envolvendo regiões estancas do Império e da colônia, sendo imperioso incrementar a lista de membros para ter acesso a informações e documentos de possessões separadas por longos e tortuosos meses de viagem, ou por uma realidade geográfica difícil de ser vencida.³⁰¹ A preocupação de manter contato com as diversas partes do território colonial se manifestou nos estatutos que recomendaram pelos menos “dous d’destes socios em cada um dos bispados da America”³⁰² referindo-se aos supranumerários. Para a Coroa, haveria a vantagem de interiorizar sua influência aos lugares mais recônditos do continente americano, o que ajudaria a garantir a posse dos territórios ainda mal ou nada conhecidos. O intercâmbio deveria ser mantido com os membros supranumerários que ficavam obrigados a prestar conta de toda sua produção intelectual bem como dos estudos em que estivessem envolvidos. Antonio Candido afirma que “(...) o fato de haver procurado congregar como acadêmicos supranumerários os letrados de outras partes da colônia (...) pela primeira vez bruxuleou uma vaga consciência de integração intelectual no Brasil.”³⁰³ Ficou determinado pelo parágrafo IX dos estatutos que

Haverá os academicos supranumerarios, que se julgarem dignos e precizos, os quaes poderão ser moradores em outras pruvincias, até em Porugal, e ainda fóra do reino; e será util, que haja ao menos dous d’estes socios em cada um dos bispados da America. Estes não terão numero certo; porem os que forem moradores n’esta cidade, ou seu termo, não poderão exceder o da metade dos academicos numerarios (...). Terão voto em todas as materias literarias, e assento igual com os do numero, e poder-se-lhes-ão encarregar todas as obras, que ordenar a Academia, tendo avizo para assistirem ás conferencias todos os que assistirem n’esta cidade, da mesma sorte que os de numero.³⁰⁴

A coesão acadêmica não era buscada apenas em relação aos sócios correspondentes. Os membros numerários que por ventura se ausentassem da Bahia não poderiam esquecer seus

³⁰⁰ CALMON, op. cit., p. 64.

³⁰¹ KANTOR. *Esquecidos e Renascidos...*, op. cit., p. 67.

³⁰² *Estatutos...*, BNRJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca.

³⁰³ CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1964, p. 85.

³⁰⁴ *Estatutos...*, BNRJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca.

vínculos institucionais com o grêmio renascido devendo escrever periodicamente à Academia. Assim, os estatutos propunham que todos os que fizessem parte do grêmio renascido mantivessem vínculos com a Academia, não importando a distância, no caso dos correspondentes ou a necessidade de se ausentar da Bahia, no caso dos numerários, o que conclamava a uma coesão dos liames para com a instituição.

Sem embargo de que cada um dos academicos deve tratar da historia universal respectiva ao districto de que está encarregado, pareceu á Academia eleger outros, que escrevessem compendios de algumas noticias, communicando mutuamente os estudos uns com os outros³⁰⁵

Além da comunhão entre seus membros, os estatutos previam a criação de um memorial que arquivaria tudo que tivesse sido discutido durante os congressos. Pra tal, seria necessário

compor as memorias historicas da Academia, juntando as noticias das conferencias respectivas ás obras que nella se recitarem. O Sr. secretario Antonio Gomes Serrão Castelbranco, o Sr. Antonio Oliveira, e o Sr. Antonio Rodrigues Nogueira, que ambos são visitadores actuaes deste arcebispado, escreverão as noticias mais exactas que lhes fôr possível, de todas as terras por onde fizerem jornada no tempo de suas visitas, e irão remetendo á Academia³⁰⁶

A fragmentação da colônia em blocos, como sugeriu Laura de Mello e Souza³⁰⁷ baseada em Stuart Schwartz, não impediu que os acadêmicos reunidos em torno do grêmio renascido elaborassem uma proposta de produção intelectual que tomava a América portuguesa como um todo. Mesmo que seus estudos fossem específicos e circunscritos a aspectos e espaços previamente delimitados³⁰⁸ a formulação estatutária contemplava os quatro cantos da colônia como partes do todo a ser desvendado e melhor conhecido. Um todo ligado entre si por uma mesma matriz colonizadora. Nesse sentido servem de exemplo as

memorias para a Historia da nossa America, que se hão de escrever na lingua portugueza: 1. Para compor as do Pará e Maranhão, na quaes capitancias generaes se incluem as capitancias do Caheté, Cametá, Cusnã ou Tapiutaperã, Ilha Grande de Joanes (...); 2. Do governo do Piaguhi (...); 3. Da capitania geral de Pernambuco, no qual se comprehendem as capitancias do Ceará, Rio Grande do Norte, Itamaracá, Parahyba, Pernambuco, Sirinham, Porto Calvo, Alagoas (...); 4. Da cidade de S. Christovão e de toda capitania e comarca de Sergipe d'El-Rei (...); 5. Da cidade de Salvador, Bahia de Todos os Santos (...); 6. Da Jacobina e de todo distrito de sua ouvidoria (...); 7. Das tres capitancias dos Ilheos, Porto Seguro e Espirito Santo (...); 8. Da capitania general do Rio de Janeiro, comprehendendo as capitancias de Cabo Frio, Itacazes, S. Vicente, Santos, S. Paulo, Santa Catarina (...); 9. Do bispado de

³⁰⁵ *Estatutos...*, BNRJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca.

³⁰⁶ *Ibidem*.

³⁰⁷ SOUZA. *O sol e a sombra...*, op. cit., p. 99-102.

³⁰⁸ No segundo parágrafo dos estatutos está determinado que “para mais facilidade se subdividirão as provincias em pequenos distritos, e outras vezes, si se julgar conveniente, se poderão encarregar as memorias de duas ou mais provincias a um só academico.” *Estatutos...*, BNRJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca.

Marianna, compreendendo o districto do Rio das Mortes, S. José da Villa Rica do Ouro Preto, cidade de Marianna, Sabará ou Rio das Velhas (...); 10. Da villa do Principe e comarca de Serro-Frio, compreendendo o Tejuco e as Minas Novas do Arasuhe (...); 11. Dos Goyazes, Paranaguá (...); 12. Da Colonia do Sacramento, Rio Grande do Sul, Matto Grosso, Cuyabá, Uruguay (...)³⁰⁹

A consciência da necessidade premente de incrementar a exploração, o domínio da terra e o conhecimento das regiões interiores, denuncia como era restrito para os portugueses o cabedal de informações sobre uma porção considerável da sua colônia mais importante. Afinada com esse ideal, a Academia dos Renascidos se transformou num centro que se propunha a ajudar a dar mais inteligibilidade à América portuguesa.³¹⁰ Para decifrar os signos ainda obscuros, decodificar a natureza e escrever a história do continente americano, os acadêmicos deveriam lançar mão de disciplinas ou ciências em voga nas academias européias que se desenvolviam sob o signo das luzes.³¹¹ A questão é: de que forma estas disciplinas seriam apropriadas e posteriormente usadas pelos acadêmicos luso-brasileiros para compreensão das diferentes características da realidade colonial?

³⁰⁹ *Estatutos...*, BNRJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca.

³¹⁰ *Ibidem*.

³¹¹ RAMOS, Luis de Oliveira. *Sob o signo das luzes*. Lisboa, INCM, 1988.

CAPÍTULO III

A ILUSTRAÇÃO E SUAS INCIDÊNCIAS NO TERRITÓRIO PORTUGUÊS

Caminhos e descaminhos do pensamento ilustrado: uma trajetória multissecular

A partir do século XVIII, a palavra *lumières* passou, sistematicamente, a ser aplicada à atividade intelectual e cultural do homem.³¹² O século das luzes foi, afinal, o século da razão. Ela seria o elemento a conduzir o homem para uma nova verdade que abandonava paulatinamente a revelação e se pautava na experiência.³¹³ “O Iluminismo constituiu, de forma notável, um período em que se considerava que a cultura dos homens instruídos abarcava todo o saber humano.”³¹⁴ As luzes seriam, assim, “le seul moyen de parvenir au bonheur, but de l’existence humaine, accessible à tous, puisque la raison éclaire tous les hommes.”³¹⁵ Além de ajudar na busca pela felicidade, a razão ilumina, afasta o obscurantismo, “não há função mais alta que a sua, pois está encarregada de revelar a verdade, de denunciar o erro.”³¹⁶ Dela, segundo Paul Hazard, dependia toda ciência, toda filosofia.³¹⁷ Monique Cottret enaltece o aspecto conquistador do espírito das luzes que devia “de proche en proche contribuer au progrès indéfini de l’esprit humain.”³¹⁸ O programa desse espírito estava alicerçado no desencantamento do mundo,³¹⁹ sendo seu objetivo “dissolver os mitos e substituir a imaginação pelo saber.”³²⁰

O terreno para o advento da Ilustração fora, sem dúvida, preparado pelas renovações intelectuais e científicas orquestradas durante o século XVII. Robert Mandrou assevera que “au delà de 1640 jusque dans les dernières décennies du XVIIe siècle, le mouvement scientifique s’est accéléré à travers les péripéties les plus apparemment défavorables à la vie savante et aux échanges.”³²¹ As conturbações dos seiscentos não obstaram o desenvolvimento

³¹² CABOURDIN, Guy et VIARD, Georges. *Lexique historique de la France d’Ancien Régime*. Paris, Armand Colin, 1978, p. 197.

³¹³ Ibidem.

³¹⁴ HAMPSON, Norman. *O Iluminismo*. Lisboa, Ulisseia, 1973, p. 11.

³¹⁵ CABOURDIN, op. cit., p. 197.

³¹⁶ HAZARD, Paul. *O pensamento europeu no século XVIII*. Lisboa, Presença, 1989, p. 36.

³¹⁷ Ibidem.

³¹⁸ BÉLY, op. cit., p. 767.

³¹⁹ Guido Antonio de Almeida adverte que na obra de Horkheimer e Adorno, o termo *esclarecimento* não representa “o iluminismo, a ilustração, um movimento filosófico ou uma época histórica determinada, mas o processo pelo qual, ao longo da história, os homens se libertaram das potências míticas da natureza, ou seja, o processo de racionalização que prossegue na filosofia e na ciência.” HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985, p. 7-8. Optamos pela utilização do termo na passagem acima por acreditar que, mesmo não se tratando especificamente da ilustração, o esclarecimento, nos moldes em que foi teorizado por Horkheimer e Adorno, se aplica aos objetivos da filosofia e da ciência durante o tempo do Iluminismo, ainda que possa também servir para caracterizar outros períodos da história do pensamento.

³²⁰ HORKHEIMER, op. cit., p. 19.

³²¹ MANDROU, Robert. *Des humanistes aux hommes de science*. Paris, Seuil, 1973, p. 178.

das ciências. Assim, entrou em curso a “mathématisation du monde, explosion du cosmos clos de la pensée antique et médiévale, unification radicale d’un univers infini et géométrique par l’effacement des vieilles oppositions entre monde sublunaire et monde sidéral.”³²² Na verdade, um novo mundo estava em gestação, depositário de uma modernidade associada ao *essor* de novas formas de pensamento que abrangiam os distintos campos do conhecimento humano. Baseado na máxima cartesiana “Penso, logo existo” Edmond Préclin afirma “qu’on peut considérer Descartes comme l’initiateur de la pensée moderne.”³²³ O *espírito cartesiano* se impôs a partir de meados do século XVII não apenas “na filosofia mas também na literatura, na moral, na política, na teoria do Estado e da sociedade; chega ao ponto de afirmar-se na teologia, dando a esta disciplina uma forma inteiramente nova.”³²⁴ No verbete *cartésianisme*, Guy Cabourdin e Georges Viard enaltecem a ressonância que as idéias de Descartes tiveram e o clamor que despertaram “de imediato” fazendo adeptos e também recebendo críticas severas.³²⁵ Os autores afirmam que Descartes “ouvre la voie au rationalisme.”³²⁶ A publicação do *Discurso do Método*, em 1637, foi um verdadeiro divisor de águas na história do pensamento ocidental. Através desta obra, Descartes forneceu a seus contemporâneos

un guide sûr; ou plutôt une thématique sur quoi réfléchir avec fécondité et pendant longtemps, pour mieux saisir les articulations du raisonnement scientifique et construire de la sorte une science solide, aux fondements d’autant plus résistants que tout aura été passé à l’épreuve du doute systématique. La vérité des sciences, dès lors, ne s’atteint par la seule mathématisation de tout ce qui est mesurable, mais par l’épreuve logique que le savant sait imposer à l’ensemble de sa démarche, décomposée en ses différents éléments et enchaînement.³²⁷

Importante frisar que “la révolution du monde moderne n’entraînait pas nécessairement l’affaiblissement de la foi.”³²⁸ O cientificismo seiscentista não precisou se distanciar da fé para desenvolver suas premissas. A bem da verdade, Leibniz, Descartes, Kepler e Newton, pensadores que revolucionaram a ciência e o pensamento europeu durante o século XVII, eram homens devotos.³²⁹ Descartes, por exemplo, acreditava que Deus era o criador das verdades eternas e, além de responsável pela existência do mudo exterior, o fundamento de todo o conhecimento.³³⁰ O que motivou seu trabalho filosófico não foi o

³²² CHAUNU, Pierre. *La civilisation de l’Europe classique*. Paris, Arthaud, 1984, p. 327.

³²³ PRÉCLIN et TAPIÉ. *Le XVII^e siècle...*, op. cit., p. 539.

³²⁴ CASSIRER, op. cit., p. 50-51.

³²⁵ CABOURDIN, op. cit., p. 51.

³²⁶ Ibidem.

³²⁷ MANDROU. *Des humanistes...*, op. cit., p. 163.

³²⁸ CHAUNU. *La civilisation de l’Europe classique...*, op. cit., p. 329.

³²⁹ Ibidem.

³³⁰ CABOURDIN, op. cit., p. 51.

agnosticismo ou a falta de fé religiosa, e sim a vontade de “cimentar o conhecimento em bases totalmente demonstráveis.”³³¹ Não fazia parte de suas idéias negar o trabalho do Criador, mas “apresentá-lo com maior efeito persuasivo.”³³² O século XVII testemunhou um rompimento com a escolástica que estava longe de significar um distanciamento em relação a Deus. Esse, na qualidade de artífice do mundo, detinha a prerrogativa de conhecer as essências e causas últimas, conhecimento ao qual o homem não podia ter acesso e que não interessava à ciência.³³³

A cultura científica seiscentista estava atrelada à “ideia de que conhecer o mundo tem a ver com sua transformação.”³³⁴ Tratou-se de um tempo em que os pensadores que se dedicaram à matemática, à física, à química, à filosofia, à natureza produziram um conhecimento que renovou a ciência, o pensamento e o mundo europeu, elaborando as bases que serviriam de sustentação ao desenvolvimento do pensamento iluminista. “Comme dans la philosophie, comme dans la critique, comme en toutes choses, le XVIIIe siècle se nourrit de ce que la fin du XVIIe siècle a trouvé; ces fortes substances demandent une lente assimilation.”³³⁵ Se Descartes, Spinoza, Newton e Leibniz despontaram como quatro dos principais nomes do universo intelectual europeu no século XVII, a ciência, nos seiscentos não fora “apenas obra de personagens célebres.”³³⁶ A revolução, “que débute à la hauteur des années 1620”³³⁷, se processou pela ação de

uma multidão compósita e variada; professores de matemática e astronomia nas universidades, professores destas mesmas disciplinas (sobretudo de matemática) fora das universidades, médicos, agrimensores, navegadores, engenheiros, construtores de instrumentos, farmacêuticos, alquimistas, cirurgiões, viajantes, filósofos naturais e cultores de filosofia mecânica, artesãos cultos e virtuosos.³³⁸

Graças ao trabalho desses novos homens de ciência, os diferentes campos do saber ganhavam em autonomia com a marcha do tempo e com o aprimoramento de suas premissas. As ciências naturais tiveram na figura de Francis Bacon um entusiasta pertinaz à procura de novos métodos experimentais.³³⁹ Bacon recusou os argumentos das autoridades, principalmente os de origem aristotélica e recomendou “aux savantes de procéder par

³³¹ MORSE, Richard. *O espelho de Próspero*. Cultura e idéias nas Américas. São Paulo, Cia. das Letras, 1988, p. 35- 36.

³³² Ibidem, p. 36.

³³³ VILLARI, Rosario (dir.). *O homem barroco*. Lisboa, Presença, 1995, p. 238.

³³⁴ Ibidem, p. 236.

³³⁵ HAZARD, Paul. *La crise de la conscience européenne (1680-1715)*. Paris, Fayard, 2005, p. 296.

³³⁶ VILLARI, op. cit., p. 233.

³³⁷ CHAUNU. *La civilisation de l'Europe classique...*, op. cit., p. 327.

³³⁸ VILLARI, op. cit., p. 233.

³³⁹ PRÉCLIN et TAPIÉ. *Le XVII^e siècle...*, op. cit., p. 537-548.

observation et expérimentation sans soucier des *impedimenta* théologiques que leur recherche pourrait rencontrer au chemin.”³⁴⁰ Apesar das propostas baconianas, Pierre Chaunu o denominou de “homme du passé” e afirmou que Bacon não compreendeu que “la science moderne serait mathématique.”³⁴¹ Já Christopher Hill afirma que Bacon foi pensador social e científico, dotado de notável senso histórico,³⁴² além de defender a existência de uma ligação direta entre as idéias do filósofo e o desenvolvimento da causa parlamentarista na Inglaterra.³⁴³ Também da Inglaterra veio Isaac Newton, um dos grandes nomes da ciência em todos os tempos, talvez o exemplo mais acabado da importância que o experimentalismo assumiu durante o século XVII. Rupert Hall afirma que Newton “criou padrões completamente novos de métodos científicos tanto referentes à exactidão e pormenor de uma investigação como à proximidade das relações entre experiências e teoria.”³⁴⁴ Sua pesquisa sobre a luz e as cores foi a “maior investigação experimental de toda a ciência física do século dezassete – na verdade, uma das maiores de todos os tempos.”³⁴⁵ Newton foi um dos pensadores que mais contribuíram para os avanços científicos do século XVII, tendo sua obra transposto o século e influenciado sobremaneira na formação da filosofia do Iluminismo.³⁴⁶ Seu pensamento se baseava na busca por princípios a partir da análise dos fenômenos, abrindo mão da dedução pura. Suas idéias foram utilizadas pelos iluministas – em detrimento das cartesianas – “para resolver o problema central do método da filosofia.”³⁴⁷

Antes de finda a primeira metade dos seiscentos, Torricelli e Pascal, que disputaram a paternidade da teoria do peso do ar,³⁴⁸ se esmeravam para comprovar a importância da experiência para o desenvolvimento das pesquisas científicas. Pascal, que se posicionou contra a condenação de Galileu pelo Santo Ofício, desenvolveu uma máquina de calcular e se dedicou ao cálculo matemático prático.³⁴⁹ Torricelli, além de criar o barômetro deu início às pesquisas sobre hidrodinâmica.³⁵⁰ A mesma ênfase que a experiência recebeu de Torricelli e Pascal já havia assumido lugar central nas pesquisas de Galileu que por ela abriu mão dos processos dedutivos para chegar à verdade. Galileu “procedeu a extensas séries de

³⁴⁰ MANDROU. *Des humanistes...* op. cit., p. 157.

³⁴¹ CHAUNU. *La civilisation de l'Europe classique...*, op. cit. p. 443.

³⁴² HILL, Christopher. *Origens intelectuais da Revolução Inglesa*. São Paulo, Martins Fontes, 1992, p. 119.

³⁴³ Ibidem, p. 118-177.

³⁴⁴ HALL, A. Rupert. *A revolução na ciência (1500-1750)*. Lisboa, Edições 70, 1988, p. 369.

³⁴⁵ Ibidem.

³⁴⁶ CASSIRER, op. cit., p. 24-26.

³⁴⁷ Ibidem, p. 24.

³⁴⁸ MANDROU. *Des humanistes...*, op. cit., p. 216.

³⁴⁹ Ibidem, p. 187.

³⁵⁰ CHAUNU. *La civilisation de l'Europe classique...*, op. cit. p. 477.

experiências com corpos cadentes e projecteis”³⁵¹ apesar de não tê-las utilizado como prova, e com seu telescópio estudou o céu e desvendou os movimentos de rotação e translação da Terra. Kepler, que também estava de olho no espaço, descreveu os movimentos dos planetas e submeteu-lhes a leis precisas. Fundador da teoria do heliocentrismo Kepler foi “un des cinq grands constructeurs du monde moderne.”³⁵²

Ainda em 1600, Gilbert, que além de filósofo natural, foi o “pai da ciência experimental inglesa”³⁵³ se dedicava ao estudo dos fenômenos elétricos. Ele já havia criticado a escolástica e pensava em uma nova filosofia para o homem na qual o conhecimento não era buscado nos livros, mas nas coisas em si.³⁵⁴ A química também ganhou novo alento ao longo da centúria e tem em Boyle, fundador da química orgânica, um de seus grandes expoentes. Helmont, que ficou conhecido pelos seus estudos sobre os gases³⁵⁵ foi considerado por Boyle como primeiro filósofo químico da história.³⁵⁶ Por volta de 1660, a atenção de Boyle se voltava para o estudo do ar e ao lado de Hooke ele perscrutou “meticulosamente todos os fenômenos habituais da pneumática conhecidos até então.”³⁵⁷ Além de teórico da filosofia mecânica, Boyle foi “um experimentador consumado quer na física quer na química.”³⁵⁸ Becker, que também se dedicou aos estudos químicos distinguiu, alguns anos mais tarde, as funções dos elementos simples e das substâncias compostas.³⁵⁹ Novas espécies animais e vegetais foram descobertas, catalogadas e estudadas e as relações entre ciência e natureza conheceram uma nova fase de interfaces. Mariotte descobriu as diferentes modalidades de nutrição dos vegetais ao tempo em que Ray elaborava a moderna classificação dos animais.³⁶⁰ Redi descartou a idéia da geração espontânea e Swammerdan estabeleceu as bases que permitiriam fundar a anatomia comparada.³⁶¹

A física se desenvolveu com as pesquisas de Hooke e de Huygens sobre a natureza e o comportamento da luz, tendo sido apresentado um cálculo exato de sua velocidade – baseado na observação dos satélites astrais³⁶² –, em 1675, por Huygens e Roemer.³⁶³ O mesmo Roemer desenvolveu novos estudos sobre ótica e aprimorou pesquisas sobre a refração da

³⁵¹ HALL, op. cit., p. 356.

³⁵² CHAUNU. *La civilisation de l'Europe classique...*, op. cit., p. 461.

³⁵³ HALL, op. cit., p. 354.

³⁵⁴ HILL, op. cit., p. 118.

³⁵⁵ PRÉCLIN et TAPIÉ. *Le XVII^e siècle...*, op. cit., p. 537-548.

³⁵⁶ HALL, op. cit., p. 377.

³⁵⁷ Ibidem, p. 362.

³⁵⁸ Ibidem, p. 380.

³⁵⁹ PRÉCLIN et TAPIÉ. *Le XVII^e siècle...*, op. cit., p. 537-548.

³⁶⁰ Ibidem.

³⁶¹ Ibidem.

³⁶² MANDROU. *Des humanistes...*, op. cit., p. 219.

³⁶³ PRÉCLIN et TAPIÉ. *Le XVII^e siècle...*, op. cit., p. 537-548.

luz.³⁶⁴ Huygens, que se dedicou ao estudo da ótica, da matemática e da física, além de ter descoberto as leis da força centrífuga escreveu, em 1656, o primeiro tratado de cálculo das probabilidades.³⁶⁵ Também dedicado aos estudos da ótica, Cassini, professor de matemática na Universidade de Bolonha e diretor do Observatório de Paris, que já havia descoberto a luz zodiacal em 1669, estabeleceria, ainda, a separação dos anéis de Saturno.³⁶⁶ Contemporaneamente, Mariotte elaborava uma lei sobre a hidrostática e Varignon sobre a estática.³⁶⁷ Hooke se utilizou dos seus conhecimentos ópticos para desenvolver, ao lado de Leuwenhoeck, o novo microscópio composto que foi utilizado por esse na descoberta dos espermatozóides, dos glóbulos vermelhos e da circulação sangüínea nos vasos capilares,³⁶⁸ num contexto em que o homem passava a ser objeto privilegiado das pesquisas e das preocupações científicas. Harvey, fundador da fisiologia moderna, promoveu a vivisseção de animais, descreveu os movimentos do coração e renovou os estudos sobre o funcionamento do corpo com sua pesquisa que teve por objeto as veias, artérias e a circulação do sangue.³⁶⁹ Stensen e Glisson estudaram o mecanismo de funcionamento muscular nos seres humanos e desenvolveram a noção de irritabilidade.³⁷⁰ Vieussens descreveu com riqueza de detalhes o cérebro e a medula espinhal e Pecquet se dedicou ao estudo dos processos digestivos, também no homem.³⁷¹

Ao lado dessa revolução científica que se processava no continente europeu, a magia e a superstição continuavam em voga e despertavam grande interesse não apenas entre o grande público, mas também nos círculos reais e principescos. H. R. Trevor-Roper cunhou a expressão “witch-craze”, que na versão francesa virou “épidémie de sorcellerie” e que nós poderíamos chamar de “caça às bruxas” ou “epidemia de bruxaria”, para definir a Europa dos séculos XVI e XVII.³⁷² O historiador inglês afirma que “les papes cultivés de la Renaissance, les grans hommes de la Réforme protestante, les saints de la Contre-Réforme, les erudits, les jurists, les clerics, les contemporains de Scaliger et de Lipse, de Bacon et de Grotius, de Bérulle et de Pascal” foram, todos, responsáveis pela disseminação dessa epidemia.³⁷³ Segundo Trevor-Roper, a revolução científica estava impregnada “de misticismo

³⁶⁴ PRÉCLIN et TAPIÉ. *Le XVII^e siècle...*, op. cit., p. 537-548.

³⁶⁵ CHAUNU. *La civilisation de l'Europe classique...*, op. cit., p. 458.

³⁶⁶ Ibidem, p. 359.

³⁶⁷ PRÉCLIN et TAPIÉ. *Le XVII^e siècle...*, op. cit., p. 537-548.

³⁶⁸ CHAUNU. *La civilisation de l'Europe classique...*, op. cit., p. 462.

³⁶⁹ Ibidem, p. 457.

³⁷⁰ PRÉCLIN et TAPIÉ. *Le XVII^e siècle...*, op. cit., p. 537-548.

³⁷¹ Ibidem.

³⁷² TREVOR-ROPER, H. R. *De la Réforme aux Lumières*. Paris, Gallimard, 1972, p. 133-135.

³⁷³ Ibidem, p. 134.

pythagoricien et d'élucubrations cosmologiques.”³⁷⁴ Os almanaques astrológicos, que conheceram uma ampla difusão no século XVII em consequência de sua utilidade e dos baixos preços³⁷⁵, podem ser vistos como manifestações impressas desta influência. Os almanaques podiam trazer informações sobre os meses do ano especificando as festas religiosas, as fases da lua e os feriados, mas sua principal característica, aquela que despertava maior interesse, era a apresentação de previsões dos tempos futuros.³⁷⁶ A cosmologia que norteava a confecção destas obras não era apanágio exclusivo do universo mental de astrólogos, sendo desfrutada também “por astrônomos e filósofos e, saliente-se ainda, por teólogos.”³⁷⁷ Tênu e fugidia, a linha que separava ciência e magia ganhou contornos mais nítidos com as renovações que o seiscentos protagonizaram. Mesmo assim, ainda que se tome em consideração todas as transformações perpetradas ao longo do século XVII, os homens de ciência que durante esse período se debruçaram sobre os segredos da natureza eram, em alguma medida, herdeiros da grande tradição da magia natural renascentista.³⁷⁸ Ela deixou-lhes como legado uma lição das mais valiosas e que foi fundamental para que se processasse a renovação científica seiscentista: “o saber que tem por objeto a natureza não é apenas contemplação nem é apenas ‘teoria’. É também operação, manipulação, intervenção.”³⁷⁹

Essas pesquisas, que se aprimoraram ao longo da época clássica, ganharam novos veículos através dos quais elas eram difundidas e seus resultados divulgados para um número crescente de pessoas: as gazetas científicas. Mesmo tendo-se em conta os elevados índices de analfabetos e a restrição dos círculos que poderiam ter acesso a esses jornais, eles se conformaram como um canal de difusão das novidades científicas da época. Dentre as publicações que apareceram ainda durante os seiscentos destacaram-se, no universo francês, o *Journal des Savants* e as *Mémoires de Trévoux*, aquele de 1665 e estas de 1682, e no inglês, o *Philosophical Transactions*. Segundo Pierre Chaunu, o *Journal des Savants* “constitue un instrument incomparable de discussion, de diffusion et d'enseignement au niveau le plus élevé.”³⁸⁰ Além das gazetas científicas, foram fundados, ao longo de todo o século XVII, diversos museus, observatórios, jardins botânicos e academias que incentivavam as pesquisas e promoviam o intercâmbio entre os eruditos situados em diferentes países. Segundo Mandrou, “les grands réalisations du temps ont été l'oeuvre collective de ces échanges

³⁷⁴ TREVOR-ROPER, op. cit., p. 134.

³⁷⁵ CAROLINO, Luís Miguel. *A escrita celeste*. Almanagues astrológicos em Portugal nos séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro, Access, 2002, p. 32.

³⁷⁶ Ibidem, p. 7.

³⁷⁷ Ibidem, p. 8.

³⁷⁸ VILLARI, op. cit., p. 236.

³⁷⁹ Ibidem.

³⁸⁰ CHAUNU. *La civilisation de l'Europe classique...*, op. cit., p. 335.

incessants.”³⁸¹ Nesse contexto em que as ciências eram desenvolvidas e novas ferramentas criadas e utilizadas para incrementar o conhecimento humano, muitas descobertas eram feitas o que, vez por outra, ocasionava o surgimento de querelas quanto à paternidade de uma teoria ou de uma pesquisa que redundara em uma invenção.³⁸²

Na segunda metade dos seiscentos as figuras de Leibniz e Spinoza se avultaram no cenário intelectual europeu. Seus tratados filosóficos ecoaram pelo século XVII e chegaram à centúria seguinte causando polêmica e promovendo debates. Ambos foram o que poderíamos chamar de personagens de transição que podem ser vinculados à revolução científica seiscentista e aos primórdios do movimento ilustrado. Com Spinoza o racionalismo atingiu seu ponto culminante – e talvez mais radical – no século XVII. Através da sua obra, “le rationalisme cartésien a trouvé son expression la plus cohérente et va continuer à inspirer longtemps les réflexions des générations ‘philosophiques.’”³⁸³ Ele rejeitou tudo o que a razão não fundamentasse, fosse uma revelação, uma religião ou mesmo uma filosofia.³⁸⁴ Mesmo não negando a existência de Deus, Spinoza descartou a necessidade das instituições eclesiásticas e dos credos tradicionais,³⁸⁵ defendendo que a meditação e a ação, conjugadas, conduziriam o homem ao reconhecimento da ordem do mundo e do seu lugar nessa ordem, ambos – homem e mundo – formando um todo harmonioso e que só se completaria mutuamente.³⁸⁶ A felicidade, em Spinoza, “c’est l’intelligence du vrai, c’est l’adhésion aux lois de l’ordre universel et la conscience de le réaliser dans son être particulier.”³⁸⁷ E o melhor de tudo é que a felicidade traria consigo a paz.

Leibniz, diferentemente de Spinoza, depositou muitas responsabilidades na Providência para se atingir a harmonia. Matemático, físico, filósofo, jurista, teólogo, Leibniz, que manteve associadas suas atividades científicas e suas preocupações políticas³⁸⁸, fundou uma nova corrente intelectual que “imprimia ao pensamento uma forma e uma direção inteiramente novas.”³⁸⁹ Ele almejava unir os sábios sob um mesmo governo, assim como os cristãos e os alemães.³⁹⁰ Para Leibniz, o conhecimento em sua forma acabada resida nas ‘verdades universais’ de onde se extrairiam “as relações universais e necessárias entre as

³⁸¹ MANDROU. *Des humanistes...*, op. cit., p. 216.

³⁸² Ibidem.

³⁸³ Ibidem, p. 219.

³⁸⁴ Ibidem, p. 217.

³⁸⁵ HAZARD. *La crise de...*, op. cit., p. 134.

³⁸⁶ MANDROU. *Des humanistes...*, op. cit., p. 218.

³⁸⁷ HAZARD. *La crise de...*, op. cit., p. 138.

³⁸⁸ MANDROU. *Des humanistes...*, op. cit., p. 221.

³⁸⁹ CASSIRER, op. cit., p. 51.

³⁹⁰ HAZARD. *La crise de...*, op. cit., p. 206-222.

idéias, entre o sujeito e o predicado do julgamento.”³⁹¹ Os trabalhos de lógica elaborados pelo filósofo buscaram o ‘alfabeto do pensamento’, uma decodificação que objetiva “reduzir todas as formas complexas de pensamento aos seus elementos, ou seja, às operações de simplicidade extrema.”³⁹² As idéias de Leibniz cruzaram com pujança a fronteira entre o seiscentos e o setecentos. Segundo Cassirer, o novo ideal de saber que se desenvolveu durante o século XVIII apresentou *continuidade perfeita* com “pressuposições que tinham sido fixadas pela lógica e pela teoria do conhecimento do século XVII, Descartes e Leibniz em particular.”³⁹³

A transição que marcou as obras de Leibniz e Spinoza pode ser vista como a manifestação intelectual da transição que estava se operando na Europa entre o século XVII e o XVIII. Essa transição começou a se tornar mais nítida nas duas últimas décadas dos seiscentos e só se completou depois de transcorridos quase vinte anos da centúria seguinte. “1680-1715, voici la religion naturelle, la première affirmation d’une science sociale, et au-delà la revendication d’une action rationnelle *a priori* sur la politique.”³⁹⁴ Paul Hazard defende a idéia de que a revogação do Édito de Nantes e a Revolução Inglesa foram dois fatos capitais nesse período de interregno.³⁹⁵ Em França, a revogação do Édito de Nantes (1685) terminou por minar a incontestabilidade das ações de Luís XIV. As *Lettres pastorales* de Jurieu afirmavam o direito de insurreição diante de um rei opressor que não cumpria as leis.³⁹⁶ Le Vassor condenou com virulência o governo do Rei-sol e propôs uma monarquia legitimada pela soberania popular.³⁹⁷ Nesse momento, na vizinha Inglaterra uma revolução gloriosa (1688) se realizava culminando com a chegada ao poder de um monarca que reinava e deixava o governo às câmaras dos Comuns e dos Lordes. Dois anos depois veio ao lume a obra de Locke que propôs um estado laico, a propriedade privada com origem no trabalho e direitos naturais a todos os indivíduos. Ao tempo em que o direito divino era questionado, o direito natural ganhava força e novos expoentes. A tolerância, a idéias da igualdade potencial dos homens e a premissa de que transformações materiais em uma sociedade poderiam ajudar a promover melhoras morais nos cidadãos “viriam a dominar grande parte do pensamento do século XVIII.”³⁹⁸

³⁹¹ CASSIRER, op. cit., 54.

³⁹² Ibidem, p. 51.

³⁹³ Ibidem, p. 43-44.

³⁹⁴ CHAUNU, Pierre. *La civilisation de l’Europe des lumières*. Paris, Flammarion, 2003, p. 9.

³⁹⁵ HAZARD. *La crise de...*, op. cit., p. 258-261.

³⁹⁶ Ibidem, p. 259.

³⁹⁷ PRÉCLIN et TAPIÉ. *Le XVII^e siècle...*, op. cit., p. 548.

³⁹⁸ HAMPSON, op. cit., p. 39.

A querela, travada em finais do século XVII, entre aqueles que achavam ser impossível aperfeiçoar o conhecimento advindo da tradição Clássica – antigos – e os que defendiam o saber como algo cumulativo – modernos – terminou com a vitória desses³⁹⁹ e se conformou como uma evidência da transformação pela qual passavam os espíritos.⁴⁰⁰ No terreno religioso houve também mudanças importantes. O deísmo e a religião natural surgiram e ao tempo em que os padres estavam sendo acusados de impostura e de pacto com os tiranos, a noção de Trindade era criticada.⁴⁰¹ A liberdade política e religiosa surgiu no horizonte de possibilidades que os princípios dos setecentos engendravam. Destarte, “vers 1715, la conciliation entre la foi et la philosophie est battue en brèche par l’attaque de l’autorité politique et religieuse.”⁴⁰² O novo universo intelectual em gestação trouxe elementos do século anterior e desenvolveu caracteres próprios a partir do gênio dos cientistas e filósofos que protagonizaram o movimento ilustrado.

Esses filósofos foram agregados por Peter Gay em três gerações numa condensação que ajuda a dar coesão ao movimento, ainda que se deva pensar em barreiras móveis para delimitação do iluminismo. A primeira delas teria sido protagonizada por Montesquieu e Voltaire, tendo seus representantes desenvolvido suas obras mais representativas antes de 1750, em um tempo em que as idéias de Locke e Newton “were still fresh and controversial.”⁴⁰³ A segunda geração foi a que se marcou por atingir o ápice da maturidade intelectual em meados do século, sendo alguns de seus principais expoentes Rousseau, Hume, Franklin, Diderot, Condillac, D’Alembert, Buffon e Helvétius.⁴⁰⁴ Estes filósofos “fused the fashionable anticlericalism and scientific speculations of the first generation into a coherent modern view of the world.”⁴⁰⁵ A terceira geração, que esteve muito próxima da segunda e ainda agregou remanescentes da primeira que ainda estavam vivos, se influenciou por uma “scientific mythology and materialist metaphysics, political economy, legal reform and practical politics.”⁴⁰⁶ Seus principais representantes Lessing, Holbach, Kant, Beccaria, Jefferson, Turgot e Wieland protagonizaram ainda o pleno desenvolvimento do criticismo severo que não poupava nada e que fazia de cada autor crítico mordaz de suas próprias obras.⁴⁰⁷

³⁹⁹ HILL, op. cit., p. 9.

⁴⁰⁰ HAZARD. *La crise de...*, op. cit., p. 37-43.

⁴⁰¹ PRÉCLIN et TAPIÉ. *Le XVII^e siècle...*, op. cit., p. 554.

⁴⁰² Ibidem, p. 555.

⁴⁰³ GAY, Peter. *The enlightenment: the rise of modern paganism*. New York, Norton, 1996, p. 17.

⁴⁰⁴ Ibidem.

⁴⁰⁵ Ibidem.

⁴⁰⁶ Ibidem.

⁴⁰⁷ Ibidem.

Jean de Viguierie também propõe uma divisão dos pensadores iluministas em três gerações. Essa tentativa de dar alguma unidade lógica a um movimento intelectual complexo e ambivalente como foi o iluminismo nos obriga a enaltecer que dentro destas fronteiras temporais houve discordâncias e variações. Além do mais, a cronologia de Viguierie tem por base a produção filosófica do iluminismo francês, dando pouca ênfase aos filósofos ingleses, alemães e italianos. O primeiro período, mediado entre os anos de 1715 a 1743, teria sido marcado por uma espécie de continuísmo em relação aos anos finais do século XVII. O terço inicial do século XVIII “ne voit naître aucun système nouveau original”⁴⁰⁸, e a filosofia ainda era em larga medida depositária dos preceitos cartesianos. A influência de Locke começou ganhar relevo neste período, especialmente entre os homens de ciência que adotariam os métodos experimentais lockianos, o que significaria um rompimento em relação à unanimidade cartesiana a partir de meados da década de 30 dos setecentos.⁴⁰⁹ Na política destacavam-se Fénelon e Boulainvilliers e suas obras que criticaram a realza francesa e o autoritarismo de Luís XIV.⁴¹⁰ A crítica ao cristianismo esteve no centro de algumas obras que apareceram nesse momento, dentre as quais se destacaram as *Lettres Persanes* (1721) de Montesquieu.⁴¹¹ Viguierie afirma que o período foi marcado por uma tríade que exerceu grande força de atração: a idéia da idade de ouro, a idéia de igualdade e a idéia de tolerância.⁴¹²

A segunda geração, delimitada entre os anos de 1743 e 1774, teria na Enciclopédia seu principal símbolo, não apenas por ter congregado os grandes nomes da filosofia, mas também por ter se configurado como o principal alvo dos ataques dos antifilósofos.⁴¹³ O grupo dessa geração foi bastante diverso e heterogêneo, havendo tanto os que nasceram durante o reinado de Luís XIV, como os que nasceram após 1715. O autor afirma que muitos deles fizeram parte de duas gerações sendo difícil circunscrever sua influência a um tempo específico.⁴¹⁴ Destacaram-se Diderot, Voltaire, D’Alembert, Buffon, Helvétius, Rousseau, Malby, Turgot, dentre vários outros. O espírito enciclopédico e o desejo de abarcar o todo o conhecimento possível deram a tônica ao período e fizeram de Voltaire e Diderot seus mais ilustres representantes. O primeiro por ser poeta, dramaturgo, romancista, metafísico e ainda teórico político, e o segundo por dividir sua obra entre a psicologia, a metafísica, ciências exatas e

⁴⁰⁸ VIGUERIE, op. cit., p. 116.

⁴⁰⁹ Ibidem, p. 116-117.

⁴¹⁰ Ibidem, p. 117-118.

⁴¹¹ Ibidem, p. 119.

⁴¹² VIGUERIE, op. cit., p. 119-120.

⁴¹³ Ibidem, p. 254.

⁴¹⁴ Ibidem, p. 263.

naturais, além de ser romancista e historiador.⁴¹⁵ Se o período anterior foi marcado pela difusão de três idéias que dominaram o cenário intelectual, a segunda geração se deparou com três perguntas que teriam mobilizado a atenção dos filósofos: “qu’ est-ce que la connaissance intellectuelle? comment éduquer les enfants? comment organiser la société politique?”⁴¹⁶ Questões atreladas às formas que os pensadores gestaram para transformar o mundo. Ao lado das três perguntas, três postulados fundamentaram o pensamento filosófico: não existem idéias inatas; a razão humana não se concilia com religiões reveladas; a sociedade organizada não é natural ao homem.⁴¹⁷ Antropocentrismo, racionalismo, tolerância, liberdade e igualdade foram conceitos que ganharam vulto no rastro do desenvolvimento filosófico dos referidos postulados.

A terceira e última etapa envolveu os anos que foram de 1774 a 1789. Viguerie afirma que os pensadores deste período “n’ont ni le génie ni le talent des anciens.”⁴¹⁸ Nesse momento os pensadores que protagonizaram a geração da Enciclopédia se encarregaram de estabelecer liames com os novos filósofos que acalentavam o desejo continuar as renovações preconizadas por seus antecessores.⁴¹⁹ Essa continuidade evidencia que a separação proposta pelo autor obedeceu a critérios cronológicos, referentes à vida dos pensadores, mais do que à possibilidade concreta de delimitar o pensamento ilustrado tematicamente dentro das balizas temporais escolhidas por ele. Condorcet, Turgot e La Harpe foram alguns dos nomes mais destacados dessa geração. As reformas sociais e políticas, amparadas pelo desenvolvimento das ciências morais, continuaram sendo a tônica das propostas filosóficas.⁴²⁰ Holbach propunha que a sociedade se libertasse dos elementos inúteis, conclamando todos ao trabalho e propugnando o fim dos privilégios nobiliárquicos e punições a cortesãos.⁴²¹ Elementos da nova moral burguesa começavam a ser sentidos por todos os lugares. Além disso, as ciências conheceram um desenvolvimento impressionante que seduziu os espíritos da época, fazendo surgir propostas, como a de Condorcet, de que se pudess “étudier les sociétés humaines comme nous étudions celle des castors et des abeilles.”⁴²² Essas propostas evidenciavam o diálogo estabelecido entre as ciências físicas e as morais.⁴²³ Ao mesmo tempo, a economia política ganhava foros de filosofia e Quesnay deixou toda uma escola de discípulos que

⁴¹⁵ VIGUERIE, op. cit., p. 265.

⁴¹⁶ Ibidem, p. 267.

⁴¹⁷ Ibidem, p. 268.

⁴¹⁸ Ibidem, p. 476.

⁴¹⁹ Ibidem, p. 477.

⁴²⁰ Ibidem, 447.

⁴²¹ Ibidem, p. 477-478.

⁴²² Ibidem, p. 478.

⁴²³ Ibidem.

desenvolveram e difundiram os preceitos da sua fisiocracia.⁴²⁴ O fim deste período foi marcado pelo desencadeamento do processo revolucionário, ainda que alguns dos componentes desta geração tenham sobrevivido a ele. A crise do Antigo Regime e o combate às suas práticas arbitrárias – que recrudesceram nesse momento pré-revolucionário fornecendo armas e fôlego aos combatentes – evidenciaram um anseio por liberdade que foi, sem dúvida, uma das principais heranças deixadas pelo desenvolvimento do pensamento ilustrado. Viguerie afirma que “en politique comme em religion, la philosophie des Lumières se donne l’image d’une pensée libératrice de l’homme. Sa force de persuasion vient d’abord de là.”⁴²⁵

Essa liberdade que adquiriu novos estatutos com o processo revolucionário foi preconizada e começou a se desnudar em fins de século XVII. Ela foi uma das tônicas do período ilustrado. Peter Gay afirma que os homens do iluminismo estavam unidos “on vastly ambitious program, a program of secularism, humanity, cosmopolitanism, and freedom, above all, freedom in many forms.”⁴²⁶ Liberdade política, liberdade religiosa, liberdade de expressão, liberdade comercial, em suma, liberdade “of moral man to make his own way in the world.”⁴²⁷ É claro que nem sempre os preceitos das luzes se voltaram para a busca ou concretização da liberdade. Alguns monarcas *ilustrados* subverteram o sentido de máximas libertárias iluministas utilizando-as para o fortalecimento do seu poder. Assim, eles não apenas aprimoravam os mecanismos através dos quais esse poder era alimentado, mas também evidenciavam o paradoxo que alguns conceitos setecentistas poderiam encerrar quando aplicados à prática.

Paradoxos conceituais à parte, parece inegável que no século XVIII o conhecimento passou a ser aplicado, em uma escala sem precedentes, na melhoria das condições de vida do homem, fazendo com que cientistas e inventores se esmerassem à procura de novas descobertas.⁴²⁸ Trabalhando juntas ciência e técnica tiveram seus respectivos universos mutuamente influenciados e, ao tempo em que a ciência organizava um sistema do mundo, as inovações técnicas se ampliavam e lançavam a fronteira do possível ao seu limite máximo.⁴²⁹ Ganhou vulto a crença na capacidade do engenho humano de fazer do mundo um lugar

⁴²⁴ VIGUERIE, op. cit., p. 478.

⁴²⁵ Ibidem, p. 505.

⁴²⁶ GAY, *The enlightenment: the rise...* op. cit., p. 3.

⁴²⁷ Ibidem.

⁴²⁸ PRÉCLIN, Edmond et TAPIÉ, Victor. *Le XVIII^e siècle: la France et le monde (1715-1789)*. Paris, PUF., 1952, p. 791.

⁴²⁹ VILLALTA, Luis Carlos. *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura*. O uso do livro na América portuguesa. 1999. 553 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999, p. 100-101.

melhor, mais aprazível em que eram equacionadas resoluções para problemas e mistérios.⁴³⁰ Peter Gay adverte, contudo, que essa aparente unidade de fins não era sinônimo de unanimidade e que “the philosophic coalition was marked, and sometimes endangered, by disparities of philosophical and political convictions.”⁴³¹ Jean de Viguerie enaltece a diversidade que marcou a filosofia do iluminismo evidenciando a ambivalência que notabilizou a atuação intelectual dos filósofos: “les uns sont spiritualistes, les autres matérialistes. Les uns déistes, les autres athées. Les uns moralistes, les autres immoralistes. Les uns monarchistes, les autres démocrates.”⁴³²

Ainda assim, mesmo se considerando toda ambivalência que marcou o pensamento ilustrado, parece inegável que havia pontos em comum. Categorias que mesmo não sendo absolutas tinham uma grande abrangência e que podiam conferir alguma unidade à realidade intelectual. De acordo com Roland Mortier, o século XVIII foi, inquestionavelmente, o primeiro, em toda história da consciência coletiva, “à s’être défini lui-même comme une entité spécifique, douée d’une volonté propre et tendant à la réalisation d’objectifs clairement formulés.”⁴³³ Segundo Mortier, nunca antes, havia-se visto “penseurs d’un siècle affirmer pareille solidité, em même temps qu’une perception aussi aiguë de leur situation dans l’histoire, même si cette ‘situation’ reste prisonnière de cadres idéologiques abstraits et d’un découpage encore traditionnel.”⁴³⁴ Ernst Cassirer afirma que tanto a denominação de “século da filosofia”, como a de “século da crítica” poderiam ser atribuídas aos setecentos, e mesmo se configurando como definições diferentes, eram capazes de exprimir a mesma realidade.⁴³⁵ Elas caracterizaram a dinâmica intelectual do iluminismo tendendo a abranger os diversos aspectos que animaram e alimentaram seus movimentos de idéias mais originais.⁴³⁶ “Em todos os grandes espíritos do século manifestam-se os laços íntimos que unem à filosofia a crítica estética e literária – e não por acaso mas sempre na base de uma unidade profunda e intrínseca dos problemas.”⁴³⁷ Para Paul Hazard, a crítica assume conotações universais e

exerce-se em todos os domínios na literatura, na moral, na política na filosofia; ela é a alma desta idade controversa; não vejo época alguma em que essa crítica tenha encontrado representantes mais ilustres, que haja sido mais generalizadamente

⁴³⁰ VILLALTA, op. cit., p. 101.

⁴³¹ GAY, *The enlightenment: the rise...*, op. cit., p. 4.

⁴³² VIGUERIE, op. cit., p. 268.

⁴³³ MORTIER, Roland. *Clartés et ombres du siècle de lumières*. Genève, Librairie Droz, 1969, p. 13.

⁴³⁴ Ibidem.

⁴³⁵ CASSIRER, op. cit., p. 367.

⁴³⁶ Ibidem.

⁴³⁷ Ibidem.

exercida, em que se tenha mostrado mais mordaz, não obstante sua aparência jovial.⁴³⁸

A Ilustração e as ciências da natureza: conhecer, transformar e converter o mundo natural em dividendos

O iluminismo passou a valorizar um conhecimento científico fundamentado nas ciências naturais que, mesmo não sendo absoluto, se desenvolveu e difundiu por toda parte e ao longo de toda a centúria. Paul Hazard assevera que para o século XVIII “a ciência seria a da natureza; e, com efeito, a história natural foi posta em primeiro plano.”⁴³⁹ Segundo Cassirer a ciência da natureza “não é meramente o movimento do pensamento que se aplica ao mundo dos objetos, mas também o meio onde o espírito adquire o autoconhecimento.”⁴⁴⁰ A natureza passou a ser objeto de pesquisas intensas despertando o interesse de todos.⁴⁴¹ O espírito científico que vigorou na primeira metade dos setecentos “en affirmant avec force sa pensée sensualiste et newtonienne, voit l’expérience et l’observation ruiner progressivement les théories mécanistes a priori proposées par Descartes.”⁴⁴² Pesquisadores, filósofos, cientistas, financistas, nobres, burgueses, meros curiosos e até mesmo os reis se interessavam pelos avanços e pelas descobertas. A expansão das disciplinas que se debruçavam sobre o mundo natural fez com que os estudiosos se lançassem em um movimento de abrangência intercontinental.⁴⁴³ Viagens eram feitas rumo ao interior das províncias e em direção aos outros continentes para desbravar a natureza e descobrir “exemplares de uma fauna e de uma flora que, até então, haviam permanecido ocultas aos olhos dos homens.”⁴⁴⁴ Antoine de Baecque enaltece o papel que as narrativas das viagens desempenharam na consolidação da crítica e assevera que esse conhecimento, que tinha por tema uma humanidade exótica, “a ébranlé l’ancienne conception du monde dominée par l’idée de révélation, offrant aux esprits critiques la preuve de l’existence d’une morale naturelle fondée en raison.”⁴⁴⁵

Essas iniciativas seriam conduzidas por aventureiros intrépidos que se colocavam a serviço do avanço da ciência e de uma boa recompensa. Marie-Noëlle Bourguet afirma que a definição de *explorador*, aparecida em 1771 no *Dictionnaire de Trévoux*, “convida a

⁴³⁸ HAZARD. *O pensamento europeu...*, op. cit., p. 18.

⁴³⁹ Ibidem, p. 127.

⁴⁴⁰ CASSIRER, op. cit., p. 65.

⁴⁴¹ Referindo-se à obra *Histoire Naturelle* do naturalista francês Buffon, Peter Gay oferece uma visão contundente da disseminação que os estudos sobre a natureza tinham na sociedade francesa setecentista. Gay afirma que o trabalho de Buffon “had something for everyone interested in nature, which, in eighteenth-century France, meant practically every literate adult.” GAY. *The enlightenment: an interpretation...*, op. cit., p. 152.

⁴⁴² BAECQUE et MÉLONIO, op. cit., p. 17.

⁴⁴³ HAZARD. *O pensamento europeu...*, op. cit., p. 130.

⁴⁴⁴ Ibidem.

⁴⁴⁵ BAECQUE et MÉLONIO, op. cit., p. 17.

questionar as implicações dos laços entre reconhecimento militar e exploração geográfica.” Certamente, o interesse puramente científico não era o único elemento que contava na hora de se orquestrar uma viagem naturalista. Segundo Bourguet, o explorador tinha objetivos precisos e se lançava às viagens para cumprir “uma missão organizada que conta com financiamento de um príncipe, de um grupo de comerciantes, de uma instituição científica ou missionária.”⁴⁴⁶ Astrônomos, mineralogistas, botânicos, viajantes naturalistas⁴⁴⁷ foram algumas das designações imputadas a esses exploradores encarregados das observações, experiências e recoltas de materiais que interessavam aos diferentes ramos da ciência natural.

Esses novos espécimes animais e vegetais deveriam ser catalogados e classificados de acordo com critérios rigorosos e fatos objetivamente verificados.⁴⁴⁸ Novos gabinetes, jardins botânicos e academias de ciências foram fundados e os que já existiam se especializaram para receber e analisar as amostras que chegavam de todas as partes do mundo. Química e física que conheceram avanços notáveis desde a centúria anterior dividiriam o cenário intelectual das ciências com a biologia que assumiu, nesse tempo, papel fundamental no processo de transformação da idéia que o homem tinha do universo.⁴⁴⁹

Todo o século XVIII está impregnado desta convicção: acredita que na história da humanidade chegou finalmente o momento de arrancar à natureza o segredo tão ciosamente guardado, que findou o tempo de deixá-la na obscuridade ou de se maravilhar com ela como se fosse um mistério insondável, que é preciso agora trazê-la para a luz fulgurante do entendimento e penetrá-la com todos os poderes do espírito.⁴⁵⁰

Talvez seja Buffon o mais emblemático exemplo do avanço protagonizado pelas pesquisas científicas que durante o século XVIII se debruçaram sobre a natureza. Paul Hazard afirma que mesmo não tendo sido o maior gênio científico de sua época, Buffon foi, sem dúvida, “o mais representativo.”⁴⁵¹ Sua obra, *Histoire Naturelle*, publicada em 36 volumes, foi desenvolvida ao longo de quase quarenta anos de pesquisas (1740-1779).⁴⁵² Buffon era “at once a skillful mathematician and meticulous stylist, Newtonian in thought and Cartesian in clarity, comprehensive methodologist and diligent empiricist.”⁴⁵³ Crítico da separação das plantas proposta por Lineu, elaborou seu próprio sistema classificatório optando por reunir os elementos semelhantes e separar os diferentes “organizando semelhanças e diferenças

⁴⁴⁶ VOVELLE, Michel (dir.). *O homem do iluminismo*. Lisboa, Presença, 1997, p. 212.

⁴⁴⁷ Ibidem, p. 209-210.

⁴⁴⁸ HAZARD. *O pensamento europeu...*, op. cit., p. 133.

⁴⁴⁹ HAMPSON, op. cit., p. 219.

⁴⁵⁰ CASSIRER, op. cit., p. 78.

⁴⁵¹ HAZARD. *O pensamento europeu...*, op. cit., p. 136.

⁴⁵² PRÉCLIN et TAPIÉ. *Le XVIII^e siècle...*, op. cit., p. 798.

⁴⁵³ GAY. *The enlightenment: an interpretation...*, op. cit., p. 152.

relativamente ao homem.”⁴⁵⁴ O homem assumia então, em sua obra, a posição de sujeito universal, ponto de referência máximo do mundo natural a partir do qual a natureza deveria ser classificada. O método desenvolvido por Buffon desempenhou destacado papel no processo em que as ciências da natureza deixaram de receber sua lei unilateralmente das ciências matemáticas e encontraram um novo foco “na forma fundamental do conhecimento histórico”.⁴⁵⁵ Buffon propunha que se esquadrinhasse o mundo natural e se perquirisse todos os indícios de mudanças físicas pelas quais a terra tinha passado afim de que as diversas idades da natureza pudessem ser desnudadas.⁴⁵⁶ A natureza era o arquivo de onde ele tiraria as informações sobre o passado da terra. Partindo daí, ele demonstrou que o real só poderia ser apreendido “se se considerasse o modo como ele se formara na sua existência anterior, nas vicissitudes do seu passado.”⁴⁵⁷ Um espírito absolutamente atrelado aos avanços científicos do século XVIII, “Buffon’s temper was the temper of Enlightenment: his explanation of astronomical, geological, archaeological, and biological phenomena was wholly naturalistic, his style of thinking wholly secular.”⁴⁵⁸

É preciso considerar que, além da descoberta de um novo mundo natural, os europeus se depararam com um outro potencial objeto de estudos e pesquisas. Um veio que foi aberto pelas viagens e pelo reconhecimento de que mundo estava por ser descoberto: o universo dos *homens selvagens*. O processo de mapeamento e conquista do mundo se defrontava necessariamente com esses povos que compunham e diversificavam a paisagem natural. Então, dois universos de confrontariam, se definiriam um pelo outro e constituiriam um espaço humano calcado em duas imagens opostas:

d’un coté des nations civilisées, emportées par un mouvement que les éloigne sans cesse davantage de leur condition primitive, de l’autre, des peuples sauvages, sans écriture et donc sans passée, brutalement arrachés à une durée immobile et jetés dans le creuset des races et des civilisations.⁴⁵⁹

O ideal de *civilização* foi marcante na filosofia e no pensamento setecentista europeu. Em 1766 o termo foi utilizado pela primeira para estabelecer a diferença entre um estado selvagem e um submetido a leis.⁴⁶⁰ “Se ‘civiliser’ veut dire s’éloigner de la barbarie des temps obscurs.”⁴⁶¹ Jean de Viguerie afirma que os agentes responsáveis por *civilizar* o homem foram

⁴⁵⁴ HAZARD. *O pensamento europeu...*, op. cit., p. 137.

⁴⁵⁵ CASSIRER, op. cit. p. 116.

⁴⁵⁶ Ibidem.

⁴⁵⁷ HAZARD. *O pensamento europeu...*, op. cit., p. 137.

⁴⁵⁸ GAY. *The enlightenment: an interpretation...*, op. cit., p. 156.

⁴⁵⁹ DUCHET, Michèle. *Anthropologie et histoire au siècle des lumières*. Paris, Albin Michel, 1995, p. 26.

⁴⁶⁰ HAZARD. *O pensamento europeu...*, op. cit., p. 345.

⁴⁶¹ VIGUERIE, op. cit., p. 102.

a nova filosofia – na medida em que o separou de suas antigas superstições – e o conjunto que englobava religião, ciência, letras e artes, responsáveis por polir seus hábitos.⁴⁶² Como a arte, o engenho e as demais noções que o homem possuía eram tidos como naturais, “de bom grado se aceitou que verdadeira natureza era aquela que a arte tinha mudado.”⁴⁶³ Essa natureza aprimorada pela arte se tornou o padrão, sendo que a diferente posição que as sociedades ocupavam quanto à “acumulação e assimilação sucessivas de avanços científicos, técnicos e artísticos”⁴⁶⁴ determinaria seu grau de civilização, ao passo que “a ignorância, a superstição e a crença em poderes obscuros”⁴⁶⁵ revelariam o seu estágio de selvageria.

Segundo Antoine Baecque “le couple sauvage-civilisé commande même tout le fonctionnement de la pensée anthropologique du XVIII^e siècle et, plus encore, forme l’un des soubassements de la raison critique.”⁴⁶⁶ O *selvagem* era julgado tendo-se como mote de comparação alguns dos valores e hábitos do homem europeu cultivado estabelecendo-se entre eles a questão da alteridade.⁴⁶⁷ Ao mito do bom selvagem⁴⁶⁸ era contraposta a visão dos que se esforçavam para mostrar “que não havia, que nunca houvera um bom selvagem; que a história e as viagens testemunhavam, pelo contrário, a existência de muitas espécies de selvagens (...); que, pela maior parte, esses selvagens eram ainda ferozes e ocasionalmente antropófagos.”⁴⁶⁹ Ao tempo em que esse quadro era apresentado, evidenciava-se que essa não era uma condição indelével. Muito pelo contrário. Como afirma Robert Muchembled “la

⁴⁶² VIGUERIE, op. cit., p. 102.

⁴⁶³ HAZARD. *O pensamento europeu...*, op. cit., p. 342.

⁴⁶⁴ SOUZA. *Ilustração e história...*, op. cit., p. 212.

⁴⁶⁵ Ibidem, p. 215.

⁴⁶⁶ BAECQUE et MÉLONIO, op. cit., p. 17.

⁴⁶⁷ Robert Muchembled chama a atenção para o fato de que o homem culto europeu, advindo das elites financeiras ou intelectuais, depositário do espírito ilustrado, se depara com uma dupla alteridade no século XVIII. Havia o *outro* totalmente diferente, exógeno, que fora revelado pelo avanço da colonização e que provocava mais fascínio e curiosidade intelectual do que medo. Havia, ainda, o *outro* que estava geograficamente próximo, mas cultural e intelectualmente afastado. Caracterizado como homem do campo, seu comportamento ambíguo causava inquietação e receio. Além do mais, ele era depositário de características que “les gens civilisés réprouvent et désirent voir disparaître, parce qu’ils leur parlent d’une partie d’eux-mêmes qu’ils veulent oublier.” O homem moderno criado no seio da boa sociedade não conseguiu se afastar de suas raízes que ele insistia em desprezar. Assim, além da alteridade que se manifestava em relação ao selvagem – que o depositário dos valores ilustrados pretendia civilizar –, havia a alteridade endógena que causava medo e preocupação. Daí o incremento dos ideais de urbanizar, pacificar e purificar a sociedade francesa impregnada que estava pelos gestos e hábitos vulgares, pelas pulsões animais e gestos triviais das pessoas incultas. E apesar de preconizar a domesticação dos povos bárbaros através exportação das ferramentas que a filosofia das luzes oferecia, no que tangia à realidade endógena, “les Lumières, on le sait, n’éclairent pas les campagnes.” MUCHEMBLEMED, Robert. *L’invention de l’homme moderne*. Culture et sensibilités em France du XV^e au XVIII^e siècle. Paris, Pluriel, 1994, p. 150-153.

⁴⁶⁸ Michèle Duchet afirma que as palavras civilização a barbárie conferiram ao mito do bom selvagem um revigoramento que não deve ser atribuído a Rousseau. Sendo o selvagem de Rousseau uma abstração, sua bondade seria puramente negativa atrelada ao isolamento de um ser que viveu em um tempo pretérito antes da existência das sociedades. Já o selvagem que apareceu em Commerson ou em Maudave dispunha de virtudes sociais que apresentavam uma latente aptidão à civilização. DUCHET, op. cit., p. 217.

⁴⁶⁹ HAZARD. *O pensamento europeu...*, op. cit., p. 342.

civilisation des mœurs construit également le moteur d'un dynamisme occidental de plus en plus conquérant, destiné à se dilater aux dimensions du monde tout entier.”⁴⁷⁰ Os bárbaros poderiam atingir outro estágio e o trabalho feito pelos jesuítas junto às comunidades indígenas do Novo Mundo se configurava como uma das provas de que a tarefa de civilizar-lhes era tangível.⁴⁷¹

Maria das Graças de Souza, propondo uma reinterpretação do juízo de Voltaire sobre os indígenas americanos, afirma que, para o filósofo francês, “eles não são povos inferiores, mas encontram-se num estágio inferior de desenvolvimento.”⁴⁷² Seria possível arrancá-los de lá: “par la voix douce de la persuasion et l'autorité de la raison, il faut insensiblement les convaincre de sortir de leur état pour jouir des avantages de la vie policée.”⁴⁷³ Assim, as prevaletentes forças obscurantistas que dominavam estas sociedades atrasadas, seriam denunciadas e aniquiladas “em nome da razão esclarecedora e da força libertária do conhecimento verdadeiro.”⁴⁷⁴ Os tutores desse processo civilizador seriam as nações policiadas⁴⁷⁵ com suas sociedades adultas aptas a “conduire des peuples encores sauvages de l'état d'enfance a l'état de police.”⁴⁷⁶ Se parece inegável que o pensamento ilustrado trouxe outros povos ao centro do debate intelectual que tomou conta da Europa no século XVIII, não se pode perder de vista que “os filósofos usavam a voga do exotismo colonial para refletir sobre sua própria sociedade.”⁴⁷⁷ Muitas das referências aos povos de outros continentes tinham a função de fazer com que os europeus conhecessem melhor a si mesmos sendo o recurso a temas atinentes aos colonizados “instrumento de esclarecimento ou mesmo de demonstração de sua própria filosofia.”⁴⁷⁸

⁴⁷⁰ MUCHEMBLED, op. cit., p. 11.

⁴⁷¹ DUCHET, op. cit., p. 217.

⁴⁷² SOUZA. *Ilustração e história...*, op. cit., p. 212.

⁴⁷³ DUCHET, op. cit., p. 218.

⁴⁷⁴ SOUZA. *Ilustração e história...*, op. cit., p. 215.

⁴⁷⁵ Francisco Falcon enalteceu algumas das acepções que o termo civilização apresentou no período do iluminismo. Ele assevera que “na verdade o pensamento ilustrado, hesitante, começara por formular um conceito unitário, ideal, do que se deveria entender por civilização, a princípio traduzida pelas palavras ‘polícia’ e ‘policiado’, de modo que a divergência dos critérios e a continuidade das observações e da reflexão levaram à tomada de consciência da diversidade e da relatividade das criações humanas. Através do espaço é a própria dimensão temporal que se parece reencontrar numa arqueologia em que o selvagem é também o primitivo. A idéia de civilização se transforma num princípio epistemológico de classificação em que ela se situa no topo de uma marcha ascendente.” FALCON, op. cit., p. 111. Muchembled afirma que, para o caso específico da França, a sociedade do século XVIII “apparaît de plus en plus policée, dans tous les sens du terme.” Assim, a vigilância, que ficava sob a responsabilidade dos encarregados pela manutenção da ordem pública, foi incrementada, bem como os modos foram *policados*, abrangendo “un style de vie et de pensée commun aux privilégiés et à la bonne société des villes qui connaissent alors une puissante expansion économique et démographique.” MUCHEMBLED, op. cit., p. 150.

⁴⁷⁶ DUCHET, op. cit., p. 218.

⁴⁷⁷ SOUZA. *Ilustração e história...*, op. cit., p. 209.

⁴⁷⁸ Ibidem.

As terras e os povos do Novo Mundo que serviram de inspiração para o pensamento iluminista, estariam diretamente atrelados aos desdobramentos que as práticas iluministas assumiriam nos países ibéricos através do reformismo ilustrado. Richard Morse afirma que, no século XVIII, os impérios americanos estiveram *totalmente* presentes nas preocupações dos teóricos de suas respectivas metrópoles.⁴⁷⁹ Para o caso da Espanha houve uma confluência que mobilizou os principais juristas a ocuparem-se “amplamente com os recorrentes problemas morais e práticos de legitimar o governo de ultramar e ‘incorporar’ seus povos.”⁴⁸⁰ Isso se deu em um contexto em que portugueses e espanhóis ocupavam uma posição de *consumidores intelectuais*, não tendo conseguido acompanhar “a elaboração lógica de opções feita no norte em favor do problemático binômio ciência-consciência.”⁴⁸¹ Há que se considerar, contudo, que a Espanha dos finais do século XVII protagonizou algumas transformações em sua realidade econômica – que seriam incrementadas em princípios da centúria seguinte com a mudança dinástica – e equacionou reformas para alguns de seus problemas mais latentes.⁴⁸² Essas reformas, cujos resultados começaram a aparecer antes do período áureo da ilustração, fundamentaram a idéia de uma *defasagem intra-ibérica*.⁴⁸³ Na condição de periferia do iluminismo a península ibérica tinha sua realidade intelectual marcada pela posição periférica de Portugal em relação à vizinha Espanha.

Ilustração ibérica: de mensageiros do Renascimento a consumidores do Iluminismo

Durante o século XV, Portugal manteve uma rede de relações com intelectuais de diferentes partes do continente europeu, tendo conhecido, na centúria seguinte, um humanismo que não figurou entre os mais resplandecentes do continente europeu.⁴⁸⁴ As contribuições mais notáveis produzidas por lusitanos nesse tempo estiveram associadas ao desenvolvimento das artes náuticas, apesar de não terem se restringido a elas.⁴⁸⁵ As navegações e os subseqüentes descobrimentos abriram uma via para que novas perspectivas se apresentassem ao universo cultural e intelectual português. Manuel Fernandes Costa mostra como era latente em Portugal no século XV a “consciência de que as navegações não eram simples aventuras mas empresas com carácter científico.”⁴⁸⁶ Jaime Cortesão defende a idéia

⁴⁷⁹ MORSE, op. cit., p. 71.

⁴⁸⁰ Ibidem.

⁴⁸¹ Ibidem, p. 72.

⁴⁸² FALCON, op. cit., p. 197.

⁴⁸³ Ibidem.

⁴⁸⁴ MORSE, op. cit., p. 43.

⁴⁸⁵ Ibidem, p. 43-44.

⁴⁸⁶ COSTA, Manuel Fernandes. *As navegações atlânticas no século XV*. Lisboa, ICP, 1979, p. 40.

de que as navegações e suas descobertas desempenharam papel semelhante, quiçá mais importante, do que os autores da Antiguidade na “*création de l’esprit de la Renaissance*.”⁴⁸⁷

Os navegadores portugueses utilizaram-se dos conhecimentos sobre geografia e ciências naturais disponíveis nas obras dos sábios da Antiguidade até que o contato com as terras recém descobertas os fizesse questionar estas autoridades pela constatação prática de que muitas de suas premissas estavam absolutamente equivocadas.⁴⁸⁸ Os ensinamentos extraídos da tradição greco-romana estavam “dia a dia a perder força, em virtude dos novos dados coligidos nas viagens.”⁴⁸⁹ Segundo António Sérgio, a verdade deixou de ser apanágio das obras clássicas e passou a ser buscada “na indagação do real.”⁴⁹⁰ Essa *indagação do real* conferiu à expansão portuguesa dos séculos XV e XVI um papel de destaque no avanço protagonizado pelas ciências da natureza que fizeram dos produtos e amostras, da fauna e da flora, trazidos das colônias fundadas em Ásia, África e América, objeto de estudos e pesquisas desenvolvidos por “‘físicos’, boticários, botânicos e naturalistas portugueses, formados, ou não, em Universidades, que naquelas regiões longínquas, ou em Portugal, ou noutros pontos da Europa, descobriam, identificavam, descreviam, preparavam e aplicavam estas drogas.”⁴⁹¹

Luís de Albuquerque aponta três homens do século XVI que podem ser vistos “como paradigmas desta nova mentalidade crítica que viria a abalar alguns aspectos da ciência herdada: Duarte Pacheco Pereira (...), João de Castro (...), e Garcia da Orta.”⁴⁹² Albuquerque adverte que os três viajantes se valeram da observação e da experiência em seus trabalhos.⁴⁹³ Duarte Pacheco, a bem da verdade, não era *apenas* viajante, foi um *marinheiro-sábio*⁴⁹⁴ que buscou a apreensão do real por novas vias, conciliando observação, prática e experiência com o conhecimento de obras da tradição clássica.⁴⁹⁵ Nas palavras de José Sebastião da Silva Dias, Duarte Pacheco “era devoto da experiência, quer dizer, do conhecimento que vem da longa

⁴⁸⁷ CORTESÃO, Jaime. *L’expansion des portugais dans l’histoire de la civilisation*. Anvers, Exposition Internationale, 1930, p. 71.

⁴⁸⁸ SÉRGIO, António. *Breve interpretação da história de Portugal*. Lisboa, Sá da Costa, 1977, p. 84-85.

⁴⁸⁹ ALBUQUERQUE, Luís de. *Ciência e experiência nos descobrimentos portugueses*. Lisboa, ILCP, 1983, p. 78.

⁴⁹⁰ SÉRGIO, op. cit., p. 85.

⁴⁹¹ GOUVEIA, A. J. Andrade de. *Garcia D’Orta e Amato Lusitano na ciência do seu tempo*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1985, p. 6.

⁴⁹² ALBUQUERQUE, op. cit., p. 78-79. Incluímos neste seletto grupo Pedro Nunes, mestre de João de Castro, e um dos principais expoentes da ciência matemática desenvolvida em Portugal no rastro dos grandes descobrimentos. SÉRGIO, op. cit., p. 89. Joaquim Barradas de Carvalho afirma que Pedro Nunes foi “o maior matemático da Península Ibérica na época, estreitamente ligado aos técnicos das navegações, exemplo precoce de colaboração entre Ciência e Técnica.” CARVALHO, Joaquim Barradas de. *Portugal e as origens do pensamento moderno*. Lisboa, Horizonte, 1981, p. 113-114.

⁴⁹³ ALBUQUERQUE, op. cit., p. 79.

⁴⁹⁴ DIAS, José Sebastião da Silva. *Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*. Lisboa, Presença, 1988, p. 78

⁴⁹⁵ ALBUQUERQUE, op. cit., p. 81.

prática das coisas.”⁴⁹⁶ Para Pacheco a experiência – fosse ela empírica, do senso comum ou sensível – era *madre de todas as cousas* e nela ele fundamentou seu critério de verdade.⁴⁹⁷

João de Castro, por seu turno, manifestava despreço tanto pelo método humanístico, quanto pelo escolástico,⁴⁹⁸ o que o levou a desenvolver uma perspectiva que associava observação e razão, que, apesar de não romper abruptamente com a tradição clássica, não aceitava a atribuição da verdade à autoridade pura e simplesmente.⁴⁹⁹ Castro imputava a eficácia de uma investigação científica a três condições: “observação e experiência continuada, combinação da prática com a teoria, associação da crítica e do cálculo ao empirismo.”⁵⁰⁰ Segundo Albuquerque, ao lado de Garcia D’Orta, João de Castro foi quem mais se aproximou dos *modernos* pelo modo como encarou a experimentação.⁵⁰¹

Garcia D’Orta foi descrito como homem culto e erudito conhecedor dos antigos e dos modernos que, até seu tempo, haviam se dedicado ao estudo da botânica, da matéria médica e da farmácia.⁵⁰² Antônio Gouveia afirma que Garcia D’Orta além de conceder primazia ao dueto experiência/observação, combatia implacavelmente a fábula, a magia e a fantasia, impunha crítica severa a tudo o que executava, tendo buscado originalidade quanto aos temas sobre os quais se debruçou.⁵⁰³ Draconiano no que respeitava a observação e metódico ao extremo, D’Orta promoveu a transição de um sistema calcado na autoridade para um sistema que se pautava na observação.⁵⁰⁴

Além desses três personagens que contribuíram sobremaneira para a renovação das ciências em Portugal nos tempo das grandes navegações, Pedro Nunes figurou entre os renovadores que compuseram o cenário científico do século XVI português. Joaquim de Carvalho atribui à sua obra *De Crepusculis*, de 1542, a mais alta expressão da renovação da ciência durante os quinhentos em Portugal.⁵⁰⁵ Segundo Carvalho, Pedro Nunes abriu mão da proposição de questões universais e estabeleceu problemas práticos e os resolveu com precisão. Não lançava mão de explicações calcadas no ocultismo primando por associar cálculo e experiência.⁵⁰⁶ Silva Dias é menos otimista em relação ao papel de Nunes no cenário

⁴⁹⁶ DIAS. *Os descobrimentos e a problemática...*, op. cit., p. 78

⁴⁹⁷ CARVALHO. *Portugal e as origens...*, op. cit., p. 112.

⁴⁹⁸ DIAS. *Os descobrimentos e a problemática...*, op. cit., p. 86.

⁴⁹⁹ Ibidem, p. 83.

⁵⁰⁰ Ibidem, p. 84.

⁵⁰¹ ALBUQUERQUE, op. cit., p. 121-122.

⁵⁰² DIAS. *Os descobrimentos e a problemática cultural...* op. cit., p. 96.

⁵⁰³ GOUVEIA, op. cit., p. 23.

⁵⁰⁴ DIAS. *Os descobrimentos e a problemática...*, op. cit., p. 96.

⁵⁰⁵ BAIÃO, Antonio, CIDADE, Hernani e MÚEIAS, Manuel (dir.). *História da expansão portuguesa no mundo*, v. III. Lisboa, Ática, 1940, p. 506.

⁵⁰⁶ BAIÃO, CIDADE, e MÚEIAS (dir.), op. cit., p. 506.

científico lusitano quinhentista, ainda que reconheça sua contribuição para as tentativas de se fixar com rigor o objeto do conhecimento e sua capacidade de conciliar teorização e observação no domínio da ciência.⁵⁰⁷ As maiores contribuições de Nunes podem ser associadas “ao estudo da Matemática e ao das suas aplicações à Náutica, como aliás lhe exigia seu ofício de cosmógrafo.”⁵⁰⁸ Em meio a toda renovação científica que Portugal protagonizou na época dos descobrimentos, houve algumas menções à razão que são dignas de nota. Pedro Nunes, ainda em 1532, defendia a idéia de que algumas verdades não poderiam ser compreendidas pelos sentidos devendo-se utilizar a razão para conhecê-las, e, em 1545, D. João de Castro afirmava que nas muitas vezes em que os sentidos ludibriam o homem seria necessário que eles fossem corrigidos pela razão e passassem a obedecê-la.⁵⁰⁹

Destarte, sobram subsídios para concordarmos com Sérgio Buarque de Holanda quando ele afirma que não seria desmesurado considerar que os portugueses, ainda que alheios “às ruidosas especulações, puderam com seu tosco realismo, inaugurar novos caminhos ao pensamento científico, no alvorecer dos tempos modernos pelo simples fato de terem desterrado alguns velhos estorvos ao seu progresso.”⁵¹⁰ Algumas relativizações são, contudo, necessárias. Mesmo considerando que os descobrimentos foram “um estímulo poderoso de reflexão e rectificação de ideias feitas no decurso dos séculos”⁵¹¹ deve-se ter em mente que “as obras dos cientistas e ‘filósofos’ da empresa ultramarina não tiveram, além das fronteiras nacionais, a ressonância que a nossa fantasia por vezes lhe atribui.”⁵¹² Como afirma Joaquim Barradas de Carvalho, “Pedro Nunes e D. João de Castro, entre 1530-1545, não são ainda Galileu.”⁵¹³ D. João de Castro, por exemplo, acreditava e defendia o imobilismo da Terra.⁵¹⁴ A renovação intelectual associada às grandes navegações “desponta e robustece-se ao lado da concepção teológica cristã sem ainda a empanar.”⁵¹⁵ Luís de Albuquerque mostrou como a tradição medieval ainda se fazia presente na obra de Duarte Pacheco.⁵¹⁶ Seria ilusório pensar que as novas tendências propusessem qualquer tipo de ruptura com as verdades reveladas ou com os dogmas católicos.

⁵⁰⁷ DIAS. *Os descobrimentos e a problemática...*, op. cit., p. 81-82.

⁵⁰⁸ VENTURA, Manuel Sousa. *Vida e obra de Pedro Nunes*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1985, p. 22.

⁵⁰⁹ CARVALHO. *Portugal e as origens...*, op. cit., p. 114-115.

⁵¹⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque. *Visão do paraíso*. São Paulo, Brasiliense/Publifolha, 2000, p. 12.

⁵¹¹ DIAS. *Os descobrimentos e a problemática...*, op. cit., p. 77.

⁵¹² Ibidem.

⁵¹³ CARVALHO. *Portugal e as origens...*, op. cit., p. 115.

⁵¹⁴ Ibidem, p. 116.

⁵¹⁵ SÉRGIO, op. cit., p. 87.

⁵¹⁶ ALBUQUERQUE, op. cit., p. 82-85.

Na verdade, após esse breve florescimento, as ciências seriam subjugadas em solo luso pela força que a onda contra-reformista adquiriu na península ibérica. A submissão à neo-escolástica⁵¹⁷ viria a ser uma das principais responsáveis pela estagnação e posterior retrocesso dos conhecimentos que a renovação técnica associada às navegações e descobrimentos havia encampado. John Lynch afirma que “a characteristic feature of the renaissance in Spain had been a revival of biblical and theological studies.”⁵¹⁸ A Igreja da Contra-Reforma, na Espanha, mostrou-se incapaz de promover renovações significativas “and could only tolerate a barren and lengthy repetition of old knowledge, with the result that original thought was sacrificed to security.”⁵¹⁹

No horizonte lusitano do século XVI, a Contra-Reforma apareceu como um divisor de águas a partir do qual o cenário de avanços mudaria de figura. No final dos quinhentos “as contribuições portuguesas à literatura científica haviam praticamente cessado.”⁵²⁰ Depois de testemunhar o aparecimento de obras notáveis como as de Garcia D’Orta, João de Castro, Duarte Pacheco e Pedro Nunes, o espírito crítico português foi sufocado pelas proposições tridentinas “para só ressuscitar com Luís Verney.”⁵²¹ Silva Dias apresenta um quadro para o

⁵¹⁷ Em linhas gerais a segunda escolástica, ou neo-escolástica, se marcou pela integração das premissas escolásticas ao contexto intelectual em que aparece o humanismo e que objetivava aclimatar a Igreja Católica ao universo cultural renascentista. A Companhia de Jesus desempenhou papel crucial nesse processo de adaptação da Igreja à nova realidade cultural que surgiu no rastro do Renascimento e que precisava gestar alternativas para barrar o avanço do protestantismo. DIAS, *Os descobrimentos e a problemática cultural...*, op. cit., p. 38. Nos países ibéricos, uma das principais manifestações da importância que os jesuítas assumiram foi o controle que passaram a exercer nas instituições de ensino. “A escola, atitude pastoral fundamental da reforma católica, ganhou o peso que já havia possuído. Com ela a escolástica reaviva-se. É certo que diferente daquela outra de séculos anteriores, mas também muito próxima dela pela sua auto-suficiência sapiencial e autoritária. Falamos hoje de ‘neo-escolástica’, ou ‘segunda escolástica’, para a denominar. Em Portugal a Universidade jesuíta de Évora ou a Universidade de Coimbra, onde os jesuítas ponderavam, foram os esteios desta forma de ver o mundo.” MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa, Estampa, 1998, v. 4, p. 373. Francisco Contente Domingues afirma que a presença dos inicianos foi quase hegemônica no controle das instituições de ensino em Portugal pelos duzentos anos que se situam entre meados dos quinhentos e meados dos setecentos. A partir da fundação do Colégio de Jesus de Coimbra, em 1542, as instituições de ensino jesuítas se multiplicaram rapidamente por “Braga, Bragança, Porto, Lisboa, Évora, (...), Faro, Santarém, Setúbal, Portalegre e Funchal – sem citar todas.” A educação estava submetida ao “peso dominante da Companhia” que, não resta dúvida, era “limitativo de mudanças de vulto, dadas as profundas implicações que não poderiam deixar de ter todos os níveis, e é indubitável que seus destinos eram comandados por sectores pouco atreitos à inovação.” DOMINGUES, Francisco Contente. *Ilustração e catolicismo*. Teodoro de Almeida. Lisboa, Colibri, 1994, p. 29-31. O ensino em Portugal sob domínio dos inicianos foi subordinado às linhas preconizadas pela *Ratio Studiorum* “aprovada de forma definitiva em meados do século XVII e que sintetiza a experiência pedagógica dos jesuítas, regulando cursos, programas, métodos e disciplinas das escolas da Companhia.” As normas fixadas pela *Ratio Studiorum* determinariam os parâmetros dos ensinos inferiores e universitários, sendo que uma das regras básicas apregoadas pelo sistema pedagógico elaborados pela Companhia de Jesus “era a da subordinação da filosofia à teologia.” PAIM, Antonio. *História das idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo, Grijalbo, 1974, p. 143.

⁵¹⁸ LYNCH, John. *Spain under the Habsburgs: empire and absolutism (1516-1598)*. New York, New York University Press, 1984, v. 1, p. 263.

⁵¹⁹ Ibidem.

⁵²⁰ MORSE, op. cit., p. 44.

⁵²¹ SÉRGIO, op. cit., p. 86-87.

período que envolve os séculos XVI-XVII, no qual a filosofia anti-escolástica “não teve voz activa em Portugal”, manifestando-se, nos quinhentos, apenas em alguns representantes da tradição humanista e, mesmo assim, de forma débil e efêmera, e praticamente sem deixar qualquer rastro na centúria seguinte.⁵²² Ainda assim, mesmo com toda influência exercida pela teologia e com as peias e entraves que ela colocava à reflexão científica, até princípios do século XVII, os países ibéricos ainda conseguiam “propor fórmulas plausíveis do Grande Desígnio Ocidental.”⁵²³

A revolução das ciências ocorrida no século XVII foi o ponto a partir do qual as produções luso-castelhanas não mais conseguiram acompanhar o desenvolvimento científico-filosófico pelo qual passava o continente europeu d'além-Pirineus.⁵²⁴ Ao contrário do que se poderia pensar, a oposição da Igreja durante todo o período que envolveu a renovação da ciência e a revolução científica – séculos XVI e XVII, respectivamente – não foi direccionada ao método experimental em si ou a inovações específicas que o pensamento conheceu, mas sim à “pretensão de conhecimento demonstrável – como certificado ou certeza – nos reinos físico e moral. O problema crítico, portanto, era a racionalidade dos pioneiros religiosos e científicos – Lutero, Calvino, Galileu, Descartes, Pascal.”⁵²⁵ A sociedade portuguesa manteve, assim, uma sacralidade que se manifestava nos diversos âmbitos da vida cotidiana ao tempo em que a Europa do norte se secularizava sob os auspícios do humanismo, do racionalismo e do cientificismo, que não lograram se inserir profundamente no universo intelectual português.⁵²⁶ Rômulo de Carvalho afirma que a escolástica, em Portugal, “conseguiu chegar ao século XVIII ainda com desembaraço bastante para defrontar galhardamente os atacantes.”⁵²⁷ Isso ajudaria a conferir uma posição de subalternidade intelectual que foi a tônica do século XVII lusitano e que seria mantida durante a centúria seguinte.

Os moldes assumidos pela Ilustração em Portugal

A partir da segunda metade do século XVII, o universo intelectual português começou a passar por transformações – cujo avanço foi bastante lento – que forneceram os primeiros indícios de mudanças de postura em relação à submissão do universo cultural diante do pensamento neo-escolástico. Duarte Ribeiro de Macedo e José da Cunha Brochado foram dois

⁵²² DIAS. *Os descobrimentos e a problemática...*, op. cit., p. 272.

⁵²³ MORSE, op. cit., p. 72.

⁵²⁴ VILLALTA, op. cit., p. 26.

⁵²⁵ MORSE, op. cit., p. 36.

⁵²⁶ VILLALTA, op. cit., p. 48.

⁵²⁷ CARVALHO, Rômulo de. *A física experimental em Portugal no século XVIII*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1982, p. 9.

dos principais representantes desta tendência que se manifestou na literatura, na ciência e na filosofia e que se marcou por dar início à ruptura com o movimento barroco e por originar idéias que combatiam o domínio da escolástica, a interferência da Inquisição e o atraso cultural em Portugal.⁵²⁸

Ribeiro Macedo, “um dos autores que mais larga e sistematicamente se debruçaram sobre a problemática econômica”⁵²⁹ em Portugal no século XVII, fez parte da escola do pensamento mercantilista português, que tinha como ponto de partida para suas reflexões o atraso lusitano e ibérico em relação aos centros mais dinâmicos do continente europeu.⁵³⁰ Cunha Brochado era apologista de reformas estruturais em Portugal que ele associava à necessidade de renovações pedagógicas. Contra a desmoralização do clero, a corrupção e ociosidade da nobreza, a incompetência administrativa a saída estaria na implementação de uma boa educação que permitiria reverter “a marcha decadente do país e dissipar as trevas que o ensombreciam.”⁵³¹ Para Brochado, Portugal deveria seguir o exemplo da França que encontrou sua felicidade com os progressos das artes e das ciências.⁵³² Assim, a autoridade da Igreja foi sendo reincidentemente contestada e questionada e, com ela, a escolástica e a inquisição, ainda que se tratasse de um tempo em que tal era a “omnipotência tentacular do Santo Ofício que nenhuma crítica que lhe seja feita está ao abrigo de sua vindicta.”⁵³³

Antônio José Saraiva e Oscar Lopes mostraram que, a partir de 1640, representantes da burguesia mercantil e da aristocracia letrada se posicionaram contra os métodos inquisitoriais e contra a perseguição aos cristãos-novos, através da confecção de panfletos que pregavam anistia e tolerância e fomentaram debates que se prolongariam por toda a centúria.⁵³⁴ O século XVII testemunhou ainda o aparecimento de obras sobre política e economia que apresentaram propostas importantes para a renovação do ambiente intelectual lusitano, escritas por autores – como Luis Mendes de Vasconcelos e Manuel Severim de Faria – que apesar de não terem visto seus programas de reformas serem plenamente realizados, foram “precursores de todos os esforços posteriores no sentido de se conquistar uma completa independência na vida nacional.”⁵³⁵

⁵²⁸ FALCON, op. cit., p. 204-205.

⁵²⁹ CASTRO, Armando. *As doutrinas econômicas em Portugal na expansão e na decadência (século XVI a XVIII)*. Amadora, Instituto de Cultura Portuguesa, 1978, p. 67.

⁵³⁰ NOVAIS, op. cit., p. 131.

⁵³¹ CUNHA. *Elites acadêmicas na cultura...*, op. cit., p. 102.

⁵³² Ibidem.

⁵³³ Ibidem, p. 101.

⁵³⁴ SARAIVA e LOPES, op. cit., p. 531-532.

⁵³⁵ Ibidem, p. 541-544.

Segundo Francisco Falcon, as transformações em curso durante as décadas finais dos seiscentos e o início dos setecentos ecoaram principalmente a partir de três circuitos: “o ericeirense, o oratoriano e o diretamente patrocinado pelo rei.”⁵³⁶ Quanto ao primeiro, Hernani Cidade atribui à casa do 4º Conde de Ericeira, Francisco Xavier de Meneses, egrégio “correligionário das idéias cartesianas e newtonianas”⁵³⁷, o “primeiro foco do Século das Luzes”⁵³⁸ em Portugal. A casa de Ericeira congregava eruditos portugueses e estrangeiros para debates e, entre finais dos seiscentos e princípios dos setecentos, realizaram-se certames literários e filosóficos possivelmente influenciados pela filosofia cartesiana.⁵³⁹ Dentre os membros destacaram-se Raphael Bluteau, Manuel de Azevedo Fortes, Manuel Caetano de Sousa, Luís Caetano de Lima. Em 1693, era re-fundada a Academia dos Generosos, congresso que além de abordar as “tradicionais preferências humanísticas – a mitologia, a poesia, a arte simbólica, a política, os vícios da eloquência”⁵⁴⁰ se dedicou, também, às “matérias históricas ou científicas: – *as matemáticas pertencentes a cavalheiros, a filosofia natural, paradoxos matemáticos, dendrologia e lógica moderna.*”⁵⁴¹ Ana Carneiro, Maria Diogo e Ana Simões consideram que a natureza dos debates e o teor das obras dos ericeirenses “corporizam verdadeiramente um grupo de vanguarda, em larga medida responsável pela implementação de uma nova mentalidade e de um novo tipo de relacionamento entre as estruturas de produção do saber e o todo social.”⁵⁴²

Luis Ferrand de Almeida afirma que a fama de Ericeira ultrapassou as fronteiras portuguesas tendo ele sido membro da Academia dos Árcades de Roma e da Sociedade Real de Londres, além de ter trocado correspondências com intelectuais como Bayle, Boileau, Muratori e Feijóo.⁵⁴³ Em 1717, ainda no rastro do grupo de Ericeira, foi fundada a Academia Portuguesa – considerada como uma retomada dos Generosos – que, alguns anos mais tarde, teria seus membros incorporados à Real Academia da História Portuguesa.⁵⁴⁴ Almeida defende a idéia de que a despeito das severas críticas que recebeu de Verney, o 4º Conde de Ericeira foi um dos mais destacados difusores das luzes em Portugal na primeira metade do

⁵³⁶ FALCON, op. cit., p. 205.

⁵³⁷ CUNHA. *Elites acadêmicas na cultura...*, op. cit., p. 21-22.

⁵³⁸ CIDADE, Hernani. *Lições de cultura e literatura portuguesas*. Coimbra, Coimbra, 1939, 2ªv, p. 60. O autor enfatiza que o papel da casa do Conde de Ericeira foi o de promover a *recepção* e a *irradiação* da cultura europeia em território português.

⁵³⁹ FALCON, op. cit., p. 205.

⁵⁴⁰ CIDADE. *Lições de cultura...*, op. cit., p. 55.

⁵⁴¹ Ibidem.

⁵⁴² CARNEIRO, Ana, DIOGO, Maria Paula e SIMÕES, Ana. *Imagens do Portugal setecentista*. *Penélope*, nº22, 2000, p. 75.

⁵⁴³ SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de história de Portugal e do Brasil (até a independência)*. Porto, Figueirinhas, 1971, 2ªv, p. 70.

⁵⁴⁴ CUNHA. *Elites acadêmicas na cultura...*, op. cit., p. 51.

século XVIII.⁵⁴⁵ Norberto Ferreira da Cunha, relativizando a atuação da Academia Portuguesa de 1717, afirma que o grêmio reuniu alguns eruditos sintonizados com que acontecia no universo intelectual europeu, mas que, apesar disso, não apresentava um cunho revolucionário tendo elaborado propostas extremamente condescendentes para com a ideologia tradicional.⁵⁴⁶ O fato de não terem elaborado proposições filosófico-científicas revolucionárias, que se sublevassem de forma mais contundente contra o tradicionalismo que ainda imperava, não parece suficiente para desconsiderar o papel de alguns desses acadêmicos enquanto vetores de idéias de cariz ilustrado. Esse parece ter sido um dos principais meios de difusão da filosofia ilustrada em Portugal. Na condição de *consumidor* intelectual, o universo cultural português era refém dos aportes vindos das produções eruditas que se desenvolviam além-Pirineus, trazidas por letrados em contato com o circuito intelectual europeu.

Nesse contexto de fins do século XVII e princípios do XVIII, Raphael Bluteau apareceu, ao lado de Ericeira, como um dos eruditos mais destacados do cenário lusitano. Bluteau, era crítico da filosofia escolástica, enaltecia a importância da lógica, da geometria, da física e da matemática, colocou os portugueses em contato com as produções científicas de academias localizadas em outros países, abraçou algumas teses de Gassendi, tendo demonstrado, ainda, interesse pela filosofia natural e experimental.⁵⁴⁷ Concordamos com Francisco Falcon quanto ao papel de Bluteau como um *primeiro impulso* que convergia para as práticas intelectuais desenvolvidas além-Pirineus e que tentou colocar os lusitanos em contato com essas tendências.⁵⁴⁸ Assim, os letrados lusos – como Ericeira – ou os estrangeiros que desempenhavam funções em Portugal – como Bluteau – depositários dos anseios de modificação da realidade lusitana, eram os responsáveis por trazer as idéias de fora, contornar as barreiras impostas pelas instâncias mais conservadoras e fazê-las circular dentro do território português num processo que envolvia recepção, apropriação e irradiação.

O segundo canal, a Congregação do Oratório, também esteve bastante ligado às tentativas de mudança da realidade cultural em Portugal. Surgida na segunda metade do século XVII, a Congregação tinha propostas de difundir novas práticas religiosas calcadas em uma nova espiritualidade e de assistir às camadas menos favorecidas da sociedade como idosos, mendigos e doentes.⁵⁴⁹ Grandes promotores das ciências naturais em Portugal, os oratorianos foram os responsáveis por introduzir no país as idéias de Descartes, Bacon,

⁵⁴⁵ SERRÃO. *Dicionário de história de Portugal...*, op. cit., 2ºv, p. 70.

⁵⁴⁶ CUNHA. *Elites acadêmicas na cultura...*, op. cit., p. 56.

⁵⁴⁷ FALCON, op. cit., p. 205-206.

⁵⁴⁸ Ibidem, p. 206.

⁵⁴⁹ DOMINGUES. *Ilustração e catolicismo...*, op. cit., p. 16.

Locke, Gassendi e Genovesi.⁵⁵⁰ Elaboraram, ainda, uma reforma pedagógica que se fundamentava numa perspectiva diferente da que norteava o ensino tradicional e preconizaram a expansão dessas premissas para fora dos muros da congregação.⁵⁵¹ Assim, a proposta era superar tanto científica quanto filosoficamente a formação de raiz escolástica normatizada no ensino tradicional e, além disso, o estender a cultura para o maior número possível de pessoas, motivo pelo qual, foram confeccionados livros para divulgar o conhecimento.⁵⁵²

Carneiro, Diogo e Simões defendem que “um dos traços visíveis da afirmação de novas idéias em Portugal” foi a disputa entre jesuítas e oratorianos pela hegemonia no ensino⁵⁵³ em um debate no qual os jesuítas representavam o conservadorismo e os oratorianos o cosmopolitismo.⁵⁵⁴ A proposta oratoriana combatia o duplo vértice da pedagogia jesuítica: a base escolástica, que apesar de alguns arremedos de renovação era mantida, e a restrição da divulgação das idéias.⁵⁵⁵ Francisco Contente Domingues afirma que os oratorianos buscaram superar “a notória incapacidade do ensino tradicional na explicação da dimensão científica e filosófica de um mundo que se oferecia ao homem ilustrado de meados de setecentos.”⁵⁵⁶ Antes mesmo de receberem provisão régia, os oratorianos do Porto ministraram aulas públicas, freqüentadas por mais de duzentos alunos advindos de todas as classes sociais.⁵⁵⁷ É verdade que medidas como essas se fizeram sentir com mais força a partir de meados do século XVIII, mas a influência oratoriana ganha vulto ainda nas primeiras décadas dos setecentos quando o rei D. João V coloca a Congregação sob sua proteção e passa a conceder-lhe benefícios e privilégios.⁵⁵⁸

O mesmo monarca esteve associado ao terceiro canal de divulgação das transformações culturais em Portugal: o patrocínio régio de atividades intelectuais. A fundação da Academia Real de História Portuguesa é um excelente exemplo desse tipo de iniciativa. A Academia, depois de institucionalizada, era o local “onde o trabalho de especialistas era julgado por outros especialistas e a comunidade no seu todo, consagrada pela

⁵⁵⁰ MAXWELL, *Marquês de Pombal...*, op. cit., p. 14.

⁵⁵¹ DOMINGUES, *Ilustração e catolicismo...*, op. cit., p. 28.

⁵⁵² Ibidem.

⁵⁵³ CARNEIRO, op. cit., p. 73.

⁵⁵⁴ PORTELA, Artur. *Cavaleiro de Oliveira: aventureiro do século XVIII*. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1982, p. 15.

⁵⁵⁵ VILLALTA, op. cit., p. 48-53.

⁵⁵⁶ DOMINGUES, *Ilustração e catolicismo...*, op. cit., p. 28-32.

⁵⁵⁷ CRUZ, Antonio. Nota sobre a reforma pombalina da instrução pública. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Série I, v. II, 1971, p. 6.

⁵⁵⁸ DOMINGUES, *Ilustração e catolicismo...*, op. cit., p. 28-32.

proteção oficial.”⁵⁵⁹ Além subvencionar o surgimento de instituições, o erário régio concedeu bolsas de estudo, levando muitos estudantes a completarem suas formações no exterior.⁵⁶⁰ É preciso ter em conta que o comportamento de D. João V era bastante voltado para a ostentação e para saciar seu gosto pelo espetáculo.⁵⁶¹ Segundo José Subtil, uma das características mais notáveis do exercício do poder no reinado joanino foi sua dimensão simbólica, quando inúmeros instrumentos de dominação foram elencados para “desmesurar a importância da figura do rei.”⁵⁶² As inovações científicas, sempre que possível, engrossavam a fileira desses instrumentos que ainda englobavam a literatura, a etiqueta, as cerimônias, as procissões, as festas, o teatro, dentre outras.⁵⁶³ Jaime Cortesão afirma que “não foram poucos os estrangeiros que chamou a Portugal, para saciar sua sede de fausto e de teatro: arquitetos, músicos, pintores e gravadores, empresários de ópera e cantores sacros e profanos.”⁵⁶⁴ Afora os artistas, o monarca trouxe ao reino, em número igualmente considerável, “os engenheiros, os militares, os geógrafos, astrônomos, cartógrafos e matemáticos que contratou no estrangeiro e subsidiou com a mão régia para os utilizar na renovação da cultura portuguesa.”⁵⁶⁵

A preocupação quanto às questões militares fez com que recursos contemplassem o desenvolvimento da engenharia de guerra e da cartografia, que também conheceram florescimento considerável durante o reinado joanino.⁵⁶⁶ Os preparativos que tinham como principal objetivo “traçar o *Novo Atlas do Brasil* de latitudes e longitudes, observadas por método astronômico”⁵⁶⁷ foram fundamentais para a retomada dos estudos geográficos em Portugal. Houve ainda o interesse pela prática científica da astronomia que teve sua gênese em Portugal durante a década de vinte do século XVIII, momento em que D. João V decidiu pela construção de um observatório astronômico no Paço da Ribeira, em Lisboa.⁵⁶⁸ Também as ciências naturais foram contempladas, tendo o rei encarregado o médico naturalista Charles Frédéric de Merveilleux de escrever a história natural de Portugal, tarefa que foi executada

⁵⁵⁹ MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real de História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra, Minerva, 2003, p. 45-46.

⁵⁶⁰ FALCON, op. cit., p. 206.

⁵⁶¹ BEBIANO, Rui. *D. João V: poder e espetáculo*. Aveiro, Estante, 1987.

⁵⁶² SUBTIL, José. *O terramoto político (1755-1759): memória e poder*. Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa, 2007, p. 45.

⁵⁶³ Ibidem.

⁵⁶⁴ CORTESÃO. *Alexandre de Gusmão...*, op. cit., p. 93.

⁵⁶⁵ Ibidem.

⁵⁶⁶ FALCON, op. cit., p. 206.

⁵⁶⁷ CORTESÃO. *Alexandre de Gusmão...*, op. cit., p. 273.

⁵⁶⁸ CARVALHO, Rômulo de. *Astronomia em Portugal no século XVIII*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1985, p. 40.

entre 1723 e 1726,⁵⁶⁹ apesar de que nesse ramo, os conhecimentos não se prestavam “aos espetáculos sensacionais que a prática da física proporcionava.”⁵⁷⁰ Rômulo de Carvalho afirma que no longo reinado de D. João V “se inicia a ruptura das cadeias de obscurantismo que nos manietavam e nos mantinham alheios ao progresso científico tão espetacularmente desenvolvido no século anterior em outros países.”⁵⁷¹

Se parece inegável que o reinado de D. João V foi marcado por algumas mudanças no terreno das renovações filosófico-científicas, é igualmente inegável que no mesmo terreno seu comportamento foi, por vezes, ambíguo. O mesmo D. João V que por uma provisão de 1712, endereçada ao reitor da Universidade de Coimbra⁵⁷², proibiu “que se introduzam formas novas de se dar a lição nas cadeiras de Filosofia do Colégio das Artes”⁵⁷³, se interessava pelas novidades científicas e acompanhava os experimentos feitos “com instrumentos por ele mesmo adquiridos.”⁵⁷⁴ O monarca incentivou a entrada de idéias reformadoras sempre tomando toda sorte de cuidados para que elas não atentassem contra a supremacia da autoridade régia⁵⁷⁵, sendo que um dos principais objetivos destas tentativas de renovação – quicá o principal – era a expansão da soberania política pelas províncias ultramarinas e pela metrópole.⁵⁷⁶

O alcance dos ideais reformadores em voga durante a primeira metade do século XVIII foi deveras limitado e “as propostas de inovação têm quase sempre lugar no interior da restrita elite política”⁵⁷⁷ ao tempo em que “nos colégios jesuíticos mantinha-se o acesso às ciências restrito aos mestres.”⁵⁷⁸ Parece certo que o fim último do desenvolvimento das ciências sob D. João V não era ‘científico’ e sim político.⁵⁷⁹ Ao monarca não preocupava “a busca da verdade e a explicação científica do universo” e sim a expansão e a centralização do seu poder e da sua fé.⁵⁸⁰ Isso não impediu que as novas idéias trazidas ao universo intelectual português ajudassem a renovar o ambiente cultural com achegas calcadas no que era

⁵⁶⁹ CARNEIRO, op. cit., p. 81. Mario Olímpio Clemente Ferreira afirma que o projeto de Merveilleux nunca foi finalizado e que a viagem científica pelo território português rendeu apenas algumas memórias. FERREIRA, Mario Clemente. *O Tratado de Madri e o Brasil meridional: os trabalhos demarcadores das Partidas do Sul e sua produção cartográfica (1749-1761)*. Lisboa, CNCDP, 2001, p. 97.

⁵⁷⁰ CARVALHO. *História natural em Portugal...*, op. cit., p. 27.

⁵⁷¹ CARVALHO. *Astronomia em Portugal...* op. cit., p. 37-38.

⁵⁷² Assistia aos jesuítas, em Portugal, a prerrogativa exclusiva de ensinar latim e filosofia no Colégio das Artes, que era “a escola preparatória obrigatória para ingresso nas faculdades de teologia, leis canônicas, leis civis e medicina da Universidade de Coimbra.” MAXWELL. *Marquês de Pombal...*, op. cit., p. 13.

⁵⁷³ MATTOSO, op. cit., p. 373.

⁵⁷⁴ CORTESÃO. *Alexandre de Gusmão...*, op. cit., p. 292.

⁵⁷⁵ VILLALTA, op. cit., p. 53.

⁵⁷⁶ CORTESÃO. *Alexandre de Gusmão...*, op. cit., p. 92-93.

⁵⁷⁷ MATTOSO, op. cit., p. 415.

⁵⁷⁸ VILLALTA, op. cit., p. 53.

⁵⁷⁹ CORTESÃO. *Alexandre de Gusmão...*, op. cit., p. 292.

⁵⁸⁰ Ibidem.

produzido em outras partes do continente europeu, ainda que seja preciso considerar a limitação da difusão desses aportes no seio da sociedade portuguesa da primeira metade dos setecentos.

O papel dos estrangeirados na difusão das luzes em Portugal

Ao lado dos estrangeiros apareceram os *estrangeirados* como depositários do espírito reformador em Portugal. Esse conceito é controvertido e está intimamente associado às discussões concernentes ao advento do pensamento ilustrado em Portugal no período joanino – e no século XVIII de maneira geral. O isolamento cultural que caracterizou a dinastia brigantina⁵⁸¹ teria atrelado as mudanças no universo intelectual lusitano às idéias vindas do estrangeiro e às contribuições de portugueses, nomeadamente diplomatas⁵⁸², que tiveram sua formação intelectual e atuação profissional em alguns dos principais centros difusores dos ideais iluministas na Europa.⁵⁸³ Esses eruditos, após desfrutarem, no exterior, de uma ambiência intelectual impensável para o Portugal setecentista, teriam se conformado como os emissários dos ideais iluministas em terras portuguesas. Norberto Ferreira da Cunha assevera que “o estrangeiramento é, antes de mais, uma atitude de estranhamento, de distanciamento reflexivo e crítico” mantido por alguns intelectuais do século XVIII para consigo mesmos ou para com as situações que os envolveram.⁵⁸⁴ Esse estranhamento muitas vezes era talhado a partir de experiências forjadas “num padrão cultural d’além-Pirineus, não necessariamente ilustrado.”⁵⁸⁵

Antonio Sérgio, Jaime Cortesão e José Sebastião da Silva Dias foram alguns dos mais notáveis defensores da importância do papel dos estrangeirados para a difusão do iluminismo em Portugal. Antônio Sérgio diz que os estrangeirados eram homens de inteligência superior que abandonaram a pátria portuguesa rumo à “Europa culta” a quem se deveu “tudo que se fez de bom em Portugal nos reinados de D. José I, D. Maria I, e no Brasil no tempo de D. João VI.”⁵⁸⁶ Jaime Cortesão afirma que o programa de todos os estrangeirados era “renovar a

⁵⁸¹ Francisco Falcon afirma que o alheamento e a desconfiança manifestos em Portugal em relação ao mundo exterior às fronteiras lusitanas devem ter suas raízes buscadas no período da Restauração brigantina, tendo seus prolongamentos transposto as linhas do século XVIII chegando ao século XIX. FALCON, op. cit., p. 319.

⁵⁸² Fernando Novais atribui o fato de muitos dos estrangeirados terem sido feitos diplomatas uma argúcia de D. João V. Essas “mentalidades de escol”, como lhes define Novais, eram assim aproveitadas e ao mesmo tempo mantidas a uma certa distância. O monarca preservava-se “assim de uma situação assaz tensa” uma vez que esses espíritos “criticavam todas as instituições tidas e havidas por sagradas” sem, contudo, “dispensar de todo a sua contribuição.” NOVAIS, op. cit., p. 221.

⁵⁸³ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *D. José I na sombra de Pombal*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p. 47.

⁵⁸⁴ CUNHA, *Elites académicas na cultura...*, op. cit., p. 91-92.

⁵⁸⁵ *Ibidem*, p. 92.

⁵⁸⁶ SÉRGIO, op. cit., p. 121.

cultura portuguesa, insuflando-lhe o novo espírito racionalista e, mais que tudo, experimental.”⁵⁸⁷ Havia, segundo Cortesão, estrangeirados pelo sangue, pela educação no exterior ou pelas duas razões, sendo possível observar uma tendência de aproveitar-lhes as habilidades “na defesa diplomática, na administração e na solução dos problemas da soberania portuguesa no além-mar e, em particular, no Brasil.”⁵⁸⁸ D. Luís da Cunha, o Conde de Tarouca, José da Cunha Brochado, o Visconde de Vila Nova de Cerveira, os Condes das Galveias, os Condes da Ribeira Grande, os Condes de Ericeira, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Alegrete foram alguns dos eruditos apontados por Cortesão que serviram a D. João V e que eram estrangeirados “sem deixar de ser portugueses.”⁵⁸⁹ Isso para não mencionar Jacob de Castro Sarmiento, Antonio Nunes Ribeiro Sanches, Luis Antonio Verney, Alexandre de Gusmão, dentre outros tantos. Silva Dias atribui as renovações que a cultura portuguesa conheceu no século XVIII “quase exclusivamente” aos estrangeirados e estrangeiros.⁵⁹⁰

Jorge Borges de Macedo relativiza a importância do termo e afirma que o conceito de estrangeirado foi responsável pelo desprezo a que foi relegada a influência da cultura espanhola em terras portuguesas e pelo menosprezo manifesto em relação ao surgimento de correntes de pensamento em Portugal que elaboraram idéias contra o luxo, pela Lei da Boa Razão, pelas reformas no Santo Ofício e pelo debate concernente ao Código Civil.⁵⁹¹ Borges de Macedo afirma, ainda, que no campo da História Social o conceito tem suscitado dificuldades críticas, como o afastamento em relação ao “estudo da preparação dos quadros do funcionalismo, dos problemas da evolução interna da nobreza, da ordenação de quadros regionais e suas habilitações, da maturidade relativa à opinião nacional, dada, antecipadamente, como passiva.”⁵⁹² Segundo Macedo o uso do conceito fez com que uma experiência nacional forjada durante mais de dois séculos fosse abandonada, tendo acarretado o desprezo em relação aos grupos endógenos dotados de capacidades intelectivas criadoras, além de praticamente eliminar “o interesse por investigações que determinem uma tradição política alternativa, preferindo salientar os ‘mentores’, as posições espetaculares.”⁵⁹³

Ana Carneiro, Maria Diogo e Ana Simões, adotam o conceito de estrangeirado e utilizam a idéia de rede para “traçar as ligações existentes entre um conjunto de indivíduos

⁵⁸⁷ CORTESÃO, *Alexandre de Gusmão...*, op. cit., p. 95.

⁵⁸⁸ *Ibidem*, p. 93.

⁵⁸⁹ *Ibidem*.

⁵⁹⁰ DIAS, José Sebastião da Silva. *Portugal e a cultura europeia: séculos XVI a XVIII*. Coimbra, Biblos, 1953, p. 118.

⁵⁹¹ MACEDO, Jorge Borges de. *Estrangeirados: um conceito a rever*. Lisboa, Edições do Templo, 1974, p. 43.

⁵⁹² *Ibidem*, p. 43-44.

⁵⁹³ *Ibidem*, p. 44.

relacionados entre si e que, mesmo informalmente, partilham um tema comum.”⁵⁹⁴ As autoras declinam da consideração do aspecto individualizante que o termo poderia assumir, para associá-lo ao conjunto das iniciativas imbuídas do objetivo de trazer Portugal para uma nova realidade cognitiva e epistemológica e, enquanto “segmento da malha de canais de difusão”, os estrangeirados terminariam por se integrar socialmente na condição de “forças em presença”.⁵⁹⁵ Contribuindo para a disseminação da cultura científico-tecnológica em Portugal, suas ações não se resumiriam à mera transferência dos conhecimentos de que dispusessem, seriam antes direcionadas para “criar no espaço nacional os mecanismos capazes de assegurar uma produção científica autônoma, à luz do conceito de modernidade.”⁵⁹⁶ Propondo um esquema em que o estrangeirado estaria inserido em uma teia de relações nacionais e internacionais, individuais e institucionais, Miranda, Diogo e Simões buscam a homogeneidade do conceito não “em função das categorias previamente definidas para nossa história económica, social, política e cultural (...) mas sim pelo cruzamento de referências, muitas vezes diagonais, que configuram uma posição cognitiva específica.”⁵⁹⁷

Segundo Nuno Gonçalo Monteiro, o termo *estrangeirado* é uma fonte de equívocos, pois se é inegável que na primeira metade dos setecentos, a elite política ameahasse “diversos personagens que compartilhavam algumas idéias de reforma” não havia, necessariamente, entre eles “qualquer tipo de conexão pessoal e, até, se pudessem detectar imensas rivalidades.”⁵⁹⁸ Para Monteiro o termo é impreciso, principalmente, “porque os pensadores portugueses influenciados pelas luzes europeias foram pouco numerosos e nunca lhe foi dada uma designação de grupo.”⁵⁹⁹ Norberto Ferreira da Cunha chama a atenção para o fato de que “ser *estrangeirado* não é ser, necessariamente, ilustrado.”⁶⁰⁰ Partindo da premissa de que o ideário reformador estaria calcado no paradigma newtoniano, Cunha afirma que alguns intelectuais como Luis Antonio Verney, Jacob de Castro Sarmiento e Antônio Ribeiro Sanches poderiam ser considerados depositários dos idéias iluministas, o que não se aplicaria, obrigatoriamente, a todos os estrangeirados.⁶⁰¹ Artur Portela propôs uma ampliação do conceito a todos os que, de uma forma, ou de outra, tenham contribuído com a renovação científica e filosófica em Portugal.

⁵⁹⁴ CARNEIRO, op. cit., p. 74.

⁵⁹⁵ Ibidem.

⁵⁹⁶ Ibidem.

⁵⁹⁷ Ibidem.

⁵⁹⁸ MONTEIRO, D. *José I na sombra...*, op. cit., p. 48.

⁵⁹⁹ Ibidem, p. 47.

⁶⁰⁰ CUNHA, *Elites acadêmicas na cultura...*, op. cit., p. 91.

⁶⁰¹ CUNHA, *Elites acadêmicas na cultura...*, op. cit., p. 91.

Estrangeirado não teria sido apenas o integrante do grupo tradicionalmente proposto de viajados ilustres, dos Verney, e dos Sanches, mas todo aquele que, como os Ericeiras, como os académicos da Academia dos Imitadores da Natureza e os árcades da Arcádia Lusitana, como os homens da própria equipa que vai reformar o poder do Estado, modernizando-o, operacionalizando-o, lutou, não *de fora pra dentro*, mas *de dentro*. (...) Não parece difícil demonstrar a influência política, e social, dos que, marcados pela pressão cultural europeia, ‘tomaram’ o poder, foram colocados no poder.⁶⁰²

Não podemos perder de vista que, pragmaticamente, os estrangeirados são um *dado*.⁶⁰³ Eles existiram, foram bastante importantes no universo intelectual e cultural português, desempenharam – em escalas variadas, é verdade – papel de vetores de alguns ideais ilustrados que ajudaram a renovar o cenário científico em Portugal. Alguns deles eram dotados de uma visão inovadora e portadores de capacidades intelectivas diferenciadas que os fizeram ser aproveitados pela monarquia lusitana para diferentes fins.⁶⁰⁴ Certamente seu pensamento não provocou rupturas mais profundas na realidade portuguesa e suas propostas não foram difundidas para magotes consideráveis da população lusa sua contemporânea. Ainda assim, parece inegável a contribuição desses intelectuais, independente do termo utilizado para sua denominação, para a renovação intelectual em Portugal ao longo do século XVIII.

Dentre os personagens que figuraram entre os ilustrados portugueses e que estiveram entre os principais renovadores do pensamento filosófico e científico em Portugal, destacamos Jacob de Castro Sarmiento, Luis Antonio Verney e Antonio Nunes Ribeiro Sanches. Depositários do espírito ilustrado, os três foram determinantes para o advento das idéias iluministas em Portugal. O cristão-novo português Jacob de Castro Sarmiento teve papel destacado no cenário intelectual europeu. Estudou artes em Évora e se formou em medicina na Universidade de Coimbra, no ano de 1717. Quatro anos mais tarde fugiu de Portugal com receio de ser pego pela Inquisição, instalando-se em Londres. No estrangeiro tornou-se membro da Real Sociedade, do Real Colégio dos Médicos, ambos na capital britânica, onde conviveu com dois ilustres conterrâneos, Antonio Nunes Ribeiro Sanches e Sebastião José de Carvalho e Melo, tendo sido, ainda, membro do corpo docente da Universidade de Aberdeen, na Escócia. Consultado por D. João V, em 1730, sobre quais deveriam ser os procedimentos para se levar a cabo a renovação dos estudos médicos em Portugal, recomendou a tradução das obras de Francis Bacon – que ele mesmo começou e, por falta de apoio, interrompeu⁶⁰⁵ –

⁶⁰² PORTELA, op. cit., p. 52.

⁶⁰³ FALCON, op. cit., p. 320-322.

⁶⁰⁴ Ibidem.

⁶⁰⁵ Ibidem, p. 207.

e o envio de jovens ao exterior para que fossem instruídos nas ciências que viriam a ensinar em Portugal depois de retornarem.⁶⁰⁶

Sarmiento foi o precursor em Portugal das idéias newtonianas, apresentadas em sua obra *Teórica verdadeira das marés conforme a filosofia do incomparável cavalheiro Isaac Newton*, aparecida em 1737.⁶⁰⁷ Sua proposta de organização de um horto botânico em Portugal, que receberia amostras – a serem enviadas pela Sociedade Real de Londres – de todas as plantas disponíveis no horto inglês, malogrou.⁶⁰⁸ Rômulo de Carvalho afirma que do exterior o médico “influenciou Portugal no combate aos conceitos tradicionais da física aristotélica”⁶⁰⁹ tentando compartilhar com seus patrícios o entusiasmo que a moderna filosofia despertava em seu espírito.⁶¹⁰ Procurando influir de todas as formas possíveis na vida cultural portuguesa, os dois campos que mais motivaram a participação de Sarmiento no universo intelectual lusitano foram o ensino e a investigação.⁶¹¹

O oratoriano Luis Antonio Verney foi um ponto de inflexão na realidade cultural portuguesa. Verney tinha ascendência francesa e passou boa parte da vida adulta na Itália, o que o permitiu entrar em contato com a ilustração italiana e manter relações com intelectuais como Muratori e Genovesi, além de ter sido membro da Arcádia Romana. Primeiramente sob os auspícios da educação dos jesuítas e dos oratorianos, formou-se em Arte e Teologia na Universidade de Évora e completou sua formação universitária em Roma em Jurisprudência e Teologia Especulativa e Dogmática.⁶¹² Seu trabalho de maior ressonância, *Verdadeiro método de estudar*, foi publicado em 1746, e é considerado “‘obra-síntese’ do espírito filosófico da Ilustração portuguesa.”⁶¹³ O *Verdadeiro método* pode ser visto como um ponto de virada ao propor um vasto programa de reformas da cultura portuguesa “e as polêmicas que desencadeou marcam o ponto de inflexão na assimilação da nova mentalidade.”⁶¹⁴ Algumas das principais propostas assentavam na reformulação das bases sobre as quais deveria ser estabelecida a educação. Pautando-a no empirismo lockeano e newtoniano⁶¹⁵ o autor mostrou “o quão ela é decisiva para a elaboração das próprias maneiras de pensar e, conseqüentemente, para toda e qualquer mudança da mentalidade dominante.”⁶¹⁶

⁶⁰⁶ CIDADE. *Lições de cultura...*, op. cit., p. 42.

⁶⁰⁷ MAXWELL. *Marquês de Pombal...*, op. cit., p. 10.

⁶⁰⁸ SERRÃO, op. cit., 3º v, p. 799.

⁶⁰⁹ CARVALHO. *A física experimental em Portugal no século XVIII...*, op. cit., p. 45.

⁶¹⁰ CIDADE. *Lições de cultura...*, op. cit. p. 43.

⁶¹¹ SERRÃO. *Dicionário de história de Portugal...*, op. cit., 3ºv, p. 799-800.

⁶¹² CIDADE. *Lições de cultura...*, op. cit., p. 79.

⁶¹³ SILVA. *Inventando a naca...*, op. cit., p. 41.

⁶¹⁴ NOVAIS, op. cit., p. 222.

⁶¹⁵ SILVA. *Inventando a nação...*, op. cit., p. 41.

⁶¹⁶ FALCON, op. cit., p. 364.

Além de crítico atroz dos métodos pedagógicos jesuíticos, Verney condenava a influência exercida pela escolástica que ele definiu como “entretecida de questões inúteis e complicadas, tanto em Filosofia e Teologia, como na Gramática Latina, nos dois Direitos e na Medicina.”⁶¹⁷ Kenneth Maxwell caracteriza o *Verdadeiro método* como “um manual eclético de lógica, um método de gramática, um livro sobre ortografia, um tratado de metafísica e continha dezenas de cartas sobre todo tipo de assuntos.”⁶¹⁸ Em Verney, a influência de Descartes e Gassendi foi substituída pelas doutrinas de Newton e Locke, e “as cartas dedicadas às matérias filosóficas – Lógica, Metafísica, Física e Ética – constituem no seu conjunto um ardente manifesto em defesa do moderno espírito racionalista e experimentalista.”⁶¹⁹ O ilustre oratoriano português condenava, ainda, a aceitação acrítica da autoridade⁶²⁰ e acalentava “cega militância racionalista decorrente da sua convicção de que a razão era não só a fonte da verdade mas do bem.”⁶²¹ Assim, a obra máxima do “mais lídimo apóstolo”⁶²² do iluminismo e do racionalismo em terras portuguesas “identifica-se ao espaço-tempo a Ilustração: nada escapa à sua revisão crítica.”⁶²³

Outro intelectual português renomado foi o médico Antonio Nunes Ribeiro Sanches, formado em medicina e direito em Coimbra, com posterior doutoramento em medicina em Salamanca.⁶²⁴ Ribeiro Sanches teve que abandonar Portugal, após ter sido denunciado como praticante de judaísmo.⁶²⁵ Depois de viajar pela Europa, passando por Genova, Paris e Londres, seguiu para Leide – local de vanguarda na penetração das teorias de Newton⁶²⁶ – com intuito de freqüentar as aulas do famoso professor holandês Boerhaave⁶²⁷, momento em que entrou em contato e assimilou a gnosiologia lockeana.⁶²⁸ Indicado por Boerhaave, foi trabalhar a serviço da imperatriz russa Ana Ivanovna chegando a ocupar a posição de médico da corte em Moscou.⁶²⁹ Por fim, mudou-se para Paris, donde não mais sairia, onde pôde convier “de perto com gente ilustrada da urbe francesa” chegando a participar da elaboração

⁶¹⁷ ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. *Verney e a projeção a sua obra*. Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1980, p.8.

⁶¹⁸ MAXWELL. *Marquês de Pombal...*, op. cit., p. 12.

⁶¹⁹ FERNANDES, Rogério. *O pensamento pedagógico em Portugal*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992, p. 56.

⁶²⁰ MAXWELL. *Marquês de Pombal...*, op. cit., p. 12.

⁶²¹ CUNHA. *Elites acadêmicas na cultura...*, op. cit., p. 245.

⁶²² Ibidem.

⁶²³ FALCON, op. cit., p. 332.

⁶²⁴ CIDADE. *Lições de cultura...*, op. cit., p. 46.

⁶²⁵ SERRÃO, *Dicionário de história de Portugal...*, op. cit., 3ºv, p. 736.

⁶²⁶ Ibidem. SILVA. *Inventando a nação...*, op. cit., p. 38.

⁶²⁷ CIDADE. *Lições de cultura...*, op. cit., p. 46.

⁶²⁸ SILVA. *Inventando a nação...*, op. cit., p. 38.

⁶²⁹ Ibidem.

da Enciclopédia.⁶³⁰ Além de ter se relacionado com sábios como D'Alembert, Diderot, Buffon, Valart e Pluquet,⁶³¹ o médico português foi sócio correspondente das Academias de Ciências de Paris, Berlim e São Petersburgo e membro da Real Academia de Londres.⁶³²

Afora a medicina e a higiene, sua obra versou também sobre instrução, economia, política, moral e religião.⁶³³ Propugnava modificações pedagógicas que iam desde a secularização da educação, que delegaria ao Estado a obrigação de arcar com os encargos do ensino, até a adaptação das práticas educativas às necessidades que os novos tempos exigiam.⁶³⁴ Apesar de concluir pela necessidade premente de reformas pedagógicas de vulto, Ribeiro Sanches se opunha a disseminação da educação para o povo em virtude do risco de deixar de “haver quem se dedicasse aos ofícios”⁶³⁵ defendendo uma visão elitista da cultura associada à aceitação implícita da hierarquia social.⁶³⁶ Suas *Cartas sobre a Educação da Mocidade*, aparecidas em 1760, tiveram forte influência na elaboração dos estatutos do Real Colégio dos Nobres de Lisboa.⁶³⁷ O esboço de seus planos para reforma do ensino médico em Portugal elaborado em 1730⁶³⁸, se transformaria, trinta anos mais tarde, no plano de reforma da Faculdade de Medicina, encomendado por Pombal em 1758 e publicado em 1763.⁶³⁹ Foi um “indefectível apóstolo da tolerância eclesiástica e civil”⁶⁴⁰ ao tempo em que procurava evidenciar as nefastas conseqüências das ações do Tribunal do Santo Ofício em Portugal.

Ribeiro Sanches apregoava uma secularização que restringiria o número, as funções e a influência da Igreja em terras portuguesas e que teria como conseqüência a diminuição do poder do ‘Estado Eclesiástico’ e a substituição do que ele denominou de *Reino do Cadaveroso*, ou de *Monarquia Gótica*, pela Monarquia Política e Civil.⁶⁴¹ Esse estatuto seria alcançado com a educação e o aprimoramento de artes e ciências que não eram necessárias à Monarquia Gótica, mas que seriam impreteríveis para o pleno desenvolvimento do governo civil.⁶⁴² Ele propôs ainda o fim dos privilégios da nobreza além de ter protestado com

⁶³⁰ CUNHA, *Elites acadêmicas na cultura...*, op. cit., p. 163.

⁶³¹ Ibidem.

⁶³² CIDADE. *Lições de cultura...*, op. cit., p. 48.

⁶³³ SERRÃO. *Dicionário de história de Portugal...*, op. cit., 3ºv, p. 737.

⁶³⁴ CIDADE. *Lições de cultura...*, op. cit., p. 49.

⁶³⁵ SERRÃO. *Dicionário de história de Portugal...*, op. cit., 3ºv, p. 739.

⁶³⁶ FALCON, op. cit., p. 354.

⁶³⁷ SERRÃO. *Dicionário de história de Portugal...*, op. cit., 3ºv, p. 737-738.

⁶³⁸ MAXWELL. *Marquês de Pombal...*, op. cit., p. 11.

⁶³⁹ CIDADE. *Lições de cultura...*, op. cit., p. 50. A obra seria publicada com o título *Método para aprender a estudar Medicina*.

⁶⁴⁰ CUNHA. *Elites acadêmicas na cultura...*, op. cit., p. 164.

⁶⁴¹ Ibidem.

⁶⁴² FERNANDES, op. cit., p. 69.

veemência contra a manutenção de leis feudais em Portugal que, em pleno século XVIII, emperravam a desenvoltura das práticas mercantilistas de produção e troca.⁶⁴³

As idéias de Verney e Ribeiro Sanches contribuíram para a renovação intelectual em Portugal no reinado de D. João V e continuaram presentes no universo cultural português durante o reinado de D. José I. Hernani Cidade identifica, nas obras dos dois pensadores, alguns princípios norteadores semelhantes: o combate à filosofia aristotélica, as propostas de livre crítica, o apreço pela filosofia moderna com o reconhecimento da importância do dueto experiência/observação, a preferência pelas disciplinas físico-naturais.⁶⁴⁴ Houve também, como não poderia deixar de ser, pontos de divergência. Verney, mesmo dotado de um inegável espírito reformista, era um homem do clero e alguns dos principais desacordos residiam, exatamente, nas questões relativas aos assuntos que envolviam a Igreja. A respeito da Inquisição, por exemplo, os intelectuais não entraram em acordo. Enquanto o oratoriano conclamava sua reforma, o médico defendeu, energicamente, sua extinção.⁶⁴⁵ Em relação ao clero e suas atribuições, Verney combatia os excessos cometidos por alguns de seus membros⁶⁴⁶ e não chegou sequer a mencionar o estabelecimento de relações entre educação e Estado⁶⁴⁷ ao tempo em que Ribeiro Sanches preconizava uma reforma estrutural na Igreja, que colocaria fim às imunidades desfrutadas pelos religiosos⁶⁴⁸, transformando os eclesiásticos em funcionários e laicizando a educação.⁶⁴⁹

Verney era depositário “de uma cultura predominantemente humanística e filosófica”, ao passo que Ribeiro Sanches propalava um saber científico e médico.⁶⁵⁰ “Aquele não se cansa de *preceituar* a observação, a experiência, o conhecimento directo do texto; êste, passa a vida *realizando* observações, experiências, lendo com mão diurna e nocturna os que no passado observaram e experimentaram.”⁶⁵¹ É possível identificar nos dois eruditos concepções que foram a tônica do reformismo ilustrado nos moldes em que este se desenvolveu em Portugal na segunda metade do século XVIII. Em ambos encontramos as propostas de racionalização da máquina administrativa e otimização dos procedimentos burocráticos do Estado, sustentados pela premissa de que o soberano pode – e deve – contar

⁶⁴³ FERNANDES, op. cit., p. 68-69.

⁶⁴⁴ CIDADE, *Lições de cultura...*, op. cit., p. 51.

⁶⁴⁵ FALCON, op. cit., p. 365.

⁶⁴⁶ Ibidem.

⁶⁴⁷ CIDADE, *Lições de cultura...*, op. cit., p. 51.

⁶⁴⁸ FERNANDES, op. cit., p. 68-69.

⁶⁴⁹ FALCON, op. cit., p. 365.

⁶⁵⁰ CIDADE, *Lições de cultura...*, op. cit., p. 51.

⁶⁵¹ Ibidem, p. 51-52.

com a colaboração de filósofos que ajudem na promoção das luzes.⁶⁵² As obras dos dois, Verney e Ribeiro Sanches, corresponderam “ao discurso pombalino propriamente ilustrado.”⁶⁵³

⁶⁵² FALCON, op. cit., p 365-366.

⁶⁵³ Ibidem, p. 364.

CAPÍTULO IV

A ILUSTRAÇÃO LUSO-BRASILEIRA SOB OS AUSPÍCIOS DO REFORMISMO POMBALINO

Ciência e poder: o saber a serviço do fortalecimento do poder régio e da busca por divisas na América portuguesa

A questão relativa à possibilidade de ser a Academia dos Renascidos considerada depositária de preceitos iluministas e o grau de amadurecimentos desses preceitos precisa ser considerada. Há um parágrafo nos estatutos em que se depreende uma breve indicação de que os acadêmicos brasílicos dispunham de informações quanto ao funcionamento de suas congêneres européias, pelo menos no que concernia ao seu funcionamento burocrático.⁶⁵⁴ Antes de tudo, é necessário salientar que o Iluminismo foi um movimento intelectual amplo e multifacetado. Sua difusão não foi homogênea no continente europeu. O próprio termo *iluminismo* abrigou pensadores marcados por um ecletismo a toda prova que defendiam idéias e preceitos calcados em verdades conflitantes.⁶⁵⁵ A Europa setecentista poderia ser dividida em países que se distinguiam enquanto centros produtores e difusores da filosofia das luzes de um lado, ou enquanto consumidores do outro.⁶⁵⁶ É fundamental situar o consulado pombalino no contexto da propagação da filosofia ilustrada para que possamos mensurar a transposição destas idéias para as regiões de colonização lusitana situadas no além-Atlântico.

O Marquês de Pombal foi o arquiteto da ilustração nas bases reformadas através das quais ela se manifestou no império português a partir da segunda metade do século XVIII até a morte de D. José I, em 1777. A figura de Sebastião José de Carvalho e Melo surgiu no cenário político lusitano como emblemático representante do despotismo esclarecido em sua versão portuguesa. O estadista chegou ao poder, de fato, após o terremoto que devastou Lisboa em 1755.⁶⁵⁷ Antes ele havia desempenhado, ao longo da década de quarenta dos setecentos, funções diplomáticas na corte de Viena e na Inglaterra e, em 1750, fora nomeado pelo rei para assumir o posto de Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra.⁶⁵⁸ Essas experiências em terras estrangeiras concederam ao futuro Marquês o estatuto de

⁶⁵⁴ Dois dos cargos eletivos da estrutura burocrática da academia seriam passíveis de múltiplas reeleições – o de secretário e o de vice-secretário – tendo-se em vista que “estes lugares na maior parte das academias da Europa costumão ser vitalícios.” *Estatutos...*, BNRJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca. Original Manuscrito, 41 p. Essa passagem suscitou as questões concernentes às possíveis influências que outros grêmios, nomeadamente europeus, possam ter exercido nos letrados renascidos. A relação direta que se pode fazer é a do conhecimento das engrenagens burocráticas de academias européias. No tocante ao ideário e às influências intelectuais ficamos no campo das inferências.

⁶⁵⁵ SILVA. *Inventando a nação...*, op. cit., p. 30-31.

⁶⁵⁶ FALCON, op. cit., 1993, p. 93-94.

⁶⁵⁷ MAXWELL. *Marquês de Pombal...*, op. cit., p. 4.

⁶⁵⁸ SILVA. *Inventando a nação...*, op. cit., p. 44.

estrangeirado, talvez não dos mais ilustrados⁶⁵⁹, mas certamente forjado para assumir as incumbências políticas reformadoras que D. José I lhe atribuiria alguns anos mais tarde.

As mudanças perpetradas sob seu governo seriam calcadas na centralização do poder do Estado com a remoção impiedosa de todas as forças que se contrapusessem a esta tendência. As reformas seriam impostas de cima pra baixo e, por mais que trouxessem em seu rastro transformações à realidade portuguesa, jamais atentariam contra o *status quo* absolutista.⁶⁶⁰ Graça Almeida Rodrigues afirma que Pombal além de buscar a implementação *de facto* da monarquia de direito divino, criou simultânea e complementarmente medidas “para impedir a entrada em Portugal de idéias contrárias a essa ideologia política do absolutismo esclarecido ou iluminado, nomeadamente as que se fermentavam em França.”⁶⁶¹ No fim e ao cabo os ideais ilustrados de que o ministro de D. José I e seus servidores lançaram mão nunca almejaram a subversão da ordem, tendo sido, antes, ciosos na busca do “ponto de equilíbrio entre a assimilação do pensamento crítico das Luzes, e a contenção dos seus efeitos contestatórios do absolutismo e do sistema colonial.”⁶⁶²

A busca por este ponto de equilíbrio fez com que Pombal recorresse ao pensamento ilustrado para iluminar e conduzir algumas de suas reformas. Paul Hazard afirma que a ação dos déspotas iluminados nascia de seu ímpeto de lutar contra os privilégios.⁶⁶³ Tentando empreender uma “grande reforma igualitária” eles ajudaram a destruir “os vestígios, ainda muito evidentes, do feudalismo” abraçando as máximas progressistas que os levaram a adotar as medidas econômicas necessárias à “prosperidade dos respectivos povos.”⁶⁶⁴ Mas, a reforma administrativa com vistas à centralização do poder foi o campo preferido para a manifestação das propostas de racionalização do Estado elaboradas pelos representantes do despotismo ilustrado.⁶⁶⁵ Nuno Gonçalo Monteiro salienta que os reformismos setecentistas estiveram intimamente associados ao “processo de construção do Estado, no sentido de um poder vocacionado para o exercício do monopólio da autoridade legítima.”⁶⁶⁶ Reis, imperadores, czares, ministros, independente do nome que assumiam, que variava de região para região, os soberanos esclarecidos estavam imbuídos da tarefa de “to clear up a morass of regulations, to lighten the financial burdens on trade, to make more or less sincere moves toward humanizing

⁶⁵⁹ AZEVEDO, João Lúcio. *O Marquês de Pombal e sua época*. São Paulo, Alameda, 2004, p. 97-98.

⁶⁶⁰ NOVAIS, op. cit., p. 223-224.

⁶⁶¹ RODRIGUES, Graça Almeida. *Breve história da censura literária em Portugal*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980, p. 32.

⁶⁶² NOVAIS, op. cit., p. 224.

⁶⁶³ HAZARD. *O pensamento europeu...*, op. cit., p. 308.

⁶⁶⁴ Ibidem.

⁶⁶⁵ Ibidem.

⁶⁶⁶ MONTEIRO. *D. José I na sombra...*, p. cit., p. 231.

the criminal law (...) in a word, as much as their talent and their opposition would let them, to rationalize their states.”⁶⁶⁷

O leque de medidas tomadas por Sebastião José de Carvalho e Melo durante o tempo em que foi ministro de D. José I, contemplou diversos aspectos da realidade metropolitana, bem como do ultramar português, através da “correção dos abusos e da modernização da estrutura administrativa efetuadas a partir de uma centralização das decisões em escala crescente”⁶⁶⁸ o que terminou por gerar um novo universo administrativo que pretendia remediar o atraso cultural associado à decadência econômica em que se encontrava Portugal no que se referia aos demais países europeus.⁶⁶⁹ A expulsão dos jesuítas, a reforma da Universidade de Coimbra, a submissão do Santo Ofício ao poder régio, o fim da distinção entre cristãos-velhos e cristãos-novos, a renovação e modernização dos métodos pedagógicos e a reformulação e criação de instituições de ensino foram algumas das medidas orquestradas por Pombal que objetivavam dirimir a dependência lusitana e renovar o ambiente mental português da segunda metade do século XVIII.

Além disso, as reformas pombalinas que visavam modernizar o Estado português em seus aspectos administrativos e econômicos, “a partir de um esforço ilustrado e ‘do alto’”, contemplaram também o campo do direito privado, principalmente em seus aspectos comerciais e sucessórios, objetivando imprimir às práticas jurídicas lusitanas um caráter “mais motivador do direito de propriedade e da iniciativa individual.”⁶⁷⁰ Uma das principais manifestações desta renovação jurídica foi a lei da Boa Razão de 1769, ainda que, já no ano de 1759, um alvará de 28 de junho determinava que no ensino do Direito “se levasse em conta o praticado ‘nas Nações polidas da Europa’, reduzindo as discussões doutrinárias e ‘as discórdias provenientes da contrariedade de opiniões’”.⁶⁷¹

No reinado de D. José I, diversas disciplinas e ciências ajudaram a renovar o cenário intelectual português através dos avanços consideráveis que conheceram tendo algumas delas contado, sobretudo, com o incentivo régio para se desenvolverem, como foi o caso da física experimental. Em 1752 tiveram início as Conferências de Física Experimental realizadas na Casa do Oratório em Lisboa, que contaram com presença régia em mais de uma ocasião.⁶⁷² O sucesso das conferências pode ser atribuído ao prestígio do conferente – o padre oratoriano

⁶⁶⁷ GAY. *The enlightenment: an interpretation...*, op. cit., p. 492.

⁶⁶⁸ FALCON, op. cit., p. 374.

⁶⁶⁹ SILVA. *Inventando a nação...*, op. cit., p. 45-54.

⁶⁷⁰ WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José. Despotismo ilustrado e uniformização legislativa. O direito comum nos períodos pombalino e pós-pombalino. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Série II, v. 14, 1997, p. 426.

⁶⁷¹ WEHLING, *Despotismo...*, op. cit., p. 416.

⁶⁷² CARVALHO. *A física experimental...*, op. cit., p. 71.

Teodoro de Almeida –, da instituição que promovia a iniciativa e à presença do rei.⁶⁷³ O próprio monarca era um entusiasta dos estudos físicos e tinha um laboratório particular de física em Lisboa, no Real Palácio da Ajuda.⁶⁷⁴ O ex-cônego João Jacinto de Magalhães foi outro expoente da renovação científica que a física conheceu no reinado josefino. Tendo feito seus estudos na Inglaterra, Magalhães se tornou membro da Sociedade Real de Londres, além de correspondente da Academia Francesa.⁶⁷⁵ Hernani Cidade o descreve como “espírito inventivo, mas do rigor científico de um experimentalista, serviu a ciência sobretudo pela sua capacidade de clara apreensão e difusão do muito que constantemente aprendia e experimentalmente verificava.”⁶⁷⁶ Durante o reinado de D. José I a física seria introduzida oficialmente no ensino por determinação do Marquês de Pombal, apesar de que, não se pode atribuir ao poderoso ministro a gênese dos estudos físicos entre os portugueses.⁶⁷⁷

Permanecia, contudo, a dependência em relação às contribuições de estrangeiros contratados para ajudar a dinamizar a vida intelectual lusitana. O professor italiano Giovanni Antonio Dalla Bella foi convidado, em 1766, para dar aulas de física e instruir os portugueses sobre “que instrumentos deveriam ser adquiridos para o funcionamento das aulas de física experimental.”⁶⁷⁸ Kenneth Maxwell afirma que o laboratório de física montado em Portugal com as recomendações de Dalla Bella, quando da reforma de Coimbra, tinha a fama de ser o mais moderno do continente europeu.⁶⁷⁹

As tentativas de renovação da realidade intelectual e científica lusitana não se restringiram à física experimental e além dos gabinetes e laboratórios de física, alguns observatórios astronômicos foram montados em Portugal durante o reinado de D. José I. Dois anos decorridos do terrível terremoto de 1755, “com a cidade ainda em escombros” padres jesuítas faziam suas observações astronômicas a partir do Colégio de Santo Antão, que havia sido parcialmente destruído pelos tremores, “servindo-se de excelentes telescópios.”⁶⁸⁰ Rômulo de Carvalho mostra como havia, durante a década de 50 do século XVIII, portugueses e estrangeiros envolvidos com as observações e discussões astronômicas em Portugal, e levanta a hipótese de que talvez houvesse em território português “material astronômico em casa de alguns fidalgos, entusiasmados com o incremento das ciências experimentais no século XVIII, conforme sucedia com a Física então praticada em Gabinetes

⁶⁷³ CARVALHO. *A física experimental...*, p. 71.

⁶⁷⁴ MAXWELL. *Marquês de Pombal...*, op. cit., p. 114.

⁶⁷⁵ CIDADE. *Lições de cultura...*, 2ºv, p. 141.

⁶⁷⁶ Ibidem.

⁶⁷⁷ CARVALHO. *A física experimental...*, op. cit., p. 74.

⁶⁷⁸ Ibidem, p. 76.

⁶⁷⁹ MAXWELL. *Marquês de Pombal...*, op. cit., p. 114.

⁶⁸⁰ CARVALHO. *Astronomia em Portugal...*, op. cit., p. 65.

régios e particulares.”⁶⁸¹ Carvalho afirma que a atividade astronômica lusitana, iniciada no reinado de D. João V, em 1724, desenvolveu-se por trinta e seis anos, tendo se marcado pelo “entusiasmo permanente e proveitoso.”⁶⁸² Nesse interregno, 1751 figurou como ano emblemático em que ficou “largamente documentado” o notável interesse que as atividades astronômicas despertaram em Portugal, com a “utilização de abundante instrumental, e o aproveitamento de lugares diversos para execução das observações.”⁶⁸³ As práticas astronômicas declinaram consideravelmente em Portugal nas décadas de 60 e 70 do século XVIII, em decorrência da expulsão dos jesuítas e das perseguições perpetradas pelo Marquês de Pombal que terminaram por exilar leigos e eclesiásticos que se dedicavam à astronomia.⁶⁸⁴

A química também esteve presente do universo científico do reinado josefino, ainda que só tenha criado raízes mais sólidas em Portugal após a reforma da Universidade de Coimbra.⁶⁸⁵ Antonio Nunes Ribeiro Sanches e João Jacinto de Magalhães foram apontados por Amorim da Costa como dois dos principais expoentes portugueses das premissas da ciência química setecentista. Do primeiro, “como médico-químico é de se destacar o seu *Tratado da conservação da Saúde dos Povos*, escrito na sequência do terramoto de 1755, e várias dissertações sobre as propriedades farmacêuticas das flores-de-zinco, da untura das cantáridas, das raízes-de-chumbo, etc.”⁶⁸⁶ Jacinto Magalhães, acima mencionado, além de ter se dedicado à física, foi químico renomado. Desfrutou da convivência de Priestley, manteve correspondência com Lavoisier “e punha simultaneamente ambos ao corrente de todas as novas aquisições científicas realizadas pelos mais iminentes cultores da ciência, com os quais mantinha intensiva correspondência.”⁶⁸⁷ Na nova Faculdade de Filosofia pós-reforma, a química filosófica e a química médica passaram a fazer parte do curso de Filosofia, responsáveis, ao lado da física e da história natural dos três reinos, pelos três anos do curso dedicados à Filosofia Natural.⁶⁸⁸

Em maio de 1773, começavam as aulas de química na universidade conimbricense recém reformada e o professor era o italiano Domingos Vandelli, que também ministrava as aulas de história natural.⁶⁸⁹ Como não contava com muitos “indivíduos de mentalidade

⁶⁸¹ CARVALHO. *Astronomia em Portugal...*, op. cit., p. 69.

⁶⁸² Ibidem, p. 77.

⁶⁸³ Ibidem, p. 71.

⁶⁸⁴ Ibidem, p. 77-83.

⁶⁸⁵ COSTA, A. M. Amorim da. *Primórdios da ciência química em Portugal*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1984, p. 19.

⁶⁸⁶ COSTA. *Primórdios da ciência...*, op. cit., p. 17.

⁶⁸⁷ Ibidem, p. 18.

⁶⁸⁸ SILVA. *Inventando a nação...*, op. cit., p. 74.

⁶⁸⁹ COSTA. *Primórdios da ciência...*, op. cit., p. 33.

moderna” Pombal utilizou-se da estratégia de revezar os estrangeiros, principalmente italianos, de que dispunha para dinamizar o funcionamento das diversas instituições renovadas e criadas no rastro das reformas do sistema educacional.⁶⁹⁰ O laboratório de química, inaugurado após a reforma de Coimbra, foi um dos estabelecimentos criados para que se viabilizasse na prática o desenvolvimento científico.⁶⁹¹

A história natural não partilhou do entusiasmo e interesse despertado por ciências como a física, a química e a astronomia, em Portugal, durante o reinado de D. José I. A obra *Recreação Filosófica*, do oratoriano Teodoro de Almeida, se configurou como a exceção que confirma a regra. Mesmo não sendo “assunto de seu gosto particular” Almeida incluiu em seu trabalho estudos sobre animais e plantas e, se não fosse por ele, certamente “veríamos decorrer algumas dezenas de anos do século XVIII sem sinais de qualquer atividade, ou interesse declarado, entre os portugueses, relacionado com a História Natural.”⁶⁹² Antonio Nunes Ribeiro Sanches e Luis Antonio Verney foram, ambos, apologistas, em escalas diferentes, da importância dos estudos sobre a natureza para a formação dos jovens e para a renovação do universo pedagógico português. Mencionamos os dois em decorrência da relevância das suas respectivas obras para reforma do ensino orquestrada pelo Marquês de Pombal e pela enorme circulação que tiveram ao longo de toda a segunda metade do século XVIII em Portugal.

Verney não concedeu à disciplina atenção especial, referindo-se especialmente à importância da botânica para os estudos médicos.⁶⁹³ Ribeiro Sanches deu-lhe maior ênfase apregoando o caráter acentuadamente prático que a disciplina deveria assumir, propondo que um gabinete de história natural fosse montado para complementar as aulas teóricas.⁶⁹⁴ Interessante perceber a dicotomia que a disciplina assumiu no universo intelectual português setecentista. Se, por um lado, nem mesmo a reforma da Universidade de Coimbra tirou a história natural da sua posição secundária no universo científico metropolitano, por outro, ao longo do século XVIII, ela adquiriu foros de prioridade por parte da administração ultramarina com a organização de viagens filosóficas, produção de memórias, coletas de plantas e animais, estabelecimento de intercâmbios que envolviam o universo natural colonial

⁶⁹⁰ MAXWELL. *Marquês de Pombal...*, op. cit., p. 114.

⁶⁹¹ SILVA. *Inventando a nação...*, op. cit., p.74.

⁶⁹² CARVALHO. *História natural...*, op. cit., p. 39.

⁶⁹³ Ibidem, p. 29.

⁶⁹⁴ Ibidem, p. 31. É importante frisar que nos moldes elitistas em que Ribeiro Sanches preconizou seus diversos planos de ensino, a história natural apareceu como ciência que deveria ser ministrada apenas aos alunos de origem não nobre que fossem futuramente seguir os estudos universitários. (p. 30-31).

e os jardins e gabinetes situados na metrópole, a expansão destas instituições para o ultramar, etc.⁶⁹⁵

O desenvolvimento pelo qual estas disciplinas passaram durante o reinado de D. José I esteve intimamente ligado às reformas realizadas nos estabelecimentos de ensino e à criação de novas instituições educacionais perpetradas pelo Marquês de Pombal. Essa reforma pedagógica, que se configurou como um dos contributos mais emblemáticos do consulado pombalino, teve como alguns de seus eixos centrais a fundação da Aula do Comércio (1759), do Colégio dos Nobres (1761) e a reforma da Universidade de Coimbra (1772). Maria Eduarda Cruzeiro afirma que as transformações pedagógicas de maior impacto situadas entre 1759, com a expulsão da Companhia de Jesus, e 1772 com a concretização da reforma conimbricense, “constituem, na sua articulação, a primeira tentativa de estabelecimento de um sistema de ensino público em Portugal.”⁶⁹⁶ Um dos primeiros passos, foi a criação, ainda em 1759, do cargo de diretor dos estudos, que teria a função de “fiscalizar o estabelecimento de um sistema nacional de educação secundária.”⁶⁹⁷ A expulsão dos padres jesuítas, que desempenhavam papel de relevo no universo pedagógico lusitano, exigiu que medidas urgentes fossem tomadas para preencher as lacunas deixadas em Portugal e nas demais regiões que ao tempo compunham o império ultramarino lusitano.

Kenneth Maxwell afirma que os três principais objetivos da reforma educacional eram colocar a educação sob tutela do Estado, promover a sua secularização e padronizar o currículo.⁶⁹⁸ Laerte Ramos de Carvalho defende que, no que concernia aos estudos menores, o objetivo superior da reforma pombalina “foi criar a escola *útil* aos fins do Estado.”⁶⁹⁹ Segundo Ramos de Carvalho os reformadores que trabalharam a serviço do ministro josefino não preconizaram “uma política de difusão intensa e extensa do trabalho escolar”, e sim a organização de uma escola que “antes de servir aos interesses da fé, servisse aos imperativos da Coroa.”⁷⁰⁰ Rogério Fernandes diz que apesar de todos os esforços feitos no sentido de secularizar a educação “seria errôneo supor que o Marquês realizou inteiramente a laicização do ensino. Durante seu governo foram aprovados os planos de estudos de muitas corporações

⁶⁹⁵ HEYNEMANN, Cláudia Beatriz. *As culturas do Brasil: história natural no setecentos luso-brasileiro*. 2000. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000, p. 4.

⁶⁹⁶ CRUZEIRO, Maria Eduarda. *A reforma pombalina na história da universidade*. *Análise Social*, v. XXIV (100), 1998 (1º), p. 173.

⁶⁹⁷ MAXWELL. *Marquês de Pombal...*, op. cit., p. 105.

⁶⁹⁸ Ibidem, p. 104.

⁶⁹⁹ CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo, Edusp/Saraiva, 1978, p. 139.

⁷⁰⁰ Ibidem.

religiosas.”⁷⁰¹ Ainda assim, é notório que uma nova mentalidade era buscada no seio das instituições escolares.

A Aula do Comércio é exemplo de instituição sintonizada com essa busca por transformações. Seus alunos, que eram recrutados nas fileiras da pequena burguesia mercantil, deveriam, de acordo com os estatutos, ser instruídos nas artes contábeis e mercantis segundo pragmáticas valorizadas no interior da sua própria classe de origem.⁷⁰² Para Pombal era urgente a formação de uma classe mercantil eminentemente portuguesa e a Aula do Comércio deveria desempenhar papel destacado nesse processo, no que seria secundada pela abolição das distinções entre cristãos-velhos e cristãos-novos por lei de 1773.⁷⁰³ Seguindo algumas recomendações formuladas por Ribeiro Sanches, o Colégio dos Nobres foi recriado por lei de 1761 tendo passado a desempenhar suas funções a partir de 1766.⁷⁰⁴ Um dos objetivos desse Colégio era o aprimoramento das condições para ingresso no ensino superior e uma das medidas para a iniciação em estudos mais avançados foi a inclusão das ciências exatas no currículo.⁷⁰⁵ O Colégio dos Nobres foi a primeira instituição pedagógica portuguesa em que a física experimental passou a ser oficialmente contemplada como disciplina curricular,⁷⁰⁶ apesar do que as aulas foram ministradas apenas de 1768 a 1772.⁷⁰⁷ Segundo Ana Rosa Clochet da Silva, um dos objetivos do Colégio dos Nobres era a formação de uma nova nobreza, “adequada a compor os quadros burocráticos do Estado, e sua execução deixa transparecer o caráter fortemente *elitista* assumido pelas reformas educacionais pombalinas.”⁷⁰⁸

É importante frisar que nem tudo saiu como o planejado e algumas das tentativas de renovação foram absolutamente frustradas. As tentativas de reforma às vezes se deparavam com barreiras difíceis de serem transpostas em espaços curtos de tempo. O Colégio dos Nobres, exemplo de proposta que tentou promover renovações na mentalidade da aristocracia lusitana, deveria ter aulas de astronomia utilizando o material que fora confiscado do observatório de Santo Antão controlado pelos jesuítas, o que acabou não acontecendo “em consequência das péssimas condições em que todo o ensino científico ali decorreu até a extinção forçada deste tipo de ensino ao fim do seu 5º ano escolar.”⁷⁰⁹

⁷⁰¹ FERNANDES, op. cit., p. 82.

⁷⁰² FALCON, op. cit., p. 439-440.

⁷⁰³ SILVA. *Inventando a nação...*, op. cit., p.66.

⁷⁰⁴ FALCON, op. cit., p. 440.

⁷⁰⁵ CRUZEIRO, op. cit., p. 176.

⁷⁰⁶ CARVALHO. *A física experimental em Portugal...*, op. cit., p. 74.

⁷⁰⁷ MAXWELL. *Marquês de Pombal...*, op. cit., p. 114.

⁷⁰⁸ SILVA. *Inventando a nação...*, op. cit., p.66.

⁷⁰⁹ CARVALHO. *Astronomia em Portugal...*, op. cit., p. 79.

O ponto culminante dessas tentativas de transformação da realidade pedagógica portuguesa foi a reforma de 1772 perpetrada na Universidade de Coimbra. Aníbal Barreira assevera que a reforma conimbricense se assemelhou à reconstrução de Lisboa realizada após o terrível terremoto de 1755, sendo possível perceber em ambos os eventos “as mesmas linhas geométricas, a mesma deificação da razão.”⁷¹⁰ Segundo Barreira, a reforma, calcada em preceitos da época, propunha revisões nos campos da teologia, do direito civil e canônico, das ciências naturais, da filosofia e da história.⁷¹¹

A influência do experimentalismo, que deveria acompanhar as discussões teóricas, se fez presente nas inaugurações de um horto botânico, de um museu de história natural, de um laboratório de química e outro de física, de um observatório astronômico, de um dispensatório farmacêutico, de um teatro anatômico e de um hospital escolar.⁷¹² Uma tipografia também foi fundada para incentivar a produção acadêmica e estimular os intercâmbios com universidades estrangeiras.⁷¹³ Apesar do aparente espírito renovador, o impacto destas experiências reformadoras foi relativizado por alguns estudiosos que consideraram limitado o alcance efetivo das mudanças que advieram à realidade portuguesa depois que elas foram implementadas. Virginia Trindade Valadares defende a idéia de que “não houve qualquer mudança nem na mentalidade, nem na sociedade portuguesa de Setecentos, nem na Universidade de Coimbra como seu fruto, muito menos na modernidade da Reforma Pombalina.”⁷¹⁴ Valadares partilha da opinião de que a despeito da reforma, a Universidade educava seus alunos para torná-los obedientes e subservientes em relação à estrutura política, “para serem perfeitos conservadores e defensores da ordem.”⁷¹⁵

A reforma educacional executada por Pombal teve, inegavelmente, o fim utilitarista de produzir uma gama de funcionários ilustrados que pudessem assumir a nova administração estatal e a hierarquia eclesiástica reformada.⁷¹⁶ Ainda que se considere a limitação do alcance das reformas e sua vinculação primordial com o objetivo de fortalecer o poder monárquico, parece desmesurado atribuir à realidade setecentista portuguesa um imobilismo tão severo. Importante notar, como afirma Antônio Cruz, que as reforma pedagógicas executadas pelo Marquês de Pombal, que tiveram na reforma de Coimbra um dos seus pontos culminantes,

⁷¹⁰ BARREIRA, Aníbal. José Anastácio de Figueiredo – sua contribuição para a cientificação da História em Portugal. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Série I, v. II, 1971, p. 189.

⁷¹¹ Ibidem.

⁷¹² CIDADE. *Lições de cultura...*, op. cit., p. 161-162.

⁷¹³ Ibidem, p. 162.

⁷¹⁴ VALADARES, Virgínia Maria Trindade. *Elites setecentistas mineiras: a conjugação de dois mundos (1700-1780)*. Lisboa, Colibri/Icia, 2004, p. 137.

⁷¹⁵ Ibidem, p. 139.

⁷¹⁶ MAXWELL. *Marquês de Pombal...*, op. cit., p. 110.

estabeleceram liames de continuidade com preceitos reformistas – não apenas pedagógicos – em voga tanto no reinado que precedeu como no que sucedeu ao consulado pombalino.⁷¹⁷ O esforço draconiano feito por Sebastião José de Carvalho e Melo no sentido de criar uma geração de novos funcionários públicos, formados em bases ilustradas, terminaria por beneficiar seus sucessores.⁷¹⁸

A reforma não pode deixar de ser vista como uma peça, capital aliás, de um conjunto de medidas pedagógicas, fazendo parte, por sua vez, de uma acção global que, marcada por uma forma particular de reinterpretação das orientações iluministas então correntes na Europa, procurava mudar a face da realidade nacional, dentro dos limites que o regime monárquico absoluto impunha, utilizando coerentemente os meios que este proporcionava e favorecia e, fechando o círculo, buscando ainda produzir, do mesmo passo, a sua consolidação.⁷¹⁹

Graça Rodrigues enaltece que além das reformas do ensino, a instituição da Real Mesa Censória e a criação da Imprensa Régia foram vias fundamentais da reforma pombalina que visava a consolidação do poder monárquico.⁷²⁰ A Imprensa Régia desempenhou, segundo a autora, papel destacado na formação de uma nova mentalidade política em Portugal ao “imprimir textos fundamentais para o ensino e apoiar directamente as instituições oficiais.”⁷²¹ Associada à nova Imprensa, a Real Mesa Censória secularizou os aparelhos censores que passaram a ser régios em substituição à Censura Inquisitorial, elaborou um novo índice expurgatório que deveria tomar o lugar do antigo índice de 1624 e colocou sob tutela do Estado “as atribuições da censura oficial e a fiscalização de todas as publicações nacionais e estrangeiras.”⁷²² Francisco Falcon afirma que a importância da Real Mesa Censória foi extraordinária no universo intelectual português setecentista, tendo suas ações se diversificado em atividades tais como “a instrução pública, a condenação do sigilismo, a fiscalização sobre o Colégio dos Nobres, o exame das Breves e Bulas Apostólicas.”⁷²³

O fim da preponderância eclesiástica quanto à decisão do que poderia ser lido em terras portuguesas trouxe uma nova gama de possibilidades no que tangia ao plano das idéias e de sua circulação legal e certamente ajudou a renovar a cultura lusitana da segunda metade do século XVIII. O alcance real destas transformações precisa ser, contudo, relativizado. Longe se estava de um ambiente intelectual devotado ao livre pensamento. Os intelectuais reformistas portugueses buscavam, sobretudo, “promover o que lhes parecia útil ao

⁷¹⁷ CRUZ, op. cit., p. 1.

⁷¹⁸ MAXWEL. *Marquês de Pombal...*, op. cit., p. 115.

⁷¹⁹ CRUZEIRO, op. cit., p. 173.

⁷²⁰ RODRIGUES. *Breve história da censura...*, op. cit., p. 32

⁷²¹ Ibidem.

⁷²² Ibidem, p. 33.

⁷²³ FALCON, op. cit., 443.

Estado.”⁷²⁴ O Cavaleiro de Oliveira e o padre oratoriano Teodoro de Almeida foram duas personagens que precisaram se exilar para que não fossem perseguidos pelas idéias que defendiam. Artur Portela afirma que o Cavaleiro de Oliveira “ultrapassa o iluminismo gradualista, abrandado por obra e graça de S. Filipe Néri e dos padres Carbone, Bluteau e Verney, assim como ultrapassa o iluminismo estatizado, administrativo, pombalino, para assumir o rosto do cosmopolitismo.”⁷²⁵ Oliveira foi, inclusive, queimado em efígie pela Inquisição que se transformou em uma arma secular a serviço da monarquia que reconhecia a impossibilidade de extinguir o Santo Ofício, contentando-se, assim, em laicizá-lo.⁷²⁶

O índice apresentado pela Mesa Censória, em 1770, continha 122 obras defesas “e proibia praticamente tudo o que a Europa Ocidental tinha produzido, inspirada no espírito do século XVIII.”⁷²⁷ É inegável que antigas peias foram retiradas e que novas perspectivas foram abertas ao universo intelectual lusitano durante o consulado pombalino, ainda assim os mecanismos censores cuidaram para que as idéias não causassem prejuízos à ordem social nem fizessem apologia à subversão da ordem política. Essas reformas, calcadas em mudanças lentas e graduais, que não atentavam contra o *status quo* absolutista, antes, se esmeravam por fortalecê-lo, mostraram a habilidade dos reformadores portugueses de conciliar preceitos paradoxais em suas propostas.

As apropriações ecléticas do iluminismo em Portugal e sua difusão ultramarina

Ao longo de todo o período pombalino, como, de resto, por todo o século XVIII, o pensamento filosófico em Portugal foi marcado por um ecletismo a toda prova. Segundo Falcon o ecletismo foi “marca registrada” das práticas iluministas nos moldes em que estas se desenvolveram no universo intelectual português setecentista.⁷²⁸ “É o ecletismo que tenta conciliar aqueles elementos na aparência inconciliáveis: a fé e a ciência, a tradição filosófica e a religiosa e a inovação racional e experimental, o teocentrismo e o antropocentrismo.”⁷²⁹ Assim, as obras de alguns dos mais emblemáticos representantes do pensamento ilustrado em solo português, como Teodoro de Almeida e Luis Antonio Verney, se conformaram como exemplos de tentativas de conciliação das novas teorias com “a ortodoxia religiosa no que esta comportava de essencial.”⁷³⁰

⁷²⁴ MAXWELL. *Marquês de Pombal...*, op. cit., p. 108.

⁷²⁵ PORTELA, op. cit., p. 57.

⁷²⁶ FALCON, op. cit., p. 441-442.

⁷²⁷ RODRIGUES. *Breve história da censura...*, op. cit., p. 34.

⁷²⁸ FALCON, op. cit., p. 430.

⁷²⁹ Ibidem.

⁷³⁰ DOMINGUES. *Ilustração e catolicismo...*, op. cit., p. 59.

O ecletismo português atravessou o Atlântico e teve seus ecos ouvidos em diversas partes do continente americano. Maria del Carmen Rovira mostrou como as obras de Verney foram apropriadas por Benito Díaz de Gamarra, Francisco Javier de Santa Cruz y Espejo e José Augusto Caballero, que as trouxeram, respectivamente, para os universos intelectuais de México, Cuba e Equador, ainda durante o século XVIII. Esse trânsito intercontinental das idéias foi fundamental para que alguns preceitos desenvolvidos e valorizados pelo pensamento ilustrado fossem exportados para diferentes pontos do continente americano, a despeito de toda sorte de barreiras que as metrópoles impunham e dos cuidados tomados quanto à circulação das obras que enchiam os índices de livros perigosos e defesos.

Para ajudar a nossa reflexão separamos alguns questionamentos concernentes ao tema formulados pelo historiador britânico A. J. R. Russel-Wood: primeiro, “terão os portugueses sido iniciadores das idéias e dos conceitos que levaram consigo da Europa para o Ultramar?”, ou ainda, “terão sido disseminadores em África, na Ásia e na América, de ideias que circulavam na Europa no período moderno?” e por fim “terão os portugueses sido os agentes culturais dos intercâmbios de idéias entre europeus e não-europeus?”⁷³¹ Russel-Wood reconhece que fazer esse mapeamento não é tarefa fácil e afirma que durante os séculos XVI e XVIII, períodos em que o continente europeu passou por renovações culturais, científicas e intelectuais consideráveis – em alguns aspectos até mesmo revolucionárias – “Portugal participou intensamente na vida cultural europeia. Em ambos os períodos, os estudiosos portugueses circularam pela Europa”, no primeiro para estudar nas universidades e no último “para viajar, estudar e observar”.⁷³²

O que mais nos interessa aqui é refletir sobre se esta circulação de homens e idéias foi estendida, e em que medida, à América portuguesa durante o século XVIII, sobretudo em sua segunda metade. Cláudia Heynemann assevera que no setecentos os portugueses tinham “o projeto de inserir a exploração das colônias nos pressupostos da ciência experimental moderna – aí compreendida a história natural e a classificação lineana”⁷³³ o que inevitavelmente colocaria a realidade colonial em contato direto com aspectos do pensamento científico setecentista europeu que extrapolavam o que era produzido pelo universo intelectual lusitano. Concordamos com Lorelai Kury quando ela afirma que o iluminismo, além de um movimento científico-filosófico, pode, também, ser associado a um intercâmbio inaudito de conhecimento calcado em impressos, ao aprimoramento das relações de sociabilidade

⁷³¹ RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Lisboa, Difel, 1998, p. 309.

⁷³² Ibidem.

⁷³³ HEYNEMANN, op. cit., p. 18.

intelectual em escalas internacionais e ainda à “reunião de práticas administrativas, executadas, em geral, pelo Estado e visando regular o funcionamento da sociedade, conhecer e controlar as populações, a produção, os fluxos e os usos das mercadorias.”⁷³⁴ Essa racionalização das práticas administrativas ocorrida no século XVIII não se restringiu à realidade europeia se configurando como fenômeno que cruzou os mares rumo às áreas de influência das metrópoles coloniais, dentre as quais o continente americano.⁷³⁵

No caso do reformismo pombalino, as tentativas de racionalização dos dispositivos institucionais lusitanos foram gestadas a partir da renovação de instâncias burocrático-administrativas⁷³⁶ – tanto na metrópole como na América portuguesa – que exigiram “a formação de indivíduos supostamente qualificados para execução dos projetos ‘modernizantes.’”⁷³⁷ Os homens públicos forjados para assumir os novos quadros administrativos elaborados por esse reformismo, muitos dos quais iam desempenhar suas funções nas terras de além-mar, poderiam, assim, se conformar como vetores de algumas idéias ilustradas que figuraram em suas formações e nas instruções que traziam da metrópole que se esforçava para enquadrar seu império em uma nova lógica política, econômica e social.

É preciso atentar para o fato de que nos países periféricos a ilustração teve alguns dos seus principais expoentes nos religiosos e nos homens que desempenharam funções variadas nos aparelhos de Estado.⁷³⁸ Durante o século XVIII, sobretudo a partir do reinado de D. José, o Estado português se preocupou com a formação de funcionários que fossem capazes de “executar as reformas voltadas para a superação do diagnosticado atraso econômico e cultural do Reino.”⁷³⁹ Os emissários enviados ao Brasil pelo Marquês de Pombal para criação de dois novos conselhos e expulsão dos jesuítas – um deles, José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo, fundador da Academia dos Renascidos – e as instruções que traziam consigo, se conformam como exemplo das novas práticas e tendências administrativas aplicadas ao mundo luso-brasileiro.

Mesmo com as propostas reformistas levadas a cabo por Pombal, muitas das quais influenciadas e pautadas em máximas iluministas, ainda havia no território português uma forte influência “ideológica da escolástica, longamente exercida sobre a cultura castiça.”⁷⁴⁰

⁷³⁴ KURY, Lorelai. *Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informação (1780-1810). História, Ciências, Saúde: Manguinhos*. Saberes médicos e práticas terapêuticas nos espaços de colonização portuguesa, v. 11, suplemento 1, 2004, p. 110.

⁷³⁵ Ibidem, p. 110-111.

⁷³⁶ SILVA. *Inventando a nação...*, op. cit., p. 54.

⁷³⁷ Ibidem, p. 36.

⁷³⁸ FALCON, op. cit., p. 106.

⁷³⁹ SILVA. *Inventando a nação...*, op. cit., p. 54.

⁷⁴⁰ FALCON, op. cit., p. 40.

Como afirma José Ferreira Carrato, o iluminismo português não era revolucionário ou irreligioso “mas essencialmente progressista, reformista, nacionalista e humanista.”⁷⁴¹ Além disso, as relações econômicas entabuladas por Portugal, especialmente para com a Inglaterra, minaram as possibilidades de aparecimento de praças manufactureiras e debilitaram o pleno desenvolvimento de uma classe eminentemente burguesa. Francisco Calazans Falcon defende a idéia de que os preceitos ilustrados não atingiam sua capacidade crítica mais acabada em Portugal uma vez que os grupos burgueses não eram suficientemente numerosos, ou preponderantes política-economicamente, para fazer da sua a ideologia dominante no universo mental lusitano.⁷⁴² Segundo Ana Rosa Cloclet da Silva, a questão a ser observada não está associada à

uma suposta defasagem *cronológica do Reino*, no processo de incorporação das novas idéias, mas quanto a uma particular *resistência* do meio lusitano – uma sociedade profundamente apegada às forças tradicionais – à fecundação das novas idéias impondo uma situação marginal àqueles primeiros divulgadores do discurso ilustrado.⁷⁴³

É preciso considerar o notório atraso econômico de Portugal e seu papel periférico de consumidor de idéias ilustradas para refletir sobre as possibilidades e perspectivas do advento das idéias iluministas no Brasil durante o século XVIII. As práticas ilustradas estavam umbilicalmente atreladas a um sem número de transformações processadas ao longo dos séculos XVII e XVIII tendo-se por base o universo intelectual que testemunhou o aparecimento do Discurso do Método de Descartes⁷⁴⁴, protagonizou a Revolução Científica e teve na Revolução Francesa seu ponto de inflexão máximo. Assim, “o advento do pensamento científico” que se conformou como a “grande revolução intelectual do século XVII”⁷⁴⁵ e o período de interregno cultural magistralmente definido por Paul Hazard⁷⁴⁶ como o da crise da consciência europeia (1680-1715), ajudaram a maturar e formar o ideal iluminista, que teria no século XVIII seu ponto culminante.⁷⁴⁷ A América portuguesa não passou por todo esse

⁷⁴¹ CARRATO, José Ferreira. *Igreja, Iluminismo e escolas mineiras coloniais*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1968, p. 125.

⁷⁴² FALCON, op. cit., p. 115.

⁷⁴³ SILVA. *Inventando a nação...*, op. cit., p. 50.

⁷⁴⁴ BARUDIO, Günter. *La época del absolutismo y la ilustración (1648-1779)*. Mexico, Siglo Veintiuno, 1986, p. 94. Qualquer escolha seria fortuita levando-se em conta as diversas obras que poderiam, lastreadas por um sem número de argumentos legítimos, ser consideradas como embrião primevo da época iluminista. A nossa não foge à regra. Importante parece a consideração do período em questão como terreno fértil para o surgimento de novos sistemas de pensamento precursores do racionalismo. Ressaltamos que dentre os cinco personagens escolhidos por Pierre Chaunu como “construtores do mundo moderno”, Newton, Kepler, Leibniz, Galileu e Descartes, ele assevera que este último foi “le plus grand des constructeurs du monde moderne.” CHAUNU. *La civilisation de l'Europe classique...*, p. cit., p. 452.

⁷⁴⁵ FRANÇA, op. cit., p. 28.

⁷⁴⁶ HAZARD. *La crise de la conscience...*, op. cit..

⁷⁴⁷ FALCON, op. cit., p. 103.

processo e teve como principal liame de conexão para com ele as apropriações que o universo intelectual e mental português fizera de suas premissas, o que por si só, já seria suficiente para dirimir a força e o impacto da chegada dos ideais ilustrados ao Brasil.

Joaquim Veríssimo Serrão assevera ser erro atribuir a Portugal temporalidade sócio-político-cultural semelhante àquela que se deu em França, sugerindo um atraso de 30 a 50 anos entre a saída dos ideais iluministas da França e sua chegada em território português.⁷⁴⁸ Partindo desta premissa, o advento das referidas idéias à América portuguesa certamente padeceria, ou do mesmo atraso, ou, o que seria mais provável, de um mais espaçado. Alguns trabalhos⁷⁴⁹ conferem à década de 70 do século XVIII – momento em que a reforma na Universidade de Coimbra (1772) e a fundação da Real Academia das Ciências de Lisboa (1779) despontam como episódios sobranceiros – a condição de baliza principal a partir da qual se verificou o advento mais irrestrito das idéias ilustradas à América portuguesa, que aportavam, trazidas, principalmente, pelos intelectuais que se formavam nas universidades européias e voltavam com preceitos iluministas na bagagem.

Parece inegável que o reinado de D. Maria I foi não apenas o momento a partir do qual o iluminismo assumiu em Portugal um caráter mais pragmático calcado no utilitarismo “francamente aberto a uma cultura científica”⁷⁵⁰, mas também, período em que as premissas iluministas começaram a chegar ao Brasil de forma mais sistemática. Berenice Cavalcanti afirma que “é fato consagrado na literatura sobre o tema a ‘influência’ dos filósofos iluministas sobre a elite intelectual da Colônia no final do século XVIII.”⁷⁵¹ Homens de diferentes grupos sociais, habitantes de Minas Gerais e da Bahia, alimentados por algumas destas premissas e influenciados pelos eventos revolucionários ocorridos na Europa e na América, protagonizariam em finais do século XVIII, respectivamente em 1789 e 1798, movimentos sediciosos que objetivavam “subverter a ordem pública e os padrões de organização do Estado.”⁷⁵²

Se antes deste período o pensamento iluminista deve ser visto com algumas reservas em paragens da América portuguesa, ele, daqui, não esteve de todo ausente. Há trabalhos que consideram a possibilidade de encontrar testemunhos da presença do pensamento ilustrado no Brasil ainda na primeira metade do século XVIII. É o caso de Wilton Carlos Lima da Silva,

⁷⁴⁸ SERRÃO. *A historiografia portuguesa...*, op. cit., v. III, p. 12.

⁷⁴⁹ Ver DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Aspectos da ilustração no Brasil”. In: *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo, Alameda, 2005, p. 39-126. MUNTEAL FILHO, op. cit., 2v.

⁷⁵⁰ Ibidem, p. 83.

⁷⁵¹ CAVALCANTI, Berenice. *Os ‘letrados’ da sociedade colonial: as academias e a cultura do Iluminismo no final do século XVIII*. In: *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*, v. 8, n°1/2, 1995, p. 53.

⁷⁵² JANCÓS, István. *A sedução da liberdade*. In: SOUZA, Laura de Mello (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, 1997, v.1, p. 390.

que defende a idéia de que a obra do padre jesuíta André João Antonil, *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, de 1711, “incorpora um referencial em que se fundem a escolástica jesuíta e o racionalismo iluminista.”⁷⁵³ Segundo Lima da Silva, a tentativa de conciliação destas duas matrizes fez com que Antonil ora se aproximasse, ora se afastasse, dos referenciais ilustrados. Se no que tangia à classificação ele se distanciava das luzes, incapaz que foi de “incorporar à análise o modelo comparativo proposto por Descartes”, ele se aproximou no que dizia respeito “ao racionalismo e à quantificação.”⁷⁵⁴ Essa concepção de mundo calcada na conciliação entre o racionalismo e a escolástica “é um aspecto dentro do conjunto de transformações que se corporificam plenamente na Revolução Científica dos séculos XVII e XVIII, quando as bases da teoria qualitativa foram substituídas pela mecânica, a observação e a experimentação.”⁷⁵⁵

É preciso lembrar que quando Antonil escreveu *Cultura e opulência*, o universo intelectual europeu passava por sua *crise de consciência* e o ideário iluminista ainda estava sendo gestado. Não podemos esperar que premissas ilustradas fossem encontradas na sua forma acabada em uma obra contemporânea à maturação dessas premissas. Calcado em um relato pragmático, Antonil apresentou a natureza com algo divino que poderia ser convertido em dividendos pela ação do homem. Recalcitrante quanto às perspectivas da exploração aurífera, ele fazia apologia ao trabalho nas lavouras de cana e fumo.⁷⁵⁶ Laura de Melo e Souza afirma que, sua obra tinha “o objetivo de alertar contra os perigos da riqueza fácil e defender a necessidade de recolocar a exploração nos trilhos.”⁷⁵⁷ O jesuíta, além de descrever de forma empírica, pragmática e detalhada a economia e a sociedade brasílicas de começos da segunda década do século XVIII, fez um prognóstico sobre como a realidade econômica e social poderia vir a ser vir a ser “e a razão passa a ser somente uma ferramenta para a ampliação dos diferentes conhecimentos e técnicas que permitiriam uma maximização da produção e da riqueza.”⁷⁵⁸ Como se sabe o livro de Antonil não desfrutou de vida longa tendo sido proibido pouco depois de vir a lume. As cabeças responsáveis pela censura acreditavam que ele havia descrito os caminhos e segredos das riquezas da América lusa com demasiados pormenores, num contexto em que o ouro jorrava das minas de aluvião e a soberania portuguesa no continente americano era contestada por potências européias ávidas por ter acesso ao ouro brasílico.

⁷⁵³ SILVA, Wilton Carlos Lima. *As terras inventadas*. São Paulo, UNESP, 2003, p. 20.

⁷⁵⁴ Ibidem, p. 176.

⁷⁵⁵ Ibidem, p. 21.

⁷⁵⁶ SOUZA. *O sol e a sombra...*, op. cit., p. 85.

⁷⁵⁷ Ibidem, p. 87.

⁷⁵⁸ SILVA. *As terras inventadas...*, op. cit., p. 190.

O combate a estas contestações, na América portuguesa, foi equacionado, no que tangia ao terreno da produção intelectual, a partir da fundação da Academia dos Esquecidos, em 1724, que pode ser vista como um canal de manifestação de algumas idéias influenciadas pela ilustração. Esta Academia se configurou como a tentativa de adaptação à realidade colonial de uma iniciativa metropolitana, a Real Academia da História Portuguesa, que teve sua produção erudita pautada em diálogos entabulados com academias situadas em diversas partes do continente europeu. Iris Kantor afirma que os fundadores da Real Academia de História mantinham contatos, sobretudo, com movimentos intelectuais situados na Itália, na França e na Inglaterra.⁷⁵⁹ A historiadora utiliza como exemplo um evento – que fora intermediado por Antonio Nunes Ribeiro Sanches – no qual a Real Academia de São Petersburgo ofereceu ao congresso histórico lusitano obras atinentes a uma plêiade variada de temas, para corroborar a idéia de internacionalização das redes acadêmicas portuguesas, internacionalização que, segundo Kantor, “também abarcou os eruditos luso-americanos.”⁷⁶⁰

Em contato com duas academias, como sócio da dos Esquecidos e como correspondente da Academia Portuguesa de História, Sebastião da Rocha Pita escreveu sua *História da América Portuguesa* (1730) sob a influência desse novo método historiográfico desenvolvido pela academia histórica metropolitana⁷⁶¹, e sob os auspícios de um cosmopolitismo que englobava as academias portuguesas e, por tabela, as luso-brasileiras, colocando seus membros em contato com a produção intelectual de vários países europeus. Se isso não seria suficiente para fazer de Rocha Pita um baluarte de idéias iluministas, o que ele, de fato, não foi, é preciso considerar que ele manteve contatos com um circuito intelectual que foi influenciado pela ilustração e que sua obra foi o reflexo elaborado a partir da colônia de uma tentativa de renovação de práticas eruditas desenvolvidas na metrópole sob uma perspectiva que dialogava com preceitos iluministas.

A partir do consulado pombalino a cultura portuguesa foi gradualmente aberta aos preceitos ilustrados que influenciaram as reformas perpetradas ao longo de todo o reinado de D. José I, tendo seus reflexos sido sentidos em todo império português. Acreditamos ser possível identificar em algumas propostas de estudos da Academia dos Renascidos influências do pensamento iluminista, ou pelo menos do reformismo pombalino que se baseou

⁷⁵⁹ KANTOR. *Esquecidos e Renascidos...*, op. cit., p. 42.

⁷⁶⁰ Ibidem, p. 43.

⁷⁶¹ Norberto Ferreira da Cunha afirma que a Real Academia da História Portuguesa preconizou um discurso histórico baseado em preceitos normativos e metodológicos no qual o ‘maravilhoso’ e o providencial foram gradativamente abandonados ou esclarecidos “à luz de uma razão natural e apofântica” e que a despeito de suas manifestações peripatética e barroca, seus métodos e problemas permitem-nos associá-la a uma historiografia cartesiana. CUNHA. *Elites acadêmicas...*, op. cit., p. 13.

em preceitos ilustrados. Kenneth Maxwell afirma que “o desejo de voltar a ser grandioso com base na riqueza da América do Sul” foi uma das lutas que marcaram o longo século XVIII português.⁷⁶² A partir dela, nós propusemos a seguinte questão: em que medida esse desejo se refletiu nas propostas elaboradas pelo grêmio renascido?

Aspectos da Ilustração na Academia Brasileira dos Acadêmicos Renascidos

A natureza americana tinha um potencial desconhecido e que gerava expectativas quanto às suas possibilidades de exploração e conversão em divisas. A Academia dos Renascidos, para além da produção histórica, apresentou algumas propostas no sentido de potencializar o conhecimento e a conseqüente exploração de elementos naturais da América portuguesa. Antes de tudo é preciso ter em conta todas as transformações ocorridas durante o século XVIII, período que se marcou por uma valorização renovada do poder prático e explicativo das ciências.⁷⁶³ Essas ciências estavam, ao tempo, quase que exclusivamente direcionadas à conversão da natureza em dividendos. Rômulo de Carvalho afirma não haver notícia de esforços anteriores à fundação da Real Academia de Ciências de Lisboa (1779), em Portugal, direcionados ao estudo da flora portuguesa com fins puramente científicos.⁷⁶⁴ Podemos associar as propostas dos acadêmicos que almejavam alçar a exploração das terras brasileiras a patamares ainda inéditos ao cenário em que imperava o reformismo mercantilista através do qual o Marquês de Pombal objetivava transformar os rumos da economia portuguesa.⁷⁶⁵

Michèle Duchet, referindo-se ao setecentos, afirma que “dans le dernier tiers du siècle, presque toutes les côtes de terres habitables ont été reconnues, mais l’intérieur de l’Afrique, des Amériques et de l’Asie reste à Explorer.”⁷⁶⁶ Em meados do século XVIII, a necessidade de controlar regiões do interior era uma necessidade premente na América portuguesa, basicamente por duas razões: evitaria as contestações ao domínio luso confirmando a posse das mesmas e abriria um leque novo de opções de produtos e terras ainda desconhecidos e por serem explorados. Diante disso, considero que o binômio *ciência/poder* é bastante adequado

⁷⁶² MAXWELL. *Marquês de Pombal...*, op. cit., p. 38.

⁷⁶³ SILVA. *As terras inventadas...*, op. cit., p. 158.

⁷⁶⁴ CARVALHO. *História natural em Portugal...*, op. cit., p. 20.

⁷⁶⁵ Sumariamente, lembremos os esforços feitos pelo Marquês de Pombal para reverter o quadro de atraso crônico e a dependência econômica manifestada principalmente em relação à Inglaterra. Fernando Novais afirma que “a ação econômica do Estado se fazia sentir em todas as direções: mobilização e concentração de capitais, recuperação dos mercados ultramarinos, produção do surto manufatureiro patrocinado pelo Estado. Na esfera econômica, a linha de ação pautou-se pelo mercantilismo: monopólio, companhias, exclusivo, estatismo.” NOVAIS, op. cit., p. 223.

⁷⁶⁶ DUCHET, op. cit., p. 25.

para expressar o cerne de algumas propostas de pesquisas que nortearam a produção intelectual – ou pelo menos os planos de produção – dos acadêmicos renascidos. Os ‘segredos’ das disciplinas que ao tempo eram desenvolvidas e estudadas nas principais academias européias seriam utilizados para intensificar o conhecimento da realidade natural da América portuguesa e para convertê-la em divisas para a metrópole.

Ainda que os letrados reunidos em torno do grêmio renascido não tenham lançado mão das práticas científicas em seu estágio mais avançado, e se possa falar em uma defasagem entre as propostas elaboradas pelos acadêmicos e a concretização das mesmas, é preciso considerar que “os espaços de sociabilidade intelectual” dentre os quais figurou a Academia Brasílica dos Acadêmicos Renascidos, “formam por si mesmos um campo de dinamismo e transformação científica e cultural, independentemente da eficácia técnica proporcionada pela utilização da ciência.”⁷⁶⁷ A academia fundada pelo comendador José Mascarenhas em 1759, ainda que não tenha levado adiante todos os seus projetos, contribuiu para difundir práticas e saberes que se pautaram num cientificismo permeado por máximas ilustradas. No estatuto mesmo da Academia, no que tangia à produção das obras históricas, havia a designação para que se estudasse a história geográfica e natural da colônia. Coube, inclusive, um detalhamento direcionado aos acadêmicos incumbidos da escrita da história natural: eles deveriam se dedicar à elaboração de trabalhos que contemplassem a natureza americana em seus aspectos animais, vegetais e minerais,⁷⁶⁸ em plena consonância com o que pregava o famoso naturalista sueco Lineu. Uma pesquisa desta monta evidencia aspirações predispostas a melhor conhecer o universo natural que rodeia os habitantes da América portuguesa. Outras dissertações ajudam a comprovar este desejo de aumentar a comunhão com o universo natural brasílico que poderia abrir novas rotas de exploração e colocar novos produtos no horizonte de possibilidades que o continente americano oferecia. Assim, foi encomendado um estudo sobre a descoberta do salitre na colônia, devendo-se enaltecer

quantas vezes e em que partes da America Portugueza se tem descoberto minas de salitre? E em que tempo e quem as descobriu? Si eram abundantes? Quanto distavam de algum porto de mar? E quaes foram os motivos por que se não continuou a tirar d'elle este precioso mineral?⁷⁶⁹

Após as averiguações das possibilidades de exploração das jazidas de salitre na Bahia, ordenadas por Pombal a partir de 1755, o governo português expediu uma ordem “para se

⁷⁶⁷ KURY, Lorelai Brilhante e MUNTEAL FILHO, Oswaldo. Cultura científica e sociabilidade intelectual no Brasil setecentista: um estudo acerca da Sociedade Literária do Rio de Janeiro. In: *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*, v. 8, nº1/2, 1995, p. 105-106.

⁷⁶⁸ *Estatutos...*, BNRJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca.

⁷⁶⁹ *Ibidem*.

estabelecerem fábricas, e foram enviados operários refinadores, familiarizados com a especialidade.”⁷⁷⁰ A empresa malogrou quando foi verificada a insuficiência do minério tendo a exploração sido facultada a particulares.⁷⁷¹ A proposta renascida mostra que a experiência malsucedida na Bahia não descartou a chance de que o salitre pudesse ser encontrado e explorado com proveito em outras partes da América portuguesa. Essa proposta de dissertação é bastante emblemática no sentido de evidenciar a ambivalência que marcou a atuação intelectual do grêmio. O que salta aos olhos é uma proposição de estudo direcionada a mostrar a viabilidade da exploração econômica de uma riqueza natural. Norman Hampson afirma que durante o século XVIII “foi se reconhecendo cada vez mais que a geografia, a geologia e a biologia eram assuntos históricos.”⁷⁷² Podemos então associar a esta tendência setecentista o fato de a Academia dos Renascidos – fundada com o objetivo de se dedicar à elaboração de trabalhos históricos – ter trazido para sua alçada temas que aparentemente fogiam à fundamentação eminentemente histórica.

Assim, o congresso renascido contemplou estudos multifacetados que resvalavam em ramos das ciências naturais como a biologia, a zoologia, a mineralogia e ainda a geologia e a geografia. Esta última foi contemplada por dissertações que evidenciaram o desejo de conhecer melhor o terreno para que se pudesse explorá-lo de forma mais eficiente. A Academia indagou, por exemplo, qual era “a variedade de correntezas das aguas da costa do Brazil desde o Rio da Prata athe o das Amazonas? E tambem a dos Ventos Geraes que reinaõ em diversos tempos? Dando de tudo as noticias verdadeiras bem examinadas, e as causas phisicas.”⁷⁷³ A busca pela origem física dos ventos e das correntezas associada a uma região tão importante, estava ligada a interesses políticos e econômicos que poderiam ser repensados a partir das coordenadas a serem fornecidas pelo conhecimento geográfico e evidenciava, ainda, a necessidade de conhecer melhor as características naturais e as especificidades geográficas que faziam parte da América portuguesa. O interesse na região foi ratificado pela busca da origem do Rio da Prata, contemplado por duas propostas de pesquisa. Uma dissertação deveria responder “queal eh a origem do Rio S. Francisco, e do Paraguay? Se este eh o mesmo que o Rio da Prata?”⁷⁷⁴, e a outra “Em que se differençaõ a significação destes

⁷⁷⁰ AZEVEDO. *Novas epanáforas...*, op. cit., p. 44-45.

⁷⁷¹ Ibidem, p. 45.

⁷⁷² HAMPSON, Norman. *O Iluminismo*. Lisboa, Ulisseia, 1973, p. 216.

⁷⁷³ *Estatutos...*, BNRJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca.

⁷⁷⁴ Ibidem.

nomes Maranhão, Gram-Pará, Orelhana, e Amazonas? E sua etymologia? E a do nome do Rio da Prata? E qual eh a origem destes Rios?”⁷⁷⁵

A geografia apareceu, então, como ramo do conhecimento que desempenharia papel importante para que os luso-brasileiros se inteirassem melhor sobre as características da terra e de outros elementos naturais que poderiam interferir diretamente na produção agrícola e no comércio. Decorreram dessa busca por informações sobre a realidade geográfica americana a dissertação que indagava se o Novo Mundo era maior que as outras partes, Europa, Ásia e África,⁷⁷⁶ a que questionou se as terras da América lusa eram mais férteis dos que as de outros continentes⁷⁷⁷, a proposta de pesquisa que buscou esquadriñar quais eram as variedades de clima que haviam em todo continente americano⁷⁷⁸ e a que perguntou “por que causa no Brazil não são taõ grandes e freqüentes os terremotos como nas mais partes do mundo?”⁷⁷⁹ Propostas de pesquisa que enalteceram a necessidade de amearhar conhecimentos sobre idiossincrasias da geografia brasílica que se por um lado, mostram como se carecia de informações sobre o tema, por outro, evidenciam uma expectativa de usar essas informações sobre os elementos geográficos como a terra, o clima e as correntes marítimas para potencializar sua exploração. Assim, a geografia, na condição de disciplina ligada à natureza, deveria ter suas premissas incorporadas ao pragmatismo que tentava aumentar as possibilidades de converter elementos naturais em dinheiro. Fosse através do conhecimento das características da terra e de suas capacidades produtivas, fosse através de instruções respeitantes ao regime das *correntezas* que circulavam em águas em que os luso-brasileiros tivessem interesses político-econômicos.

Elementos da agricultura brasílica também foram contemplados pelas propostas de pesquisa. Os dois principais produtos da pauta de exportação da América portuguesa figuraram em uma dissertação que procurava averiguar qual das duas culturas era mais antiga no Brasil a da cana ou a do fumo.⁷⁸⁰ A dissertação deveria responder ainda se o processamento do açúcar e do tabaco poderia ser feito “por modo mais útil e fácil?”⁷⁸¹ Vera Ferlini afirma que no século XVIII as reflexões sobre a agricultura “sua natureza, seus problemas e meios para seu incremento”, estiveram presentes “tanto nas posturas dos

⁷⁷⁵ *Estatutos...*, BNRJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca.

⁷⁷⁶ *Ibidem.*

⁷⁷⁷ *Ibidem.*

⁷⁷⁸ *Ibidem.*

⁷⁷⁹ *Ibidem.*

⁷⁸⁰ *Ibidem.*

⁷⁸¹ *Ibidem.*

fisiocratas como nas retomadas mercantilistas dos déspotas esclarecidos.”⁷⁸² Assim, associamos a propostas renascidas de estudos sobre a terra, o clima, os rios e os demais elementos geográficos que poderiam interferir diretamente na produção e na circulação de mercadorias, a essas preocupações que marcaram o pensamento reformista sobre a terra e seus usos, o que corroboraria a idéia de colocar as propostas renascidas sob a influência do ideário que orientou o reformismo ilustrado do consulado pombalino.

As questões que trataram das regiões em que se poderia encontrar o salitre, acima mencionadas, além do enfoque geográfico, abordaram outra perspectiva histórica, relativa à história natural da América portuguesa. A ela deve ser associado o evidente desejo de considerar a viabilidade de exploração econômica do salitre, latente na proposta que almeja saber ainda sobre a abundância do salitre anteriormente encontrado, sua proximidade com zonas que permitiriam o escoamento da produção e a busca das razões que teriam entravado a exploração. Assim a história natural e a história geográfica da América portuguesa eram perquiridas tendo-se em mente a necessidade de utilização de disciplinas valorizadas pela ilustração para desvendar-lhes os segredos e a expectativa de utilização desses segredos para transformar elementos geográficos e naturais em dividendos.

Outra discussão tendo por tema

si é certo que ha nestes mares uma especie de peixe-agulha, que fura os costados do navio, como affirmam auctores. Para o que examinará tambem um successo com a maior exacção respectivo a essa duvida, que se diz aconteceu a um dos navios da frota que se acha surto nesta bahia.⁷⁸³

foi proposta pelos acadêmicos e pode ser associada às motivações de cariz econômico, anteriormente referidas, mas que evidencia também a busca por informações que dariam mais inteligibilidade à natureza brasílica. Repetem-se os exemplos de dissertações que confirmam esse traço que caracterizou os trabalhos dos renascidos. O parágrafo 56 do programa foi uma proposta de pesquisa para saber “se ha na America a planta sensitiva, e se he certo produzir se nella alguma erva que abranda o ferro, como afirma certo author, que experimentou nos annos passados, em villa de Nova Soure.”⁷⁸⁴ Se parece inegável que as propostas nutriam a expectativa de saber se a natureza americana dispunha de determinados elementos passíveis de serem explorados economicamente, é possível perceber que o objetivo das dissertações esteve permeado pelo reconhecimento da necessidade de desvendar a realidade natural, para o

⁷⁸² FERLINI, Vera. A questão agrária no pensamento reformista luso-brasileiro do século XVIII: estrutura fundiária, legislação territorial e propostas de mudanças. In: FERLINI, Vera Lúcia Amaral e BICALHO, Maria Fernanda. *Modos de governar*. São Paulo, Alameda, 2005, p. 297.

⁷⁸³ *Estatutos...*, BNRJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca.

⁷⁸⁴ AZEVEDO. *Novas epanáforas...*, op. cit., p. 232.

que seria imperioso utilizar ferramentas disponibilizadas pelas ciências naturais. As propostas de dissertação relacionadas ao mundo natural, ainda que ligadas prioritariamente ao desejo de descobrir novas riquezas, ajudaram a transformar e amadurecer a forma como o mundo natural brasileiro era visto e compreendido. Essas pesquisas fizeram parte de um universo intelectual em transição e contribuíram para a gestação de um ambiente científico mais maduro, fundamentado em preceitos do cientificismo ilustrado. Algumas propostas de dissertação parecem caminhar nesse sentido, como a que indaga

Si a cochonilha pertence ao reino vegetal ou animal? E si se encontra este precioso genero da America Portugueza? Si o coral pertence ao reino mineral ou ao vegetal? E se o ha no nosso continente? Se tambem nestes estados ha o bicho de seda? Si nascem sem diligencia da arte e de que se sustentam?⁷⁸⁵

A temática da natureza do coral já havia gerado um debate entre dois famosos naturalistas europeus: Peyssonnel e Réaumur. O primeiro escreveu uma obra intitulada *Le corail*, na qual tentou demonstrar que o coral pertencia ao mundo animal.⁷⁸⁶ Réaumur, notabilizado pelas pesquisas sobre insetos e por aperfeiçoar o termômetro, foi um dos principais naturalistas franceses da primeira metade do século XVIII.⁷⁸⁷ Ele não aceitava a argumentação de Peyssonnel e proclamava a natureza vegetal dos corais. A pergunta elaborada pelos renascidos trouxe à discussão um assunto que fora razão de debates entre cientistas europeus seus contemporâneos. Essa pesquisa, especificamente, mostra alguma sintonia com a produção científica e com debates teóricos levados a cabo na Europa ilustrada.

A vontade de perscrutar a fauna e flora americanas não parou por aí. Fica evidente que os portugueses careciam de informações quando o assunto era o universo natural do seu mais precioso território ultramarino. As pesquisas direcionadas para ajudar a sanar essa ignorância estavam associadas ao domínio das disciplinas que se desenvolviam no universo intelectual europeu e que se dedicavam à decifração do mundo natural. Essa decodificação da realidade natural brasileira não se afastava dos anseios de descobrir novos elementos a serem explorados economicamente. À pesquisa que deveria lançar mão de argumentos científicos para enquadrar a cochonilha ou no reino animal ou no vegetal, se seguiria o estudo, de natureza mais prática, para saber se esse *precioso genero* poderia ser encontrado na América portuguesa. A mesma pesquisa deveria ser complementada com informações sobre a possibilidade de se encontrar o bicho-da-seda no Brasil e sobre os procedimentos que sua cultura exigiria. Os reinos animal e mineral também foram tema de dissertações, que

⁷⁸⁵ *Estatutos...*, BNRJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca.

⁷⁸⁶ PRÉCLIN et TAPIÉ. *Le XVIII^e siècle...*, op. cit., p. 798.

⁷⁸⁷ VIGUERIE, op. cit., p. 127.

mesclavam questões mais claramente associadas aos ideais mercantilistas, àquelas mais direcionadas a perquirir o mundo natural e suas idiossincrasias. Serve como exemplo categórico a proposta de pesquisa que indagava

se na America existe o animal, de que dizem se tira a pedra carbunculo, ou se é fábula essa existencia? Se a ema ou avestrês digere no ventriculo o ferro? Se se acha no Brazil ambos? E que cousa é? E também o é o spermacete? E se ha esmeraldas em alguma parte do Brazil?⁷⁸⁸

Oswaldo Munteal Filho afirma que o iluminismo luso-brasileiro não era impulsionado pela busca do “bestiário” que envolvia alguns de seus elementos naturais e sim por suas utilidades e que “os caminhos da ilustração luso-brasileira passavam, por exemplo, pelo oferecimento de uma Memória sobre a descrição de uma planta, de um animal, ou acerca dos recursos naturais de uma Capitania da América Portuguesa.”⁷⁸⁹ O trabalho de Munteal tem como referência a produção científica do último quarto do século XVIII desenvolvida sob os auspícios da Real Academia de Ciências de Lisboa, momento em que as idéias científicas e racionalistas circulavam mais intensamente tanto em Portugal como no Brasil. Não pretendemos negar o impacto causado pela reforma da Universidade de Coimbra (1772) e pela fundação da Real Academia das Ciências de Lisboa (1779), verdadeiros pontos de inflexão da realidade intelectual portuguesa, que tiveram, incontestavelmente, seus ecos ouvidos além Atlântico. Consideramos, todavia, que algumas das atividades dedicadas ao estudo das ciências naturais, consagradas pelos referidos centros, já haviam sido propostas pelos acadêmicos renascidos, ainda que se considere o menor grau de amadurecimento apresentado pelos membros do congresso brasílico.⁷⁹⁰

Rômulo de Carvalho reconhece que as principais personalidades portuguesas dedicadas ao estudo das ciências da natureza apareceram no último quarto do século XVIII. É preciso ter em mente, contudo, que “a evolução que veio a permitir o surto desses cientistas, se vinha processando, desde há muito, ao longo de todo o século.”⁷⁹¹ Carvalho atribui esse desenvolvimento a duas causas principais: ao contato estabelecido pelos portugueses, de forma cada vez mais sistemática, com rico e diversificado mundo natural das suas possessões ultramarinas, e depois, mas não menos importante, à relação entabulada com cientistas que se

⁷⁸⁸ *Estatutos...*, BNRJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca.

⁷⁸⁹ MUNTEAL FILHO, op. cit., p. 128-129.

⁷⁹⁰ A mesma cochonilha que foi tema de pesquisas da Academia dos Renascidos, continuaria sendo objeto de interesse no universo intelectual luso-brasileiro. Oswaldo Munteal mostra como a pesquisa feita no Rio de Janeiro, pelo Dr. José Henriques Ferreira, sobre as propriedades médicas da *Cactus Tuna*, planta que produz a cochonilha, despertou grande o interesse entre os portugueses, sendo publicada no *Jornal Enciclopédico* de maio de 1780. MUNTEAL FILHO, op. cit., p. 128.

⁷⁹¹ *Estatutos...*, BNRJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca.

dedicaram a pesquisas voltadas para um novo entendimento da natureza.⁷⁹² Considerando essas prerrogativas, parece lícito afirmar que as propostas da Academia dos Renascidos, nas quais é possível identificar a influência das disciplinas voltadas para o entendimento do mundo natural, resvalam nesta perspectiva de desenvolvimento das ciências naturais em Portugal. Se o ápice do seu desenvolvimento foi apanágio dos anos finais dos setecentos, ele foi gestado durante toda a centúria e os renascidos parecem se configurar como um testemunho de sua manifestação em território americano.⁷⁹³

O indígena como objeto do discurso ilustrado ou as adaptações brasílicas de modelos europeus

Michèle Duchet, em seu clássico estudo sobre o século XVIII, nos adverte que o Iluminismo teve como característica simbólica a transformação do europeu em sujeito e do selvagem em objeto.⁷⁹⁴ Nesse procedimento específico, os acadêmicos reunidos em torno do grêmio renascido estavam em plena consonância com a ilustração européia. Os nativos foram tema de várias dissertações como a que indagava “se os engenhos e percepções dos habitantes da America Portuguesa são mais perspicazes que os da Europa e outras partes do mundo? E por que causa?”.⁷⁹⁵ Catarina Alves⁷⁹⁶ e sua família também foram tema privilegiado de dissertação histórica. Houve ainda dissertações sobre os idiomas falados pelos nativos,⁷⁹⁷ sobre as razões físicas de não terem barba⁷⁹⁸ e a origem de sua cor avermelhada.⁷⁹⁹ Sua natureza também foi perscrutada pela pesquisa que se ateve às questões: “se os índios do Brazil são mais ferozes e rudes que os das Indias Occidentais de Hespanha? E se os do Maranhão de differença dos outros Americanos?”.⁸⁰⁰ Os acadêmicos que se dedicaram à confecção de obras mais detalhadas sobre aspectos diversos da realidade histórica do Brasil também fizeram referências aos nativos, como por exemplo, Antônio de Santa Maria Jaboatão

⁷⁹² *Estatutos...*, BNRJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca.

⁷⁹³ É preciso deixar claro que muitas destas pesquisas não foram levadas adiante pelo fim precoce das reuniões renascidas. O programa foi elaborado levando-se em conta que o grêmio se reuniria quinzenalmente e baseado nisso foram feitas propostas para elaboração de dissertações pelo resto do ano de 1759 – lembrando que a solenidade de inauguração foi no dia 6 de junho – e pelo primeiro semestre de 1760, que teria sua última reunião no dia 13 de maio. Como já foi dito, a prisão de José Mascarenhas precipitou o fim das atividades e algumas das pesquisas não saíram do papel. Ainda assim, acreditamos ser possível decifrar algumas das características do grupo e de suas aspirações pela análise das propostas elaboradas.

⁷⁹⁴ DUCHET, op. cit., cap. IV.

⁷⁹⁵ *Estatutos...*, BNRJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca.

⁷⁹⁶ *Ibidem*.

⁷⁹⁷ Na verdade a dissertação se propunha a descobrir “se as línguas innumeráveis que falam os índios da America parecem dialectos de alguma que se supponha primeira, ou se cada hua dellas se julga original?” *Estatutos...*, BNRJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca.

⁷⁹⁸ *Ibidem*.

⁷⁹⁹ *Ibidem*.

⁸⁰⁰ *Ibidem*.

e José Antônio Caldas. Antonio Candido chama a atenção para os debates entre os acadêmicos que tiveram a vida de Diogo Álvares Correa como tema. Esse assunto esteve presente em dissertações e foi contemplado também em obras escritas pelos acadêmicos.⁸⁰¹ Segundo Candido, “isso mostra que se enraizava na consciência local o tema do contato e conseqüente permuta de traços culturais entre colonizador e aborígene. Nele se exprimia a visão da nossa gênese histórica e social.”⁸⁰²

Exemplo deveras emblemático é o da dissertação que teve por tema o estabelecimento de “Memórias para a história de todos os índios de nossa América.”⁸⁰³ Ao tempo em que se dedicaria ao estudo dos nativos, balizava-se a América “deles” portugueses e elegia um elemento delimitador de fronteiras bastante fluído, em se considerando o nomadismo dos povos que habitavam a região do continente americano que coube a Portugal na partilha das terras e a própria interiorização em busca de refúgio causada pelo avanço português.

O parágrafo 85 do programa se conforma como um exemplo da influência exercida por idéias que norteiam essa renovação científica que marca o universo intelectual europeu durante os séculos XVII e XVIII. Houve, antes, uma adaptação necessária à realidade do continente americano. A proposta era de que se fizesse um estudo que respondesse “se os Índios do Brasil são todos imberbes? E a razão physica desta raridade.”⁸⁰⁴ Associado ao fenômeno físico da ausência de barba, os acadêmicos também almejavam averiguar “de que causas procede a côr vermelha que tem os Índios do Brazil?”⁸⁰⁵ Aqui, mesclou-se o indígena como objeto de estudo, o que, como vimos, foi tema recorrente nas propostas acadêmicas, à busca por explicações de fenômenos de origem eminentemente biológica. Essa ficava sob a tutela das chamadas ciências naturais,⁸⁰⁶ cujo florescimento era notável, ao tempo, em toda a Europa. Interessante que nos casos das pesquisas concernentes aos nativos acima citados, especificamente, fica difícil identificar o interesse econômico subjacente às propostas de dissertação. Isso ajuda a confirmar que as motivações para a produção intelectual dos acadêmicos renascidos tiveram origens ambivalentes, assim como foram ambivalentes as expectativas quanto ao retorno que suas atividades acarretariam. Se, por um lado, não é possível associar às pesquisas renascidas a maturidade que marcou a utilização do

⁸⁰¹ A título de exemplo, os debates, pautados em dissertações, sobre quem teria sido o primeiro português a entrar pela barra da Bahia colocaram frente a frente dois personagens que disputavam a primazia, Diogo Álvares e Francisco Pereira Coutinho. Antonio de Santa Maria Jaboatão também mencionou o Caramuru em sua obra *Novo Orbe Brasílico e Seráfico*.

⁸⁰² CANDIDO. *Formação da literatura...*, op. cit., p. 86.

⁸⁰³ Ibidem, p. 88.

⁸⁰⁴ *Estatutos...*, BNRJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca.

⁸⁰⁵ Ibidem.

⁸⁰⁶ CARVALHO. *História natural em Portugal...*, op. cit., p.7-8.

conhecimento científico nas viagens filosóficas do final do século XVIII,⁸⁰⁷ por outro, encontramos manifestações de uma tradição científica em vias de ganhar corpo, adaptadas ao contexto natural e intelectual da colônia. Deve-se considerar que o cultivo das letras e do espírito científico não havia sido, até o momento, preocupação da colonização portuguesa o que se configurava como um empecilho tanto para a produção quanto para a circulação de idéias sobretudo aquelas calcadas em práticas de escrita.

O período que vai de 1750 a 1808 pode ser visto como *momento decisivo*⁸⁰⁸ para a formação de uma produção literária que poderia ser chamada de brasileira. Quanto ao advento das idéias ilustradas ao Brasil e sua influência na conformação de uma literatura nacional, Antonio Candido afirma que

o nosso foi um Século das Luzes predominantemente beato, escolástico, inquisitorial: mas elas se manifestaram nas concepções e no esforço reformador de certos intelectuais e administradores, enquadrados pelo reformismo relativamente esclarecido de Pombal. Seja qual for o juízo sobre este, a sua ação foi decisiva e benéfica para o Brasil, favorecendo atitudes mentais evoluídas, que incrementariam o desejo de saber, a adoção de novos pontos de vista na literatura e na ciência, certa reação contra a tirania intelectual do clero e, finalmente, o nativismo.⁸⁰⁹

Essa definição parece enquadrar com bastante propriedade o universo que rodeou o surgimento do grêmio renascido, as propostas e as obras elaboradas por seus membros. O iluminismo, nos moldes em que se manifestou na Academia, não se livrou das peias impostas pela tradição eclesiástica e pelo domínio por ela exercido na vida e na produção intelectual da América portuguesa. Ainda assim, é possível falar em renovação, sem mencionar rupturas mais nevrálgicas. Acreditamos que a formação da Academia dos Renascidos seguiu, em alguma medida, o padrão do que acontecia na Europa ilustrada periférica. Os letrados são considerados elementos típicos que ajudaram a definir e a caracterizar o iluminismo. Nos países ibéricos muitos desses *gens de savoir* – que tão particularmente notabilizaram as sociedades ilustradas se conformando como agentes responsáveis pela disseminação das luzes – advinham do aparelho de Estado de caráter reformista. O prestígio intelectual e a competência administrativa eram elementos que auxiliavam na ascensão social materializada pela concessão de mercês que esses intelectuais tanto almejavam. Aqueles que se reuniram para dar origem ao grêmio renascido compunham os grupos de prestígio da sociedade da Bahia setecentista, eram letrados que pretendiam fazer da atuação acadêmica um trampolim

⁸⁰⁷ Ver PATACA, Ermelinda Moutinho. *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1750-1808)*. 2006. 476 f. Tese (Doutorado em Geociências) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

⁸⁰⁸ CANDIDO. *Formação da literatura...*, op. cit..

⁸⁰⁹ *Ibidem*, p. 72.

para auxiliá-los a incrementar simbólica e pragmaticamente esse prestígio. Os renascidos podem ser vistos, assim, como um reflexo do que acontecia na Europa, adaptado, evidentemente, às condições e possibilidades materiais e intelectuais impostas pela realidade vigente na colônia e por limitações matizadas nas diretrizes do Antigo Sistema Colonial.

Em nossa abordagem, partimos da premissa de que a Academia dos Renascidos foi enormemente influenciada pela fundação da Real Academia da História portuguesa. Yêdda Dias Lima afirma que José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo fundou a Academia dos Renascidos, “planejando-a nos moldes da Academia Real da História Portuguesa.”⁸¹⁰ É importante mencionar a possibilidade de encontrar consonância na ação de ambas para além dos objetivos almejados por suas respectivas produções intelectuais. Antes de tudo, Mascarenhas seguiu, ao fundar o grêmio renascido em 1759, um padrão observado quando da instituição da academia portuguesa, em 1720. Como fizera D. João V,⁸¹¹ o enviado pombalino convidou para integrar a academia brasílica, personagens que já haviam desfrutado de uma experiência acadêmica prévia.⁸¹² Assim, membros da Academia dos Esquecidos foram integrados ao corpus renascido, numa atitude que pode ser vista como uma tentativa de sedimentação institucional. Não apenas isso, a elaboração estatutária renascida seguiu, às vezes de forma idêntica, as determinações dos estatutos da Real Academia. A delimitação da Mesa Censória, composta por um diretor e quatro censores, cujos cargos tinham duração de um ano, esteve presente nos dois estatutos.⁸¹³ Também as funções delegadas ao diretor eram bastante semelhantes. Aqui, como lá, cabia a ele propor matérias, impor silêncio e se conformar como elo de ligação entre o grêmio e o soberano.⁸¹⁴ As votações seguiam o mesmo padrão, bem como a escolha de uma versão que passasse a desfrutar da prerrogativa de lei acadêmica.⁸¹⁵ Havia correlações diretas no que tangia às funções do secretário e aos livros que deveriam coordenar os registros das atividades administrativas e arquivísticas.⁸¹⁶ Tem-se, em alguns casos, repetição literal de termos que embasavam as propostas. As duas academias em

⁸¹⁰ LIMA, Yeda Dias. *Academia Brasílica dos Acadêmicos Renascidos*. Fontes e Textos. 1980. 315 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980, p. 57.

⁸¹¹ MOTA, op. cit., p. 35-36.

⁸¹² Referindo-se a José Mascarenhas e ao processo de criação do grêmio renascido, Alberto Lamego afirma que o fundador da Academia “foi muito auxiliado pelo Pe. Antonio de Oliveira, Acadêmico que fôra da dos Esquecidos.” LAMEGO, op. cit., p. 10. Esse trecho corrobora a idéia segundo a qual Mascarenhas teve a intenção de utilizar na academia que ele fundou os intelectuais que possuíam experiência prévia em assuntos acadêmicos, como acontecera quando da fundação da Real Academia de História em Portugal no ano de 1720.

⁸¹³ MOTA, op. cit., p. 36 e *Estatutos...*, BN RJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca.

⁸¹⁴ Ibidem, p. 39 e Ibidem.

⁸¹⁵ Ibidem e Ibidem.

⁸¹⁶ Ibidem, p. 41 e Ibidem.

algum momento buscaram historiar “varões ilustres em virtude ou em letras.”⁸¹⁷ Os mecanismos utilizados para alcançar a história universal pela junção de memórias⁸¹⁸ também foi apanágio dos dois grêmios.

As ligações entre a instituição metropolitana e sua congênere colonial transcenderam seus objetivos, explícitos ou tácitos. Parece inegável que Mascarenhas tenha se apropriado de muitos dos estatutos da Real Academia ao ajudar na elaboração estatutária da academia renascida. O aparecimento daquela apresentou ligação direta com um circuito intelectual que extrapolou as fronteiras de Portugal e entabulou relações tanto com agremiações ilustradas de países que ocupavam posição de destaque no cenário intelectual europeu como Itália, França e Inglaterra⁸¹⁹, como com grêmios situados na periferia da produção erudita iluminista, como a Rússia.⁸²⁰ A conexão verificada entre os estatutos, os objetivos, as motivações e os métodos das academias evidencia, no nosso entendimento, a tentativa de adaptação de um projeto de cariz ilustrado à realidade colonial brasileira.

Se Pombal tinha um projeto ilustrado para a monarquia portuguesa⁸²¹, o Brasil era imprescindível para a viabilização desse projeto. Sendo a América portuguesa parte fundamental de uma engrenagem que seria movida a partir de uma lógica calcada em bases ilustradas, caberia indagar: como filtrar os aspectos desse iluminismo lusitano que ficariam restritos à metrópole e aqueles que escapariam pelo Atlântico, transporiam as barreiras impostas pelo Antigo Sistema Colonial para desembarcar no Brasil? A Academia dos Renascidos surgiu em um contexto de reformas e, ela própria, se configurou como uma instituição que se esmerou para colocar em prática na colônia algumas práticas elaboradas segundo diretrizes e tendências reformistas desenvolvidas na metrópole, adaptando-as à realidade local. Nesse sentido pode-se afirmar que a Academia se configurou como uma instituição de Estado⁸²² – ainda que seus membros pretendessem que ela fosse um meio para atender reivindicações particulares – e como tal adotou preceitos reformistas calcados em

⁸¹⁷ MOTA, op. cit., p. 59-60 e *Estatutos...*, BNRJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca.

⁸¹⁸ Ibidem, p. 63 e Ibidem.

⁸¹⁹ KANTOR. *Esquecidos e Renascidos...*, op. cit., p. 42.

⁸²⁰ Ibidem, p. 43.

⁸²¹ MUNTEAL FILHO, op. cit., p. 59.

⁸²² Segundo Pierre Bourdieu, a autonomia de um campo de produção erudita pode ser medida “com base no poder de que dispõe para definir as normas de sua produção, os critérios de avaliação de seus produtos e, portanto, para retraduzir e reinterpretar todas as determinações externas de acordo com seus princípios próprios de funcionamento.” BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 2004, p. 106. Como as diretrizes da produção erudita das academias setecentistas fundadas na Bahia eram ditadas pela lógica do sistema colonial que colocava a América portuguesa sob a tutela de Portugal, parece claro que a autonomia de suas respectivas produções eruditas precisa ser relativizada sendo flagrante sua ligação com os interesses do Estado metropolitano português.

bases ilustradas, promovidas pelas novas posturas administrativas desenvolvidas para implementar as reformas.

CAPÍTULO V

JABOATÃO E A FRANCISCANIZAÇÃO DA HISTÓRIA BRASÍLICA

O historiador franciscano e os fundamentos de sua produção histórica

Neste capítulo trataremos da contribuição do Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão para a construção de um discurso histórico, afinado com as propostas da Academia dos Renascidos. É preciso considerar que sua obra que nos serve de fonte, *Novo Orbe Seráfico Brasílico*, publicada em 1761, foi iniciada em princípios da década de 50 do século XVIII, ou seja, alguns anos antes do começo das atividades acadêmicas. José Honório Rodrigues afirma que, em 1752, Jaboatão fora encarregado de escrever a história da Ordem o que o levou a “procurar os elementos precisos pelos arquivos dos conventos de todas as províncias e nos cartórios.”⁸²³ Mesmo não tendo escrito esse trabalho específico sob encomenda direta da Academia, existe uma conexão entre ele e a produção histórica renascida, sendo possível relacioná-los pelo contexto que marca a ação das academias históricas luso-brasileiras setecentistas. Estava latente na produção intelectual desses congressos o desejo de legitimação da autonomia portuguesa no continente americano, bem como na Europa.

No cenário político, econômico e social tinham lugar as reformas ilustradas idealizadas pelo Marquês de Pombal que contemplariam tanto a realidade da metrópole quanto a da colônia e no campo intelectual tratava-se de um período em que algumas idéias marcadas pela influência iluminista extrapolavam o Atlântico e aportavam nas terras da América lusa. Jaboatão fez parte do grupo que sob os auspícios da produção intelectual da Real Academia da História Portuguesa, criada por D. João V em 1720, fundou, quatro anos depois na Bahia, a Academia dos Esquecidos. Os objetivos do grupo *esquecido* podem ser associados aos da academia historiográfica metropolitana, devendo-se considerar, evidentemente, os elementos da realidade colonial que entravam em foco.

O frade foi um intelectual que antes da oficialização da escrita da História do Brasil, levou adiante pesquisas históricas por conta própria, conjugando consultas em arquivos e uma sólida erudição.⁸²⁴ Juntamente com seu secretário, designado para ajudá-lo nas tarefas que deveriam culminar com a elaboração da obra, Jaboatão “percorreu e visitou todas as províncias para ver seus arquivos, rever papéis, esquadrinhar notícias, sem reserva alguma e numa diligência que não foi infrutífera, que registrava mais que embarçava e que lançou luz

⁸²³ RODRIGUES, José Honório. *História da história do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1979, 1ª parte, p. 303.

⁸²⁴ MELLO, José Antonio Gonsalves de. “Apresentação”. In: JABOATAM, Fr. Antonio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico Brasílico*. Recife, Assembléia Legislativa, 1979, v. II, s/p.

a uma história compreensiva do passado e do presente, do moderno e do antigo.”⁸²⁵ A esses elementos, é preciso que se acrescente a experiência que o franciscano amejou ao fazer parte das duas academias cujos objetivos se ligavam à escrita de obras ligadas à história da América portuguesa. Depois de participar do número de letrados que viu aparecer a Academia dos Esquecidos, em 1724, o autor do *Novo Orbe* completaria, na condição de sócio numerário, os quadros do grêmio renascido, fundado em 1759. Por mais que essas experiências não tenham forjado sua competência ou erudição, parece inegável que os debates que marcaram a curta existência de ambos os grêmios fizeram parte de sua formação intelectual. A produção histórica de Jaboatão não ficou imune ao contexto que ocasionou o surgimento de *esquecidos e renascidos* e que suas páginas refletiram com tanta propriedade.

O *Novo Orbe Brasílico Seráfico ou Chronica dos Frades Menores da Provincia do Brasil* é um trabalho histórico monumental que vem sendo solenemente desprezado pela historiografia brasileira. Em decorrência da sua dimensão fomos levados a proceder a algumas seleções que viabilizassem a problematização da prática escrita de Jaboatão tentando não comprometer o significado da obra enquanto conjunto. Não fosse sua reimpressão, determinada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1858, e uma iniciativa da Assembléia Legislativa recifense, que teve lugar nos anos finais da década de setenta do século passado, e a obra padeceria de um esquecimento ainda maior.

Antônio de Santa Maria nasceu no final do século XVII, precisamente em 1695, na localidade Sant’Ana do Jaboatão. Em 1716, ingressou na Ordem Franciscana, tendo concluído seus estudos nove anos mais tarde.⁸²⁶ A origem nobre de sua família e sua formação religiosa parecem ser as duas matrizes que influenciaram a confecção das obras que consagraram seu labor historiográfico. O já citado *Novo Orbe* o fez perquirir arquivos e documentos em diferentes *províncias* do Brasil, em consonância com as propostas com as quais teria contato na condição de membro da Academia dos Renascidos. Além dele, escreveu o *Tratado Genealógico das principais famílias que procederam de Albuquerque e Cavalcantes de Pernambuco e Caramurus na Bahia*. Essa obra, também publicada por determinação do IHGB nos anos finais da década de 90 do século XIX, buscou as origens das casas que promoveram a colonização em duas das principais zonas de exploração da América portuguesa. Também conectada às propostas estatutárias da Academia dos Renascidos, fora concluída em 1768, alguns anos após o fim das reuniões acadêmicas. Os objetivos permitem associar a obra ao espírito que alimentou o labor acadêmico, que não feneceu com o

⁸²⁵ RODRIGUES. *História da história...*, op. cit., p. 303-304.

⁸²⁶ Ibidem.

encerramento das atividades renascidas. Eles estiveram em total consonância com a busca pela história que deveria fundamentar a primazia lusa no Brasil.

Como dissemos, Jaboatão não escreveu o *Novo Orbe* sob a encomenda ou por determinação da Academia dos Renascidos. Na verdade, na condição de Cronista Mor da Ordem Franciscana, cargo para o qual fora nomeado em 1755, foi encarregado da tarefa por seus superiores. O próprio frade já vinha coligindo documentos desde 1752⁸²⁷ para levar a iniciativa adiante. Associamos o trabalho de Jaboatão à produção renascida tendo plena consciência de que esta não foi a única influência para a confecção da obra, o que não invalida as diretrizes que marcaram o surgimento e a produção acadêmica enquanto elementos influenciadores de seu trabalho histórico.

Jaboatão atribuiu aos frades de Santo Antônio a precedência mística do descobrimento do Brasil, conferindo-lhes a primazia da evangelização das almas do gentio. Ele afirmou que a história que escrevia estava pautada em dois descobrimentos, um temporal e um espiritual, sendo esse “todo Serafico em quanto dizemos, foi descoberto pelos Frades Menores, filhos do Serafico Patriarcha.”⁸²⁸ No contexto de legitimação da primazia lusitana em terras da América portuguesa, o autor do *Orbe Seráfico* tentou fazer de sua obra, desde os momentos iniciais, um elemento legitimador da primazia franciscana no terreno religioso. Assim, como era requisito estatutário da Academia dos Renascidos, seus membros deveriam prestar conta de todos os estudos aos quais estivessem se dedicando. Diante dessa premissa, e na condição de sócio numerário, foi solicitado a Jaboatão que fizesse uma apresentação de sua obra, enaltecendo seus aspectos mais importantes, diante do congresso renascido. O frade faltou aos dois primeiros encontros agendados para a submissão do seu trabalho à Academia, alegando que por motivos de saúde não pôde comparecer às reuniões marcadas, até que depois de alguma resistência, foi divulgado um texto que continha as linhas gerais da obra na acepção do próprio autor. Ele disse que seu trabalho era um “resumo de tudo o mais notável, que obraram os Religiosos Menores nestas Partes do Brasil desde o dia do seu descobrimento até o presente.”⁸²⁹ A proposta estava apresentada: um *resumo* de tudo o que tivesse feito parte das ações dos franciscanos na história da colonização destas *partes* do Império português. De cara foi devidamente estabelecido que isso fora feito do dia do descobrimento até o presente, ou seja, do momento que se fizera presente o elemento lusitano em terras americanas chegando

⁸²⁷ MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo, Cultrix, 1978, v. 1, p. 397.

⁸²⁸ JABOATAM, op. cit., p. 2.

⁸²⁹ LIMA, op. cit., p. 198.

ao tempo em que a obra foi escrita. A Ordem estaria, assim, atrelada à história da colonização de maneira incontestavelmente primacial.

Mas, o desejo de comprovar a primazia não parou por aí. O frade continuou:

Sendo o principal fundamento deste Livro, mostrar a Primazia dos Filhos de S. Francisco nestas partes, sendo eles os primeiros Religiosos, e só eles, os primeiros que por espaço de quarenta, e nove para cinquenta anos, pisaram estas terras desde o Rio da Prata até o Grã-Pará. Eles os primeiros, que achando-se com Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro, não menos, que oito, celebram logo ali, o Alto e tremendo Sacrifício do Altar. Eles os primeiros que anunciaram o Evangelho, e pregaram a Fé, aos Índios do Brasil; eles os primeiros que levantaram Igrejas, e administraram o Gentio da terra o sacramento do Batismo; e eles os primeiros, que por fruto, e primícias deste seu trabalho nesta vinha do Senhor a regaram com seu sangue, e receberam a coroa do martírio.⁸³⁰

A proposta do porta-voz dos frades menores era a idealização “de um mundo franciscanizado.”⁸³¹ Na verdade, Jabotão enfatizava a antedecência dos franciscanos, associando a esses a primazia na condução espiritual da empresa colonizadora, se aproveitando do desprestígio de que padeciam os jesuítas. Os inicianos foram relegados, literalmente, a segundo plano, principalmente quando se considera a ênfase que o franciscano concedeu à anterioridade, pautada na utilização da palavra *primeiro*. Ele asseverou que após a ordem de fundação da cidade de Salvador, por D. João III, Tomé de Souza, incumbido da tarefa “em sua companhia trouxe aos Reverendíssimos Padres Jesuítas, e foram estes os segundos Religiosos em ordem diferente, que aportaram o Brasil, e chegaram à Bahia, e nela fundaram logo Colégio.”⁸³² A presença jesuíta em nada arrefeceu o ímpeto da ação franciscana e os trabalhos continuaram, e até se expandiram para outras partes da colônia, onde a primazia coube, ainda, a esses.

Deste ano de 1549 ainda foram continuando os Religiosos Menores nestas suas jornadas, uns outra vez à Bahia, outros a Olinda e a várias partes mais, até o ano de 1585, em que tomaram assento em Olinda, e fundaram ali a primeira Casa, e Convento da Senhora das Neves, com que, e algumas coisas mais notáveis por eles obras.⁸³³

O frade conferia legitimidade à incontestável antedecência dos patrícios, o que legitimava a presença portuguesa na América, e aproveitava-se para enfatizar a antedecência atribuída aos franciscanos. Esta deveria lhes outorgar, no terreno religioso, o que a primazia da descoberta e posterior colonização confeririam aos portugueses no terreno político. Jabotão cuidou de associar seus colegas de Ordem aos fatos da história brasílica ocorridos

⁸³⁰ LIMA, op. cit., p. 198.

⁸³¹ ALMEIDA, Marcos Antonio de. *Seráfico e mestiço: o Brasil no século XVIII*. Texto apresentado ao I Simpósio Internacional de Ciências das Religiões, João Pessoa, UFPB, 16 a 18 de julho de 2007, p. 3.

⁸³² LIMA, op. cit., p. 199.

⁸³³ Ibidem.

nos primórdios da colonização e assim os eventos protagonizados por Diogo Álvares teriam sido testemunhados pelos primeiros franciscanos que vieram para o Brasil. Não apenas isso, os rituais que associaram o famoso Caramuru a sua consorte Catarina Álvares, e que se marcaram como os primeiros episódios católicos vistos nas terras *selvagens* da América lusa, foram celebrados pelo frades menores. Esses foram atrelados à gênese da adaptação do cristianismo – e à conseqüente conversão do gentio – às partes do Novo Mundo que caberia a Portugal colonizar e civilizar.

E porque havendo de ser a Bahia a cabeça de todo o Estado do Brasil, não perdessem nela os filhos do Seráfico Patriarca dos Pobres, esta espiritual Primazia, eles foram também os primeiros Religiosos, e Sacerdotes Eclesiásticos, que aportaram aqui, pregaram e administraram também os sacramentos da Igreja, disseram a primeira Missa na capelinha de N. Senhora da Graça, que havia levantado o grande Caramurú, e sua consorte Catarina Álvares, porque vindo ali de arribada Martim Afonso de Sousa, que fazia viagem para a Índia no ano de 1534; os Religiosos Menores de S. Francisco que levava em sua companhia batizaram os filhos, e filhas de Diogo, e Catarina Álvares em a Igreja da Senhora da Graça e ali mesmo foram os primeiros Ministros do Sacramento do Matrimônio de duas filhas naturais do dito Caramurú e de outros Índios principais.⁸³⁴

É importante salientar que estes foram alguns dos elementos escolhidos pelo autor do *Novo Orbe* para dar notícias de seu trabalho aos colegas acadêmicos renascidos. Diante de uma obra dessa envergadura parece óbvio que Jaboatão teria de levar a efeito uma seleção que servisse como um apanhado do livro. As escolhas às quais ele procedeu para apresentação da obra privilegiaram não apenas os elementos atinentes aos objetivos políticos que ele almejava alcançar, mas também aqueles que caracterizavam o discurso histórico legitimador que marcaram a produção intelectual da Academia dos Renascidos. Assim, como fora enaltecido no preâmbulo aos renascidos, o autor usou, nas linhas iniciais, a descrição da primeira manifestação católica em terras do Novo Mundo como obra de um franciscano, que concedeu à sua Ordem a indelével prerrogativa da anterioridade. Anterioridade que era apanágio, também, dos portugueses afinal quando esses chegaram, depararam-se com “hum Paiz ignoto”⁸³⁵ e depois de aportarem como ‘senhores’ na nova terra

por beneficios tão notorios disse logo Missa hum dos Religiosos Menores e prérgou o P. F. Henrique seu Prelado, assistindo a estes sagrados actos muitos daquelles Gentios, ainda que admirados, alegres, e sem temor. (...) aquelles Barbaros ajoelhavão, batião nos peitos, e fazião todas as mais acções devotas e Christãs (...) tiravão aquelles Religiosos huma firme confiança do grande fructo, que pelo tempo adiante se poderia colher nesta inculta seara.⁸³⁶

⁸³⁴ LIMA, op. cit., p. 198-199.

⁸³⁵ JABOATAM, op. cit., p. 4.

⁸³⁶ Ibidem.

Sem desconsiderar a importância da conquista material, levada a cabo pela esquadra de Pedro Álvares Cabral, e a chegada das naus conduzidas pelo representante da Coroa portuguesa, o descobrimento foi atribuído “ao nosso Portuguez Santo Antonio e seus Frades Menores.”⁸³⁷ Depois veio a explicação de que o descobrimento ao qual se referia Jaboatão era o espiritual e não o material ou político. Assim, a primazia que conferiu toda legitimidade aos portugueses era a mesma que deveria conceder direitos aos franciscanos uma vez que foram eles

entre todas as Ordens de Religiosos, os primeiros, que não só descobriraõ, e pizaraõ a terra do Brasil, e Novo Mundo: mas tambem os que a santificarão, primeiro que todos, com tremendo Sacrificio do Altar; eles os primeiros, que semearao nella, e plantaraõ a semente da Pregaçaõ Evangelica, os primeiros, que edificaraõ nella Templos para Deos; e os primeiros, que a regaraõ com seu sangue⁸³⁸

Discurso afinado com as propostas acadêmicas de fazer valer os direitos a partir da comprovação da anterioridade. Mesmo no contexto de secularização das explicações dos acontecimentos terrenos pelo qual passava o universo intelectual europeu, as prerrogativas religiosas da expansão portuguesa e da posterior colonização levada a cabo nas diversas partes do império ultramarino português, não seriam esvaziadas de sentido.⁸³⁹ Isso abria margem para que a ação intelectual de Jaboatão servisse simultaneamente aos interesses de sua Ordem e da Coroa portuguesa.

Como um dos terrenos mais férteis para as ações da Igreja Católica no Novo Mundo seria a missão evangelizadora de converter os autóctones americanos, os diferentes povos e etnias nativos não demorariam para entrar em cena. O gentio foi esmiuçado pela análise de Jaboatão que dividiu os grupos a serem analisados, seus locais de origem, seus hábitos, rudeza e barbaridade. Novamente o frade dedicou um trecho de seu trabalho a uma temática que fez parte das preocupações intelectuais da Academia dos Renascidos. O mesmo autóctone que foi objeto de diversas pesquisas e dissertações dos acadêmicos assumiu, aqui, papel de protagonista. A representação que o frade fez dos nativos americanos os associou a homens selvagens que precisariam ser civilizados. Essa civilidade implicaria em domesticação de sua rudeza e no polimento de sua barbaridade e a possibilidade de evangelizá-los era uma obrigação de que a missão franciscana deveria se encarregar. Seus corações e sentimentos poderiam ser transformados após a revelação dos dogmas cristãos, apesar de não haver homogeneidade e certos povos serem mais refratários e difíceis de domesticar. Ainda que fosse norteadas por premissas evangelizadoras, a proposta de Jaboatão poderia ser associada

⁸³⁷ JABOATAM, op. cit., p. 7.

⁸³⁸ Ibidem, p. 8.

⁸³⁹ KANTOR. *Esquecidos e Renascidos...*, op. cit., p. 48.

aos ideais ilustrados de civilizar os povos não europeus através da domesticação dos seus impulsos naturais e do policiamento dos seus hábitos selvagens.

Na estância dedicada aos tapuias, Jaboatão mostrou que eles não apresentavam comportamento uniforme sendo “huns em extremo crueis, outros mais humanos, mas sempre barbaros todos, e selvagens, inimigos ferozes uns dos outros, e tanto mais visinhos, quanto mais contrarios.”⁸⁴⁰ É reveladora e irônica a apologia que o frade fez à animosidade demonstrada pelos povos indígenas para com seus vizinhos. A ironia reside no fato de que não havia dúvida de que o exemplo que servia como modelo padrão de civilidade e comportamento a ser atingido pelas populações americanas era o branco, cristão e europeu. A Europa era a matriz civilizacional a ser copiada. O mais interessante, e local em que repousa a paradoxal ironia, é que as animosidades não eram menos ferozes entre ingleses e franceses ou entre espanhóis e portugueses pelo fato desses povos se terem reciprocamente por vizinhos geográficos. O elemento que serviu para depreciar o comportamento dos nativos americanos era o padrão em uma Europa marcada por séculos consecutivos de guerras fratricidas que colocaram frente a frente países vizinhos que não tinham seus ânimos arrefecidos por se digladiarem contra nações com as quais apresentassem proximidade geográfica. Para nos atermos a eventos significativos dos séculos mais recentes, temos: as Guerras de Religião, a Guerra dos Trinta Anos, a Guerra da Restauração Portuguesa, a Guerra de Sucessão Espanhola. Isso para nos restringirmos aos conflitos de maior amplitude, e os exemplos poderiam se multiplicar. A Guerra dos Setes Anos acontecia – e Portugal estava envolvido nela – ao tempo em que o *Novo Orbe* era escrito e, para não fugir à regra, um dos oponentes dos portugueses no referido conflito era precisamente a vizinha Espanha.

Pelo que disse Jaboatão, havia um consenso na colônia sobre a divisão passível de enquadrar os indígenas que se repartiam em dois grandes grupos: os bravos e os mansos. A representação de seus hábitos e costumes esteve diretamente associada à rapidez e passividade com que incorporavam padrões do universo cultural português.

Mansos chamavaõ a todos aquelles, que com algum modo de Republica (ainda que tosca) eraõ mais trataveis, e se domesticavaõ melhor: Bravos, pelo contraio, eraõ aquelles, que viviaõ sem modo algum de Republica, intratáveis, e que com diffiuldade se deixavaõ instruir, e domesticar.⁸⁴¹

As descrições dos povos indígenas por Jaboatão privilegiaram o enaltecimento de seu caráter guerreiro e a beligerância que marcava as relações inter-étnicas. Hábitos e tradições

⁸⁴⁰ JABOATAM, op. cit., p. 9.

⁸⁴¹ Ibidem, p. 11.

aparecem aqui e ali, mas não foram detalhados sendo comum a consideração pelo autor de que os costumes e as gentilidades dos nativos eram bastante parecidas. A ênfase recaiu na antropofagia, que chocava, e no premente estado de guerra que colocava frente a frente ora indígenas entre si, ora estes e os portugueses. Jaboatão se esmerou em delimitar as capitanias nas quais cada grupo se fazia presente com maior intensidade, além de ter buscado os troncos comuns de algumas etnias. Mas foi a resistência à imposição dos valores portugueses um dos elementos mais determinantes na diferenciação das representações que o frade utilizou para descrever os nativos. Quando ela foi turbulenta e contundente o gentio não foi poupado de considerações mordazes e depreciativas. É importante ressaltar que a condescendência direcionada por Jaboatão aos povos mais receptivos em relação aos portugueses não impediu que alguns de seus hábitos e aspectos de sua cultura fossem descritos de forma apoucada e taxados de bárbaros. Afinal, os nativos se igualavam na selvageria e eram movidos por um “interesse maior que obrigava commummente a toda esta Gentilidade do Brasil, ou a mayor parte della, a andarem em continuas guerras entre si para se comerem huns aos outros.”⁸⁴² Simplificando ao extremo as rivalidades inter-étnicas, associadas à busca comum “pelo fabuloso nectar dos Deoses”⁸⁴³, o autor banalizou as causas dos confrontos entre os autóctones, e atribuiu a todos a mesma necessidade de domesticação que só poderia advir pela intervenção do elemento externo, no caso, o português. Depois de atribuir a belicosidade dos índios para com seus vizinhos a motivos de menor importância, Jaboatão reconheceu que a ocupação das margens dos rios mais cheios de peixes e das terras mais férteis e mais povoadas de caça também desempenhavam certo papel, mesmo que não principal, nas refregas entre os indígenas.⁸⁴⁴

Os tapuias excediam em animosidade a todos os outros povos contemplados pela descrição do frade menor. “Gente atraçoada, e tragadora, que igualmente andava á caça da gente, e das fêras, para pasto da gula”, os tapuias foram representados como catalisadores das rivalidades dos demais povos nativos, que os tinham por inimigos em decorrência dos enormes danos que causavam.⁸⁴⁵ As relações históricas entre tapuias e portugueses não foram descritas por Jaboatão, mas a o frade deixou claro que o ânimo desses nativos os impedia de se relacionar com quem quer que fosse. Sua denominação, *tapuia*, significava *contrário* “porque era o mesmo ver outra qualquer nação hum desses Tapuyas, que ver hum inimigo

⁸⁴² JABOATAM, op. cit., p. 13.

⁸⁴³ Ibidem.

⁸⁴⁴ Ibidem, p. 14.

⁸⁴⁵ Ibidem, p. 10.

declarado por nome, e affecto.”⁸⁴⁶ O consumo de carne humana por parte desses índios ratificava a depreciação que as ações anteriormente apresentadas respaldavam.

Os potiguaras também haviam causado muitos estragos aos “nossos Portuguezes, primeiros Povoadores das Capitanias de Pernambuco, Tamaracá, Paraíba, e Rio Grande” não apenas pelas repetidas guerras, mas também pelas relações de amizade que entabularam com franceses que teriam induzido os nativos a devorarem alguns lusitanos que lhes haviam caído cativos.⁸⁴⁷ O elemento externo à lógica calcada no binômio *colonizador português/nativo* apareceu como responsável pela animosidade dispensada aos portugueses pelos potiguares, o que foi comprovado pelo autor com o argumento de que o fim das hostilidades coincidiu com a expulsão dos franceses.⁸⁴⁸

Nas linhas do franciscano, os caetés surgiram como um dos principais empecilhos à tentativa de instalação portuguesa no Brasil. Isso não impediu que algumas qualidades fossem identificadas pelo frade que os apresentou como grandes músicos e bailadores.⁸⁴⁹ Eram, além disso, um povo “muy guerreiro, mas muito mais falso, e atraído que outro algum, sem palavra, nem lealdade, e fizeram naquelles primeiros tempos grandes males aos Portuguezes”.⁸⁵⁰ Não deixavam vivo quem lhes caísse às mãos, devorando todos com a mesma crueldade que lhes era típica, tendo assim feito “ao Primeiro Bispo do Brasil D. Pedro Fernandes Sardinha, ao Procurador da Fazenda delRey da Bahia, a dous Conegos daquela Sé, a duas mulheres graves, e casadas, meninos, e outra muita gente.”⁸⁵¹ Depois a morte do bispo e de tantos outros portugueses – que padeceram do mesmo bárbaro fim – nenhum ramo de planta ou árvore voltou a nascer nas imediações da enseada dos franceses, perto do rio Cururuig, o que poderia ser testemunhado por todos que passassem pela região.⁸⁵² Como a colonização portuguesa contava com o respaldo divino “naõ quis o Céu deixar sem o justo castigo”⁸⁵³ as ações dos caetés para com os portugueses. O mais interessante foi o instrumento utilizado pela providência divina para punir os caetés por tudo que obraram de mal contra os lusitanos: uma confederação envolvendo tupinambás, tupinás tapuias e potiguarés fez com que os caetés fossem em sua maioria mortos ou capturados, tendo alguns poucos conseguido fugir.⁸⁵⁴

⁸⁴⁶ JABOATAM, op. cit., p. 10.

⁸⁴⁷ Ibidem, p. 14-15.

⁸⁴⁸ Ibidem.

⁸⁴⁹ Ibidem, p. 19.

⁸⁵⁰ Ibidem, p. 16-17.

⁸⁵¹ Ibidem, p. 17.

⁸⁵² Ibidem.

⁸⁵³ Ibidem, p. 17.

⁸⁵⁴ Ibidem.

Na lista dos mais arredios e que não seguiram os caminhos da submissão aos lusitanos figuraram também os aimorés. Hábeis com suas armas em punho, os aimorés “pelejavaõ com arcos, e flechas muy grandes, e taõ destros, que não erravaõ hum só tiro. Em grande maneira ligeiros e corredores de vantagem.”⁸⁵⁵ Esse povo que comia “carne humana por mantimento comum” foi, dentre todos, “o que maior damno fez ás Capitanías de Ilheos e Porto Seguro (...) que quasi ficaraõ estas despovoadas de Portuguezes.”⁸⁵⁶ Nas vezes em que se aproximavam dos lusitanos, os aimorés, sempre inconstantes e maliciosos, não respeitavam duradoiramente as pazes que as duas partes haviam estabelecido e os danosos prejuízos causados pelas investidas desse gentio, ainda no tempo em que Jaboatão escrevia, não haviam arrefecido completamente.⁸⁵⁷ O frade associou o desenvolvimento da colonização portuguesa nas regiões de Ilhéus e Porto Seguro à fuga dos aimorés para o sertão, onde as bexigas vitimaram boa parte deles, ocasionando sua gradual perda de força e a conseqüente diminuição da capacidade de causar danos.⁸⁵⁸

Mas, nem sempre a relação com os nativos era de beligerância e os tupinambás apareceram como “muy trabalhadores de suas lavouras, que plantavaõ, e entre ellas a principal a Mandioca” e, além disso, “usavaõ de casas, ou choupanas, com melhor forma que as outras naçoens.”⁸⁵⁹ O bom trato no cultivo da terra foi associado a uma reminiscência do cristianismo na cultura do tupinambá uma vez que o cultivo da mandioca fora ensinado aos seus antepassados pelo apóstolo São Tomé.⁸⁶⁰ Mesmo sendo uma nação das mais guerreiras, os tupinambás foram “huma das que deraõ bem em cuidar aos Portuguezes por muitos annos, naquelles principios, e nas fundaçõens dos lugares, em que elles habitavaõ.”⁸⁶¹ Apesar de serem “tragadores de carne”, tanto dos povos indígenas seus rivais como dos portugueses, a ligação existente entre esses nativos e os lusitanos não foi descrita como sendo de animosidade e o frade apresentou algumas idiossincrasias das *nações* que se identificavam sob o véu tupinambá que justificariam importância de tê-los como aliados. Antes do mais, era um povo dos mais numerosos e que se espalhava pelo interior de diversas capitanias. Além disso, eles de vangloriavam de terem sido os primeiros povoadores da costa do Brasil e ascendentes de todos os demais povos nativos. Jaboatão afirma que “he sem duvida, que se não foraõ os primeiros, entraõ como Principaes na sua divizaõ.” No contexto do novo estatuto

⁸⁵⁵ JABOATAM, op. cit., p. 23.

⁸⁵⁶ Ibidem, p. 24.

⁸⁵⁷ Ibidem.

⁸⁵⁸ Ibidem.

⁸⁵⁹ Ibidem, p. 20.

⁸⁶⁰ Ibidem.

⁸⁶¹ Ibidem, p. 19.

pombalino em que os índios passaram a desfrutar das prerrogativas de súditos da Coroa, a disseminação de *súditos* tupinambás pelo interior da América portuguesa poderia ser uma arma política estratégica para comprovar extensão da penetração portuguesa em suas terras americanas. No mais, o discurso histórico mais de uma vez recorria ao argumento da anterioridade e no caso dos tupinambás, Jaboatão utilizou o recurso retórico de associar a instalação portuguesa aos índios tidos como pioneiros no povoamento de diversos pontos da costa do Brasil.

Nas vezes em que as relações entre portugueses e nativos foi tranqüila e pacífica, o tratamento descritivo dispensado aos índios foi um pouco mais ameno, como foi o caso de *tapynanquis* e *goayanás*. Os primeiros, industriais e valentes, “homens para muito”, além de conseguirem despertar as estimas de outros povos nativos, eram “sempre gente de muito trabalho, e que nos ajudaraõ muito depois, contra os Aymorés (...); por que nos foraõ muito fieis.”⁸⁶² Os últimos, sempre que

encontravaõ gente branca, não lhe faziaõ mal, antes boa comapanhia. (...) Não eraõ maliciosos, nem falsarios, antes gente simplez, e bem acondicionada, e muy faceis para crerem qualquer coisa, que se lhes introduzia, e com estes teve pouco que fazer Martim Affonso de Souza em S. Vicente na fundação desta Capitania.⁸⁶³

Contudo, nem mesmo a brandura do comportamento dos *goaynás* diante dos portugueses seria suficiente evitar que alguns de seus hábitos *bárbaros* e *selvagens* fossem depreciados e a narrativa de Jaboatão seguiu o padrão e evidenciou a necessidade da intervenção civilizadora dos portugueses. Após a consideração de sua docilidade no trato com os lusitanos, seus ritos mortuários foram descritos e tomados como prova de que eles eram bárbaros e careciam da conversão ao cristianismo, como, de resto, todos os seus vizinhos. A relativização da selvageria, nesse caso, se referiu unicamente ao comportamento do autóctone em relação ao português, o que não os isentaria de ter que passar pelo ‘processo civilizador’ eurocêntrico. Na descrição de Jaboatão, podemos encontrar a aparente razão da condescendência em relação a este grupo étnico em particular: por serem *muy fáceis para crerem em qualquer coisa que se lhes introduza*, eles se conformavam como ideais para os planos catequistas subjacentes à expansão colonial.

Dentre os povos que demonstraram comportamentos que poderiam mais facilmente se adequar aos planos portugueses de instalação e exploração da terra, os carijós também ocuparam lugar de destaque. Pela narrativa do frade menor esse grupo nativo era pouco

⁸⁶² JABOATAM, op. cit., p. 21.

⁸⁶³ Ibidem, p. 28.

belicoso, “e de muita razão e o mostravaõ especialmente em não comerem de nenhuma sorte carne humana, nem matavaõ a pessoa branca.”⁸⁶⁴ Jaboatão conferiu aos carijós a prerrogativa de serem representados como mais *racionais* por não serem antropófagos e por não matarem homens brancos.

Mesmo tendo sido o último a ser apresentado, o gentio *tobayará* era “a nação principal, ou primeira de toda esta Costa. Ella, pelo menos, disso se gloriava, e muito, e parece tinha para isso grandes, e forçosas razoens.”⁸⁶⁵ Jaboatão elencou, a partir daí, os motivos que respaldariam a suposição de que esta etnia teria começado o processo de povoamento da costa da América portuguesa. A antecedência estaria calcada, antes dos mais, na etimologia, tendo o frade considerado importante que *tobayará* significasse *Senhores do Rosto*. *Rosto* era o temo que esses nativos utilizavam para designar “toda a Fronteira, e Costa marítima, a respeito do Sertão, e terra do interior.”⁸⁶⁶ Além disso, o fato de estarem esses índios espalhados por vários recantos da terra brasileira quando da chegada dos portugueses, também serviu de justificativa para que o franciscano concedesse ao gentio *tobayará* a antecedência em relação aos outros povos. O autor buscou ainda na mitologia indígena razões que justificassem seus argumentos.⁸⁶⁷ Ele acreditava que esse conjunto de premissas era suficiente para que se considerasse “que foraõ estes Tobayarás, por todos estes fundamentos os principaes, e primitivos povoadores desta Costa da Bahia, e as mais para o Norte como Rosto, e Frente da terra do Brasil.”⁸⁶⁸ Jaboatão não deixou passar a ocasião de associar os patrícios aos autóctones tidos como antecedentes no povoamento da terra. Assim, o advento português em terras brasileiras seria legitimado pelo recurso retórico de relacionar os portugueses aos *primitivos povoadores* confirmando anterioridade lusitana frente às matrizes européias que poderiam contestá-la. A primazia do gentio em relação aos lusitanos não deslegitimaria a presença destes em terras americanas como esta deslegitimava a de outros europeus. Os portugueses traziam na bagagem a civilização que tiraria esses selvagens da barbárie e de que a associação com os *tobayarás* seria o grande apanágio.

⁸⁶⁴ JABOATAM, op. cit., p. 30.

⁸⁶⁵ Ibidem, p. 32.

⁸⁶⁶ Ibidem.

⁸⁶⁷ A origem mítica residiria em uma família cujos irmãos se separaram tendo o mais jovem – seguido por seus entes – saído de Cabo Frio e chegado à região do Rio da Prata tendo-se deslocado para o sul onde levantara morada. Ele teria sido o primeiro povoador de Buenos Aires, Chile, Quito e Peru. O irmão mais velho teria ficado em Cabo Frio com os seus. Depois de crescer em número teriam ido para a Bahia e fixado morada em decorrência da impressão neles causada pela fertilidade da terra. Em sua língua original escolheram para a região o nome *Rosto ou frente de toda a terra* ao que, mais tarde, seria acrescentado o sufixo *senhores*. JABOATAM, op. cit., p. 32-33.

⁸⁶⁸ Ibidem, p. 33-34.

E he sem duvida, que como taes foraõ sempre estes Tobayarás reverenciados entre os mais Indios, por primeiros, de grande Senhorio, valentes guerreiros, e muy fieis aos seus amigos; e elles o mostrarão assim aos nossos naquellas conquistas, em que tinhaõ habitação; porque em todas foraõ elles os primeiros para a paz, os mais firmes para as guardar, leaes aos Portuguezes, promptos para a conversão da Fé, valentes, fortes, e constantes para nos ajudarem contra todo outro Gentio, obrando acçoens de tanto valor, destreza, ousadia, eesforço, que bem mereceraõ entrar em o numero dos Capitaes de nome, e Herões da fama.⁸⁶⁹

É possível perceber a identidade entre essa busca pela gênese do povoamento da América pelos nativos, que marcou essa passagem do trabalho de Jaboatão, e algumas propostas elaboradas nas reuniões da Academia dos Renascidos. Uma das que apresentou relação mais direta foi a que teve como tema “Se a America é lha ou terra firme? E de que parte do mundo? E como vieram para este Novo Mundo os seus primeiros povoadores?”⁸⁷⁰ No caso da obra do frade menor, a origem mítica fora evocada e justificada por argumentos que transcenderam ao mito e que terminaram conectando os antecedentes ameríndios aos precursores portugueses.

Ao analisar o papel que o índio desempenhou nas práticas de escrita renascidas, nos deparamos com diferentes representações. O indígena foi tema de dissertações que se debruçaram sobre a cor de sua pele, sua falta de barba, e os aspectos de sua selvageria e rudeza em comparação a outros povos. Uma dissertação chegou a propor a enumeração de todos os bravos heróis ameríndios, notáveis em batalhas que afirmaram a soberania portuguesa ou que obraram pela consolidação da fé católica. Suas línguas foram tema de estudo, bem como seu *engenho*. Os índios foram, ainda, tema privilegiado dos poemas jocosos decantados pelos renascidos⁸⁷¹ quando as tentativas pombalinas de promoção da igualdade jurídica entre luso-ameríndios eram solenemente ridicularizadas. Eni Orlandi⁸⁷² propõe uma tríade para explicar a domesticação das diferenças entre brancos e índios: a ciência, o indigenismo e a catequese. Esses preceitos nos ajudam a entender os papéis que o autóctone poderia assumir nos trabalhos científicos e históricos dos letrados setecentistas renascidos. Segundo Orlandi,

A ciência torna o índio observável, compreensível, e sua cultura, legível; o indigenismo o torna administrável; a catequese o torna assimilável. Diríamos, pois, que a compreensão amansa o conceito índio, a pacificação amansa o índio como corpo e a conversão amansa o índio como espírito, como alma.⁸⁷³

⁸⁶⁹ JABOATAM, op. cit., p. 34.

⁸⁷⁰ *Estatutos...*, BNRJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca.

⁸⁷¹ LIMA, op. cit., p. 74.

⁸⁷² ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Terra à vista*. São Paulo/Campinas, Cortez/Unicamp, 1990, p. 57.

⁸⁷³ *Ibidem*.

Assim, mesmo sendo depositários de hábitos bárbaros e selvagens, os indígenas poderiam desempenhar funções variadas que serviriam aos interesses dos portugueses, revestindo de certa ambivalência a apropriação do elemento nativo. Segundo Íris Kantor, “naquela conjuntura do Tratado de Madri, o reconhecimento dos nativos da soberania portuguesa tinha transcendência no plano do direito internacional.”⁸⁷⁴ John Hemming, referindo-se à situação da população indígena da Amazônia durante o período pombalino, afirma que os índios eram imprescindíveis para os colonos que os convertiam em mão-de-obra contratada ou escrava, para os missionários que os utilizavam para glorificar o cristianismo e expandir as missões e para as autoridades reais que os transformavam em súditos “para serem usados, caso houvesse necessidade, em obras públicas ou nos combates para defender as possessões portuguesas contra outras potências coloniais ou tribos hostis.”⁸⁷⁵

Nesse cadinho foi forjada a conexão entre o elemento nativo e o português na relação estabelecida entre Diogo Álvares e Catarina Paraguaçu. Uma parte da obra de Jaboatão foi dedicada a estes dois personagens que povoam os mitos de origem da colonização lusitana na América. É possível identificar aqui uma polêmica que também foi tema de dissertação na Academia dos Renascidos: a questão referente ao primeiro povoador e à anterioridade da chegada à Bahia, disputada por Diogo Álvares, Francisco Pereira Coutinho e Cristovam Jacques.⁸⁷⁶ Quando o assunto recaiu sobre a primazia da chegada dos portugueses ao Brasil, as relações amistosas para com o gentio prevaleceram no discurso do frade e a miscigenação foi o resultado final, a despeito das diversas provas de hostilidade, dos episódios em que os portugueses haviam sido vítimas de rituais antropofágicos e dos termos depreciativos utilizados pelo autor para apresentar a maioria das populações autóctones.

Nesse sentido ninguém melhor do que Diogo Álvares corporifica o sucesso das relações estabelecidas com índios. Jaboatão apresentou os fatos referentes à vida e as vicissitudes que notabilizaram a passagem pela América portuguesa desse personagem – estratégico para as lides legitimadoras – que além de ter participado dos primórdios da colonização, foi bem sucedido nas relações precursoras que entabulou com os nativos. Esses receberam Diogo Álvares como um dos seus, o que ajudou a evidenciar o estabelecimento de relações cordiais entre o elemento autóctone e o português. Caramuru esteve diretamente envolvido nos eventos que respaldaram o sucesso da miscigenação, que no primeiro momento foi protagonizada por um português representado como uma “pessoa nobre, de linhagem

⁸⁷⁴ KANTOR. *Esquecidos e Renascidos...*, op. cit., p. 114-115.

⁸⁷⁵ HEMMING, John. *Ouro vermelho. A conquista dos índios brasileiros*. São Paulo, Edusp, 2007, p. 649.

⁸⁷⁶ JABOATAM, op. cit., p. 45-50.

conhecida na Província de Entre Douro, e Minho”⁸⁷⁷ e pelas filhas donzelas que os maiores de uma aldeia tupinambá concederam de bom grado a esse distinto patrício.⁸⁷⁸ O resultado desses encontros foi a geração de muitos filhos e filhas “que casando depois com pessoas Nobres do Reyno, que por aquelle tempo passavaõ muitas a estas conquistas, foraõ cabeças das melhores Familias da Bahia.”⁸⁷⁹

Jaboatão outorgou a Caramuru a alcunha de primeiro descobridor e primeiro povoador tomando partido em um debate cujas premissas nortearam a produção intelectual da Academia dos Renascidos. A opção por Diogo Álvares trouxe em seu rastro a possibilidade de associar o primeiro português que teria pisado e estabelecido raízes em solo americano, à formação de uma *nobreza da terra* gerada a partir da união de portugueses e autóctones, ambos respaldados, cada qual em seu meio, pela origem nobre. Entretanto, por mais convidativos que parecessem os argumentos legitimadores passíveis de serem atrelados ao Caramuru, não havia consenso entre as datas que os defensores de Diogo Álvares apresentavam para justificar sua primazia e aquelas utilizadas para corroborar a anterioridade de Francisco Pereira Coutinho como povoador da América portuguesa. A versão que concedia a anterioridade a Caramuru até poderia parecer mais cheia de atributos e ideal como recurso comprobatório da legitimidade da antecendência lusa, mas, ainda assim, havia quem defendesse a primazia do antigo donatário. O aparente desacordo das versões deixava implícita uma concordância que homogeneizava todas as obras: a primazia portuguesa nesta parte do continente americano era incontestável. O debate acabou deixando subentendido que, independente da versão, era inegável a precedência lusitana. A contenda que evidenciou a existência de versões discordantes não abriu brechas para que se aventassem quaisquer possibilidades que retirassem dos patrícios a gênese da matriz colonizadora em suas terras no continente americano.

(...) assentamos que o primeiro descobridor, e povoador primeiro Portuguez da Bahia, e ainda antes de que os Francezes entrassem na sua Enseada, e portos, foy Diogo Alvares Correa Caramurú, e com hum fundamento taõ solido, como verdadeiro, tirado do mesmo curso do tempo, com que estas cousas na Bahia se foraõ seguindo, humas ás outras, e de alguns principios irrefragaveis, e que se não devem, nem podem negar.⁸⁸⁰

Dessa forma, toda e qualquer contestação estrangeira era deslegitimada através de uma produção intelectual que sustentava a mesma idéia central: independente de quem tenha sido o

⁸⁷⁷ JABOATAM, op. cit., p. 36.

⁸⁷⁸ Ibidem, p. 39.

⁸⁷⁹ Ibidem.

⁸⁸⁰ Ibidem, p. 46.

precursor do processo de colonização das cobiçadas terras americanas, foi um elemento lusitano, súdito a serviço do monarca português. Jaboatão advogou a causa de Caramuru e aproveitou para relacionar a primazia do povoador à antecedência da sua Ordem. Precursores na celebração e difusão do evangelho, os frades menores também estiveram presentes no começo da colonização desta nova terra. A antecedência de Caramuru foi comprovada por Jaboatão através de “hum antigo Manuscrito, que achamos no Archivo do Convento da mesma Bahia, e que pela fraze, e modo com que o relata, mostra ser escrito por pessoa, que existia, senão ao mesmo, muy propinqua áquelle tempo.”⁸⁸¹ Através desse recurso o frade mostrou que sua obra atendia a outro requisito da produção histórica acadêmica setecentista luso-brasileira: a utilização de documentos que referendassem os fatos narrados. Essa premissa foi proposta pelos acadêmicos reunidos nos grêmios históricos sediados na metrópole e na colônia e o seu objetivo era produzir trabalhos passíveis de comprovação documental que cercassem as obras de legitimidade diplomática.

O caso se repetiu adiante, quando o frade tratou da chegada de uma nau francesa à costa da Bahia. Ele afirmou que “havendo ja alguns annos, que seriaõ sete ou oito, que Diogo Alvares assistia com este Gentio, appareceo na Enseada da Bahia huma Náo Franceza, que affirma o Manuscrito, que seguimos, foi a primeira desta nação que alli entrou.”⁸⁸² O autor defendeu, mais uma vez, a anterioridade portuguesa afirmando que quando os primeiros franceses se aventuraram pelas paragens brasílicas, o elemento lusitano – Diogo Álvares – já se fazia presente havia alguns anos e para respaldar sua assertiva, novamente o autor citou o manuscrito que lhe serviu de base. Em mais uma oportunidade de contemplar os interesses metropolitanos e os seus próprios, Jaboatão aproveitou para associar o Caramuru e seus irmãos de Ordem, já que o “primeiro povoador” percorreu as “Capitanias do Brasil, por onde andaraõ antes, e fundaraõ depois Conventos os nossos Religiosos, quando se descobriraõ ellas.”⁸⁸³ Assim, ao lado do descobridor precípua das novas terras estava a alusão à preeminência dos frades menores na descoberta das terras que viriam a fazer de Caramuru o primeiro povoador da colônia portuguesa no continente americano.

Além desta condição, Digo Álvares e sua devota esposa, que fora devidamente convertida ao cristianismo e batizada, participaram da construção da primeira ermida brasílica. Desse modo, o primeiro povoador ficaria relacionado, também, ao advento do cristianismo e ao começo das obras de conversão e consolidação institucional do catolicismo

⁸⁸¹ JABOATAM, op. cit., p. 36

⁸⁸² Ibidem, p. 42.

⁸⁸³ Ibidem.

na colônia. A primazia política lusitana e as homenagens eclesiásticas caminharam lado a lado na narrativa do franciscano. Catarina Álvares protagonizou um episódio místico – a aparição de Nossa Senhora da Graça – que revestiu a construção da primeira igreja de sacralidade e devoção.

Trouxe Diogo Alvares a sagrada imagem, que vendo-a a devota Catharina, se abraçou com ella, e com lagrimas lhe dizia, ser aquella mesma a que lhe havia aparecido. Logo pedio-lhe mandasse fazer huma Capella (...) onde foy collocada, com titulo de N. Senhora da Graça (...) sendo esta a primeira Igreja, que houve nesta Capitania.⁸⁸⁴

No fim das considerações sobre Diogo Álvares e Catarina Paraguaçu, Jaboatão fez referência à sua “larga, e nobre descendencia.”⁸⁸⁵ O frade disse que essa homenagem se deveu ao zelo com que seus filhos serviram “a esta Conquista, ao seo Rey, á sua patria, e a Deos.”⁸⁸⁶ Interessante perceber que o estatuto do miscigenado ganha, com Caramuru, uma nova face. O índio ocupou diferentes lugares no discurso de Jaboatão e ao se envolver com o português precursor foi envolvido simultaneamente por uma carapaça que lhe permitiu receber uma representação distinta. A relação com Diogo Álvares e a posterior conversão ao catolicismo conferiram a Catarina Paraguaçu, e aos seus descendentes, um estatuto diferenciado, que a aproximava dos brancos. O contexto favorecia e, segundo Iris Kantor,

a heroização da esposa indígena de Diogo Álvares trazia à tona dilemas do viver em colônias na conjuntura da implementação da política indigenista pombalina. Naquele momento, as origens miscigenadas dos primeiros clãs colonizadores passavam a ser socialmente reconhecidas (com a abolição da mácula da impureza de sangue). Configurava-se uma nova situação, na qual as linhagens das famílias luso-americanas passavam a ser requalificadas.⁸⁸⁷

Diogo Álvares foi a manifestação histórica individual do que seria, nos séculos subseqüentes, a empresa colonial. Um naufrágio na costa da Bahia culminou com o apresamento e sacrifício de todos os membros da nau em que estava o Caramuru, que pela astúcia conseguiu se salvar da morte certa, transformando-se num símbolo da capacidade lusitana de adaptação diante das condições adversas. Utilizando-se de uma tecnologia que os nativos desconheciam – a arma de fogo – o português granjeou-lhes a confiança, tornando-se um dos seus. A descrição que Jaboatão fez do seu rápido percurso na hierarquia tupinambá não deixou dúvidas quanto ao seu destino:

se foy elle fazendo tão temido, e respeitado, que de escravo passou a Senhor: Ja mandava a todos, e elles lhe obedeciaõ, e não havia inimigo, que parasse, quando

⁸⁸⁴ JABOATAM, op. cit., p. 51.

⁸⁸⁵ Ibidem, p. 53.

⁸⁸⁶ Ibidem.

⁸⁸⁷ KANTOR. *Esquecidos e Renascidos...*, op. cit., p. 220.

sabia ir contra elles o homem do fogo, Caramurú-Guaçú. Logo lhe foraõ os mayoraes das Aldeas dando as filhas donzéllas, e o Principal da Bahia foy o primeiro, que lhe deo huma (...) se não julgava por honrado aquelle Mayoral, que não tivesse ao Caramurú por seu parente.⁸⁸⁸

Nesta versão dos primeiros contatos entre lusos e ameríndios, o elemento que possibilitou o intercâmbio foi a astúcia – associada à arma de fogo – tendo sido pintado um quadro em que o português chegou e conseguiu ser alçado a posições de destaque num ambiente hostil. Isso aconteceu através da comunhão entre as técnicas que trazia consigo e a superioridade da sua malícia. A presença de Diogo Álvares e o mito que se seguiu às suas ações e relações com os nativos foram representações, em uma micro-escala, dos moldes de instalação do branco europeu e da exploração colonial que ele trouxe consigo e colocou em prática na América portuguesa.

As propostas de estudo da Academia dos Renascidos se direcionavam a esquadrihar a colônia portuguesa no continente americano em muitos aspectos. Para que fosse possível conhecê-la, seria necessário um entendimento mais pormenorizado de suas características, tanto do terreno quanto dos seus habitantes autóctones, o que justifica a elaboração de tantas propostas temáticas atinentes aos índios e à natureza. As dissertações sobre os povos indígenas e as obras que traçaram histórico das diversas etnias – como a de Jaboatão – mostraram muita afinidade com as propostas pombalinas de incorporação do elemento nativo ao universo político controlado pela burocracia metropolitana e sua saída imediata da influência missionária – sobejamente a jesuítica – ou da vida “selvagem.” A atividade intelectual estava conectada com ações políticas como as que trouxeram ao Brasil o fundador da Academia, José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo. O conselheiro José Mascarenhas foi encarregado de expulsar os jesuítas e de tomar toda sorte de providências para a retirada da marcante presença inaciana da sociedade brasílica setecentista. A secularização da administração do trabalho indígena fazia parte dos planos reformistas pombalinos. Essa iniciativa, associada a medidas como a liberação e incentivo de casamentos inter-étnicos, aumentaria consideravelmente o número de súditos do rei de Portugal na América portuguesa e ampliaria o domínio sobre vastas áreas que o aparato administrativo controlava restrita e indiretamente.

Além do interesse político que toda essa manobra revela, havia a possibilidade de exploração das riquezas que promoveram a fama de algumas regiões controladas pelas missões, bem como a perspectiva de aproveitamento da mão-de-obra abundante que poderia ser conseguida nos aldeamentos. Se os estudos sobre povos indígenas foram uma marca do

⁸⁸⁸ JABOATAM, op. cit., p. 39.

Iluminismo, no caso da Academia dos Renascidos, e da obra de Jaboatão, eles estiveram em plena sintonia com o ideário reformista de influência ilustrada que caracterizou o governo do Marquês de Pombal. Pelos temas que marcaram os trabalhos do congresso renascido, depreende-se a conexão entre as práticas de escrita desse núcleo e as reformas executadas durante o reinado de D. José I e nos trabalhos em que o índio foi alçado à categoria de objeto de estudo essa conexão ficou evidenciada. A produção dos grupos que se reuniram em torno da Academia foi a manifestação na esfera intelectual e nas práticas de escrita das propostas de redefinição e re-significação do papel do nativo no universo sócio-político americano. Vemos aí um elemento chave na correlação entre produção do saber e implementação de novas práticas de poder, afinadas com ideais reformadores.

As capitanias e as demarcações geopolíticas e religiosas da lusitanidade brasílica

A proposta de produção histórica apresentada por Jaboatão esteve em plena consonância com os objetivos renascidos, ditados pela necessidade de interiorização das terras coloniais. Não apenas pelo imperativo de firmar a presença portuguesa, mas associado também ao desejo de descrever as características da terra em suas diferentes regiões/épocas e dos povos indígenas distribuídos geográfica e culturalmente. Mais uma vez, nos deparamos com um tema abordado pelo *Novo Orbe* que também foi motivo de dissertações e tema de debates entre os membros da Academia. Nas descrições históricas das capitanias, Jaboatão pontuou algumas das idiossincrasias naturais de cada região, enaltecendo os fatos que caracterizaram os primórdios da colonização. O frade menor estava afinado com as tentativas de estabelecimento de balizas demarcatórias a partir da escolha de elementos geográficos e naturais que particularizavam o universo territorial que cabia aos portugueses na América. Isso se infere da relação entre tempo e espaço que ele tentou estabelecer nas representações históricas que fez das capitanias. Ao mesmo tempo, a presença lusitana entrou no enredo para confirmar, em termos políticos, a colonização e o domínio exercido nas diferentes partes da colônia. O *Novo Orbe* se deteve sobre aspectos da história eclesiástica, secular, geográfica, política e natural – esta última, apenas tangencialmente – demonstrando consonância com as propostas estatutárias elaboradas pelo congresso renascido.⁸⁸⁹

O contexto do Tratado de Madri exigia a posse da terra em bases sólidas que evitassem contestações e afirmassem, na prática, o que os argumentos de Alexandre de

⁸⁸⁹ Lembramos que a proposta do grêmio renascido era escrever a história eclesiástica e secular, política e militar, geográfica e natural da América portuguesa. *Estatutos...*, BNRJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca.

Gusmão – calcados na máxima do *uti possidetis* – haviam feito no terreno jurídico. A porção de terra amealhada para Portugal era considerável, principalmente quando se leva em conta a extensão das áreas limítrofes legadas aos portugueses, no final do século XV, pelo Tratado de Tordesilhas. Por isso, a descrição das capitânicas assumiu conotação política de envergadura sendo atribuídas a cada uma delas as características de sua fundação e ulterior desenvolvimento e pontuados os episódios em que a soberania lusa triunfou depois de ser ameaçada por estrangeiros. Nesses casos a comunhão entre as ações pragmáticas e a intervenção da providência divina foi fundamental para que os patrícios fossem bem sucedidos. Uma das preocupações de Jaboatão foi evidenciar o sucesso lusitano na salvaguarda da soberania política, que exerceria o poder sobre os corpos, e na defesa dos dogmas católicos, que deveriam administrar as almas. Desse modo, os portugueses, leigos e eclesiásticos, formaram as bases responsáveis por implementar e advogar as prerrogativas ditadas pela Coroa lusa e transladas para o Novo Mundo.

Não poderia ser mais estratégica, do ponto de vista político, a escolha da primeira capitania que teve a sua evolução temporal apresentada. Mesmo considerando o fato de ter sido “ella uma das primeiras Colonias Lusitanas, que, depois de descoberta a Provincia do Brasil, fundaraõ os nossos,”⁸⁹⁰ havia, ainda, algo mais que justificasse se começar a narrativa histórica por São Vicente. A história da referida capitania desfrutava, também, de “particulares razoens, que a fazem digna desta primazia.”⁸⁹¹ Ter sido *uma das primeiras* parece não dizer muito, se tratando de um discurso como o de Jaboatão, imbuído do objetivo de confirmar a antedecência e tão preocupado com a palavra *primeiro*. Na verdade, na narrativa do franciscano, São Vicente disputou com o Espírito Santo o título de primeira capitania, e a incerteza imperava em decorrência da falta de documentos que precisassem o ano exato de fundação daquela. Se no tempo em que Martim Afonso de Sousa fundou São Vicente o ouro não veio a lume, como era ansiosamente esperado pelos portugueses, no século em que Jaboatão escrevia, ele fez a riqueza e o fausto de Portugal. Ainda que em meados do século XVIII a produção aurífera brasílica estivesse em declínio, a expectativa de que novos filões fossem encontrados continuava animando a exploração da região das minas, que foi sistematicamente estendida para contemplar novas potenciais zonas fornecedoras. Boa parte dessas regiões estava geograficamente atrelada ao que, nos primórdios, havia sido a capitania de São Vicente.

⁸⁹⁰ JABOATAM, op. cit., p. 56.

⁸⁹¹ Ibidem.

As suas entranhas estão preñhes de varios, e ricos mineraes, e entre eles reluz melhor o ouro, de que naquelles principios se bateo, e lavrou algum, sendo isto só então humas como primeiras amostras ou compridas raízes, que embutidas pelo coração daquellas serranias, queriaõ pronunciar, que em S. Paulo, Minas Gerais, Serro do Frio, e outros mais tinhaõ o seu grosso, e robusto tronco.⁸⁹²

Talvez, uma das *razoens*, que não ficaram devidamente explicitadas pelo autor, fosse precisamente o fato de que essa era, ao tempo da confecção da obra, a porção economicamente mais importante da América portuguesa. Daí a estratégia de começar por ela a história da demarcação das terras pelos portugueses no Brasil, afinal a confirmação da antecedência lusa nela, era razão premente de interesse da Coroa portuguesa. A gênese do processo de colonização foi marcada pela fundação de cidades e a terra foi povoada por “muitas pessoas nobres”⁸⁹³ trazidas por Martim Afonso. Os índios que habitavam a região não ofereceram resistência à instalação dos portugueses o que possibilitou “fortificação e aumento” da capitania.⁸⁹⁴ Essa fortificação foi, posteriormente, estendida a *toda*⁸⁹⁵ a capitania, quando seu fundador a percorreu para reconhecê-la. Todos esses fatores, associados à fertilidade da terra, foram os responsáveis, segundo a narrativa do frade menor, pelo florescimento imediato da capitania. A fortificação de toda a porção de terra ocupada pela capitania de São Vicente nos moldes descritos por Jaboatão, certamente, permitiria a Portugal comprovar o pleno exercício do domínio e do policiamento sobre a região, como exigiam as determinações internacionais. Isso seria mais do que suficiente para deslegitimar toda e qualquer contestação quanto à ingerência pelos portugueses da porção mais rica de sua colônia mais importante.

A heterogeneidade dos grupos sociais que embarcavam para o Brasil com destino às diferentes porções da América portuguesa – e que muitas vezes fundamentou as representações que Jaboatão fez dos navios que saíam da metrópole rumo à colônia – aqui não esteve presente. Esta capitania “foy povoada de nobre, e honrada gente.”⁸⁹⁶ Nenhum dos óbices geralmente foram apontados para demonstrar os esforços perpetrados pelos portugueses nos começos da colonização, fez parte da história de São Vicente, não havendo, sequer, referências aos obstáculos e problemas que os nativos pudessem ter causado. Nessa capitania,

⁸⁹² JABOATAM, op. cit., p. 57.

⁸⁹³ Ibidem, p. 59.

⁸⁹⁴ Ibidem, p. 60.

⁸⁹⁵ Apesar de parecer hiperbólico, o termo é retirado da narrativa de Jaboatão. Este conclui o parágrafo sobre a saída de Martim Afonso de Sousa para proceder ao reconhecimento da capitania de São Vicente, afirmando sobre esta que “de todo acabou de fortificar.” JABOATAM, op. cit., p. 60.

⁸⁹⁶ Ibidem.

naõ experimentou as grandes contradiçoens, e guerras com o Gentio natural, (...) que suposto o lançou á força de armas da Ilha de S. Vicente, (...) como era o Gentio pouco dado a guerras, e facil de contentar, fez com elles logo pazes que conservavaõ bem.⁸⁹⁷

Essa narrativa não parece, contudo, condizente com o que o autor do *Novo Orbe* asseveraria, páginas adiante, na estância dedicada à história da capitania do Espírito Santo. Sobre os indígenas ele disse, categórico, que

(...) em todas as Capitánias desta Conquista nunca a paz entre elles, e os Portuguezes foi fixa, e permanente, rebellando-se em todas o seu Gentio, embaraçando-lhes os augmentos, e causando nellas notavies ruinas, com as quaes humas se atrazavaõ, e outras não proseguiaõ.⁸⁹⁸

Quando percorreu sobre o Rio de Janeiro, apenas sete páginas depois de descrever a tranqüilidade das relações entabuladas entre autóctones e portugueses na capitania de São Vicente, o autor do *Novo Orbe* declarou:

Aqui soube do Gentio da terra, com quem vinha tratar negocio, que na Enseada do Rio de Janeiro o havia com vantagem, ainda que naquella conjunção traziam os naturaes habitantes com os Portuguezes de S. Vicente graves, e continuas guerras.⁸⁹⁹

A citação faz apologia aos acontecimentos que Jaboatão utilizou para descrever a presença de Villegaingon no Rio de Janeiro, em 1556. Ela evidenciou que os usos do discurso envolvendo as relações entre portugueses e índios não foi homogêneo, o que, aliás, ficara evidente na parte da obra dedicada aos deferentes grupos nativos. Para o caso de São Vicente, o frade menor apresentou um cenário em que a instalação foi pacífica, sem grandes impedimentos ou contratemplos, no qual a prosperidade se fez presente desde os primórdios do advento lusitano. A dignidade das pessoas que fizeram parte do processo de povoamento da capitania foi descrita como imaculada. Em São Vicente o que importou evidenciar, foi uma colonização que criou raízes e floresceu desde os primórdios. Lá nenhum fator se interpôs entre os portugueses e a lusitanização da terra e mesmo quando, no fim da estância, Jaboatão descreveu a decadência da vila de São Vicente, a prosperidade primacial já havia sido legada a outras cidades da antiga capitania. Fica latente, ainda, a tentativa do texto de Jaboatão de evidenciar que essa região seguiu, desde o século XVI, alguns dos padrões que eram exigidos no século XVIII para comprovar o efetivo domínio exercido sobre um território colonial. Igualmente relacionado ao contexto setecentista, os fatos foram respaldados por documentos, como requisitava a diplomacia internacional e a escrita histórica acadêmica luso-brasileira.

⁸⁹⁷ JABOATAM, op. cit., p. 60.

⁸⁹⁸ Ibidem, p. 75.

⁸⁹⁹ Ibidem, p. 67.

Diante de tudo isso, temos a descrição do primeiro povoador como um homem que teve sua vida cercada de glórias. As origens da capitania foram associadas a Martim Afonso de Sousa, que foi representado como sendo “nobre por ascendencia, illustre por feitos, e por tudo junto, um dos grandes Heróis da fama.”⁹⁰⁰ No caso de São Vicente a primazia portuguesa pôde ser associada às virtudes e dignidades que envolveram o patrício que foi o precursor do processo de colonização.

A apropriação do conceito de primazia não foi uniforme na obra de Jaboatão. É interessante ponderar sobre suas variações bem como sobre o peso que ela adquiriu nas descrições e na mensuração dos papéis que os diferentes portugueses tiveram no processo da colonização da terra. Ao narrar a história da Capitania do Rio de Janeiro, ganharam relevo os embates que colocaram frente a frente portugueses e franceses. Dentre os destacados ‘heróis’ que se avultaram nas refregas apareceu a figura de Estácio de Sá. Depois da apresentação de seus feitos, no contexto de expulsão dos inimigos franceses, Jaboatão garantiu que

Todos estes honrosos titulos se devem, porque os mereceo, a este famoso Heróe, pois ainda que não foy, como achamos em certo papel da sua Baronía, primeiro descobridor, e conquistador primeiro, concorreo com tudo para este ultimo com o Governador seu tio, com seu valor, e esforço; e na fundação, se não foy o primeiro na escolha do sitio da nova Cidade, foy o primeiro para o zelo, trabalho, e cuidado, nas suas fabricas, edificios, e fortificações, e tudo o mais que era necessario para a habitação do seu Governador, Ministros da Justiça, e Ecclesiasticos, defesa, e resguardo dos inimigos.⁹⁰¹

A caracterização de Estácio de Sá por Jaboatão traduz bem o papel que os fundadores e primeiros conquistadores desempenharam no universo da produção histórica do franciscano. Para conceder relevância a um personagem que não contou com o ‘efeito primazia’ o frade menor precisou listar um conjunto impressionante de ações devotadas à conquista e colonização das terras da América lusa e à implementação das estruturas portuguesas na colônia. Ele foi digno da alcunha de herói, na medida em que fez parte ativa do empreendimento colonial. Empenhou-se na luta e posterior resguardo contra os estrangeiros, esteve envolvido na instalação dos religiosos que aportaram a fé, dos magistrados que trouxeram as leis e do governador, alto representante do Estado português, designado a conduzir a salvaguarda dos interesses metropolitanos e impor as vontades ditadas a partir de Lisboa. E na impossibilidade de elevá-lo ao panteão reservado apenas aos ídolos primaciais, Jaboatão concedeu-lhe a primazia do empenho. Na narrativa histórica do frade menor, Estácio de Sá fez parte de um grupo de portugueses que, se por um lado, não desfrutaram da

⁹⁰⁰ JABOATAM, op. cit., p. 57.

⁹⁰¹ Ibidem, p. 70.

antecedência, por outro, tiveram suas ações absolutamente ligadas à comprovação do sucesso da colonização portuguesa no continente americano.

Nos moldes concebidos por Jaboatão, a história das capitanias foi marcada pelos êxitos da expulsão dos invasores e da construção/adaptação dos modos de governar portugueses no/ao universo colonial. O franciscano associou a terra às vicissitudes que marcaram sua lusitanização, passando pelas especificidades geográficas e humanas que notabilizaram a história de cada região. Daí advinha a importância de traçar a genealogia dos governadores que passaram pela capitania do Rio de Janeiro. É preciso lembrar que, se quando da chegada dos portugueses a referida capitania demorou a se conformar como praça comercial ou política central no continente americano, no momento em que Jaboatão escrevia o Rio estava em vias de se tornar a capital de toda a América portuguesa.

E aqui temos depois de conquistada dos Gentios, e Francezes a Enseada do Rio de Janeiro, a Salvador Correa de Sá, primeiro deste nome na sua Ascendencia, tambem por primeiro fundador, Conquistador, Povoador, e Conservador, por ElRey, daquella Capitania e seu Governador por duas vezes. Depois em tempos adiante foy Governador da mesma seu filho (...) e depois deste Salvador Correa de Sá, e Benavides, duas vezes (...). A primeira pelos annos 1640 em o qual, achando-se por Governador daquella Capitania celebrou na Cidade do Rio de Janeiro o Rey D. João o IV.⁹⁰²

Destacaram-se os episódios em que a soberania foi enaltecida de diferentes formas: apresentação de funcionários a serviço da manutenção do *status quo* português e da confirmação de que as terras eram administradas por emissários do monarca lusitano; uma apologia à tomada das terras dos índios e dos invasores franceses pelos portugueses que lutaram pelo estabelecimento da soberania em sua colônia; a demonstração de que os dignitários situados na América lusa prestaram lealdade ao monarca da Casa de Bragança quando da reconquista da soberania frente a Castela em 1640. Jaboatão atribuiu a ascendência de todos esses personagens a Payo Peres Correa, também conhecido como Josué Português. Correa foi um personagem associado ao reinado de D. Afonso III que em uma batalha contra os mouros teria parado o sol para alcançar a vitória para os portugueses.⁹⁰³ A mesma diligência mostrada diante dos infiéis fora marca do comportamento de seus descendentes na América portuguesa. Colocados à prova, eles se mostraram valorosos defensores da sua pátria e dos interesses do seu soberano, o rei de Portugal.

Era Estacio de Sá sobrinho do Governador Mem de Sá e todos descendentes do ja referido Josué Portuguez. Os successores deste por linha recta de Varonia desde o primeiro Salvador Correa de Sá até o segundo, por huma continuada serie de annos,

⁹⁰² JABOATAM, op. cit., p. 71.

⁹⁰³ Ibidem, p. 72.

naõ só propararaõ alli a sua Familia illustre, tambem a exaltaraõ com feitos magnanimos, conquistando, defendendo, e augmentando aquella Capitania (...) com a sua fazenda, pessoas, vidas, e sangue, taõ affamados em feitos aqui, como em outras partes do Reyno.⁹⁰⁴

A colonização se revestiu de uma carapaça mística e os sucessos pregressos da monarquia portuguesa diante de inimigos que atentaram contra sua soberania foram evocados e associados ao comportamento dos portugueses que, na mesma tradição, inclusive sanguínea, lutaram pela manutenção da soberania do território português situado no além-mar – mas nem por isso, menos português. O ancestral dos heróis que fizeram carreira no Rio de Janeiro comprovava isso, inclusive, na alcunha.

O misticismo e a divina providência foram evocados com frequência por Jaboatão na parte dedicada à descrição histórica das capitanias fundadas pelos portugueses na América. Para combater o gentio bárbaro e os cobiçosos invasores estrangeiros e vencer as dificuldades impostas pela natureza hostil – provações que precisaram ser superar no processo de instalação – foram fundamentais o engenho português e o auxílio da intervenção divina. Esta foi uma prova de que a vontade de Deus, e dos santos, era sinônimo do sucesso dos portugueses frente às adversidades e sua intervenção fez com que a empresa lusitana cumprisse seu papel e fosse concretizada. Assim, Nossa Senhora da Luz desviou um ataque holandês, em 1628, da Villa de Cairú, ao ludibriar os batavos com uma ilusão de ótica que os fez vislumbrar um exército inexistente.⁹⁰⁵ A intervenção de Santo Antonio fez com que holandeses, prontos para o ataque à mesma vila, desistissem sem aparentes motivos, no momento em que estavam prestes a desembarcar. Sem compreender as razões do acontecido, mas absolutamente convencidos de que fora obra do santo português, os homens que se prepararam para a defesa voltaram para a capela com intuito de dar graças e agradecer. Quando a porta da igreja foi aberta, eles se depararam com a imagem de Santo Antonio ajoelhada diante do Cristo crucificado e todos se certificaram que haviam presenciado um milagre.⁹⁰⁶

Jaboatão passou um longo trecho de seu livro descrevendo todas as dificuldades causadas pelos tapuias em Ilhéus e Cairú. Foram descritos os massacres de famílias inteiras pelas flechas certeiras desses índios que o franciscano utilizou como exemplo de engenho e astúcia pela sua habilidade de escapar antes que as defesas lusitanas conseguissem se articular. As tentativas de socorro vindas de outras capitanias, inclusive da capital da América

⁹⁰⁴ JABOATAM, op. cit., p. 72-73.

⁹⁰⁵ Ibidem, p. 100-101.

⁹⁰⁶ Ibidem, p. 103.

portuguesa, se mostraram vãs. Os próprios encarregados de reverter a situação de instabilidade que grassava nas comarcas atingidas pelo flagelo nativo, caíam presas de suas ações coordenadas. Uma investida que contara com a participação de paulistas foi bem sucedida após diversas tentativas frustradas de controlar o ímpeto tapuia. Esse arrefeceu, mas não cessou e o sucesso da iniciativa capitaneada pelos paulistas foi efêmero. Após todas as vicissitudes que marcaram as relações entre colonos e tapuias, sempre francamente desfavoráveis aos primeiros, e ante à incapacidade de uma solução definitiva para o problema, a providência divina terminou por intervir. Um tapuia foi expulso de sua aldeia após ter se recusado a executar uma missão para a qual havia sido designado. Procurando refúgio na povoação que se reunia às margens do Rio Una, foi acolhido com sua família e se converteu ao cristianismo, “dispondo-o assim a Providencia Divina para o fim que se sabe.”⁹⁰⁷ Depois de tantas contendas “lhes acudiu o Senhor, por meyo de hum acaso, que não deixou de parecer effeito de sua infinita piedade, tanto para bem das almas daquelles barbaros, como para quietação do seu povo.”⁹⁰⁸ Através desse primeiro converso outros tapuias foram cristianizados e ajudaram na mudança do quadro de instabilidade crônica que caracterizava as relações entre lusos e ameríndios na região. A intervenção divina colocou os nativos no caminho da salvação, dirimiu os conflitos latentes se conformando como um vetor da colonização no momento em que as ações políticas pragmáticas não davam resultados satisfatórios.

O misticismo também desempenhou papel legitimador na narrativa do frade menor. O empenho do frei Antonio de Santa Maia Jaboatão em comprovar pelos seus trabalhos históricos – tendo muitas vezes procedido ao critério de utilizar documentos, nos moldes em que era requisitado pela produção intelectual de seu tempo – a primazia portuguesa, aparece como inegável. Ao lançar mão de argumentos pautados em revelações de milagres e no misticismo cristão para justificar a presença lusitana no continente americano e a sacralidade de seu empreendimento, ficou evidenciado que esse era um recurso intelectual legítimo nos meios letrados e de produção escrita luso-brasileiros. Principalmente, se levarmos em consideração as estreitas relações apresentadas entre *Novo Orbe* de Jaboatão e as propostas de dissertações históricas formuladas pelos renascidos, que por sua vez se assemelhavam aos moldes de produção institucional da história que vigoravam em Portugal. Jaboatão desnudou a importância das explicações religiosas para o entendimento dos acontecimentos históricos, tanto pelo teor de sua obra, como pelo método nela empregado o que induz a uma

⁹⁰⁷ JABOATAM, op. cit., p. 117.

⁹⁰⁸ Ibidem, p. 116.

relativização do alcance das idéias de cariz secularizante – de que o século XVIII europeu foi grande palco – no mundo luso-americano. Fica latente, pela obra de Jaboatão e pelos trabalhos que marcaram a produção dos acadêmicos renascidos, o papel desempenhado pelas explicações de cunho religioso na formação da nossa tradição historiográfica setecentista.

O franciscano mostrou bastante afinação com essa escrita institucional da história ao longo de todo o seu *Novo Orbe* e alguns dos principais motivos dessa tradição foram sintetizados nas passagens finais da descrição histórica da capitania de Pernambuco. Depois de dedicar páginas à fertilidade da terra, à riqueza das paisagens, às linhagens que protagonizaram os primórdios da colonização, aos embates entre lusitanos e estrangeiros e às relações, ora amistosas, ora de beligerância, estabelecidas com os diferentes povos indígenas que habitavam as áreas circunvizinhas, Jaboatão afirmou:

Este foy o primeiro estado da Capitania de Pernambuco por espaço de sessenta a setenta annos desde o de 1530 até o de 1593, em que aqui deixamos na posse, e governo dos seus primeiros Donatarios, Duarte Coelho Pereira, e seu filho Duarte de Albuquerque Coelho, e de seu tio Jeronymo de Albuquerque, como Governador, e sustituto seu. Quem a quizer ver até o tempo presente, o augmento, a que chegou, a sua riqueza, a liberalidade, fortaleza, e constancia de seus Moradores, a sua lealdade aos Reys, seus Senhores, e sobretudo a pureza de sua fé para com Deos, particularmente no dilatado, e penoso cativeiro de vinte e quatro annos, que gemeo debaixo do pezado, e tyranno jugo dos Holandezes, em que pela patria, e pela Ley, derramaraõ o sangue, e perderaõ as vidas, e fazendas; as suas gloriosas victorias, e total restauraçãõ, até o presente tempo, poderá reccorrer aos Authores que disso trataõ.⁹⁰⁹

Na passagem acima, o frade reuniu alguns dos argumentos legitimadores que marcaram a produção escrita renascida: apologia à primazia dos donatários que inauguraram a colonização da terra; prosperidade e riqueza como algumas das benesses do advento lusitano; a constância dos moradores e a segurança proporcionada pela fortaleza confirmavam espaços geográficos povoados e ocupados, balizados pela guarda por forças militares; a fé em Deus, bem como a fidelidade para com os monarcas portugueses que não arrefeceram, nem mesmo diante das invasões holandesas, que a um só tempo representavam a presença protestante e a mácula da soberania. Mas a ilegítima tirania não resistiu por muito tempo – e por tirania, leia-se, a presença holandesa – e a ligação sustentada para com a verdadeira pátria portuguesa ficou evidenciada pelo sangue derramado na luta pela reconquista da soberania. Por fim, o autor conclamou o leitor a perquirir informações nos livros já escritos sobre o tema – outro recurso que seria praxe na produção histórica renascida – e quem assim procedesse ficaria ciente de que através de *gloriosas victorias a total restauraçãõ* da soberania portuguesa havia sido inapelavelmente reconquistada.

⁹⁰⁹ JABOATAM, op. cit., p. 148-149.

É emblemático que esses elementos tenham sido selecionados para apresentar a história de Pernambuco, pois a capitania amealhava todos os requisitos que justificavam a atitude política de confirmação da pertença ao Império português através da produção histórica. A região foi um dos primeiros pontos de colonização do Brasil, e, é importante frisar, um ponto que prosperou economicamente desde o primeiro século da instalação lusitana. Localidade na qual as instituições transplantadas de Portugal conseguiram firmar raízes mínimas, principalmente quando se tem por parâmetro o malogro total das mesmas em outras capitanias. Além disso, Pernambuco teve sua história marcada, durante quase um quarto de século, pela presença estrangeira que representou um atentado explícito contra a soberania patricia na sua colônia americana. E mais, os estrangeiros que ocuparam essa parte do nordeste do Brasil, eram súditos de uma nação que, ao tempo em que Jaboatão escrevia, encabeçava as contestações ao exclusivo metropolitano, apregoava a difusão do conceito de *mare liberum* e acalentava o desejo de incrementar seus negócios com o Brasil, sem o intermédio português. Justificava-se, assim, para esse caso simbólico, a utilização de todos os recursos intelectuais legitimadores possíveis à disposição dos letrados que se dedicavam à produção de trabalhos históricos.

O Maranhão – Grão-Pará e os embates entre as representações primaciais de jesuítas e franciscanos

Os indícios da estreita ligação entre o método empregado na obra de Jaboatão e os estatutos renascidos, não se restringiram à descrição histórica de Pernambuco e um novo e forte traço de que muitas das propostas de pesquisa elaboradas pelos acadêmicos renascidos fizeram parte de um conjunto de premissas que influenciaram também as digressões históricas do *Novo Orbe* apareceu quando seu autor escrevia sobre a capitania do Maranhão. A dúvida sobre a origem e confluência de alguns dos principais rios que banham a parte setentrional do Brasil foi apresentada nos mesmos moldes, primeiro na obra do franciscano, depois nas propostas renascidas. Jaboatão escreveu:

o que se nos faz mais difficultoso de assentir, eh, ao que dizem outros, que *Maranhaõ* seja o mesmo Rio, que chamaõ *Amazonas*, *Graõ-Pará* e *Orellana*. Que *Orellana*, *Graõ-Pará*, ou *Amazonas* seja hum só Rio, ainda nisto póde haver alguma duvida em quanto o *Amazonas*, e *Graõ-Pará*; (...) estes são dous, diferentes, em nascença, e carreira, ainda que depos se ajuntão em hum; e só a não temos, em que *Graõ-Pará*, e *Orellana* sejam o mesmo, e só ditinctos em os nomes (...). Mas, que este *Graõ-Pará*, ou *Orellana*, seja tambem o que se chamou *Maranhaõ*, he no que achamos difficultade.⁹¹⁰

⁹¹⁰ JABOATAM, op. cit., p. 173-174.

Durante a apresentação dos estatutos e posterior designação dos acadêmicos renascidos que ficariam responsáveis pelos temas de pesquisas e dissertações históricas, o parágrafo 63º questionava: “Em que se differença a significação destes nomes: Maranhão, Gram Pará, Orelhana e Amazonas? A sua etymologia? E a do Rio da Prata? E qual eh a origem destes rios?”⁹¹¹ Atinente às necessidades de melhor conhecer as regiões interiores da colônia – muitas das quais legalmente outorgadas a Portugal depois do Tratado de Madri – e associada ao desejo de explorá-las mais eficazmente, a proposta acadêmica foi influenciada pelas mesmas razões que suscitaram a discussão na obra de Jaboatão. Essa passagem do trabalho do franciscano deixou claro que o debate não foi inaugurado pelo *Novo Orbe*, mas ele, e no seu rastro seus companheiros de grêmio, refletiram sobre a questão e dedicaram esforços, materializados em uma dissertação, ao assunto. Mais uma vez um aspecto do *Novo Orbe* se desdobrou em temáticas renascidas.

As justificativas utilizadas por Jaboatão para comprovar a antedecência portuguesa na capitania do Maranhão, também apresentaram estreita afinidade com os ideais renascidos. Nesta passagem da obra, encontramos uma nova forma retórica através da qual a legitimidade poderia ser comprovada. Antes de falar sobre ela, é preciso lembrar que o Maranhão fora, desde os primórdios da colonização portuguesa, alvo de investidas estrangeiras. Uma comunidade francesa protestante elegeu a região para se instalar, dando origem à França Equinocial. Mesmo após a sua desarticulação pelos portugueses, os franceses, pautados nas boas relações que haviam estabelecido com povos indígenas, e nos interesses que almejavam continuar explorando, vez por outra, faziam incursões pela capitania. Diante das seculares pretensões francesas, que ganhavam vulto no contexto da Guerra dos Sete Anos, a produção intelectual foi um elemento a mais a desempenhar relevante papel político na defesa dos interesses portugueses.

O primeiro passo seria o de praxe: comprovar que antes dos portugueses, apenas os autóctones haviam pisado em terras da capitania do Maranhão. Sobre os primórdios de seu entorno o franciscano afirma: “A esta Ilha chamaraõ primeiro das Vacas, e depois a intitularaõ os Francezes de S. Luiz. Foraõ os seus primeiros Povoadores, depois do Gentio, os nossos Portugueses, e ainda os seus descobridores.”⁹¹² Jaboatão asseverou que os filhos de um português chamado João de Barros, tendo saído do reino para povoar a capitania da Paraíba, terminaram chegando à ilha de São Luis em decorrência de tormentas que comprometeram as

⁹¹¹ *Estatutos...*, BNRJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca. Ver também AZEVEDO. *Novas epanáforas...*, op. cit., p. 232.

⁹¹² JABOATAM, op. cit., p. 176.

naus em que viajavam. Lá chegando, fizeram amizade com o gentio local e deram início à colonização, mesmo que acidentalmente. A partir da relação entabulada com os nativos apareceu um novo elemento que ratificaria, sentimentalmente, a anterioridade lusitana: o amor. Muitos descendentes mestiços foram gerados a partir das relações estabelecidas entre os nativos e os portugueses que faziam parte da expedição que casualmente chegou ao Maranhão. Esses mestiços acabaram sendo incorporados pelos autóctones e a ascendência portuguesa pôde ser comprovada a partir da constatação de que esses miscigenados desenvolveram barba, e como os índios que habitavam a costa da América portuguesa eram todos imberbes,⁹¹³ essa característica tinha, obrigatoriamente, sido herdada do elemento exógeno. Isso, contudo, não excluía que tal elemento pudesse ser de origem francesa, holandesa, ou de qualquer outra. Juntamente com a herança biológica, seria forçoso encontrar algo que confirmasse que ela teria sido legada verdadeiramente pelos portugueses. Então, o franciscano encontrou uma nova forma de ratificar a anterioridade lusitana e apresentou o elemento que comprovaria as pregressas relações entre lusos e nativos, o

(...) grande amor, e inclinação, com que ficaraõ a todos os Portuguezes os desta Naçaõ; de sorte, que jamais quizerãõ ter pazes com os outros Gentios, e menos com os Francezes, quando alli assistiraõ; porque diziaõ, que estes naõ eraõ os verdadeiros *Peros*; (assim chamavaõ aos Portuguezes, e naõ explicaõ, os que isto escrevem, porque principio) e tanto assim, quando ainda no anno de 1615 entraraõ no Maranhãõ outra vez os Portuguezes, logo esta naçaõ de Gentios da Ilha os vieraõ ver, e fazer com elles pazes dizendo que estes eraõ seus *Peros* taõ desejados, e de quem elles descendiaõ.⁹¹⁴

A partir das prioridades explicativas da narrativa de Jaboatão, depreende-se a importância da comprovação histórica e documental da primazia. Não importava que os franceses houvessem batizado a ilha de São Luis e que esse nome tivesse sido legado à posteridade. Relevante mesmo era a confirmação de que os portugueses haviam firmado presença no Maranhão antes do advento francês. Essa antecedência lusa deveria ser buscada e evidenciada e se transformaria no elo entre a colonização e a legitimidade. Jaboatão refutou a idéia de que o nome São Luis pudesse ter sido tomado de um português chamado Luis de Mello da Silva, que teria freqüentado aquelas paragens, antes dos descendentes de João de Barros. À primeira vista, a idéia parecia interessante, pois além de tirar dos franceses a prerrogativa de terem batizado uma porção do território português na América, deslegitimaria a presença daqueles estrangeiros e ainda sustentava a premissa de associar a anterioridade da colonização a um português. Mas, ao que parece, o frade menor não via problema em

⁹¹³ Interessante que este aspecto físico do gentio foi tema de uma dissertação renascida que buscava descobrir as causas da falta de barba nos índios da América portuguesa.

⁹¹⁴ JABOATAM, op. cit., p. 176-177.

reconhecer que os franceses haviam passado pelo Maranhão. A gênese do advento lusitano carecia de confirmação diplomática e arquivística e os autores que associavam a precedência a Luis de Mello tinham contra si um elemento chave quando o assunto era a luta pela comprovação da antecedência: seus argumentos não conseguiram comprovar os anos em que as atividades do referido português tiveram lugar no Maranhão.⁹¹⁵ Jaboatão utilizou-se, ainda, dos serviços que prestou Mello em outras partes do Império para mostrar que ele não poderia ter estado no Maranhão antes dos filhos de João de Barros.⁹¹⁶ Diante desses fatos, não valeria a pena abraçar uma versão legitimadora que não pudesse ser comprovada e, além do mais, havia documentos que ratificavam a existência de uma incursão portuguesa às terras do Maranhão anterior à invasão francesa.⁹¹⁷ Os franceses não poderiam mesmo ter sua presença refutada pelo autor do *Novo Orbe*, uma vez que na sua expulsão residia parte dos serviços oferecidos pelos franciscanos à Coroa portuguesa. O projeto político do frade menor era demonstrar a antecedência lusitana e a afeição demonstrada pelos nativos mestiçados em relação aos portugueses foi um recurso retórico que incrementou os argumentos que ajudariam a concretizar esse projeto, que deveria estar sempre lastreado por documentos legítimos/legitimadores.

Por falar em projeto político, não se pode esquecer que além de defender o apanágio primacial dos patrícios, Jaboatão advogava em causa própria, ou, melhor dizendo, em causa de sua própria Ordem. Ele ressaltou a participação dos franciscanos em episódios nos quais a soberania fora ameaçada por estrangeiros. Assim, além da atividade missionária os frades menores engrossavam sua lista de serviços prestados através da participação em ações político-militares em ocasiões nas quais a soberania portuguesa esteve em questão. Feita a conexão entre seus irmãos de Ordem e a legitimação política, Jaboatão pretendia respaldar as aspirações expansionistas das atividades franciscanas associando-as, por exemplo, à expulsão dos franceses do Maranhão. Atrelando a missão franciscana aos eventos nos quais as tentativas de contestação da soberania lusa na América foram malogradas – sempre graças a movimentos que contaram com participação dos membros da Ordem de São Francisco – Jaboatão untava a presença franciscana da mesma legitimidade incontestável atribuída aos portugueses.

Assim, uma força tarefa foi organizada para expulsar os franceses que se haviam instalado no Maranhão, desde finais da primeira década do século XVII. Diante da ameaça

⁹¹⁵ JABOATAM, op. cit., p. 178.

⁹¹⁶ Ibidem, p. 178-180.

⁹¹⁷ Ibidem, p. 177.

estrangeira os esforços contaram com a participação de funcionários administrativos que ocupavam cargos de destaque em diferentes capitanias, como Bahia e Pernambuco.⁹¹⁸ Para a condução espiritual “desta militar Esquadra, destinaraõ para ella, a rogos do Governador do Estado, os Prelados da nossa reformada Custodia de Santo Antonio do Brasil, a dous dos seus subditos, e filhos, sem duvida entre todos escolhidos com muito acerto.”⁹¹⁹ O autor não queria deixar dúvidas de seu distanciamento ao falar da escolha de seus dois irmãos de Ordem e, para tanto, ele utilizou uma documentação contemporânea aos episódios para comprovar que os freis convocados – Cosme de S. Damião e Manoel da Piedade – eram depositários de todas as características distintivas que abalizavam seu recrutamento.⁹²⁰ Os dois franciscanos manifestaram toda sua piedade e desprendimento, cuidando dos índios enfermos que haviam sido vitimados por uma epidemia de sarampo que se seguiu às batalhas franco-lusitanas.⁹²¹ Além disso, eles foram testemunhas privilegiadas do reconhecimento da vitória portuguesa pelos franceses que entregaram sua posição no quartel de São Francisco.⁹²² No momento em que os estrangeiros reconheciam, oficialmente, a derrota e a soberania era reconquistada, os franciscanos estavam presentes na condição de membros da comitiva que representou os lusitanos na assinatura dos tratados de trégua. O desfecho da expulsão dos franceses e da retomada da praça de São Luis fora marcado pelo episódio em que

os religiosos de Santo Antonio Fr. Cosme de S. Damião, e Fr. Manoel da Piedade, que acompanharaõ Jeronymo de Albuquerque na sua expedição, vendo que na cultura de tão vasta vinha podiaõ empregar todas as fadigas de seus Espiritos Apostolicos, com grande fructo dellas na reducção de tantas almas, entrarão logo neste Catholico exercicio, com novos creditos de suas virtudes, e foraõ os primeiros Portuguezes, que em forma Regular se estabelecerão naquella conquista.⁹²³

Apesar de manter sintonia com o discurso do *Novo Orbe*, o trecho acima não é de autoria de Jaboatão. Ele foi retirado por Jaboatão de documentos coetâneos aos acontecimentos, com o fito de legitimar sua narrativa e de enaltecer seu distanciamento. A passagem se adequava perfeitamente à necessidade de comprovação da primazia dos seus irmãos de Ordem, e o melhor, o testemunho foi colhido de uma fonte *imparcial*. Jaboatão conseguiu associar a participação de dois frades menores à expulsão de estrangeiros do Maranhão e ainda conferiu-lhes a antecedência nos trabalhos espirituais na região. Tendo em tudo sido respaldado por documentos, ele adaptou sua narrativa aos moldes exigidos pela

⁹¹⁸ JABOATAM, op. cit., p. 184.

⁹¹⁹ Ibidem, p. 185.

⁹²⁰ Ibidem.

⁹²¹ Ibidem, p. 191.

⁹²² Ibidem, p. 193.

⁹²³ Ibidem, p. 193-194.

tradição diplomática e aos padrões da escrita histórica institucional luso-brasileira setecentista. Quando o mesmo documento afirmou que foram dois religiosos da Ordem do Carmo os primeiros a se estabelecerem na Ilha do Medo erigindo a primeira fundação portuguesa “naquella conquista”⁹²⁴ o autor do *Novo Orbe* protestou.

Primeira, (...) em quanto fundação por Portuguezes, mas não primeiros Portuguezes Religiosos, que chegassem ao Maranhão, e vivessem alli em fôrma Regular; porque estes foraõ (...) os dous franciscanos, Fr. Cosme de S. Damiaõ, e Fr. Manoel da Piedade, primeiro que entraraõ na Ilha do Maranhão.⁹²⁵

Depois de rebater a precedência dos religiosos da Ordem do Carmo, adveio o debate envolvendo as idéias de um padre jesuíta que atribuiu aos inacianos a primazia na chegada ao Maranhão, na arregimentação e posterior conversão do gentio para as fileiras portuguesas.⁹²⁶ Aqui temos um ponto de inflexão, pois a antecedência franciscana no Maranhão, apregoadada e referendada pela obra de Jaboatão foi posta em causa por um jesuíta que lançou mão dos mesmos recursos intelectuais e retóricos que pautaram as páginas do *Novo Orbe*. O inaciano jogou suas cartas: “Noticia opportuna, e ainda não escrita em nossas Historias. He bem que saiba o mundo, que não só no espiritual, senão tambem no temporal, devem as terras do Maranhão á Religião da Companhia de Jesus a felicidade, que lograõ.”⁹²⁷ E elas não terminaram por aí. Ele afirmou que por ordem do capitão Alexandre de Moura, enviado ao Maranhão para comandar a expulsão dos franceses, dois jesuítas que faziam parte da esquadra designada para a missão foram “os primeiros homens que (...) pizaraõ a terra.”⁹²⁸ Por essa versão, antes dos inacianos, que nela representavam o elemento português, a referida capitania tinha sido zona habitada por índios e franceses. O jesuíta, ao escrever, usou em favor dos seus argumentos uma inquestionável habilidade dos membros de sua Ordem: a competência no contato e conversão do gentio. Destarte, os dois padres da Companhia de Jesus que faziam parte da esquadra do capitão Moura, foram designados para desembarcar antes do demais pois “se julgava seria Senhor do terreno quem tivesse por si os naturaes.”⁹²⁹ O desfecho foi a arregimentação dos indígenas pelos padres e a posterior rendição dos franceses, que se vendo sem o auxílio dos nativos, reconheceram a impossibilidade de fazer frente aos portugueses e entregaram a posição. Por essa narrativa, os jesuítas foram os pioneiros no Maranhão além de apresentarem habilidades distintivas fundamentais para a colonização, que haviam

⁹²⁴ JABOATAM, op. cit., p. 195.

⁹²⁵ Ibidem.

⁹²⁶ Ibidem, p. 195-197.

⁹²⁷ Ibidem, p. 195.

⁹²⁸ Ibidem, p. 196.

⁹²⁹ Ibidem.

possibilitado a rendição incondicional dos invasores. Prestaram serviços aos interesses metropolitanos, pois ajudaram a firmar a soberania, e aos interesses da Sé, na medida em que suas ações expandiam o catolicismo convertendo os povos do Novo Mundo.

Para rebater as idéias de seu oponente, Jaboatão se utilizou de um recurso retórico do qual voltaria a lançar mão em outras passagens de sua obra. Ele sugeriu que o leitor fizesse qualquer juízo ou reflexão sobre o que foi dito, e logo em seguida afirmou categórico que “por muy leve que seja”⁹³⁰ deixaria evidente que o relatado era oportuno para os jesuítas, e que exatamente por essa razão não estava até aquele momento registrado “em nossas Historias.”⁹³¹ A falta de registros certamente tornaria a legitimidade da versão do padre da Companhia de Jesus passível de contestação e o franciscano se esforçou para mostrar que o objetivo da obra do jesuíta era político. Além disso, ele evidenciou a dissonância entre o que o inaciano defendia e as fontes disponíveis sobre os fatos em questão. Jaboatão, que lastreou sua pesquisa em fontes contemporâneas aos acontecimentos que descreveu, desqualificou o trabalho histórico do seu rival por ele não ter tido o mesmo cuidado. O contra-ataque foi baseado na descrição de tudo que obraram, e de todas as provas que os primeiros franciscanos deram de abnegação no cumprimento dos seus deveres, que se dividiam entre cuidar dos nativos, pregar o evangelho, conceder conforto espiritual aos portugueses, para citar alguns.⁹³² Essas tarefas foram desempenhadas após a saída dos franceses, e mesmo em relação aos desta nação que continuaram no Maranhão, a atitude dos franciscanos fora sempre marcada pela piedade. Aqueles foram descritos como hereges aos quais o caminho da salvação foi apresentado pelos frades menores.⁹³³

Os costumes e as posturas dos franciscanos foram fundamentais, pela representação que Jaboatão criou dos seus irmãos de Ordem, para o bom andamento dos trabalhos de conversão de índios e hereges no Maranhão. Era a vez de Jaboatão utilizar as características que marcaram as posturas dos frades menores, de desapego e desprendimento, para evidenciar como elas foram imprescindíveis para firmar os pilares da colonização no Brasil.⁹³⁴ Jaboatão não deixou de enaltecer que antes de executarem todas essas funções, seus irmãos de hábito cumpriram o papel de precursores na chegada à terra.⁹³⁵ É importante frisar que esses deveres, mesmo sendo religiosos, estavam associados aos interesses seculares do Estado português e as ações dos dois franciscanos seiscentistas que fizeram os nativos “renderem obediência ao

⁹³⁰ JABOATAM, op. cit., p. 197.

⁹³¹ Ibidem.

⁹³² Ibidem, p. 198-204.

⁹³³ Ibidem, p. 198-199.

⁹³⁴ Ibidem, p. 200-201.

⁹³⁵ Ibidem, p. 202.

Capitão, e vassallagem ao Rey”⁹³⁶ mostraram-se antecipadamente afinadas com as propostas pombalinas de reforma do estatuto indígena. Ao tempo em que convertiam os autóctones, os franciscanos os transformavam em súditos do rei de Portugal e seguidores obedientes das premissas colonizadoras de que os funcionários régios eram depositários.

As querelas entre Jaboatão e o padre inaciano não se resumiram às estâncias e digressões dedicadas à capitania do Maranhão. Na parte destinada a narrar a história do Grão-Pará, um adendo concernente ao Maranhão foi apresentado ao leitor. O autor explicou essa atitude afirmando que “quando ja tinhamos completas, e assentadas estas duas Estancias, (...) nos veyo á mão hum livro, ou Historia da vida do grande padre Antonio Vieira.”⁹³⁷ O retorno à história da capitania do Maranhão, que já havia sido contemplada, foi justificado pois o autor do referido livro sobre Vieira, havia conferido aos inacianos a primazia na chegada à ilha de São Luis, a mesma que o frade menor tanto se esforçara para associar aos seus irmãos franciscanos. O debate foi retomado nas mesmas bases em que fora anteriormente apresentado. Tendo o *Novo Orbe* se configurado como uma atitude política, transfigurado de contribuição intelectual legitimadora, seu autor não poderia deixar passar uma oportunidade como essa de fazer valer suas máximas antes da impressão do livro, mesmo que para isso fosse obrigado a mexer na configuração lógica da obra. Seria mais interessante, na luta pela legitimação das representações do passado colonial, dar uma resposta imediata, do que esperar uma futura edição para fazê-lo. Vejamos o que disse o biógrafo do famoso jesuíta para fazer com que o franciscano modificasse a evolução de seu discurso histórico. É importante frisar que nos baseamos na apropriação que o frade menor fez das idéias contidas no trabalho que ele pretendia refutar. Jaboatão afirma que o “grave e Douto Author”⁹³⁸, ao falar da luta pela soberania do Maranhão,

escreve, que na armada de 1615, (...) para concluir a conquista, (...) contra os Francezes, foraõ nella dous Padres da Sagrada Companhia, e para se renderem os Francezes da Ilha de S. Luiz, e fazerem entrega della, não houve mister mais combate, nem assalto, que mandar o Capitão a terra aos dous Padres, sendo estes os primeiros Portuguezes, que na Ilha saltaraõ, e que tendo practica com o Gentio, postos todos da nossa parte, isto só bastou, para que os Francezes, vendo-se sem o socorro do Gentio, se entregassem no mesmo dia, attribuindo aos ditos PP. toda a victoria, e primazia desta empreza.⁹³⁹

A versão do inaciano, que conferia a primazia aos seus irmãos de Ordem, pareceu inverossímil a Jaboatão, mas a batalha intelectual pelo reconhecimento da antecedência

⁹³⁶ JABOATAM, op. cit., p. 195.

⁹³⁷ Ibidem, p. 219.

⁹³⁸ Ibidem.

⁹³⁹ Ibidem.

franciscana não passava pela refutação da presença dos jesuítas na referida esquadra. Ainda assim, Jaboatão fez apologia à novidade que a obra apresentava, afirmando que ela era a única a noticiar tais fatos.⁹⁴⁰ Lembremos que os acadêmicos renascidos balizavam seus trabalhos históricos em documentos e em obras históricas que se detivessem aos fatos sobre os quais eles escreviam. O franciscano, aparentemente, deixou a consideração da versão jesuíta “ao juízo, e discurso do experimentado, e discreto Leitor.”⁹⁴¹ Essa aparência logo era desfeita e a narrativa conduzia ao que deveria ser o bom juízo dos seus *discretos leitores*: não deixar “de conhecer por muy difficultoso”⁹⁴² o desdobramento dos fatos segundo a ordem proposta pelo *grave e douto autor* jesuíta. Na condição de autor/narrador Jaboatão pretendia fazer com que prevalecesse a visão de mundo subjacente aos seus interesses e deixar os fatos ao juízo dos leitores era apenas um recurso retórico. Mesmo assim, essa não foi a última carta de que dispunha o frade menor na batalha pela imposição da sua visão dos acontecimentos. Mais importante do que refutar pura e simplesmente a versão da primazia jesuíta no Maranhão, seria dispor de argumentos calcados e provas documentais para questionar sua autenticidade e sobre a interpretação proposta pelo inaciano, Jaboatão diz que

sendo tudo na fôrma referida, nem por isso se deve attribuir aos seus Padres a gloria de primeiros nesta empreza. Porque se fallarmos do Maranhão pelo que he terra firme, já nesta muitos dias antes estavaõ os nossos dous Padres, o Fr. Cosme, e seu companheiro de posse desta primazia.⁹⁴³

Se em terra firme o franciscano não deixou dúvidas quanto às atividades primaciais de seus irmãos frades menores, quando o assunto era a ilha de São Luis, o máximo que ele concedeu aos inacianos foi terem feito parte, juntamente com os franciscanos, da mesma empresa fundadora.⁹⁴⁴ Dessa forma, tendo chegado juntos à capital, a primazia caberia aos filhos de São Francisco, que, em outras partes da mesma capitania, haviam aportado anteriormente. As ações dos frades franciscanos na capitania do Maranhão ecoaram na colônia e na metrópole e renderam frutos aos membros da Ordem. Anos depois da atividade precursora na colonização da terra e conversão do gentio na ilha de São Luis, outros frades menores foram designados para desempenhar semelhante papel no Grão-Pará. Jaboatão evidenciou que o reconhecimento do valor dos serviços prestados teve como consequência a nomeação de quatros franciscanos

⁹⁴⁰ Eis, exatamente, o que diz o franciscano: “Não duvidamos, que os seus PP. fossem nesta Esquadra, nem tampouco, que seja nova esta noticia, porque só a achamos escrita neste livro. JABOATAM, op. cit., p. 219.

⁹⁴¹ Ibidem.

⁹⁴² Ibidem.

⁹⁴³ Ibidem, p. 220.

⁹⁴⁴ Ibidem.

mandados por ordem do Rey D. Filipe II, deste Reyno, e a rogos de Jeronymo de Albuquerque que muito affecto lhes havia ficado, pela larga communicacão que alli contrahio com o P. Fr. Cosme de S. Damiaão, e seu companheiro, e movido do seu bom exemplo de vida, zelo das almas, e conversão do Gentio.⁹⁴⁵

O rei, na verdade, atendeu ao pedido de Jerônimo de Albuquerque cuja experiência em assuntos brasílicos referendava a requisição e enaltecia o trabalho dos irmãos de Ordem de Jaboatão. Esse não perdeu a oportunidade de mostrar como os frades menores contaram com o beneplácito régio, o que servia como pujante via legitimadora de suas ações. Interessante foi a representação que o autor do *Novo Orbe* fez do impacto exercido pelas obras dos franciscanos no gentio do Maranhão. Essas teriam sido tão positivas, que os nativos dessa capitania deram aos índios que habitavam as circunvizinhanças do Grão-Pará “noticias (...), dos grandes bens, que por via dos Padres Franciscanos tinhaõ vindo áquelles”.⁹⁴⁶ Os indígenas teriam desenvolvido uma via de comunicação através da qual as ações pias dos frades menores foram divulgadas e enalticidas o que ocasionou uma recepção amistosa dos religiosos pelos autóctones do Grão Pará. Jaboatão utilizou esses procedimentos que gozaram da aprovação régia e do reconhecimento local – tanto por parte dos membros da administração, como por parte dos índios – para referendar a importância da sua Ordem na colonização do Brasil.

As habilidades dos franciscanos designados para ajudar na colonização do Grão-Pará, foram devidamente reconhecidas quando um deles, o frei Antonio da Merciana, foi eleito coadjutor do capitão Pedro Teixeira. A conquista começou a desfrutar “de paz, quietação, e augmento”⁹⁴⁷ em decorrência da “boa consonancia, que entre si fizerão estes dous Capitaens.”⁹⁴⁸ Enquanto o governo da capitania esteve repartido entre “as duas cabeças deste corpo político”⁹⁴⁹ a colonização foi bem sucedida. Não é novidade que os religiosos designados para desempenharem suas funções na América portuguesa assumissem responsabilidades políticas seculares.⁹⁵⁰ O caso mencionado pelo autor do *Novo Orbe* foi um dentre vários que abundam em nossa história colonial. É preciso, contudo, ficar atento ao fato de que durante a coadjutoria de Antonio da Merciana medidas foram tomadas no sentido de

⁹⁴⁵ JABOATAM, op. cit., p. 208.

⁹⁴⁶ Ibidem, p. 209.

⁹⁴⁷ Ibidem, p. 214.

⁹⁴⁸ Ibidem, p. 213.

⁹⁴⁹ Ibidem, p. 214.

⁹⁵⁰ Além de D. Marcos Teixeira, Bispo da Bahia ao tempo da invasão holandesa de 1624, que após a fuga do governador geral, encabeçou e orquestrou a defesa da capital frente aos batavos, escolhemos como exemplo D. Antonio Barreiros, que por morte do governador Manuel Telles Barreto, em 1587, assume ao lado de Cristovão de Barros, o governo de Salvador.

“repartirem, e fazerem data, em nome delRey, daquellas terras a algumas pessoas mais possantes, e capazes de as poderem cultivar, e erigir fazendas, Feitorias, e novas Povoações.”⁹⁵¹ A narrativa do frade menor evidenciou a estreita relação entre o que foi orquestrado durante o tempo em que seu irmão franciscano foi coadjutor e as máximas exigidas pela diplomacia setecentista para confirmação de colonização e domínio de um território colonial. Jaboatão mostrou que além de da Merciana, ele próprio tinha veia política calibrada e seu discurso, que atendia, no plano intelectual, aos interesses políticos legitimadores da metrópole, associou as medidas tomadas por um frade menor, que ocupava um cargo administrativo secular, à materialização de tais interesses. Desta forma, além do cariz legitimador subjacente à sua prática discursiva, as ações históricas dos franciscanos no Brasil seriam elementos comprobatórios dos serviços – políticos, religiosos e intelectuais – que a Ordem prestou – e continuava prestando – para a manutenção da soberania lusitana em solo americano.

As atividades que se seguiram foram de interiorização, com vistas a conhecer melhor o território e expulsar estrangeiros que se encontrassem estabelecidos em fortes e associados a grupos nativos sendo que em todas essas ações estavam presentes frades menores. O comissário que ajudou na sua articulação foi o já conhecido Antonio da Merciana, componente do *corpo político*. Ele designou Christovão de S. Jozé, também franciscano, como “Capellaõ desta frota”⁹⁵² que congregava índios e portugueses e o desfecho do reconhecimento das zonas interiores seguido da desarticulação das tentativas estrangeiras de atentar contra a soberania lusitana foi o retorno à capitania

assim alleviada de tantos inimigos Naturaes, e Estrangeiros, para crescer, e dilatar-se em novas fabricas, Povoações, e Christandade, convertidos, e aldeados muitos dos seus Gentios, pelo zelo, prégação, doutrina, e trabalho dos Religiosos Menores, e particularmente destes dous incançaveis Ministros do Santo Evangelho Fr. Antonio da Merciana, e Fr. Christovão de S. Jozé, primeiros Missionarios nesta conquista do Graõ Pará, e antes que la fossem outros alguns.⁹⁵³

Jaboatão associou aos seus irmãos de Ordem todos os elementos legitimadores, que serviam ao Estado português em suas aspirações de manutenção da soberania no Brasil. Eles seriam úteis, também, para ligar os franciscanos à primazia nos processos de colonização da capitania do Grão-Pará. A antecedência lusitana foi associada à antecedência franciscana e os frades menores estiveram conectados a todas as ações tomadas no sentido de firmar a

⁹⁵¹ JABOATAM, op. cit., p. 214.

⁹⁵² Ibidem, p. 215.

⁹⁵³ Ibidem, p. 218.

colonização portuguesa no Brasil durante o século XVII.⁹⁵⁴ Mas, para o século em que Jaboatão escreveu, o XVIII, o que importava era mostrar como essas ações se conformavam com as exigências internacionais e o discurso histórico do franciscano atendia simultaneamente aos interesses de sua Ordem e aos anseios legitimadores da monarquia portuguesa.

⁹⁵⁴ O autor do *Novo Orbe* pauta o começo da colonização do Grão Pará pelos portugueses no ano de 1616. Ele aponta como precursores, o espanhol Francisco de Arellana, que teria feito incursões pelos rios que banham a região em busca de riquezas e depois dele o português Luiz de Mello da Silva, anteriormente mencionado como possível responsável pela escolha do nome da capital capitania do Maranhão. Mello teria entrado pelo Rio do Grão Pará por volta de 1540. Depois de um hiato de quase 76 anos, a falta de informações termina em finais de 1615 quando para lá foi despachado Francisco Caldeira de Castello Branco. A partir daí as notícias passariam a abundar sobre a presença lusitana no Grão Pará. JABOATAM, op. cit., p. 205-207.

CAPÍTULO VI

JOSÉ ANTÔNIO CALDAS E AS NOVAS BASES DA SECULARIZAÇÃO

O engenheiro historiador

Assim como se deu com a obra de Antonio de Santa Maria Jaboatão, o trabalho de José Antonio Caldas, *Notícia Geral de toda esta Capitania da Bahia desde seu descobrimento até o presente ano de 1759*, foi publicado pela primeira vez por iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Antes da famosa edição fac-similar publicada pela Tipografia Beneditina em 1951, o IHGB já havia publicado a obra nas páginas de sua revista, na edição número cinquenta e sete. Na ocasião foram deixadas de fora as plantas coloridas, um dos elementos que mais fama conferiu à obra. Caldas era engenheiro militar e sua produção intelectual foi influenciada pelo contexto de redefinição das fronteiras e dos litígios envolvendo as demarcações limítrofes das Américas portuguesa e espanhola. O momento era de re-significação do papel que as ações militares desempenhavam na consolidação da soberania.

A *Notícia Geral* é um trabalho no qual a confirmação a soberania lusa foi apresentada em bases discursivas diferentes daquelas encontradas na obra do frei Jaboatão. Caldas apostou num pragmatismo calcado em números e em arrolamentos que contemplaram personagens históricos, instituições, vilas e cidades, para comprovar o exercício da posse da terra pelos portugueses na América lusitana. Ele, também, fez apologia à antedecência lusa no processo que desembocou na chegada dos patrícios, em 1500. Depois de tecer algumas considerações relativas ao que os antigos – Aristóteles, Platão e Deodoro de Sicília – disseram sobre as regiões onde possivelmente havia terras ignotas, que poderiam ser associadas à América, Caldas asseverou que “todas estas noticias da antiguidade são muito obscuras.”⁹⁵⁵ Ele preparava o terreno para defender a idéia de que o Brasil havia sido de fato, descoberto por Pedro Álvares Cabral, e que essa *noticias obscuras* fornecidas por alguns sábios da Antigüidade não apresentavam subsídios para diminuir o mérito do empreendimento português. Assim,

o certo he que no tempo em que os Potuguezes se empenhavaõ com zelo na frequencia e conquista da Azia na era de 1500 digo em que Pedro Alz' Cabral passava para a India com hua armada de 13 velas, pretendeo nova derrota para melhor montar o cabo tormentozo ou da Boa Esperansa, descahio tanto para Ocidente que descobrio este novo mundo ate entãõ incógnito.⁹⁵⁶

⁹⁵⁵ CALDAS, José Antonio. *Notícia geral de toda esta capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759* (1759). Edição fac-similar. Salvador. Tipografia Beneditina Ltda., 1951, p. 1.

⁹⁵⁶ Ibidem, p. 1-2.

Segundo Caldas, as informações disponíveis quanto à existência de terras situadas a oeste de África e Europa, antes da chegada dos portugueses ao Brasil, eram incertas e superficiais e mesmo os antigos nada haviam escrito de concreto. Os portugueses que ‘ajudados’ pelo acaso descobriram essa nova porção de terra teriam sido os verdadeiros responsáveis por acabar com as incertezas que pairavam sobre o assunto. De posse da valiosa informação que dava conta da chegada a novas terras, coube ao monarca português, D. Manuel, iniciar o processo de “examinar” o descobrimento. Depois disso, “assim ele como seus sucessores cuidaraõ em povoar toda esta Costa.”⁹⁵⁷ Diante de uma descoberta sobre a qual repousava a idéia da primazia, os portugueses deram início ao povoamento de *toda* a região litorânea. A antecedência aliada às prontas medidas tomadas pelo rei português não deixaram margem para dúvidas sobre a legitimidade e efetividade da presença portuguesa no continente americano e as medidas tomadas para exercer o domínio sobre a terra deveriam deslegitimar, automaticamente, qualquer contestação estrangeira.

O objeto que polarizou a atenção de José Antonio Caldas foi a trajetória portuguesa na Bahia, ainda que aqui e além aparecessem referências a outras capitanias. A primazia que ele conferiu a esta *potentissima* capitania não foi pautada na sua anterioridade, uma vez que temporalmente, ela não havia sido precursora, o que seria compensado pela sua condição de “primeira e principal pela grandeza de sua dignidade e por ser cabeça do Estado.”⁹⁵⁸ Além da descrição dos principais rios e das relações comerciais que eles tornavam viáveis, foi proposto um breve panorama das características geográficas da capitania. A cidade de Salvador foi caracterizada por Caldas como “dilatada” local onde seria possível encontrar “capacissimas ruas, grandes edífios, Templos e Cazas Publicas”⁹⁵⁹, elementos necessários para que a colonização portuguesa firmasse suas bases e impusesse suas premissas.

Para perquirir a história da capitania, Caldas procedeu a uma divisão e o trabalho foi separado em blocos principais, que mostraram total consonância com as propostas de confecção de um discurso histórico calcado nas exigências de legitimação. Podemos dizer que a *Notícia Geral* mostrou-se afinada com os estatutos renascidos e com as premissas revisionistas que objetivam substituir os diplomas papais e exigiam confirmação da posse efetiva seguida do domínio e do policiamento das possessões coloniais por suas metrópoles. Para tanto, ganharam relevo na obra as descrições históricas do que o autor chamou de governo religioso, governo político e governo militar. Foram esses os parâmetros que ele

⁹⁵⁷ CALDAS, op. cit., p. 2.

⁹⁵⁸ Ibidem, p. 3.

⁹⁵⁹ Ibidem, p. 4.

utilizou para situar a instalação/adaptação do aparelho administrativa lusitano na sua colônia situada no continente americano. Seu trabalho procurou mostrar a solidez das instituições portuguesas na capitania da Bahia e sintetizou muito bem o que propunham os letrados da Academia dos Renascidos para o conjunto da América portuguesa.

O governo eclesiástico e as formas pragmáticas da historicização religiosa

Distante das perspectivas providencialistas, a abordagem religiosa da *Notícia Geral* se calcou na demonstração de uma sólida presença religiosa na colônia, confirmada por uma bem documentada lista de despesas eclesiásticas e pela completa relação dos Bispos e Arcebispos que passaram pela província da Bahia, com referências às respectivas ações que marcaram seus governos. Sem desconsiderar o elemento sagrado, Caldas partiu para uma perspectiva histórica pragmática da presença da Igreja Católica na América portuguesa. A tentativa de demonstrar a legitimidade foi pautada em uma nova base que priorizou a enumeração dos gastos e o arrolamento dos membros do clero como elementos comprobatórios da ação política dos sacerdotes na colônia.

Ao aspecto religioso se apresentou uma roupagem diferente, que não contestava seus direitos adquiridos, também centrados na primazia, mas que não lançou mão das estratégias retóricas tradicionais fundamentadas essencialmente no dogma e nos preceitos cristãos. Se esses não foram desprezados, eles tampouco assumiram a lugar de destaque na explicação da preeminência da presença de membros do clero no Brasil. A história religiosa de Caldas foi escrita sob influência de um pragmatismo a toda prova. Poderíamos dizer que foi uma tentativa de laicizar uma história cujas explicações não se fundamentavam em bases teológicas, mesmo que seus personagens fossem religiosos. As informações sobre os eclesiásticos deveriam cumprir sua parte na missão legitimadora do discurso de Caldas: evidenciar a contribuição da Igreja para a conquista colonial. Nesse caso, o que contava era traçar o caminho percorrido para que essa contribuição fosse concretizada, ou seja, esquadrihar os mecanismos através dos quais a colonização foi efetivada por uma burocracia eclesiástica que ganhava dimensão e influência, não apenas no terreno espiritual, mas também, no político-administrativo.

Ao invés de enumerar os santos, os milagres ou a devoção inata dos nativos ao credo que mal conheciam, o autor partiu para a descrição dos custos pecuniários que gravitaram em torno da instalação dos religiosos portugueses desde a sua chegada a estas novas paragens. Ele tencionava mostrar o trabalho e os investimentos necessários para erigir um complexo religioso além-Atlântico, e a luta travada contra toda sorte de adversidades. Ficaram latentes,

assim, em suas preocupações, as referências à instituição do Bispado, à fundação dos conventos, às construções de irmandades e ordens, além das capelas. As despesas geradas ajudariam a desnudar o funcionamento da estrutura religiosa bem como faziam apologia aos recursos que ela consumiu. José Antonio Caldas associou a instalação das primeiras instâncias religiosas na Bahia aos cargos que foram criados tendo em vistas as funções atribuídas à Santa Sé.

O Governo Ecclesiastico he aquelle que regula as couzas pertencentes a direção espiritual e bem das almas. Foi instituido o primeiro Bispado do Brazil no anno de 1552 pelo Sren^o Rey D. Joaõ 3^o e no tempo do d'Bispado se erigirão tres Parochias a saber, Sê, N S^a da Vitoria e S Jorge do Ilheos. Compunhase a Dioceze de 13 Capitulares que continhão 5 Dignidades. Deam, Chantre, M^e Escola Arcediago, e Thezoureiro Mor, 6 Conegos Prebendados, e 2 meios-Prebendados com 6 Capelaens, hum M^e das Seremonias e outro da Capela.⁹⁶⁰

Diante disso, tem-se uma outra visão das funções religiosas. O engenheiro Caldas mostrou como a *direção das almas* exigiu, além das prerrogativas eminentemente religiosas e dogmáticas, uma estrutura que pudesse fazer com que o catolicismo assumisse as funções que lhe cabiam: amearhar novos adeptos e cuidar da vida espiritual dos que o professavam. Assim, a evolução histórica da Igreja no Brasil ficou demonstrada pelo atendimento das novas demandas que o avanço do tempo e da exploração da terra exigiam. A narrativa associou o aumento da necessidade de membros da Igreja à difusão da colonização. O número de cargos criados crescia em decorrência da expansão da exploração colonial, da necessidade de conversão de novos magotes de índios e de tudo o mais que representava a presença religiosa. Se o governo eclesiástico foi utilizado para confirmar o exercício do domínio na América portuguesa, a ampliação das necessidades locais, no que tangia ao número de membros e de instituições ligadas à Igreja, seria sinônimo de que o domínio estava sendo levado a novos espaços.

Depois crescendo o comercio e comunicação por que se dilataraõ as Provincias desta America Portugueza, se erigiraõ varias Cidades, e elevouse a Metropolitana a Cathedral desta Cidade, depois da sucesaõ de des Bispos, repartindose em seos Bispados sufraganeos. Porque parecendo a El Rey D. Pedro 2^o q' pela nimia extensaõ desta Dioceze, q' comprehende so de Costa mais de mil legoas e pelo Sertaõ ainda se lhe naõ sabe o fim, se naõ poderia governar por hum so Prelado por mais vigilante que fose.⁹⁶¹

Diante do reconhecimento da extensão das terras, o monarca Pedro II solicitara ao Papa Inocêncio XI o desmembramento da Diocese em três Bispados. Essa concessão seria mais voltada para atender à “utilidade das almas, que ao aumento das suas tendas.”⁹⁶² A

⁹⁶⁰ CALDAS, op. cit., p. 9.

⁹⁶¹ Ibidem, p. 10.

⁹⁶² Ibidem.

demanda régia fez com que fossem erigidos os Bispados do Maranhão, de Pernambuco e do Rio e Janeiro. No século seguinte, D. João V, não apenas dobrou os ordenados, como também promoveu o aumento do número de religiosos “mandando crear mais vinte Igrejas Parochiaes, de que carecia nosa America pela sua grande extensaõ, e pelos dilatados limites das Vigararias invenciveis a diligencia dos Parocos.”⁹⁶³ Assim, expandiam-se as redes eclesiásticas na América portuguesa, para a utilidade das almas, para o aumento das tendas da Igreja e para o bem da monarquia lusitana, que teria nessa expansão um fator a legitimar suas prerrogativas no Brasil. Esse argumento foi um dos recursos narrativos utilizados pelos letrados renascidos em suas obras de natureza legitimadora produzidas nos meados do século XVIII. A Igreja e o universo que veio no rastro de sua instalação na América lusa, foram uma das bases que comprovariam a legitimidade da presença portuguesa no além-mar americano.

Caldas esquadrinhou a instalação eclesiástica a partir de uma demonstração minuciosa das freguesias que se encontravam sob a tutela do Arcebispado da Bahia. Eram 78 as freguesias da Bahia, “9 nesta Cidade, 22 no seo Reconcavo; 13 nas Vilas do Sul; 18 no Sertaõ de baixo, e 16 no Sertaõ de sima todas com seos Parocos, q’ procuraõ com zelo a salvaçaõ das almas. Em cada huma ha 2 Coadjuutores, e em algumas 3 e 4, e hum Sacristaõ.”⁹⁶⁴ Esses números confirmam o objetivo de ressaltar o domínio que era exercido pelos portugueses através da difusão destas freguesias ao longo da capital e do interior. A *Notícia Geral* perquiriu a presença católica na América portuguesa em seus números e funções e a Igreja apareceu como parte do aparato administrativo português instalado no Brasil. A ela foram delegadas inúmeras funções, muitas das quais fugiam ao âmbito estritamente dogmático e por essa razão seria legítimo que suas ações fossem utilizadas pela narrativa histórica de Caldas para demonstrar o arraigamento e a difusão das instituições portuguesas pelo interior da colônia.

Mesmo que a Igreja fosse uma entidade supranacional, suas ações no Brasil convergiram para o atendimento dos interesses de uma nação em particular, Portugal e as atividades – religiosas, políticas, militares, etc. – dos eclesiásticos que participaram do processo de colonização na América portuguesa foram executadas e balizadas atendendo aos interesses desse país especificamente. Sem desconsiderar o compromisso com a difusão da fé e conversão de novas almas, o aspecto leigo foi preponderante no discurso de Caldas sobre o governo eclesiástico. A Igreja apareceu como instância político-religiosa e por ambas as funções suas iniciativas se coadunaram como elementos legitimadores da presença portuguesa

⁹⁶³ CALDAS, op. cit., p. 11.

⁹⁶⁴ Ibidem.

no continente americano. As descrições sobre a distribuição dos seus membros pelo interior da capitania ressaltaram as possibilidades de representação dos seus papéis sociais em uma narrativa de cariz legitimador escrita durante o setecentos luso-brasileiro. As proporções e as múltiplas funções que o enraizamento católico assumiu na Bahia são dignas de nota, e além do já mencionado, o Arcebispado com sede em Salvador tinha sob sua jurisdição

27 Vigarios de Vara, q'administraõ a justiça Ecleziastica nas Vilas pertencentes a esta Capitania e seos distritos tendo as partes Regreso de apelação e agravo para a Relação Ecleziastica desta Cidade. Ha dous Vigarios Gen. ^as hum desta e outro da Cidade de Sergipe d'ElRey. Tambem se achão nesta Cidade dous Escrivaens de banca e hum de Camera, hum Destribuidor Inquizidor, e Contador, hum Meirinho geral, e seo Escrivão, e em todas as Vilas se acha Meirinho, e Escrivão para exercicio Ecleziastico.⁹⁶⁵

O fim da citação deixou claro que não importava a distância a que se encontrasse da costa ou da capital, o *exercício eclesiástico* era desempenhado em *todas* as vilas.

Ao mostrar que as despesas geradas com os estipêndios dos Bispos que atuavam no Brasil eram pagas pelo erário régio, Caldas ratificou que a instalação do aparato católico na América portuguesa foi uma iniciativa cujos encargos repousaram sobre os cofres do Estado laico português. Com base nisso, afirmamos que nas páginas da *Notícia Geral* a Igreja foi representada muito mais como uma instituição política do que propriamente como instância religiosa. Ela fez parte do conjunto de esforços que a monarquia lusitana perpetrou para levar adiante a colonização da terra brasílica, o que tornou legítima sua utilização para comprovar o domínio que os portugueses exerciam sobre o Brasil. As instituições que cresceram e se desenvolveram sob os auspícios e orientações da Santa Sé foram, a bem da verdade, um dos mecanismos de instalação das diretrizes portuguesas na América. O enunciado fala por si.

Agora mostraremos despeza q' fas S. Mag.^E com a folha Ecleziastica, (...) depois do q' mostraremos o Cathalogo Chronologico de todos os Bispos (...) q' tem havido nesta Metropole, e depois mostraremos o numero das freguesias com seos fogos e almas (...)⁹⁶⁶

Através dele podemos inferir algumas das propostas legitimadoras que a obra de Caldas acalentava. As informações de que dispunha a Igreja, eram fundamentais para que se escrevesse a história nos moldes propostos pela história institucional luso-brasileira setecentista. Os documentos eclesiásticos continham informações indispensáveis para concretizar alguns dos objetivos preconizados pela narrativa histórica do século XVIII. As relações de aldeias e freguesias, ao lado do número de fogos e almas, eram dados estratégicos

⁹⁶⁵ CALDAS, op. cit., p.12.

⁹⁶⁶ Ibidem.

do tipo que os letrados renascidos buscavam para embasar seus trabalhos e para materializar, no plano intelectual escrito, a confirmação do exercício do domínio do território americano pelos portugueses. Esse caminho foi trilhado por José Antonio Caldas e a análise que ele fez das ações dos membros da Companhia de Jesus, pode servir de exemplo. Depois de mencionar o estabelecimento da primeira fundação jesuíta na Bahia, no ano de 1549, seus padres

forão dilatando o fervor de tal sorte, que ganharaõ muitas almas para Deos, e forão fundando muitas Cazas por todas as Capitánias do Brazil, penetrando todos os sertoes, bautizando innumeravies aldeyas de trazendoas ao gremio da Igreja, e ao trato domestico das gentes.⁹⁶⁷

Ao lado do discurso que ressaltou a expansão por todo o território, em sua missão evangelizadora de conversão do gentio e de confirmação do domínio exercido pelos portugueses *por todos os sertoes*, apareceu a forma utilizada por Caldas para validá-lo. Os diferentes conventos, de todas as ordens, espalhados pela colônia tiveram os seus contingentes esmiuçados e apresentados com detalhes atrelando ao texto histórico de Caldas doses de pragmatismo. Aqui apareceu a Igreja que desempenhava suas funções eminentemente religiosas e dogmáticas, a serviço da expansão da fé, que nem por isso deveria ser apartada de seus papéis políticos, como a expansão da influência portuguesa em sua colônia.

O mesmo se deu com os carmelitas que fundaram sua primeira instituição em 1580 e, a partir de então, passaram a executar “grandes obras do serviço de Deos, e bem das Almas.”⁹⁶⁸ A despeito do reconhecimento das ações pias, Caldas ofereceu na sequência através do arrolamento de todo o patrimônio da Ordem, a lista detalhada de tudo que ela erigiu desde sua instalação até data recente à confecção da *Notícia Geral*. O autor ressaltou o que concretizaram as diferentes ordens desde sua chegada ao Brasil mostrando como esses religiosos fizeram parte da construção de uma diversificada paisagem humana e física, na capital e em regiões interiores do Estado do Brasil. O proselitismo cristão parece estar sempre em segundo plano diante da necessidade de firmar a diversidade de instituições que vinham desempenhando papéis políticos, promovendo a colonização das terras da Bahia desde os primórdios do advento português. Para além das obrigações que desempenhavam nos conventos, os religiosos eram donos de engenhos e fazendas,⁹⁶⁹ o que fortalecia o discurso que os caracterizava como sujeitos cujas funções extrapolavam suas obrigações sacerdotais.

⁹⁶⁷ CALDAS, op. cit., p. 13.

⁹⁶⁸ Ibidem, p. 14.

⁹⁶⁹ Ibidem.

As informações concernentes aos beneditinos seguiram esse padrão discursivo. Chegando precocemente à América portuguesa, em finais do século XVI, momento em que a colonização começava a tomar forma, pouco mais de trinta anos após a fundação da cidade do Salvador, seu advento ocorreu no período em que Portugal passou a olhar para o Brasil com novo interesse. Além de toda ação missionária, os membros da Ordem de São Bento estiveram envolvidos em diversas outras atividades atinentes aos interesses da Coroa.

No ano de 1581 fundaraõ Caza nesta Capitania da Bahia os Monges do Glorioso Patriarcha S. Bento (...). Dilataraõ estes Religiozos a sua doutrina por muitas partes do Brazil florecendo em virtudes e cazas com grande aproveitamento das Almas, e exemplo dos povos por cuja razaõ foraõ aumentando as fundaçoens, e possuindo as muitas propriedades com que hoje se achaõ.⁹⁷⁰

Narrativa semelhante contemplou a chegada dos Capuchinhos, tidos como zelosos e preocupados com a salvação das almas que tiraram bastante proveito da chegada desses religiosos ao Brasil. A diferença nesse caso é que os votos que eram obrigados a fazer aqueles que ingressavam na Ordem de Santo Antonio impediam que sua diligência para amealhar terras, engenhos e fazendas – para citar os bens materiais disponíveis no cenário brasílico descrito – fosse a mesma que apresentavam membros das outras ordens acima citadas. Nem por isso perderam relevo as práticas capuchinhas, seus conventos e igrejas, sua ação missionária ou sua participação no processo colonizador.

Caldas forneceu números que deram idéia precisa do universo religioso edificado na capitania da Bahia e enalteceu o papel das instituições e o dos homens que as erigiram e as colocaram para funcionar. Através das diversas e suntuosas construções e das ações ambivalentes do mosaico que formava o quadro humano dos diferentes segmentos católicos que se fizeram presentes na capital da América lusa, o autor da *Notícia Geral* confeccionou sua representação do papel da Igreja. Tudo acompanhado periodicamente pela ação de visitantes responsáveis por averiguar o zelo dispensado aos assuntos sagrados.

Em toda esta Cidade e sua Capitania se achaõ para sima de 300 Igrejas, entre Capelas, Freguezias, Oratorios, Ermidas, Conventos com mais de 2000 Operarios Sacerdotes de Misa, e Clerigos em Ordens Sacras e Menores, e Adidos a Igreja. Todos os anos saem Vizitadores a vizitar todas as Igrejas Capelas e Oratorios desta Cidade e sua Capitania para que se trate com aquele aseyo e decencia devida as couzas sagradas.⁹⁷¹

Isso para não mencionar os exércitos que compunham as Ordens Terceiras e as funções sociais que elas assumiram. Estas extrapolaram os limites de Salvador e alcançaram

⁹⁷⁰ CALDAS, op. cit., p. 15.

⁹⁷¹ Ibidem, p. 23.

cidades vizinhas. Mesmo que essas funções estivessem associadas à observância de cada conjunto de regras que conduzia a vida dos membros das respectivas ordens, elas associavam a capital a regiões do interior e Caldas mostrou como os enterros, procissões e atos de caridade⁹⁷² inseriam os religiosos no cenário da colonização. As listagens das aldeias que ficavam a encargo de cada Ordem reiteram a mesma preocupação e mostram que mesmo em regiões que se encontravam fora da jurisdição geográfica das cidades, os religiosos atestavam sua presença – e a portuguesa – desempenhando as funções de converter o gentio, expandir a fé e firmar domínio pelo interior da capitania. Com suas contribuições específicas eles faziam parte do processo de lusitanização do Brasil.

Talvez a forma mais contundente de enaltecer a contribuição da Igreja para esse processo, tenha sido a apresentação de toda sorte de despesas que a estrutura eclesiástica consumia. Através delas exibiam-se os contingentes necessários e os conseqüentes montantes gastos para formar tal estrutura, que se encontrava difundida pelos quatro cantos da capitania. Não apenas isso, os números deram conta dos investimentos portugueses que fizeram – e continuavam fazendo – parte do processo de instalação do catolicismo na América portuguesa desde os primórdios da colonização, quando as bases que sustentariam o poder eclesiástico começavam a ser montadas, até datas próximas ao ano em que o livro foi escrito. Esses números manifestaram fins legitimadores da soberania portuguesa, na medida em que traziam à tona a idéia de que as relações entre o *governo eclesiástico* e a conquista da terra foram levadas adiante por instituições financiadas pela monarquia portuguesa. Isso, para não mencionar o processo de interiorização que a difusão do cristianismo promoveu e a conexão entre as regiões interiores e a capital perpetradas pelas redes construídas no rastro da institucionalização religiosa.

A cristianização da América, a par de ter seu papel na difusão do domínio português, demandou investimentos de monta. Os religiosos fizeram parte do universo institucional responsável pela colonização do Brasil e a despeito de que suas ações tenham sido direcionadas para atender interesses distintos – puramente religiosos ou não – a busca por esse atendimento desempenhou papel crucial na promoção do domínio exercido sobre a terra e sua gente. Os eclesiásticos também trabalharam a serviço do Estado português, mesmo quando desempenhavam estritamente suas funções pias.

Confrontando as produções intelectuais de Caldas e a dos seus colegas renascidos, identificamos uma mudança de ótica e de apropriação quanto aos papéis que os religiosos

⁹⁷² CALDAS, op. cit., p. 24.

poderiam desempenhar para legitimar a presença portuguesa no Brasil. A Academia demonstrou uma maior preocupação com o significado da primazia e esta tendência também foi bastante marcante no discurso do frei Jaboatão. Caldas utilizou os religiosos de outra forma. Sua lista de todos os Bispos demonstrou que houve um primeiro e que, depois dele, uma seqüência permitiu o estabelecimento de uma cronologia religiosa da América, que se perenizou pelo tempo adquirindo status de instituição. A relação contemplou a totalidade de Bispos e Arcebispos, pois eles, juntos, desempenhariam uma função na narrativa da *Notícia Geral* que D. Pedro Fernandes Sardinha não poderia exercer sozinho, mesmo tendo sido o primeiro de todos. Mas, ao cabo, dando maior ou menor ênfase à antecedência, persistia o objetivo de firmar a legitimidade lusitana na América através da prática discursiva calcada na história. As informações sobre cada um dos dignitários do governo eclesiástico que executaram funções de destaque no Brasil foram sucintas, mesmo assim, dentre elas apareceu que o famoso Bispo Sardinha, que terminou sendo devorado pelos Caetés, fora mandado à colônia pelo rei D. João III. A alta hierarquia eclesiástica incumbida de coordenar a conversão das almas dos novos súditos e de começar a implantar o catolicismo no além-mar, precisava passar pelo crivo do poder régio que era quem delegava os cargos.

O segundo Bispo, D. Pedro Leitão, desempenhou papéis igualmente importantes, mesmo não desfrutando da primazia. Ele também fez parte da concretização da tradição cristã em terras brasílicas nos primórdios da colonização e na vacância deixada por Sardinha, Leitão assumiu as funções se tornando responsável por dar continuidade ao trabalho que começara com seu antecessor. Se esse foi cercado de toda uma áurea pela antecedência e pelo fim trágico que conheceu, apenas junto com seus sucessores a rede pôde ser formada e a instituição solidificada. Leitão cumpriu as funções inerentes ao seu cargo que também o alçaram à condição de emissário português. Assim, como “zelozíssimo Prelado,”⁹⁷³ ele

vizitou e peregrinou por toda a sua Dioceze q’ então era mais dilatada e mais barbara Não houve expedição alguã na conversão dos gentios a q’ ele se naõ achãse presente, e administrandolhes muitas vezes por suas mãos o sagrado Baptismo; no tempo do seo governo vieraõ povoar a Ilha de Itaparica no ano de 1561 e a fundacaõ de numerozas aldeyas, q’ no mesmo ano se erigiraõ com suas Igrejas.⁹⁷⁴

Diante disso, ao dizer que o Bispo peregrinou por *toda* a diocese que estava a seu encargo, o autor evidenciou que ele cumpria as missões religiosas que seu zelo exigia e desempenhava as funções de representar o papel de autoridade portuguesa em uma província *dilatada*. Durante seu bispado a conversão de índios e a fundação de igrejas foram associadas

⁹⁷³ CALDAS, op. cit., p. 33.

⁹⁷⁴ Ibidem, p. 33-34.

à criação de aldeias e ao povoamento da ilha de Itaparica. Ações coordenadas que atendiam simultaneamente aos interesses da Igreja e do Estado português: difundir a fé e contribuir para expandir a colonização. Se a própria difusão da fé foi, em si, um elemento da expansão da colonização, o papel legitimador do segundo Bispo fez com que ele prescindisse da prerrogativa da primazia, e o mesmo se daria com os respectivos sucessores. Constantino Barradas, quarto Bispo, tomou posse já no final do século XVI, em 1599 e, no geral, suas obras foram bastante parecidas com as de seus antecessores. Segundo Caldas, ele foi o primeiro a esboçar algumas constituições, o que não pôde ser comprovado, pois em decorrência de não as ter mandado imprimir, teriam sido consumidas pelo tempo.⁹⁷⁵ As ações que comandou durante os 18 anos em que esteve à frente do Bispado foram marcadas pela fundação de “muitas vigararias, e especialmente as do Cairû, Boypeba e Sergipe de El Rey.”⁹⁷⁶

O Bispado da Bahia foi elevado a Arcebispado quando a colônia passou a desempenhar novo papel na configuração do império português seiscentista. As funções que os Arcebispos exerceram caminharam no mesmo sentido daquelas que marcaram as ações de seus antecessores. O quarto Arcebispo da Bahia, D. João Franco de Oliveira, “foi o primeiro Arcebispo que pasou em visita ao rio de S. Francisco”⁹⁷⁷ e, além das peregrinações pelo interior da capitania, durante o seu arcebispado

se erigirão as Freguezias de N. SR.^a do Bom Suceso, S. Antonio de Pambu. Tambem se erigirão em Vigararias a Igreja de N. Sr.^a da M^e de Deos da Curupeba, S. Gonçalo da V.^a de S. Francisco, N. Sr.^a do Rozario da Vila da Cachoeira, S. Gonçalo dos Campos, S. Domingos da Saubara, S. Jozé das Itapororocas, N. Sr.^a de Nazareth o Itapicuru de sima, S. Luzia do Prague, S. Gonçalo do Rio de Sergipe de El Rey, e S. Antonio e Almas da Itabuna.⁹⁷⁸

Assim, a construção das instituições que promoveram a expansão da fé e das regiões submetidas ao domínio da Coroa portuguesa tinha continuidade. O sucessor de D. João Franco foi Sebastião Monteiro da Vide. Monteiro da Vide, quinto Arcebispo, teve seu governo marcado pela construção de inúmeras igrejas e pela fundação de freguesias por toda a capitania. Seus anos como Arcebispo se distinguiram pela expansão da Igreja por áreas interiores da Bahia e pelo incremento do alcance de prerrogativas luzitanizantes na capitania. Mas, o que realmente particularizou seu arcebispado foi a convocação do sínodo para promulgação das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. As ações dos

⁹⁷⁵ CALDAS, op. cit., p. 36.

⁹⁷⁶ Ibidem.

⁹⁷⁷ Ibidem, p. 42.

⁹⁷⁸ Ibidem, p. 48-49.

Arcebispos, e dentre eles D. Sebastião Monteiro da Vide é exemplo acabado, – principalmente, pela elaboração das *Constituições* – se notabilizaram como tentativas de consolidar as instituições religiosas na América portuguesa. Acreditamos que na obra de Caldas essa consolidação institucional representava também o fortalecimento dos vínculos portugueses com sua colônia americana. As *Constituições Primeiras* mesmo criando leis que tiravam do Arcebispado de Lisboa a prerrogativa de orientar o da Bahia, mostraram sintonia com os interesses da própria Igreja em sua expansão pelo continente americano, e com os da Coroa, na medida em que contribuíram para a consolidação de uma instituição que advogava a causa portuguesa no Brasil.

A descrição do Arcebispado de D. José Botelho de Matos seguiu à risca a de seus antecessores. Botelho de Matos exercia o cargo ao tempo em que Caldas escrevia o seu trabalho. Nas páginas da *Notícia Geral*, o governo eclesiástico de Botelho de Matos apareceu como responsável pela construção de conventos, igrejas, do Seminário da Companhia no Maciel e ainda do hospício de S. Felipe Neri⁹⁷⁹, além disso, foram mencionadas as funções que o Arcebispo passou a desempenhar depois de ter sido alçado ao cargo de presidente de um Conselho. Suas

novas ordens que lhe foraõ apresentadas pelos tres Conselheiros ultramarinos que a esta Capital pasaraõ com ordem Regia para tratarem, e rezolverem os negocios pertencentes a Coroa e bem comum naquela parte em que se dirige ao Governo Ecclesiastico, se tem portado com aquela actividade zelo e charidade que a todos he notorio.⁹⁸⁰

O Conselho a que fez referência o texto de Caldas era o da Mesa de Consciência e Ordens, instância burocrática criada por Pombal que deveria ser presidida pelo Arcebispo da Bahia e tinha como premissa dinamizar a efetivação de certas decisões que desfrutariam da prerrogativa de serem tomadas diretamente na colônia. Uma iniciativa característica do consulado pombalino que tentou conferir uma nova dinâmica à vida administrativa da América portuguesa. Um dos conselheiros mencionados era, precisamente, José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Melo, fundador da Academia dos Renascidos.

Caldas encerrou a apresentação dos Bispos e Arcebispos que fizeram parte da instalação da estrutura eclesiástica na América portuguesa depois de contemplar a todos os religiosos que haviam ocupado os referidos cargos. Acreditamos que essa genealogia objetivava mostrar a solidificação de uma das instâncias que os portugueses trouxeram na bagagem quando chegaram ao continente americano para efetivar a colonização. Ela se

⁹⁷⁹ CALDAS, op. cit., p. 45.

⁹⁸⁰ Ibidem, p. 46.

imbuíu, assim, de objetivos legitimadores que serviriam para ajudar a comprovar o exercício do domínio sobre a terra e sua gente concretizado pelos portugueses.

Para dar credibilidade aos seus escritos, o autor da *Notícia Geral* seguiu o padrão preconizado pelas academias históricas setecentistas de comprovação documental dos fatos narrados. Segundo Caldas, os dados que ele apresentou se pautaram nas “notícias mais certas, e averiguas oens fidedignas que a este respeito se fizeraõ.”⁹⁸¹ O autor desejava dar seguimento ao trabalho e oferecer a relação histórica dos Bispos que ocuparam os Bispados de Pernambuco, Minas Gerais e Rio de Janeiro, o que não pôde ser feito por “faltarem aquelas notícias que se me fazem preciso p^a seguir a serie.”⁹⁸² A decisão de não escrever diante da ausência de fontes referendou o trabalho histórico de Caldas e conferiu credibilidade à sua obra. Ele legitimou seu discurso deixando claro que dispor de *notícias fidedignas* seria imprescindível para que ele levasse adiante sua empresa intelectual. Suas intenções de dar prosseguimento à pesquisa sobre os religiosos que ocuparam cargos de destaque em outras capitanias, esbarravam na circunscrição – estabelecida por ele mesmo – de sua obra à capitania da Bahia. Esse anseio parece ser um indício de que o autor aspirava oferecer um quadro histórico amplo da participação dos membros da Igreja na colonização do Brasil. Caldas atribui aos Bispos a responsabilidade pela realização uma série de atividades importantes que se reverteram para o exercício do domínio sobre a terra e seu povo, como a construção de conventos, igrejas e seminários, a conversão do gentio e sua organização em aldeias. Se fosse possível associar as iniciativas dos Bispos e Arcebispos da Bahia àquelas realizadas pelos outros Bispados, o discurso legitimador ganharia nova dimensão e passaria a abranger diversas regiões da colônia. Não por acaso aquelas que eram política e economicamente mais importantes. Nesse caso, valeria a pena fugir ao tema e ampliar o alcance político da obra, o que, certamente, lhe aumentaria o mérito e conseqüentemente o reconhecimento e o poder de barganha, o que não foi possível pela falta da documentação necessária. Ao deixar essa lacuna e dar continuidade à persecução dos objetivos pregressos da obra, seu autor indica que preferiria não escrever sobre aquilo que não oferecia referências seguras.

Após a enumeração dos Bispos, Caldas partiu para um assunto que esteve no âmago da instalação religiosa no Brasil: a relação estabelecida entre os eclesiásticos e os ameríndios. Ele também dedicou alguma atenção aos nativos, como de resto seria a praxe dos seus companheiros de grêmio renascido. Na verdade, o tema que Caldas utilizou para fazer

⁹⁸¹ CALDAS, op. cit., p. 46.

⁹⁸² Ibidem.

referência aos índios, foi o dos aldeamentos. Antes de apresentar a distribuição das aldeias desta capitania pelas comarcas em que se situavam e Ordens religiosas que as administravam, ele afirmou: “não deixarei de dizer alguma coisa de pasage sobre o Gentio que habitava este Continente.”⁹⁸³ E prosseguiu.

No ano de 1500 descoberta esta terra por Pedro Alz' Cabral como ja dice, se achava todo este continente povoado de diversas nasoens muito barbaras e indomitas, não semeavaõ, nem cultivavaõ a terra, porque se sustentavaõ das casas e frutas silvestres que (?) e sem cultura lhes ofertava e produzia a fertilidade e benignidade do mesmo clima. Sustentavaõse tambem de carne humana e com mais appetite satisfaziaõ a fome na dos seos inimigos.⁹⁸⁴

É sintomático que antes da organização proporcionada pelos aldeamentos, o gentio apresentava hábitos selvagens. A descrição dos seus costumes foi absolutamente depreciativa e a intervenção da Igreja providencial ao convertê-los, mudar-lhes as atitudes e submeter-lhes a uma nova organização sócio-espacial: os aldeamentos. Ainda assim, esse não fora o destino de todos os nativos e alguns dos povos hostis que não se submetiam aos aldeamentos de índios mansos “os Portuguezes os foraõ extinguindo pouco a pouco pelas mesmas crueldades e falsidades que nelas experimentaraõ nos princípios em que se comesaraõ estas Conquistas.”⁹⁸⁵ Mesmo conjugadas estas duas medidas as hostilidades não deixaram de se manifestar e o autor mostrou as muitas dificuldades que os nativos causaram e continuavam causando no processo de colonização da terra. Ele afirmou que “não menos crueldade se experimenta no tempo prezente.”⁹⁸⁶ O trabalho de aldeá-los, de colocá-los sob controle das instituições portuguesas, de domesticá-los – de que o Diretório dos Índios seria o ponto culminante no que tangia às tentativas de transformar o estatuto do indígena, pelo menos na teoria – requisitou investimentos, guerra e empenho. Nada mais justo, então, do que colocar essa etapa do processo da conquista americana efetuada pelos portugueses, como argumento narrativo legítimo na luta pelo reconhecimento da vitória das instituições lusófonas diante das adversidades com as quais elas haviam se deparado. Caldas salientou todo o engenho e a pertinácia demonstrada pelos portugueses na arregimentação dos nativos em aldeias e como esse processo foi custoso em comparação ao que tiveram de enfrentar os colonizadores de outras partes do continente americano.

Finalmente o descobrimento, e a cultura desta America tem sido de grandisimo trabalho para os Portuguezes por cauza da nimia barbaridade dos seos habitantes, o

⁹⁸³ CALDAS, op. cit., p. 47-48.

⁹⁸⁴ Ibidem, p. 47-48.

⁹⁸⁵ Ibidem, p. 48.

⁹⁸⁶ Ibidem, p. 49.

q' nam sucedeo no descobrimento da America Setentrional por serem mais cultos os seos habitantes.⁹⁸⁷

Os aldeamentos organizados entraram, assim, na ordem do discurso legitimador da *Notícia Geral*. A partir do momento em que passaram a ser administrados pelas diferentes Ordens religiosas os índios participariam mais efetivamente do povoamento e da colonização da terra. Esta nova perspectiva ratificava a implementação de novas formas de exploração do território e enaltecia o bem sucedido processo de cristianização do gentio. *Grandíssimo trabalho* que com empenho sem precedentes em outras partes do continente, os lusitanos conseguiram extrair dos *bárbaros e indômitos*. O próximo passo seria incorporar esses personagens da colonização ao discurso histórico enaltecendo sua importância para a comprovação da expansão para o interior e para a ampliação do domínio exercido sobre a terra. Foi exatamente isso que Caldas fez.

Aí reside o valor do arrolamento das aldeias que a *Notícia Geral* apresentou fazendo uso de categorias como *casais, viúvas, viúvos e ausentes*. Essas aldeias eram a prova de que as regiões interiores haviam sido colonizadas por matrizes portuguesas que chegaram ao Novo Mundo e organizaram, de forma racional, os povos que viviam espalhados sem semear ou cultivar a terra. Ao tempo em que Caldas escrevia, os indígenas já eram súditos do rei de Portugal, o que explica a importância da conexão entre colonizador e nativo no discurso histórico do engenheiro.

A *Notícia Geral* reportou certas iniciativas de Pombal contra os jesuítas que culminariam com a modificação do caráter de alguns aldeamentos de índios. Depois de listar as aldeias controladas pelos inacianos, Caldas afirmou que “foi S. Magestade servido de tiralas do poder dos ditos Padres por um Decreto expedido neste prezente ano de 1758.”⁹⁸⁸ As medidas ordenadas pelo decreto acima referido, tinham a função de ampliar domínio sobre regiões interiores, uma vez que, cada uma dessas aldeias “conforme o mesmo Decreto se hade elevar a vila como ja em comprimento da dita ordem se tem feito a alguas.”⁹⁸⁹ Determinações como esta desempenharam duplo papel: reforçavam o domínio português em seu território ultramarino americano e minavam a influência e o poder dos padres da Companhia de Jesus no Brasil. A transformação das aldeias em vilas criou uma nova estrutura pelo interior da América portuguesa, mais fácil de comprovar o domínio exercido sobre as áreas que se encontravam afastadas da costa e, aliado a isso, o novo estatuto dos índios aumentava consideravelmente o número de súditos da Coroa lusitana que povoavam o interior da colônia.

⁹⁸⁷ CALDAS, op. cit., p. 50.

⁹⁸⁸ Ibidem, p. 56.

⁹⁸⁹ Ibidem.

Depois da intervenção portuguesa, que culminou com sua cristianização e organização em aldeias administradas por membros do clero, os nativos se transformaram em agentes a serviço da concretização da lusitanização da terra, não apenas pelos investimentos e esforços que o processo demandou, mas também pela forma tomada por sua organização social após o advento dos portugueses. Ela foi estabelecida em moldes que serviam aos interesses do Estado metropolitano.

O arrolamento final desse governo eclesiástico foi conclusivo sobre a efetividade da colonização portuguesa na Capitania da Bahia. Foram listados todos os fogos e almas que podiam ser encontrados em cada uma das freguesias do Arcebispado, espalhadas por todas as vilas existentes na capitania, tendo sido excluídos desta contagem os fogos e almas das aldeias, os menores de sete anos e “outros tantos pagos.”⁹⁹⁰ Algumas páginas adiante Caldas explicaria que esses a quem ele chamava de pagãos eram os escravos que também não entravam no computo das almas.⁹⁹¹ Esses números objetivavam oferecer uma descrição do patamar em que se encontrava a distribuição humana na Bahia em meados do setecentos. Patamar que as ações da Igreja foram fundamentais para ajudar a alcançar.

Ao término das notícias referentes ao governo eclesiástico, Caldas evidenciou o serviço que sua obra prestava aos interesses do monarca. No começo da *Notícia Geral* ele já havia dedicado o resultado do seu esforço intelectual ao rei e ao fim desta primeira parte ele afirmou:

Tenho dado a V. Ex.^a noticia de todo o Governo Ecclesiastico desta Capitania, tambem de toda a despeza q' fas S. Mag.e em cada hum ano com ele (...) he preciso dizer e V. Ex.^a que existem no Governo Ecclesiastico desta Capitania para sima de seis centos Clerigos entre os instituidos em Ordens Sacras e Menores, e o numero pouco mais ou menos de Religiozos Religiozas e Sacerdotes fazem o computo de mais de duas mil pessoas que gozaõ do foro Ecclesiastico.⁹⁹²

A partir dos números e dados que ele apresentou o monarca poderia exercer um controle mais rígido dos montantes gastos com a estrutura religiosa na colônia. Certamente por esse esforço o autor da *Notícia Geral* almejava ter o seu esforço reconhecido, afinal sua obra poderia servir aos objetivos legitimadores portugueses tanto pela riqueza das informações apresentadas como pela demonstração de que a instalação religiosa na América portuguesa fora uma iniciativa financiada, em grande medida, pelo monarca lusitano. Assim sendo, o papel que o governo eclesiástico desempenhou na consolidação do domínio sobre a terra e na condução das almas e conversão do gentio poderia ser interpretado como

⁹⁹⁰ CALDAS, op. cit., p. 64.

⁹⁹¹ Ibidem, p. 70.

⁹⁹² Ibidem, p. 70-71.

prerrogativa do Estado português na colonização do Brasil. Além disso, a partir desse trabalho minucioso, o rei seria capaz de exercer um maior controle sobre os gastos com os religiosos, ou, quando menos, poderia ter acesso a informações precisas dos investimentos que seu erário fazia anualmente para a manutenção desta estrutura, sobre a qual ele teria um controle fundamentado.

O governo civil: a lusitanização através da instalação burocrática e da submissão jurídica das terras do Novo Mundo

Após colocar sua competência pragmática de engenheiro a serviço da história eclesiástica, como propunha o congresso renascido, o autor direcionou sua atenção, ainda consoante as propostas da referida agremiação, aos aspectos seculares que regiam a vida na Bahia de meados do século XVIII. Sua obra traçou um rico panorama da capital da América portuguesa às vésperas da transferência do centro administrativo para o Rio de Janeiro. Nas palavras do próprio autor, o governo civil ou secular “consiste na’dministração da Justiça arrecadação da Fazenda Real e governo economico do Povo.”⁹⁹³ Caldas fez um retrospecto da instalação e adaptação ao Brasil das instâncias jurídicas trazidas de Portugal e forjadas em novas bases a partir da experiência portuguesa no continente americano. Seu objetivo foi ratificar que essa região teve sua realidade regida por um conjunto de instituições portuguesas, secularmente instaladas, responsáveis pela criação de um universo civil e jurídico que submeteu toda a colônia a uma mesma lógica. A importância da Bahia residia no fato de que ela foi uma das praças a partir das quais a materialização desse complexo tivera início. A institucionalização jurídica também desempenhou função legitimadora na narrativa de Caldas que se utilizou dela para comprovar a efetividade da colonização portuguesa no Brasil.

Dotado do anseio legitimador que perpassou toda a *Notícia Geral*, o autor detalhou a burocracia que coordenava a vida da capitania da Bahia e que tornou possível seu controle pela administração metropolitana. Foram esquadrihadas todas as localidades – vilas, comarcas e povoações – a partir das quais a estrutura administrativa exerceria suas funções e todos os funcionários responsáveis por colocar essa estrutura em funcionamento, dos altos dignitários como chanceleres, ministros e desembargadores aos discretos porteiros, meirinhos e guarda-livros. Essa parte da *Notícia Geral* contemplou ainda todas as instituições jurídicas fundadas na América portuguesa desde os tribunais mais importantes e com maiores atribuições, controlados por altos funcionários, até as instâncias de atuação local, restritas às

⁹⁹³ CALDAS, op. cit., p. 73.

vilas do interior ou comarcas espalhadas pela capitania. A obra ofereceu, assim, um panorama do universo jurídico – institucional e humano – responsável por fazer com que as leis criadas para o Brasil fossem aplicadas. Tomemos como exemplo a Relação.

A Relação he hum Tribunal de Justiça que toma conhecimento por apelação ou agravo das Sentenças dadas em toda esta Capitania pelos Juizes inferiores p^a as revogarem reformarem ou aprovarem na parte que lhes parece. Compoem se de hum Prezidente com o nome de Regedor, hum Chanceler, nove Dezembargadores com seus cargos.⁹⁹⁴

O Tribunal da Relação que ficava sob a tutela de altos dignitários tinha como regedor “o Ilustrissimo e Ex.mo Senhor D. Marcos de Noronha Conde dos Arcos Vi Rey e Capitão General de Mar e Terra deste Estado do Brazil.”⁹⁹⁵ Além disso, ele desempenhava funções que colocavam não apenas a capitania, mas quase todo o território colonial sob sua jurisdição. “Esta Relação conhece de todas as couzas Civeis e Crimes não so as que vem apeladas desta Capitania mas ainda de todos os Governos deste Estado do Brazil excepto a cidade do Rio de Janeiro e Minas Geraes do ouro.”⁹⁹⁶ O discurso de Caldas conferiu à Relação atribuições de largo alcance, que demandariam uma autoridade jurídica considerável, e que colocavam amplos espaços de terra e povoações heterogeneamente distribuídas sob seu domínio.

Mas não eram apenas os altos cargos que concorreriam para o pleno funcionamento de um tribunal desta complexidade e além do regedor, chanceler e desembargadores havia também

hum Capelaõ que dis Misa todos os dias antes de intrarem a ela. Ha hum Guardamor que recebe os chapéos dos Ministros e varas na antesala, e na sua falta hum Guardamenor, dous Escrivaes de agravos e apelaçoens, hum Meirinho da Relação e hum Escrivão da sua vara; hum Porteiro que guarda as chaves. Tambem tem Medico Cirurgiaõ e Barbeiro, e todos são selariados por El Rey.⁹⁹⁷

O autor apresentou, de um lado, a instância, e de outro, os funcionários que trabalhavam para colocá-la em ação e dinamizar a vida jurídica da colônia, salientando que todos eram pagos pelo erário régio português e, conseqüentemente, representantes das vontades e dos interesses reais na América. Esmiuçando esses órgãos e detalhando minuciosamente seus quadros de funcionários Caldas amealhou os dados necessários para embasar sua narrativa legitimadora. Assim, temos ao lado do Tribunal da Relação, o da Fazenda Real, da Chancelaria, a Ouvidoria Geral do Cível e Auditoria da Gente da Guerra, Ouvidoria Geral do Crime e Auditoria da Gente da Guerra, Casa da Moeda, Alfândega, Mesa

⁹⁹⁴ CALDAS, op. cit., p. 71.

⁹⁹⁵ Ibidem.

⁹⁹⁶ Ibidem, p. 76.

⁹⁹⁷ Ibidem.

de Inspeção e Intendência Geral do Ouro, do Senado da Câmara, Secretaria de Estado, da Junta e, além de todos esses tribunais, havia os diversos Juízes (de Fora, dos Ausentes, Mamposteiro dos Cativos, da Almotaçaria, da Provedoria da Comarca) que deveriam se encarregar de conceder-lhes funcionalidade. Essas eram as instâncias responsáveis pela ordenação jurídica do Brasil sobre as quais recaía a responsabilidade de conduzir e organizar a colonização e a exploração, obedecendo às diretrizes metropolitanas.

No discurso histórico de Caldas o governo eclesiástico foi uma base da instalação lusa que auxiliou na posterior comprovação do domínio que os portugueses exerceram em sua colônia americana. O governo secular seria outra base do mesmo suporte e era depositário de objetivos legitimadores semelhantes. Mas as relações entre autoridades civis e religiosas nem sempre eram harmoniosas e os conflitos de interesses pela delimitação dos campos de poder e influência que cabiam aos seus representantes foram comuns na história do Brasil colonial. Caldas noticiou a criação de uma instância jurídica que deveria mediar as ações dos dois governos na vida dos vassallos e impedir abusos e vexações de ambas as partes. A despeito das querelas, seculares e eclesiásticos desempenharam funções discursivas idênticas na narrativa legitimadora de Caldas e a interferência de religiosos em assuntos seculares, e vice-versa, mesmo não se configurando como atentado à soberania portuguesa ajudava a evidenciar que as respectivas alçadas jurídicas nem sempre estavam suficientemente delimitadas.

Tambem ha na mesma Relação hum Tribunal da Coroa composto de hum Juis e hum Procurador dela, como fica dito, aquem o Regedor nomea para adjuntos os Juizes que lhe parece conforme a importância do negocio. He privativo para as cauzas em que S. Mag.e he parte, decide as duvidas que ha entre a Coroa, e a Jurisdição Ecleeziastica, e protege os vasallos, quando são vexados pelos Juizes Ecleeziasticos, ou quem proceder com ofensa dos privilegios do Reino ajustados por concordata com Se Apostolica.⁹⁹⁸

O Tribunal, subsidiário da Relação, foi instituído para julgar os casos em que a justiça religiosa abusasse do seu poder ou interferisse em assuntos que escapavam às balizas da sua autoridade. A criação desse órgão foi um indício da importância que a secularização assumia nos assuntos administrativos portugueses – e, por extensão, nos de suas colônias – durante o consulado pombalino, ainda que o referendo da Sé continuasse presente para legitimar a colonização. Parece inegável que no caso específico de Portugal a secularização precisa ser analisada com toda reserva. A citação acima evidencia que mesmo sendo o objetivo do tribunal impedir que os juízes eclesiásticos agissem *contra os privilégios do reino*, esses mesmos privilégios haviam sido *ajustados por concordatas com a Sé Apostólica*. O órgão

⁹⁹⁸ CALDAS, op. cit., p. 75.

secular deveria mediar as relações com religiosos nos casos em que esses atentassem contra interesses que eles mesmos haviam ajudado a legitimar e garantir.

Depois listar todo esse universo institucional e de enfatizar que ele cumpria determinações e vontades do monarca – que sustentava financeiramente toda a estrutura – Caldas ofereceu notícias históricas ligadas ao aparecimento de alguns desses tribunais. A história reforçava o argumento legitimador subjacente ao pragmatismo dos arrolamentos na medida em que demonstrava que a estrutura jurídica desnudada nessas minuciosas listas vinha se dedicando às lides colonizadoras desde que os portugueses chegaram ao Brasil. Na narrativa de Caldas a disciplina histórica e os arrolamentos se complementaram mutuamente como recursos comprobatórios da efetividade da presença portuguesa na América.

O Tribunal da Chancelaria, por exemplo, fora criado para que passassem por ele “todos os procesos e rezoluçoens superiores que em nome de S. Magestade mandaõ cumprir as suas rezoluçoens.”⁹⁹⁹ O Tribunal da Provedoria da Fazenda Real, um dos mais antigos, foi criado em 1549, “quando para esta Cidade veyo o primeiro Governador dela Thomê de Souza o qual trouxe em sua Comp.^a Antonio Cardozo de Barros com o cargo de Provedor da Fazenda Real e se foi continuado ate o prezente.”¹⁰⁰⁰ O Tribunal da Fazenda, exemplo de instituição quase tão antiga quanto a própria colonização, era uma instância precursora do domínio português no Brasil e sua ação ao longo dos séculos poderia ser utilizada como recurso legitimador. Mas, como a complexificação da realidade jurídica colonial – confirmada pela multiplicação dos tribunais e funcionários – não foi linear no tempo, nem sempre esse recurso discursivo pautado na história da estrutura secular pôde ser utilizado. Caldas mostrou que a estrutura jurídica foi ganhando complexidade paulatinamente, o que significou o advento gradual de novas instâncias com mais funcionários que teriam novas atribuições e autoridade para colocar diferentes aspectos da vida na colônia sob sua jurisdição, e, conseqüentemente, sob a autoridade do monarca português. Os tribunais da Ouvidoria Geral do Cível e do Crime, por exemplo, foram criados como instância única, no mesmo período em que o da Relação. A expansão da colonização fez com que suas atribuições fossem desmembradas e cada qual passou a desempenhar funções específicas, que foram delegadas a novos ministros “por não poder hum sô Ministro dar expedição congruentes as partes.”¹⁰⁰¹

O Tribunal da Casa da Moeda, que datava de 1694, fora instaurado por determinação de D. Pedro II para “fabricar dinheiro (...) que então o não havia.” Pela ordem do monarca

⁹⁹⁹ CALDAS, op. cit., p. 89.

¹⁰⁰⁰ Ibidem.

¹⁰⁰¹ Ibidem.

português não apenas a Bahia foi contemplada, em fins de século XVII, com a fundação da Casa da Moeda, mas também Pernambuco e Rio de Janeiro¹⁰⁰²

para este efeito, e que concludo lhe se suprimise a faltura da moeda, porem aumentando o Estado, e abridose as Minas e ouro, julgando ser conviniente a Caza da Moeda nas Conquistas, ordenou a Mag.e Fidelissima do Snr Rey D. Joaõ V, que se estabelecesse novam.te a Caza da Moeda no ano de 1714 que actualmente esta laborando, donde ha naõ pequeno rendimento a S. Mag.e. Estabelecida assim a dita Caza para conservação dela e sustentação dos privilegios dos Moedeiros se creou hum Juis Conservador, Escrivãõ perante quem saõ demandados os ditos Moedeiros.¹⁰⁰³

Dessa forma, as regiões economicamente mais importantes se transformaram em centros nos quais funcionava uma instituição que regulamentava a fabricação e circulação de dinheiro na colônia, iniciativa que se completou com a criação de alguns cargos e com a nomeação dos funcionários que deveriam colocar o novo órgão para funcionar. Ao mostrar que as principais riquezas brásílicas haviam sido colocadas sob a alçada de funcionários que deveriam dedicar atenção especial a tudo que se relacionasse a elas, Caldas ratificou a conexão que existia entre a realidade econômica do Brasil e o funcionamento de instâncias que ficavam sob a tutela do governo civil que deveriam coordenar a exploração da terra. O autor da *Notícia Geral* detalhou que no Tribunal da Mesa de Inspeção e Intendência Geral do Ouro,

rezidem quatro Inspectores, hum Escrivãõ da Intendencia geral, hum Secretario da Meza da Inspeção, hum Escrivãõ da Inpeção do asucar e tabaco; hum Guarda Mor, hum Escrivãõ do Registo, hum Juis da balança, hum Escrivãõ da ementa; hum Escrivãõ das entradas; hum Thezoureiro, hum Guarda livros; hum Guarda da porta, dous Guardas das Marinhas; hum Meirinho, hum Escrivãõ da sua vara.¹⁰⁰⁴

Caldas deixou claro que a criação dos órgãos que estruturaram e regulamentaram a realidade social do Brasil foi obra do Estado metropolitano português. Os tribunais organizaram o funcionamento de uma estrutura que fez da América portuguesa um lugar regido por leis forjadas pela mundividência e pelos interesses localizados em Portugal. Essa representação do aparato jurídico foi recorrente na narrativa legitimadora do engenheiro que buscava nele uma das formas de comprovar a efetividade da colonização portuguesa na América. Podemos citar como exemplo a descrição da Secretaria de Estado, órgão regido pelo vice-rei, responsável por decisões de largo alcance e que legislava sobre diferentes âmbitos da realidade local. A Secretaria foi apresentada como detentora de atribuições que ficavam sob a tutela dos altos dignitários da burocracia colonial. Ela,

¹⁰⁰² CALDAS, op. cit., p. 89-90.

¹⁰⁰³ Ibidem, p. 90.

¹⁰⁰⁴ Ibidem, p. 83.

he o Tribunal onde os Vi Reys do Estado despachão e dão expedientes aos negocios pertencentes a este Governo. Nesta Secretaria se pasaõ as Provizoens que o Dezembargo do Paso manda pasar em nome de S. Mag.e e todas vaõ asinadas pelo Vi Rey. Tambem se pasam os provimentos para as serventias dos officios e as Patentes aos Officiaes Militares, e os mais despachos que todos os dias ha sobre os negocios particulares de toda esta Capitania. Tem hum Secretario de Estado, hum official maior da Secretaria, quatro officiaes do num.º e hum Porteiro, ou Guardalivros.¹⁰⁰⁵

Assim, a descrição histórica das instituições jurídicas na *Notícia Geral* ressaltou a criação das mesmas em moldes determinados pelos sucessivos reis de Portugal, para efetivar o domínio sobre a terra e a ambivalência dessas instituições e seus múltiplos campos de ação comprovariam a presença dos portugueses em sua colônia americana em bases civis e em tudo o mais que estivesse sob a alçada dos assuntos seculares. A descrição do Tribunal da Alfândega é um exemplo de como foram se processando algumas das transformações nas responsabilidades e funções dos órgãos jurídicos trazidos pelos portugueses para a América. As mudanças nas atribuições se apresentaram como uma exigência acarretada pelo crescimento da empresa colonial. O Tribunal da Alfândega “he antiquisimo”¹⁰⁰⁶ sendo cotâneo da *creação* da cidade do Salvador, porém

no seo principio senão estabeleceo com aquela ordem e interesse que hoje rezulta a Fazenda Real com tudo as fazendas q’ desde o principio desta America vinhaõ p.^a ella sempre se rezistavaõ e ate a era de 1650 vieraõ as fazendas mandadas de Portugal p.^a se repartirem com os moradores sem pensão alguã de direitos. Depois crescendo o comercio e a gente neste Estado se pos com methodo e ordem a cobrança dos dizimos pertencentes a sua Magestade.¹⁰⁰⁷

É bom lembrar que nem todas as instâncias jurídicas desfrutavam da anterioridade do Tribunal da Alfândega e nem todos os órgãos da estrutura judiciária foram trazidos por Tomé de Sousa. Muitos deles haviam sido criados em tempos mais recentes o que impossibilitou que o discurso calcado na antecedência fosse a tônica desta genealogia institucional proposta pela *Notícia Geral*. Isso não diminuía a legitimidade dos tribunais, uma vez que todos eles, inclusive os mais novos, faziam cumprir o “que pelas ordens de S. Mag.e lhes esta determinado.”¹⁰⁰⁸ O Tribunal da Mesa de Inspeção, por exemplo,

foi creado na era de 1751 pelo Serenisimo Rey D. Joaõ V sendo Vi Rey e Capitão General de Mar e Terra deste Estado D. Luis Pedro Peregrino de Carvalho Menezes e Ataide Conde de Atouguia. A este Tribunal se encarregaõ as expediçoens marítimas e os mais que pelas ordens de S. Mag.e lhes esta determinado.¹⁰⁰⁹

¹⁰⁰⁵ CALDAS, op. cit., p. 87.

¹⁰⁰⁶ Ibidem, p. 90.

¹⁰⁰⁷ Ibidem, p. 90-91.

¹⁰⁰⁸ Ibidem, p. 91.

¹⁰⁰⁹ Ibidem.

Caso interessante aparece quando nos deparamos com um tribunal que teve sua origem associada a um monarca espanhol, como foi o caso do Tribunal da Relação. Ele foi instituído por Felipe III de Castela, Felipe II de Portugal, no ano de 1609. Suas ações foram interrompidas por outro monarca espanhol, Felipe IV de Portugal, em data que Caldas não especificou.¹⁰¹⁰ A legitimidade das ações dos monarcas portugueses foi tema recorrente na narrativa de Caldas, que utilizou as tomadas de decisão dos reis para comprovar, no plano discursivo, os seus efeitos legitimadores.

Este Tribunal da Relação foi instituido no ano de 1609 por El Rey Phelipe 3º em Casela e 2º em Portugal, e no ano de foi tirado por Phelipe 4º de Castela; mas impunhando o cetro e fazendo fixa a Coroa Portugueza o Serenisimo e Legitimo Rey o Senhor D. Joaõ 4º, e governando este Estado o Exm.º Conde de Castelo Melhor Joaõ Roiz de Vasconcelos e Souza restituiu a Bahia este Tribunal da Relação que lho havia tirado o injusto domínio de Phelipe ultimo Rey de Portugal.¹⁰¹¹

O tribunal instituído pelo rei espanhol, quando vigorava a União Ibérica, deixou de exercer suas funções em data que não foi determinada e o mais curioso é que Caldas tenha deixado em branco o espaço reservado para escrever o ano em que Felipe IV tirou a Relação de funcionamento. A retomada das atividades do Tribunal foi atribuída a um monarca português, o que lhe conferiu toda a legitimidade necessária. “Sacodindo o jugo Castelhana e impunhando o cetro da Monarquia o Serenissimo Senhor Rey D. Joaõ 4º”¹⁰¹², esse sim, um rei *legítimo*, “restituiu a Bahia este Tribunal na era de 1652.”¹⁰¹³ Assim, a narrativa de Caldas deixava claro que os monarcas lusitanos eram os verdadeiros responsáveis pelas determinações e ordens que deram origem aos tribunais e demais órgãos jurídicos criados para reger a vida dos indivíduos que habitavam a América portuguesa. O engenheiro traçou uma genealogia das instituições atribuindo a gênese de cada uma delas ao soberano que havia determinado sua criação, confirmando que o Brasil fora colocado sob a tutela de Portugal, sempre consoante os anseios e desejos dos sucessivos reis que ocuparam o trono português. O Juízo da Provedoria da Comarca e o Juízo de Fora Geral, por exemplo, foram atribuídos a D. Pedro II, o Tribunal da Mesa de Inspeção, o Juízo de Fora do Crime e o Juízo dos Órfãos, a D. João V.¹⁰¹⁴

Vimos anteriormente que a Academia dos Renascidos utilizou a proposição de trabalhos que deveriam inventariar a história de algumas instituições portuguesas instaladas

¹⁰¹⁰ CALDAS, op. cit., p. 88.

¹⁰¹¹ Ibidem, p. 75.

¹⁰¹² Ibidem, p. 88.

¹⁰¹³ Ibidem.

¹⁰¹⁴ Ibidem, p. 91.

no Brasil e dos funcionários designados para ocuparem diferentes cargos da estrutura administrativa como recurso legitimador. Caldas levou essa premissa acadêmica ao extremo, e como fizera com a estrutura eclesiástica, calcou nas genealogias da estrutura secular as bases de seu discurso legitimador. A apresentação das instâncias jurídicas criadas em cada vila ou comarca do interior da capitania e a listagem dos homens que deveriam fazê-las funcionar mostraram a consonância que existiu entre a obra de Caldas e as propostas renascidas. Juntas, essas genealogias deveriam ser capazes de evidenciar que o complexo aparato administrativo luso-brasileiro era suficiente para exercer o domínio e confirmar a legítima soberania portuguesa no continente americano. Com esse propósito foram arrolados, por exemplo, os ministros de vara que desempenharam funções na capitania desde o ano de 1625, até o tempo em que a *Notícia Geral* era escrita¹⁰¹⁵, todos os magistrados como, por exemplo, os Juizes de Fora dos Órfãos, cargo que requereu uma genealogia que remontou ao ano de 1650¹⁰¹⁶ e a “Relasam ou Catalogo de Ex.mos Govern.os e Ministros q’ tem servido nesta Relasam da Bahia”¹⁰¹⁷ elaborada a partir de informações colhidas em um livro de posse que teve registros desde o ano de 1653. O viés foi sempre o da enumeração temporal dos homens que ocuparam cargos de destaque e protagonizaram a implementação de diretrizes portuguesas na sua colônia americana.

A *Notícia Geral* sustentou a idéia de que as instituições jurídicas aportaram as leis luso-brasileiras mesmo para as regiões interiores mais distantes da ‘cabeça’ da capitania, no processo de uniformização do governo secular trazido gradativamente para a América portuguesa. O aparato judiciário foi apropriado com fins políticos pela narrativa do engenheiro para demonstrar que a legislação aplicada pelo extenso corpo de funcionários e pelos inúmeros tribunais, submetia a tudo e a todos ao mesmo universo legal que atendia às determinações dos monarcas portugueses.

Pegemos como exemplo os ofícios presentes na vila de Cachoeira, localidade politicamente estratégica, encravada na região economicamente mais importante da Bahia ao tempo em que a *Notícia Geral* era escrita, o Recôncavo.

Ha nesta vila, hum Juis de Fora o D^or Joze Gomes Rib.^o, cuja alsada não se estende mais que ao destrito dela. Foi creado este lugar no ano de 1754 pelo Serenisimo Rey o Snr. D. João V e governando este Estado o Ilm.^o e Exm. Conde de Atouguia. Há nesta vila tambem Juis Ordinario e Senado da Camara como em todas. Tem hum Escrivão da Comarca, tres Tabeliaens hum Escrivão da Provedoria dos Auzentes, e outro dos Orphaos, dous Thezoueiros hum dos Auzentes, e outro dos Orphaos, hum

¹⁰¹⁵ CALDAS, op. cit., p. 184.

¹⁰¹⁶ Ibidem, p. 198.

¹⁰¹⁷ Ibidem, p. 161.

Inquiridor Contador e Destribuidor, dous Avaliadores do Conselho, hum Carcereiro, hum Alcayde hum Escrivao da sua vara, Meirinho, e Escrivão do Campo (...).¹⁰¹⁸

É claro que nem todas as vilas tinham uma lista de funcionários tão extensa ou tão bem detalhada. Escolhemos os funcionários de Cachoeira, exatamente, pela riqueza do seu quadro jurídico. Essa citação esclareceu que todas as vilas possuíam pelo menos uma instituição que as colocava sob alçada da metrópole e sob o domínio do seu universo jurídico, o Senado da Câmara. Em todas as vilas esse órgão, depositário das prerrogativas portuguesas, estava presente. Salta aos olhos que algumas das instâncias foram criadas num tempo próximo ao que Caldas escrevia, o que, evidentemente, não aconteceu unicamente com a vila de Cachoeira. A precocidade dos órgãos não diminuía sua importância nem tampouco diluía seu papel legitimador e confirmava a idéia de adaptação processual e progressiva das instituições legais à América portuguesa. Assim, se as instituições mais antigas entraram no discurso da antecendência, as mais novas ajudaram a comprovar o domínio que Portugal exercia sobre sua colônia como respostas oferecidas pelos monarcas às novas necessidades que a empresa colonial suscitava. De cada qual se extrairia a representação possível na batalha pela confirmação da soberania. Ao lado da descrição das funções jurídicas apareceram localidades como a Povoação de São Matheus, por exemplo. Lá,

naõ ha mais Justiça do que hum Juis e hum Escrivão que actualmente serve com provizaõ deste Governo. Tambem ha um Capitaõ Mor da Povoação provido por este Goveno. Ate esta Povoação se estende o destrito do Corregedor, e Provedor da Comarca da Bahia.¹⁰¹⁹

Através dessa caracterização o autor ratificava que mesmo nos lugares mais distantes, ou menos significativos do ponto de vista econômico, político ou mesmo populacional, existia uma jurisdição presente que fazia parte de uma grande rede, plena de ramificações. A cabeça de onde irradiava era Salvador e seus tentáculos alcançavam todos os termos da capitania. Um dos propósitos do minucioso trabalho de apresentação dos órgãos e cargos espalhados por toda a capitania era a demonstração da efetividade da presença lusitana no coração da Bahia, passando pelas regiões reconhecidamente mais importantes e chegando até as localidades mais escondidas. A descrição da “Relação de todos os officios de Just.^a que ha nesta Comarca da Bahia Capital do Estado do Brasil e nas vilas das Com.cas perten.tes a esta Capitania”¹⁰²⁰ atendia a esse requisito e através dela Caldas mostrou, detalhadamente, as engrenagens da complexa máquina burocrática responsável por coordenar a colonização em bases seculares.

¹⁰¹⁸ CALDAS, op. cit., p. 93-94.

¹⁰¹⁹ Ibidem, p. 98.

¹⁰²⁰ Ibidem, p. 102.

Interessante que a documentação utilizada por Caldas para fundamentar seus argumentos partia exatamente do ano subsequente à restituição do Tribunal da Relação por D. João IV, em 1652 e não foram feitas referências aos ministros que ocuparam cargos no período que vai de 1609, data de criação do órgão por Felipe III de Castela, a 1652. Não podemos descartar a hipótese de que talvez não houvesse documentação referente ao funcionamento do Tribunal no período em que Portugal era governado pelo monarca espanhol. Os documentos disponíveis foram usados para referendar a obra de Caldas, que dessa forma consolidava seu discurso através das ferramentas intelectuais preconizadas pelas academias históricas luso-brasileiras setecentistas.

Além de esmiuçar os mecanismos que serviam para confirmar o domínio exercido pelos lusos na América portuguesa, o autor da *Notícia Geral* prestava contas ao seu monarca, listando as despesas geradas pelo aparato judicial cujos encargos recaíram historicamente sobre o erário régio português. Os números apresentados por Caldas poderiam ser vistos como um recurso contábil através do qual o rei teria acesso e controle sobre as contas referentes ao governo civil que funcionava na colônia. Ofícios da Chancelaria, da Ribeira, das Ouvidorias, da Alfândega, da Casa da Moeda, dos Juízos, da Secretaria de Estado foram alguns dos inúmeros órgãos que tiveram seus cargos arrolados ao longo de cinquenta e sete páginas e com eles os gastos com salários que esse ‘exército’ de funcionários seculares consumia. Assim, Caldas reiterou que não apenas a colonização da terra foi pensada e colocada sob a responsabilidade de órgãos que cuidaram de sua efetivação, mas também, que os homens necessários para concretizar esses ideais haviam sido designados para dar conta do universo institucional criado, e mais, eram todos pagos pelo monarca português. Como novas funções continuavam sendo criadas e designadas a legislar em diferentes regiões da capitania, as despesas com estipêndios faziam parte da história da colonização portuguesa na América na condição de investimentos que a monarquia começou a fazer a partir da chegada dos lusitanos ao continente americano e continuou fazendo ao longo do processo que se seguiu à instalação portuguesa no Brasil.

O governo secular da *Notícia Geral* se marcou, assim, pelo esforço de seu autor de traçar todas as genealogias de cargos e órgão administrativos leigos que fizeram parte da história da colonização da América portuguesa. Para alguns, sobejamente aqueles que existiam a mais tempo, a descrição remontava aos séculos anteriores o que fez com que Caldas recorresse ao discurso histórico, já os cargos e as instituições mais novas comprovavam que os mecanismos administrativos eram aperfeiçoados em concomitância com o desenrolar da colonização. O mesmo procedimento utilizado para elaborar a genealogia dos

principais religiosos foi observado para a confecção das listas de funcionários seculares e também nesse caso os argumentos se basearam no artifício de comprovar a soberania lusitana a partir da constatação de que o financiamento que viabilizou as medidas que concretizaram a colonização havia saído do erário régio português.

A título de exemplo, citemos a “Relação de toda a despesa ordinaria feita pela Provedoria e Fazenda Real desta Capitania da Bahia com os Filhos da Folha Secular.”¹⁰²¹ Essa paternidade real apregoada na *Relação* adoçaria o amargo deixado pelas contas e salários a pagar e criava um vínculo entre os súditos do além-mar e seu monarca, que na condição de pai da pátria era, também, pai dos territórios que a pátria colonizava e explorava e como tal arcava com as despesas que a empresa colonizadora gerava. Assim, além dos contundentes argumentos legitimadores, a obra de Caldas oferecia ao monarca um panorama dos seus gastos com os funcionários seculares que colonizavam o Brasil em nome da Coroa portuguesa. Depois de elaborar um trabalho minucioso e detalhista como esse e de cercá-lo de tantas utilidades o engenheiro, certamente, nutria a expectativa de que seu esforço intelectual fosse reconhecido pelo soberano. O rigor draconiano empregado na *Notícia Geral* pode ser associado aos interesses régios e aos do próprio autor.

A comprovação pragmática calcada nos arrolamentos ratificou que existia um corpo de instituições e de funcionários encarregados de aplicar as leis e ajudou a reiterar que o domínio português sobre as terras do Brasil acontecia também no departamento jurídico. Os tribunais e os funcionários luso-brasileiros encarregados de colocá-los em funcionamento eram a evidência de que os portugueses haviam sido bem sucedidos na tarefa de construir no além-mar um aparato judicial que apesar de ser independente daquele que regia os tribunais metropolitanos, estava submetido às mesmas diretrizes. Assim, a vida jurídica da colônia, mesmo que depositária de uma matriz forjada na metrópole e controlada a partir dela, funcionava por conta própria segundo códigos legais que sujeitavam todos os habitantes da América lusa, o que enaltecia o empreendimento concretizado pelos portugueses de submeter as terras brasílicas a leis que eles haviam criado para coordenar a sua conquista e levar adiante sua exploração. Depois de arrolar os cargos, Caldas enumerava seus ocupantes para que ficasse registrado o nome de cada luso-brasileiro que teve responsabilidade no funcionamento do aparato burocrático criado para fazer girar uma das engrenagens da colonização do Brasil. Além de depurar o universo administrativo que atestava o domínio, existiu por parte do autor, o cuidado de especificar as despesas que cada qual gerou. Assim, evidenciava-se que o

¹⁰²¹ CALDAS, op. cit., p. 204.

processo de domesticação da natureza e a superação de todas as adversidades haviam sido feitos às custas do erário metropolitano português que depois de tarefa hercúlea poderia colher, merecidamente, os frutos que seriam seus por direito.

O governo militar: os números como prova da eficácia das armas

Houve, no fim, as notícias referentes ao governo militar, em um desfecho que tornou a obra de Caldas um baluarte dos estatutos acadêmicos, aquela que tentou contemplar o maior número possível de propostas elaboradas pelo congresso renascido e que susteve estreita consonância, tanto com a produção histórica institucional setecentista luso-brasileiro, quanto com as necessidades de responder a toda sorte de contestações estrangeiras à soberania portuguesa em sua colônia brasílica.

O governo militar, “com rezumo das cidades e vilas pertencentes a esta capitania”¹⁰²², demonstrou seus objetivos legitimadores já nas páginas iniciais quando a obra estava sendo apresentada. Exercer domínio sobre a terra e sustentar uma força policial permanente eram dois dos requisitos internacionais – para que se confirmasse que um território era colonizado – que deslegitimariam quaisquer contestações. Ambos estavam intimamente relacionados com o poder de fogo e a capacidade de guarda de que poderia lançar mão um país na defesa de suas colônias. Diante disso, Caldas associou ao objetivo legitimador de sua narrativa, dois elementos que unidos adquiririam força comprobatória mais eficiente: a relação das vilas e a descrição do arsenal bélico disponível para sua defesa. O governo militar da *Notícia Geral* seguiria a proposta de atrelar as instituições portuguesas à função militar que elas desempenhavam no universo colonial. Aqui, a categoria instituição assume um caráter amplo, genérico, tudo aquilo que fez parte do processo de colonização, desde os cargos como o de vice-rei e governador ou capitão general, passando pelas vilas e comarcas, chegando às instâncias eminentemente militares. O encadeamento narrativo elaborado pelo autor para começar sua exposição sobre o governo militar teve o objetivo de associar o cargo administrativo mais importante da colônia às suas prerrogativas militares. O vice-rei, antes dele os capitães gerais, como o próprio nome evidenciava, exercia funções militares que deveriam cumprir papel importante na guarda dos interesses metropolitanos. Assim,

o Governo Militar he aquele que anda na fortificação da Paraça e guarnição dela. Exercito he um corpo formado de muita gente de guerra unida debaixo da ordem de hum General. General he o Ill.mo e Exm.mo Senhor D. Marcos de Noronha Conde dos Arcos Vi Rey, e Capitão General de mar e terra deste Estado do Brasil. O primeiro governador deste Estado foi o Exm.º Snr. D. Duarte da Costa no ano de

¹⁰²² CALDAS, op. cit., p. 7.

1553. O primeiro Vi Rey que governou este Estado foi o Ill.mo Ex.º Senhor D. Luiz Jorge de Mascarenhas Marques de Montalvão no ano de 1640.¹⁰²³

Caldas relacionou dois termos complexos como eram *governo militar* e *exército*, aos cargos de vice-rei e capitão general do Estado do Brasil e deixou claro, desde começo, que as obrigações militares eram inerentes às funções mais elevadas da hierarquia administrativa colonial. Desse modo, no universo das atividades levadas a cabo por esses administradores para conduzirem a colonização segundo as diretrizes estipuladas por Lisboa, estariam as iniciativas de cariz militar, imprescindíveis para guardar os interesses lusitanos das investidas estrangeiras. Não foi à toa que o autor remontou aos tempos iniciais do processo colonizador para apresentar os primeiros funcionários enviados ao Brasil e fundamentou boa parte de seu discurso legitimador nas ações desses “Ilustres Heroes que ocuparão o cargo de Governadores e Vi Reys.”¹⁰²⁴

As notícias que o autor forneceu sobre esta questão específica além de contemplarem os corpos administrativos que desempenharam funções político-militares, apresentariam, também, as despesas com todos os militares, a relação das fortalezas, além das plantas que forneceriam uma visão espacial dos terrenos. Novamente, Caldas utilizaria as contas para enfatizar que as despesas com os gastos militares foram uma preocupação multissecular da Coroa portuguesa no tocante ao Brasil. Os números se associariam aos argumentos da narrativa histórica na busca pela confirmação de que a presença portuguesa na América não era apenas legítima, mas exercia um domínio passível de comprovação em bases pragmáticas.

Interessante que Caldas tenha começado a notícia sobre as questões militares pela enumeração das vilas de toda a capitania da Bahia e das regiões adjacentes, como as capitanias de Ilhéus e Porto Seguro, e só depois de relacionar todas as freguesias concederia lugar à descrição das forças militares que guarneciam cada praça. A enumeração das vilas com seus respectivos contingentes tinha a função de ressaltar todas as localidades que poderiam se converter em bastiões capazes de organizar e levar a cabo a defesa do território em caso de invasão e, além disso, demonstrava que as diferentes regiões do interior da capitania mantinham forças regulares responsáveis por guardá-las e protegê-las permanentemente. Nessa perspectiva, a representação feita das forças que protegiam a cidade do Salvador impressiona. Os diversos dados fornecidos fundamentaram a estratégia discursiva de criar a imagem de uma localidade bem guarnecida, uma verdadeira cidade-fortaleza. A

¹⁰²³ CALDAS, op. cit., p. 217.

¹⁰²⁴ Ibidem.

“cabeça e Metropole da America Portugueza, onde rezidem os Sr. es Vi Reys”¹⁰²⁵ foi apresentada com a enumeração de suas nove freguesias que agregavam “para sima de sete mil fogos, e qurenta e sinco mil almas.”¹⁰²⁶ A seguir, vieram as informações sobre todas as forças dedicadas a proteger a cidade e seu termo¹⁰²⁷. Eram,

dous Regimentos e Infantaria e hum Batalhaõ com seis companhias de Artelharia q’ tudo fas o computo de mil e quinhentos homens pagos (...). Tambem existem nesta Cidade hum Terço de Auxiliares com treze companhias (...) que tudo fas o computo de 322 homens. Guarnece mais esta Cidade outro Terço de Auxiliares chamado da Marinha ou Pirajá que se estende por varios destritos no termo desta Cidade. Este Terço tem doze companhias (...) que fazem todos os computo de sete centos e trinta e sinco homens.¹⁰²⁸

Os números são bastante significativos. Além disso, fica evidenciado que as forças militares poderiam executar missões em áreas que extrapolavam os limites da cidade se estendendo por *varios destritos* do seu termo e que os destacamentos exerceriam a função de guardar os interesses portugueses ao longo de toda a capitania o que fazia com que o mesmo destacamento pudesse ser considerado como parte do corpo militar de diferentes localidades. Mesmo depois desse aparato, a enumeração das forças disponíveis responsáveis pela defesa e guarda da capital do Estado do Brasil ainda tinha o que apresentar. Caldas continuou:

Consta mais a guarnição desta Cidade de hum Terço de Auxiliares chamado da Torre com doze companhias (...) que fazem por todos o computo de 1223 homens. Ha outro Terço de Auxiliares chamado de Itaparica (...) que fazem todos o computo de oito centos e trinta e quatro homens. Tambem ha um Terço de Ordenança que consta de vinte e huã companhia (...) que por todos fazem o computo de mil sete centos e trinta e hum homens.¹⁰²⁹

Primeiramente as descrições fizeram referência apenas aos cargos militares como mestres de campo, coronéis, capitães, tenentes, soldados, etc. Em seguida, uma passagem da obra evidenciou a dimensão do contingente militar – formado a partir da arregimentação de forças compostas pelos diferentes segmentos sociais que habitavam a capitania da Bahia durante o século XVIII – de que poderia lançar mão a capital da América portuguesa caso houvesse necessidade.

Neste Terço de Ordenança se inclue a Comp^a dos Estudantes, a dos Letrados, a dos Moedeiros, a da Justiça, a dos Officiaes da Arrecadação da Fazenda Real, Alfandega e mais Armazens desta Cidade, a dos Homens de negocio, a dos Officiaes matriculados da Ribeira, dos Calafates, a da Vigia e as Companhias de cada huã das

¹⁰²⁵ CALDAS, op. cit., p. 219.

¹⁰²⁶ Ibidem, p. 222.

¹⁰²⁷ Ibidem.

¹⁰²⁸ Ibidem, p. 222-223.

¹⁰²⁹ Ibidem, p. 222-225.

nove Freguezias, e quatro Companhias de homens pardos, que todas estão encorporadas neste sobredito Terço.¹⁰³⁰

Assim, quando o assunto era a defesa da cidade, todos os grupos sociais foram mencionados entre os que se enfileirariam para guardar os interesses portugueses, que não deixavam de ser os deles próprios. Os negros que até então haviam sido quase que completamente esquecidos também entraram em cena. O mais interessante é que a referência direta feita aos africanos e seus descendentes até essa parte da obra fora a que os excluía das contagens de fogos e almas, por serem pagãos, e nesse momento da obra eles figuraram como aqueles que engrossariam as linhas de homens disponíveis para quaisquer necessidades no campo de batalha.

Naõ menos serve de guarnição a esta Praça hum Terço de homens Pretos chamado de Henrique Dias o qual consta de doze companhias com seo Capitão Mor, Sargento Mor, dous Ajudantes do numero e dous Ajudantes Supras, doze Capitaens, doze Alferes, doze Sargentos do numero, doze Sargentos Supras, doze tambores, e trezentos e trinta e hu Soldado, que fazem por todos computo de 397 homens.¹⁰³¹

Os números apontam para um montante de mais de 6700 homens disponíveis para a defesa da cidade. Tratando-se de um universo dotado de 45000 almas¹⁰³² a capital da colônia dispunha de um contingente militar impressionante em que os homens em armas responsáveis pela defesa e guarda do território chegariam a quase 15% da população da cidade de Salvador. E a defesa não se resumia ao aparato humano devendo-se ainda considerar a lista de fortalezas aptas a ajudar em caso de ataque.

Defendem esta Cidade pela marinha primeiramente a Fortaleza de S. Antonio da Barra que defende a entrada dela; o Forte de S. Maria e o de S. Diogo; a Bateria de S. Paulo; o Forte e Bateria da Ribeira; a Fortaleza do Mar; o Forte de S. Francisco; o de Mont Serrate e o de Bartholomeo da Passage.¹⁰³³

Além dos fortes que defenderiam o acesso pelo mar, havia uma lista daqueles que protegeriam de “qualquer tranzito q’ se queira fazer pela parte da terra.”¹⁰³⁴ O Recôncavo, parte economicamente mais importante da capitania, estava guarnecido pela fortaleza de São Lourenço, localizada na Ilha de Itaparica e o “Fortinho que esta situado na marge do Rio Paraguasu chamado do Alemaõ.”¹⁰³⁵ Mesmo tendo sido apresentado no diminutivo, esse último era capaz de impedir “toda a comunicação naval p^a as vilas da Cachoeira e Maragogipe”, epicentros das produções de açúcar e fumo, imprescindíveis para a combalida

¹⁰³⁰ CALDAS, op. cit., p. 225.

¹⁰³¹ Ibidem.

¹⁰³² Número fornecido pelo próprio autor nas páginas iniciais do governo militar.

¹⁰³³ Ibidem, p. 226.

¹⁰³⁴ Ibidem.

¹⁰³⁵ Ibidem.

vida econômica da capitania. As derrotas pregressas ajudaram no aperfeiçoamento das estratégias de defesa do território e medidas foram tomadas para evitar que qualquer inimigo tentasse invadir a cidade por mar “como ja succedeo no ano de 1624”¹⁰³⁶ e, por isso, “no Prezidio de Morro de São Paulo se acha a ponta daquela ilha fortificada.”¹⁰³⁷

O mesmo padrão seguido nas partes precedentes da obra foi adotado para o governo militar. Depois desse panorama geral em que buscou evidenciar as forças que guarneciam a cidade de Salvador, o autor mostrou os arsenais e contingentes das regiões interiores. As descrições das forças militares espalhadas pelo interior da capitania tentaram evidenciar que Bahia se encontrava protegida de qualquer investida e comprovar que ela estava devidamente policiada e sob o domínio de forças permanentes a serviço do Estado português. Caldas se esmerava para não deixar margem para quaisquer contestações e antes de enumerar as patentes dos militares a postos em cada uma das vilas enumeradas, ele utilizou a expressão “he governada”. Assim, através deste recurso discursivo, ele pôde passar a idéia de que os militares desempenhavam duas atividades: além das obrigações mais óbvias de manter a paz e garantir a defesa, eles assumiram, outrossim, funções políticas enquanto funcionários régios.

A Vila de N. Sr.^a do Rozario do porto da Cachoeira he governada por hum Capitaõ Mor e guarnecida por hum Terço de Ordenança com seo Sargento Mor, dous Ajudantes do numero, e dous supras, desaseis Capitaens, desaseis Alferes, desaseis Sargentos do numero, outros tantos supras, desaseis Tambores, 1313 Soldados, q’ por todos fazem o computo de 1399 homens.¹⁰³⁸

Os números que Caldas utilizou na descrição das forças designadas para guarnecer a vila de Cachoeira evidenciaram a importância que ela tinha em meados do século XVIII. Evidentemente, as regiões economicamente mais importantes requisitavam maior atenção por parte da metrópole, precisamente pela sua capacidade de despertar o interesse alheio. A narrativa legitimadora do engenheiro não deixou por menos e confirmou no universo narrativo a idéia de que as regiões mais ricas eram também as mais bem guardadas. Além dos quase 1400 homens disponíveis,

guarnecem mais o destrito da dita Vila hua Tropa de Cavalaria de des Companhias com seo Coronel Sargento Maior e dous ajudantes, des Capitaens, des Thenentes, des Alferes, des Furriers, vinte Cabos, des Tambores, 342 Soldados, q’ por todos fazem o computo de 416 homens.¹⁰³⁹

As apresentações dos militares de diferentes patentes presentes em cada uma das vilas mantiveram, quase sempre, o grau de detalhamento que pode ser visto na passagem acima,

¹⁰³⁶ CALDAS, op. cit., p. 227.

¹⁰³⁷ Ibidem.

¹⁰³⁸ Ibidem, p. 228.

¹⁰³⁹ Ibidem, p. 228-229.

tendo havido algumas variações quanto aos contingentes alocados em cada praça. Ao mostrar Cachoeira e Santo Amaro como as duas vilas que dispunham de uma tropa cavalaria que deveria completar as forças dos Terços, Caldas chamou a atenção para a mobilidade que esses destacamentos específicos poderiam apresentar e ressaltou que determinados contingentes estavam aptos a se deslocar pelo interior da capitania caso houvesse necessidade. Em uma *Advertencia* ele afirmou que “as duas Tropas de Cavalaria sobre ditas, cujos Coroneis rezidem nas Vilas de Cachoeira e S. Amaro estão espalhadas pelos destritos das Vilas mais vizinhas e parte das Tropas guarnece esta Cidade da Bahia.”¹⁰⁴⁰ As forças desempenhavam funções volantes e podiam atuar onde fosse necessário o que permitiria que um mesmo corpo exercesse a função de guardar as posições portuguesas em diversas regiões do interior da capitania, podendo inclusive, servir na capital, pela proximidade das áreas em questão. Caldas tentou associar esses dois destacamentos de cavalaria ao maior número possível de áreas adjacentes à sua real localização.

Mesmo as menores vilas contavam com destacamentos responsáveis pela sua guarnição e as capitanias de Ilhéus e Porto Seguro entraram nos números apresentados formando um corpo único que a Bahia colocava sob sua influência. Porto Seguro contava apenas com duas vilas e uma povoação quando a *Notícia Geral* foi escrita. Ainda assim,

toda esta Capitania he defendida por hum corpo de Ordenança que comprehende em si oito Companhias com seo Capitão Mor, tres Sargentos Mores, e tres Ajudantes, oito Capitaens, Oito Alferes, oito Sargentos do numero, oito Sargentos Supras, oito Tambores e 427 Soldados, q’ por todos fazem o computo de 473 homens.¹⁰⁴¹

Então, as malhas da dominação portuguesa se enredavam mostrando uma confluência no exercício das funções militares que se espalhavam pelos termos da capitania da Bahia e suas adjacências e o discurso que se sustentava no sucesso dessas funções demonstrava o pleno domínio que os homens em armas exerciam em nome de Portugal. A listagem dos contingentes militares esquadrinhou as instâncias que embasaram os argumentos comprobatórios de que o Brasil estava muito bem guardado e pronto para repelir qualquer tentativa de ingerência estrangeira. O autor reconheceu que o próximo passo de seu discurso legitimador deveria ser a prestação das contas que o rei fazia com o pagamento da folha militar e ele não se furtou de fazer isso, afinal, aí residia um dos principais trunfos de sua obra. Além disso, a demonstração de que os gastos com a defesa e proteção recaíram sobre o erário régio português era outro forte indício de que o domínio sobre o Brasil foi e continuava

¹⁰⁴⁰ CALDAS, op. cit., p. 228-231.

¹⁰⁴¹ Ibidem, p. 232.

sendo exercido pela monarquia lusitana. As contas militares engrossariam o caldo legitimador ao serem associadas com as despesas eclesiásticas e seculares anteriormente arroladas pelo autor.

Mesmo que não tenha se esquecido de listá-las posteriormente, Caldas declinou, momentaneamente, da apresentação das despesas para não deixar “em silencio os pogresos dos Governadores que tem havido nesta Capitania desde o principio do seo descobrimento ate o prezente.”¹⁰⁴² Para executar a tarefa, o autor garantiu: “indaguei todas as noticias que a este respeito pude adquirir escolhendo aquelas mais formais segundo a ordem dos tempos.”¹⁰⁴³ E assim começava a narrativa histórica da sucessão dos capitães gerais e vice-reis do Estado Brasil, no tempo em que a Bahia era a cabeça da América portuguesa, definição que a todo o momento aparecia nas páginas da obra.

Como fizera com os bispos e com os funcionários seculares, Caldas ofereceu ao rei uma genealogia da história burocrático-administrativa do Brasil, novamente enaltecendo a consolidação dos cargos e instituições portuguesas em sua colônia americana, desta feita associada ao governo militar. Ao relacionar os altos dignitários ao governo das armas, ele ressaltava que muitas das ações que perpetraram esses portugueses durante sua estada no Brasil tinham motivação militar. Isso, de resto, era, realmente, parte das atribuições que capitães-gerais, governadores e vice-reis traziam consigo como determinações régias. Assim, os cargos políticos de envergadura foram associados às funções militares que lhes eram inerentes, fortalecendo a idéia de que o controle político perpassava pelo domínio militar. Um dos elementos mais importantes da narrativa de Caldas foi a tentativa de atrelar o controle político-militar ao mesmo processo colonizador, afinal a união dessas duas instâncias, certamente, permitiria uma comprovação mais cabal da efetividade do domínio exercido, o que facultaria solidez ao seu discurso legitimador e maior envergadura à sua obra.

Nesta parte, podemos identificar uma mudança de padrão. Caldas vinha destacando que seu objeto de estudo e interesse era a capitania da Bahia, sua capital e interior, suas vilas, comarcas e povoações e as notícias sobre os governadores elencados não se ativeram à Bahia. Foram arrolados os ocupantes dos cargos também de praças como Pernambuco, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Santos, Paraíba, Goiás. Tiveram vez, inclusive, os governadores da Colônia do Sacramento e até mesmo os governadores de Angola foram mencionado nas páginas da *Notícia Geral*. Não resta dúvida de que a legitimação institucional ganhou novo peso quando foram listados os governadores de regiões diferentes da América e

¹⁰⁴² CALDAS, op. cit., p. 235.

¹⁰⁴³ Ibidem.

do império português, evidenciando o desmembramento das teias colonizadoras por todos os lados. Mas, ao contrário do que se poderia imaginar, as ações militares que esses capitães gerais desempenharam no exercício de suas funções não deram a tônica da narrativa de Caldas. Os feitos em armas apareceram aqui e além, mas não foram a questão central do discurso que contemplou os atos marcantes protagonizados por esses altos dignitários.

“Descoberto o Brazil e descoberta tambem a Bahia de todos os Santos e povoada por Francisco Pereira Coutinho (...) o seo primeiro Governador o Exm.º Snr Thome de Souza Ilustre igualmente em sangue e açoens nas guerras de Africa e Azia.”¹⁰⁴⁴ O primeiro governador foi apresentado de maneira breve e o autor não deixou de fazer uma rápida referência às ações dos precursores como o “primeiro donatário”¹⁰⁴⁵ Francisco Pereira Coutinho que *povoou* a Bahia, ainda que tenha ficado por tempo deveras exíguo, e Tomé de Souza enaltecido por sua nobreza – associada à pureza de sangue – pelas ações militares que o tornaram *ilustre*. Caldas não dedicou mais do que algumas sentenças a esses dois personagens, mas os elementos legitimadores estiveram presentes nas linhas que ele escrevera sobre ambos.

Os governadores e vice-reis foram todos listados em seqüência cronológica, alguns com maior detalhamento, outros por breves palavras. Mais do que enfatizar as suas ações militares, o que seria o esperado para esta seção da obra, Caldas evidenciou que desde os tempos mais remotos, datando dos primórdios da colonização, houve, não só na Bahia, a *cabeça* da América lusa, mas também pelas outras partes de seu corpo, funcionários portugueses que, dentre outras coisas, desempenharam funções militares. Desta forma, cargos político-administrativos que por meio de liames funcionais estavam ligados às armas, foram associadas à gênese do processo de exploração e ao domínio exercido sobre a terra pelos patrícios. A primazia entrou em cena, mas não foi a personagem principal. Vulto maior foi concedido à perenidade das instituições que pelas diferentes searas brasílicas ajudaram a firmar a supremacia ao longo dos séculos. A descrição dos altos cargos mostrou que sua duração foi o resultado do sucesso da execução/adaptação das determinações emanadas da metrópole e colocadas em prática em terras coloniais.

Após as listas de governadores espalhados pelo império português, Caldas retomaria a Bahia como foco de sua narrativa voltando a fazer o que sabia melhor, arrolamentos. Mais uma vez as despesas que o monarca português fazia com a colonização do Brasil foram noticiadas através da “Relaçõ das despezas que anualmente fas S. Mg.de com os soldos

¹⁰⁴⁴ CALDAS, op. cit., p. 237.

¹⁰⁴⁵ Ibidem.

fardas e farinhas ou pão de munição das Tropas de Infantaria, Artelharia, Auxiliares, Henriques, e da Conquista pagos pela Provedoria da Fazenda Real desta Capitania da Bahia.”¹⁰⁴⁶ Houve, ainda, listas com detalhamento de faturas dos militares que desempenhavam funções específicas como a “Despeza com Officiaes e Soldados da Conquista do Gentio Barbaro.”¹⁰⁴⁷ Os mais diferentes departamentos em que se requereu a intervenção militar financiada pela Fazenda Real foram destacados para ressaltar os investimentos feitos pela Coroa portuguesa em seu esforço de subjugar a terra e os nativos. A dominação dos índios mansos e sua posterior conversão e alocação em aldeias, fez deles elementos impreteríveis nas demonstrações de domínio efetivo sobre a terra no contexto em que as aldeias eram transformadas em vilas, os indígenas em súditos e a colonização se expandia pelo interior do continente americano.

Os índios passaram à condição de súditos com o Diretório pombalino, o que fez os contingentes populacionais luso-americanos passíveis de serem usados politicamente crescerem consideravelmente. Quanto aos índios arredios, esses tiveram outro tipo de utilidade no discurso legitimador de Caldas. Diante da impossibilidade de domá-los, convertê-los ou aldeá-los, eles poderiam ser utilizados para demonstrar o efetivo domínio que as forças militares portuguesas exerciam no interior da colônia diante daqueles que insistiam em se colocar contra a soberania lusitana. Além de tudo, as campanhas contra os *barbaros* atestavam que as forças lusas estavam presentes no interior do continente guardando os interesses metropolitanos. Os arrolamentos longos e detalhados desempenharam aqui as mesmas funções narrativas legitimadoras que marcaram os outros capítulos da obra dedicados aos prelados e aos juízes.

Como não poderia deixar de ser, considerando-se a ocupação do autor, os assuntos militares tiveram bastante destaque na obra. Foram, ao todo, sessenta e oito capítulos destinados ao que Caldas denominou de governo militar. Os juristas que advogavam as causas das potências que questionavam a formação dos impérios ibéricos, fundamentados na laicização dos documentos diplomáticos e na redefinição das diretrizes do direito internacional, alegavam que o domínio só seria sacramentado em terras policiadas e guardadas por forças militares permanentes.¹⁰⁴⁸ Acreditamos que um dos objetivos de Caldas ao confeccionar sua *Notícia Geral* foi oferecer ao rei um trabalho que teria muita utilidade para a comprovação de que esses requisitos eram respeitados no tocante à América

¹⁰⁴⁶ CALDAS, op. cit., p. 335.

¹⁰⁴⁷ Ibidem, p. 345.

¹⁰⁴⁸ KANTOR. *Esquecidos e Renascidos...*, p. cit., p. 47.

portuguesa. Diante da perspectiva de ofertar ao soberano português uma obra repleta de recursos legitimadores, o engenheiro evidenciaria outro papel político que o grêmio renascido suscitou: o de usar a produção intelectual como instância mediadora das relações entre elites locais e metropolitanas. Pela confecção de sua obra o engenheiro poderia solicitar mercês, umas vezes pedindo aumento de estipêndio outras solicitando promoção e acesso a novos postos na hierarquia colonial.

As instâncias militares deveriam enriquecer o arsenal de argumentos legitimadores que José Antonio Caldas reuniu nas páginas de sua obra. Interessante notar que algumas das informações arroladas pelo autor enquanto fazendo parte do governo militar, não apresentaram fundo ou razão militar, mas serviriam, certamente, para comprovar o domínio português e ratificar a posse das terras concernentes aos limites da província da Bahia num universo que mesclava controle político, militar, burocrático, religioso, administrativo e jurídico. As instituições religiosas foram entendidas como elementos que embora falassem em nome da Sé e de suas prerrogativas eclesiásticas, se identificavam como membros de um clero português a serviço de um monarca da mesma origem. Os tribunais submeteram todos os habitantes do Brasil a um mesmo universo de leis forjado para garantir a colonização segundo diretrizes ditadas a partir de Lisboa. Os militares se somavam aos eclesiásticos e seculares no esforço legitimador do discurso de Caldas na medida em que garantiam a segurança e a manutenção, pela força, dos privilégios portugueses, além de comprovar a guarda do território diante de pretensões exógenas. Os três governos se coadunaram como membros, tentáculos, de um mesmo corpo cuja cabeça era a cidade de Salvador, *cabeça desta América portuguesa*, como tantas vezes se referiu a ela o engenheiro Caldas.

As instituições, independente de sua origem, civil, eclesiástica ou militar, desempenharam a função narrativa de comprovar o domínio da terra pelos portugueses. Cada qual com suas funções, cujas alçadas nem sempre estavam bem delimitadas, como vimos, mas eram sempre depositárias dos interesses alocados na metrópole portuguesa: a manutenção dos *status quo* forjado em Portugal e imposto ao Brasil. A interiorização das prerrogativas lusitanas pelas vilas e povoamentos, comarcas e capitanias adjacentes esteve presente nas ações de clérigos, juízes e capitães. Caldas tentou demonstrar – e comprovar – que cada governo garantiu, a seu modo, que nas regiões interiores, mesmo nas mais remotas, os portugueses com suas instituições se fizeram presentes e submeteram a terra e sua gente. Os três governos, juntos, deveriam evidenciar a complexidade das instituições e seu enraizamento no universo, político, econômico, social, religioso e mental da colônia. Eles, amalgamados, poderiam ser associados à persecução de objetivos que marcaram a atuação do grêmio

renascido: a busca pela narrativa histórica legitimadora pautada em âmbitos diversificados da realidade e calcada em documentos; o anseio por reconhecimento que redundaria no recebimento de mercês que deveriam ser trocadas pelo hercúleo esforço intelectual. Aqui onde os livros e as idéias circulavam sob a vigia de poderosos e insistentes aparelhos censores buscava-se dar continuidade a uma tradição institucional que começara sob os auspícios de D. João V, em 1720.

CAPÍTULO VII

JOSE DE MIRALES E A TRAJETÓRIA MILITAR DO BRASIL COLONIAL

O tenente renascido e as razões da sua produção histórica

Tenente-coronel espanhol radicado na Bahia, Jose de Mirales escreveu sua obra, *História Militar do Brasil*, por incumbência da Academia dos Renascidos. A tarefa tinha uma razão maior de ser, prova disso é que o trabalho não foi interrompido com o encerramento das atividades acadêmicas. Mirales era movido por razões de interesse particular, o que, como foi visto, era praxe da produção intelectual acadêmica. Após a confecção da obra, o resultado final foi oferecido ao monarca de Portugal como demonstração de fidelidade pela qual foi requisitada mercê de aumento da patente do autor. O Conselho Ultramarino indeferiu seu pedido uma vez que, na condição de estrangeiro, ele teve sua fidelidade contestada e associada ao rei de Castela.¹⁰⁴⁹

Alguns dos autores que dedicaram atenção ao trabalho de Mirales foram céticos em relação às suas qualidades literárias. Wilson Martins foi bastante severo ao analisar o trabalho do renascido, advogando a idéia de que José de Mirales “não era escritor, nem mesmo longinquamente; seu livro repleto de dados miúdos é escrito, não num estilo simples, mas rigorosamente sem estilo.”¹⁰⁵⁰ Para Martins, a obra do tenente-coronel merece ser classificada como sinistra.¹⁰⁵¹ Acreditamos que essa crítica deve ser relativizada. Antes do mais, é preciso considerar que Mirales escreveu a primeira síntese de uma história militar do Brasil e que ele realmente não era escritor, foi militar por mais de meio século. Claro está que a elaboração de sua obra não foi motivada pura e simplesmente pelo desejo de escrever e os objetivos subjacentes ao seu labor literário nos ajudam a compreender os meandros da sua produção escrita. Exatamente por isso, defendemos que as representações elaboradas e propostas por ele merecem, quando menos, ser consideradas por sua importância histórica. Aqui não nos interessa o literato Jose de Mirales, e sim o tenente que participou de diversas batalhas e que certamente se utilizou desta experiência para elaborar sua obra.

O trabalho de Mirales torna-se importante pela enumeração dos principais governantes, vice-reis, capitães, tenentes, mestres de campo que desempenharam suas funções militares no Brasil e pela descrição de alguns dos episódios mais representativos ligados à história militar brasileira. Foram elencadas, também, as despesas geradas nas tarefas militares

¹⁰⁴⁹ VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2000, p. 336.

¹⁰⁵⁰ MARTINS, op. cit., p. 305.

¹⁰⁵¹ Ibidem, p. 394.

perpetradas durante a instalação e posterior colonização da América portuguesa. Mirales casou a preocupação de evidenciar uma sólida tradição de ações militares, calcadas em batalhas e disputas, com a compulsão por valorizar a importância que os homens de armas tiveram para materializar a conquista da terra, e se dedicou à tarefa de fornecer descrições pormenorizadas sobre as patentes dos soldados luso-brasileiros que deixaram seu sangue nos campos de batalha da colônia. A memória foi celebrada com os nomes dos mortos e feridos que feneceram para garantir que os destinos do Brasil continuassem a ser ditados por ordens emanadas a partir de Lisboa. O tenente se esmerou por comprovar que se os patrícios ocupavam essa terra por direito incontestável, eles exerciam esse direito pela confiança depositada nos destacamentos militares que o asseguravam na prática.

O discurso de Mirales foi estruturado a partir de duas bases argumentativas principais: confirmar o secular domínio da terra pelas forças de guerra portuguesas que não abririam margem a contestações sobre a ingerência administrativa ou policial em um território tão importante para o império português; enaltecer os feitos dos seus parceiros de armas evidenciando o papel deles para manutenção do *status quo* português no continente americano, como, por exemplo, nas ocasiões em que se deparou com potências invasoras que apresentavam força militar superior à sua. O autor depositou nas ações dos cabos, sargentos, tenentes e coronéis uma das razões para manutenção pregressa e futura – principalmente diante de tempos tão conturbados como o que marcava o contexto em que o autor escrevia – da soberania lusitana em terras americanas. É possível perceber um desejo de engrandecer seu próprio papel de servidor devotado dos interesses da monarquia portuguesa na condição de militar que obrou, na prática, fatos dignos de reconhecimento, parecidos, aliás, com aqueles das histórias narradas nas páginas de seu livro. Passado e presente a serviço dos interesses do rei português. Passado e presente a serviço dos interesses de um tenente-coronel castelhano radicado em terras da América lusa. O reconhecimento que sua obra reclamava aos seus companheiros em armas, ele reclamava pra si próprio.

Um dos fatores que tornam a *História Militar do Brasil* deveras interessante para a análise histórica é o uso sistemático de documentos coligidos. A narrativa foi fundamentada em fontes utilizadas para ilustrar as passagens e comprovar discurso do autor, que através desse procedimento acreditava estar se assentando sua história militar em bases fidedignas. A busca por esses documentos fez com que Mirales solicitasse ao rei¹⁰⁵² que seu acesso fosse liberado a arquivos e documentos que facilitassem a confecção da obra. Essa era, de resto,

¹⁰⁵² APEB, Coleção de Ordens Régias 1761, Doc. 34, Vol. 64.

uma recomendação da Academia dos Renascidos, de que Mirales fora membro, e que mesmo com precoce encerramento de suas atividades não o impediram de levar seu empreendimento intelectual adiante.

A Academia foi ligeiramente apresentada no início da obra do tenente, afinal ela seria o liame entre a justificativa de execução da *História Militar do Brasil* e as mercês que Mirales solicitou por ter levado a cabo esse trabalho. Antes de se dedicar ao tema central que motivou a confecção da obra, houve uma espécie de introdução na qual o discurso laudatório e a requisição de benesses se revezaram como temática central do texto. Nas páginas iniciais do trabalho histórico do tenente figurou uma interessante representação das praxes do pedir no mundo luso-brasileiro setecentista que possibilitaram a identificação de apropriações dos moldes em que grupos que formavam a sociedade hierarquizada da Bahia do século XVIII entabulavam negociações com o poder central. Mirales pintou um quadro em que foi possível identificar como os membros das elites da cabeça da América portuguesa, pautados nos serviços que haviam prestado ao rei, solicitavam mercês à cabeça do Império apelando para a benevolência, grandeza e generosidade do monarca. Emergem, a partir dessa imagem, ressonâncias de hábitos e costumes que marcavam a realidade social portuguesa do Antigo Regime em sua colônia mais importante, o coração de seu combalido império.

Produção intelectual e requisição de mercês: duas faces da mesma moeda

O autor começou sua narrativa fazendo apologia à Academia dos Renascidos e ao fim precoce desta “utiliss.ma Assembleia emq’ se fariaõ serviços bem recomendaveis a vossa Mag.de, e ao publico.”¹⁰⁵³ Não poderia ser diferente uma vez que a Academia o havia incumbido de levar adiante essa tarefa e como tal ela ajudaria a respaldar a confecção da obra, que deveria atender aos requisitos legitimadores associados à produção acadêmica, de resto, fundamentados nos interesses régios. Na condição de membro da agremiação, sua tarefa seria “escrever a historia do estabelecim.to, augmento, e estado prez.te de todos os Corpos Militares, q’ ha e tem havido nesta America.”¹⁰⁵⁴

Como vimos, essa proposta era absolutamente condizente com os estatutos acadêmicos, que preconizavam a escrita da história eclesiástica e secular, geográfica e natural, política e militar. Essa última deveria ser confeccionada atendendo aos requisitos de comprovar a guarnição da colônia e o policiamento efetivo de suas terras por forças portuguesas ao longo da história, o que daria a Portugal um recurso a mais para combater as

¹⁰⁵³ MIRALES, Jose de. *Historia Militar do Brasil*. Rio de Janeiro, Typographia Leuzinger, 1900, p. 5.

¹⁰⁵⁴ Ibidem.

contestações estrangeiras. Mesmo com o fim das atividades acadêmicas, que para infelicidade do monarca e do público, encerrou suas atividades “com pouco mais de hu’ anno deduração”¹⁰⁵⁵, o tenente insistiu “no empenho de concluir o q’ se me tinha ordenado.”¹⁰⁵⁶ Os objetivos particulares de Mirales não seriam, tampouco, abandonados em decorrência do encerramento das atividades do grêmio.

Diante das perspectivas que a produção letrada poderia abrir, o autor não deixaria de evidenciar ao rei os obstáculos vencidos para dar cabo de tarefa intelectual que lhe havia sido confiada, incumbência que, a exemplo das militares, estava eminentemente associada aos interesses reais. Por isso, Mirales enalteceu de forma enfática as dificuldades que se interpuseram entre ele e a confecção da sua *História* e antes de introduzir o conteúdo propriamente dito da obra, os interstícios da produção intelectual foram apresentados para aumentar-lhe o valor e facilitar-lhe o reconhecimento. Ele garantiu que o caminho para o resultado final havia sido tortuoso e que de forma *fervorosa proseguiu*

no trab.º de procurar as not.as precisas, vencendo não pequenas difficuldes p.la incuria da vedoria, e total extinção dos pr.os Livros: Não perdoei ao mayor desvelo p.ª averiguar a verd.e, aq.l julgo que dezembarcei de m.tas falssid.e. Conclui finalm.te por ord.m de Vossa Mag.de a Historia Militar do Brazil, comprehendendo todas as Corporaturas militares, graduações de postos, privilegios concedidos, e mapas das Tropas, e Soldos principalm.te pelo q’ respeita a esta Capitania, pois foraõ frustradas todas as diligencias q’ fis p.las noticias mais exátas que pedi do R.º de Ian.ro, e Pernambuco.¹⁰⁵⁷

Mirales ressaltou que após a extinção do grêmio renascido, a missão de continuar com o trabalho intelectual foi atribuição do próprio monarca e que o fruto de seu esforço foi a confecção de uma obra que atendia aos interesses do rei ao ratificar a manutenção de sua soberania no continente americano, naquela que ao era tempo, incontestavelmente, a porção economicamente mais importante de seu império. O tenente afirmou que o resultado poderia ter englobado outras partes da colônia além da capitania da Bahia, o que não aconteceu em decorrência das negativas que o autor recebeu quando solicitou informações sobre Pernambuco e o Rio de Janeiro. Mas, nem a incúria dos órgãos responsáveis pela documentação, nem a extinção dos livros, foram obstáculos para o tenente e as justificativas para que o alcance da obra não fosse alargado recaíram sobre fatores que escapavam à sua alçada.

Assim como fizera no frontispício de sua *História Militar*, Mirales dedicou seu labor historiográfico ao rei. Essa fora, aliás, uma das determinações que os renascidos estipularam

¹⁰⁵⁵ MIRALES, op. cit., p. 5.

¹⁰⁵⁶ Ibidem.

¹⁰⁵⁷ Ibidem.

quando da confecção dos estatutos: todas as obras deveriam ser dedicadas ao monarca D. José I. É claro que a motivação do tenente ao proceder desta forma não foi manter-se fiel a definições estatutárias de um grêmio extinto e, segundo o próprio autor, as duas razões que o levaram a agir assim foram, em primeiro lugar, ter determinado “empenhar sempre todas as forças, e potencias em fazer obras dignas do seo real agrado”¹⁰⁵⁸; em segundo, por que “toda esta historia refere ou os Dominios, que Deos deo aos Sr.s Reys gloriozos progenitores de vossa Mag.e, ou as Victorias q’ o asombrozo valor dos seos Vassalos conseguiraõ.”¹⁰⁵⁹

Se a *doação* feita por Deus foi importante para legitimar a soberania dos portugueses em suas terras americanas, a obra de Mirales almejava ser a porta voz da idéia de que as ações dos vassalos haviam sido imprescindíveis para a efetivação do domínio que garantia essa soberania. O tenente-coronel defendia que a comunhão entre as ordens expedidas pelo soberano e sua competente execução pelos súditos funcionou para a conquista e expansão da colônia, mesmo diante de todas as adversidades. Isso foi o que fizeram – e continuavam fazendo – ao longo da história os bons soldados – como ele, por exemplo – que “defendem e augmentaõ os dominios do seo Rey.”¹⁰⁶⁰ O recurso da legitimação da colonização do Brasil pela via intelectual perpassou, aqui, pelo reconhecimento do valor das ações executadas pelos súditos na condição de vetores das vontades reais. Essas tiveram a função de fornecer o aval para que aqueles efetivassem, na prática, a conquista.

Por essa razão Mirales deveria ser duplamente digno das graças reais: primeiro por ter feito parte de um grupo de homens de armas que a serviço das vontades reais empenhou toda a sua *força e potência* para atender aos desígnios régios na condição de tenente-coronel, para não mencionar os outros cargos que ocupou. Certamente, ele que se definia como “vassalo, e soldado q’ a 55 annos vesti a farda, e ainda a naõ despi”¹⁰⁶¹, estava entre os súditos de *assombroso valor* imprescindíveis para as vitórias conquistadas no campo de batalha. Em segundo, por esse novo serviço que ele oferecia ao monarca, um trabalho intelectual que poderia ser utilizado para fins legitimadores em outros campos de batalha. Assim como foram duas as razões pelas quais ele ofertou a *Historia Militar do Brasil* ao rei, seriam duas as justificativas pelas quais ele mereceria ser agraciado com os favores reais. Mas as estratégias para convencer o monarca não terminariam aí e além de evidenciar as qualidades dos seus esforços intelectuais, o tenente afirmou que não tem desmerecido o real agrado¹⁰⁶², e depois

¹⁰⁵⁸ MIRALES, op. cit., p. 5.

¹⁰⁵⁹ Ibidem, p. 6.

¹⁰⁶⁰ Ibidem, p. 5.

¹⁰⁶¹ Ibidem, p. 6.

¹⁰⁶² Ibidem, p. 5.

de ser “empregado sem interpolação em varios postos com q’ vossa Mag.de me tem honrado”¹⁰⁶³ ele julgou

que este hé o serviço mais estimavel que a vossa Magestade podia fazer, propondo principalm.te aos nobres Americanos assim a magnificencia comq’ os Reys gloriozos antecessores de vossa Magestade premiarão os trabalhos dos que sacrificarão as forças em seo serviço, como as heroicid.es comq’ seos Avôs os dezafiaõ a imitação.¹⁰⁶⁴

Mirales indubitavelmente esperava que o rei D. José I mantivesse a tradição de seus antecessores e premiasse os que empenhavam suas forças para bem servir à Coroa, o que, sem dúvida, o tornaria um sério candidato às benesses em decorrência de tudo que fizera em nome da monarquia portuguesa. O tenente afirmou que o principal mérito do seu trabalho foi o de evidenciar aos seus colegas luso-brasileiros que os monarcas portugueses tradicionalmente reconheciam a dedicação daqueles que se empenhavam em executar as vontades e determinações régias. Isso estimularia os súditos a elegerem os antepassados que honraram e glorificaram a figura do rei como exemplos a serem seguidos. O soberano teria, assim, uma legião de fiéis servidores dispostos a todos os tipos de sacrifícios para honrar-lhes os desejos e salvar-lhes os interesses e os vassalos dedicados contariam com o beneplácito e o reconhecimento régio como incentivo para suas ações.

Parece que o tenente estava enviando uma mensagem ao seu rei, um aviso para lembrá-lo de que pela devoção e sacrifícios feitos nesta terra americana, as compensações que vinham de além-mar eram ansiosamente esperadas. Elas seriam o caminho para que novas provas de fidelidade fossem dadas e sacrifícios perpetrados em nome do monarca. Afinal, “para se levantar o edificio da honra hé preciso lembrar-lhes o que seos Pays fizeraõ, e o q’ adquirirão: os trabalhos q’ padeceraõ, e a fama q’ lucraraõ.”¹⁰⁶⁵ Mirales afirmou que através dessa *História Militar* que era oferecida a D. José I, seus colegas seriam advertidos de que “as mercês dos Reys se conseguem com trabalho”¹⁰⁶⁶ e que ao tomar ciência do que obraram seus ancestrais e de como foram congratulados pela piedade dos monarcas eles ajustariam “a sua fidelid.e, e valor ao dos seos antepassados, servindo bem a vossa Magestade.”¹⁰⁶⁷ Ele nos ajuda, dessa maneira, a enxergar mais uma utilidade do seu trabalho intelectual: além do fim legitimador, a *História Militar do Brasil* poderia ser utilizada para tornar os vassalos brasílicos fiéis prestadores de bons serviços. A *relação* que ele apresenta propõe

¹⁰⁶³ MIRALES, op. cit., p. 5.

¹⁰⁶⁴ Ibidem.

¹⁰⁶⁵ Ibidem.

¹⁰⁶⁶ Ibidem, p. 6.

¹⁰⁶⁷ Ibidem.

as mocid.es m.tos exemplares, cujas acções bem copeadas formaraõ valerosos e fidellissimos heroes: e que mayor serviço para hum Monarcha, que guiar aos seos vassalos ao templo da fama sem errar o passo caminhando pela estrada Real de generozos serviços ao seo Rey.¹⁰⁶⁸

Depois da descrição de qualidades e vantagens que o monarca poderia encontrar na sua obra, o tenente partiria para um discurso mais humilde. A oferta ao rei surgiu como algo modesto e sincero, repleto de afeição e de simplicidade diante da grandeza do monarca. Mirales suplicou ao soberano que não deixasse de proteger “este sacrificio obzequioso, que por pequeno não deixa de ser Sacrificio”¹⁰⁶⁹ e enalteceu “a pureza do affecto comq’ o ponho aos seos Reaes pés.”¹⁰⁷⁰ O rei apareceu como um ser grandioso, um *Potentado* que “mais atende aos affectos do coração que ao material da oferta”¹⁰⁷¹ e como tal saberia reconhecer e distinguir os valores do empenho de cada tarefa executada em seu nome. Mesmo as oferendas *groseiras* e *rusticas* dos pobres deveriam ter sua validade reconhecida “sem embargo do seo pouco e limitado valor.”¹⁰⁷² Assim, foi sugerido ao rei um procedimento unívoco na relação com todos seus os súditos, independente da origem, ou do que tivessem a oferecer para homenagear o monarca. O valor de cada oferta deveria ser mensurado pela sinceridade com que fora feita e não pela riqueza que encerrava em si.

A *História Militar* de Mirales se valeria, assim, de que “p.^a o adorno do Santuario, não so se admetiaõ ouro prata, e pedras preciozas de mayor estimação que os ricos ofereciaõ.”¹⁰⁷³ Segundo o tenente, os rituais de oferta para a homenagem ao rei deveriam seguir os padrões estabelecidos por S. Ephrem e S. Jerônimo que preconizavam ações “conforme as regras de Sam Paulo”¹⁰⁷⁴, segundo a qual cada um deve dar “do que tem e servir ao Senhor com o que pode”¹⁰⁷⁵. Partindo da premissa de que tudo o que se oferecesse seria digno se o coração de quem fazia a oferta também o fosse, até mesmo os préstimos mais humildes poderiam reclamar seu lugar ao sol. A humildade era, por sinal, característica exatamente dos que reconheciam a insignificância de toda e qualquer oferenda – independente do que fosse ou de quem a tivesse ofertado – ao rei, diante de quem tudo se apequenava não havendo homenagem que estivesse realmente à sua altura. Essas representações tinham valor

¹⁰⁶⁸ MIRALES, op. cit., p. 6.

¹⁰⁶⁹ Ibidem.

¹⁰⁷⁰ Ibidem.

¹⁰⁷¹ Ibidem.

¹⁰⁷² Ibidem, p. 8.

¹⁰⁷³ Ibidem.

¹⁰⁷⁴ Ibidem.

¹⁰⁷⁵ Ibidem.

por alçar o monarca a um pedestal inexpugnável, o que não deixava de ser um recurso retórico e uma manifestação do servilismo laudatório.

Assim, a depreciação que Mirales impôs ao seu discurso ganhava sentido, não para mitigar a relevância do serviço que ele oferecia, mas para mostrar ao rei que nada do que ele fizesse poderia prestar uma reverência digna do tamanho da glória que a figura do monarca encerrava e merecia. Então ele poderia dar razão aos seus colegas de Academia quando estes tapassem os ouvidos “p.^a não ouvir os rusticos, e disonantes écos deste meo groseiro, e malformado discurso.”¹⁰⁷⁶ O autor não tinha lá muita intimidade com o discurso histórico, o que ele mesmo reconheceu ao afirmar que “inteiramem.te me faltaõ as principaes partes, e requizitos de q’ precisam.te secarece p.^a o honorifico emprego de Historiador.”¹⁰⁷⁷

Contudo, após ressaltar a pequenez e insignificância de sua obra diante do vulto real ou dos seus companheiros de agremiação, ele terminou reconhecendo algumas virtudes de seu labor histórico. O caminho da história militar do Brasil foi definido por ele como *mal trilhado* e “por senaõ achar della a necessaria noticia, nem exposiçaõ”¹⁰⁷⁸ a Academia tê-lo-ia incumbido de preencher essa lacuna. Isso conferiria, quando menos, algumas doses de utilidade ao seu trabalho, até então retratado sempre de forma pejorativa. Ele se definiu como desbravador de searas intelectuais pouco ou nada freqüentadas, que como sabemos, buscavam legitimar os domínios reais lusitanos através de recursos centrados no terreno da produção escrita. Além de sanar uma lacuna da produção letrada brasílica sua obra teria a virtude de ser a única produção de peso sobre a história militar que poderia ser utilizada como ferramenta de legitimação.

A conquista da terra como vontade dos reis e obra dos vassalos

Mirales atribuiu as primeiras ações militares que tiveram a América portuguesa por palco ao monarca D. João III, que teria sido movido pela vontade de “propagar a fé e conservar empacífico sucego e tranquila pãs a posse desta Comquista e descobrim.to dela.”¹⁰⁷⁹ Ao contrário de Nemrrod, a quem o tenente associou a invenção da disciplina militar, “só movido da sequioza e insasiavel ambiçaõ de ampliar o seo Imperio, e dilatar o seo domínio p.^a condemnar a liberdade”¹⁰⁸⁰, o rei português agira “mais por impulsso Divino.”¹⁰⁸¹ Assim, a legitimidade da conquista não se explicaria unicamente pela iniciativa de um rei

¹⁰⁷⁶ MIRALES, op. cit., p. 8.

¹⁰⁷⁷ Ibidem, p. 9.

¹⁰⁷⁸ Ibidem.

¹⁰⁷⁹ Ibidem, p. 11.

¹⁰⁸⁰ Ibidem.

¹⁰⁸¹ Ibidem.

português que decidira iniciar a colonização do Brasil há mais de duzentos anos, mas também pelo *impulso divino* que norteou as ações desse soberano.

A gênese das atividades militares foi associada, então, à conversão dos *noefitos indomitos* que foram instruídos na “Ley Evangelica”¹⁰⁸², tendo sido possível, ainda, “concervalos na sua antiga liber.de”. Além disso, houve “demonstrações de repetidos beneficios, seguindose juntam.e a estes a liberal magnificencia comq’ emnobreceo a m.tos, e em requeceo a todos os moradores.”¹⁰⁸³ O autor relacionou a conquista da terra à conversão do gentio – que conservou seu status de liberdade – e ao enriquecimento de *todos* os que vieram para a colônia. Podemos identificar no discurso de Mirales três matrizes ideológicas que fizeram parte da colonização portuguesa no Brasil: conquista militar, difusão da fé e prosperidade dos habitantes que incorporaram os interesses da Coroa lusitana.

Um dos responsáveis por dar início de forma contundente à empreitada colonial, foi o primeiro emissário régio designado para desempenhar funções militares, Tomé de Souza, “heroe emq’ se achavaõ taõ vinculado o valor, e edentificada a prudencia, e militar disciplina que parece q’ elle só bastava p.^a a saber instruir, e exercitar.”¹⁰⁸⁴ Para respaldar sua narrativa Mirales se pautou em outros autores que dissertaram sobre esse período da história brasílica, tais como Rocha Pita, Simão de Vasconcelos e Francisco de Brito Freire. Ele fez uma ligeira referência à antecendência dos portugueses no Brasil e notificou que o marco zero das ações militares foi o ano de 1549, exatamente quando da fundação da cidade de Salvador. Assim, o discurso de Mirales utilizou-se do recurso retórico de associar o advento das atividades militares aos fatos históricos a partir dos quais o povoamento e a exploração da colônia foram organizados. Evidenciou-se que ao tempo em que os portugueses efetivavam sua presença através da fundação de cidades, as incursões militares no território já faziam parte da empresa colonial. Diante do sucesso da colonização

se foi ampliando esta Provincia, e Capitania com o cressido numero de moradores, que do Reyno de Portugal tinhaõ p.^a hesse efeito concurrido; com os quaes se foy taõ bem augmentando e emnobrecendo esta Capital, demodo que cauzou não pequena inveja avarias Potencias da Europa.¹⁰⁸⁵

A cobiça estrangeira, contra a qual a produção histórica renascida se manifestou, esteve presente na história do Brasil desde as primeiras fases da colonização portuguesa. Mirales fez referência à histórica inveja os holandeses em relação à América lusa, apesar de

¹⁰⁸² MIRALES, op. cit., p. 11.

¹⁰⁸³ Ibidem.

¹⁰⁸⁴ Ibidem.

¹⁰⁸⁵ Ibidem, p. 12.

que sua narrativa esteve direcionada, primordialmente, a combater as cobiças mais recentes, contra as quais sua *História Militar* deveria ser uma arma. Diante da *não pequena inveja* causada nas potências européias, seria imprescindível consolidar e ampliar a conquista, o que foi feito através da vinda dos súditos que regularmente chegavam da metrópole e ajudavam a formar os contingentes necessários ao desbravamento das terras. Além dos homens e mulheres, Lisboa expedia todos os anos para a Bahia “Socorros demantim.tos, (...), faz.das, e munições de guerra.”¹⁰⁸⁶ Esses recursos concorreram para que se continuasse “sempre con fervorozo, e louvavel zelo do Real Serviço no Marcial exercicio.”¹⁰⁸⁷

Segundo Mirales, a comunhão desses fatores fundamentou o sucesso da conquista: a vinda de portugueses que ano após ano chegavam ao Brasil onde encontravam terreno fértil para enriquecer, havendo ainda espaço para aqueles que pretendiam se dedicar às funções pias de converter os indígenas e propagar os dogmas cristãos no Novo Mundo; a metrópole fazia sua parte e além dos súditos enviava os materiais a serem utilizados para que a conquista fosse efetivada no campo militar. Tomé de Souza, um dos iniciadores desse processo, foi o responsável por dar início à organização de uma estrutura que seria utilizada e aperfeiçoada pelos seus sucessores.¹⁰⁸⁸ Mirales acreditava que a inveja dos estrangeiros que contestavam os direitos de exclusividade mantidos entre Portugal e seu território ultramarino, causada pelos “felices progressos, e gloriozas Victorias que deCanta a fama p.^a assombro da posteridade”¹⁰⁸⁹ era uma prova do sucesso da empresa colonial lusitana na terra brasílica. O tenente lançou mão de um recurso retórico ideológico e utilizou os fatos e argumentos que atentavam contra a soberania portuguesa para confirmar que o domínio lusitano no Brasil era incontestável.

As investidas estrangeiras haviam sido importantes na história da colônia por terem alertado para a necessidade de ampliação das tropas e aperfeiçoamento das estruturas que garantiam o domínio exercido sobre o território colonial. As invasões holandesas do século XVII, por exemplo, exigiram algumas respostas novas por parte dos portugueses. Suas

perniciozas maximas precizaraõ, a augmentar o numero de Tropas deque se carecia p.^a guarnecer o Prezidio da Bahia, e dar melhor forma aestas, edispor com acertada providencia os convenientes, e proporcionados meynos p.^a a necessaria subsistencia dellas (...) pois com naõ pequeno fundam.to se infere, que os soldados que naquelle tempo serviaõ nesta Cap.tal, eraõ pagos e socorridos p.la Corte, e Vedoria de Lisboa tanto porque ainda naõ havia na Bahia rendas Reaes estabelecidas p.a esse efeito.¹⁰⁹⁰

¹⁰⁸⁶ MIRALES, op. cit., 12.

¹⁰⁸⁷ Ibidem.

¹⁰⁸⁸ Ibidem.

¹⁰⁸⁹ Ibidem.

¹⁰⁹⁰ Ibidem.

O tenente reconheceu que à época da invasão holandesa ao Brasil, os portugueses não haviam implementado ainda “hu’ modo, ou methodo certo de guerra”¹⁰⁹¹ e as justificativas para essa falta de *methodo* por parte das forças armadas luso-brasileiras foram buscadas nas sucessivas invasões e guerras com as quais Portugal teve que lidar ao longo de sua história: “por serem varios aquelles de q.m eramos oprimidos”¹⁰⁹² nenhuma disciplina militar se fixou nas forças armadas portuguesas pois um método que dava certo contra uma nação rival, “logo se experimentava inutil p.^a com outra.”¹⁰⁹³ Para Mirales, a vitória holandesa em 1624 não foi fruto de mérito ou valor dos batavos, mas antes obra do descuido dos portugueses. Mesmo padecendo de uma considerável desorganização bélica, “mostrou sempre a experiencia q’ pode mais aleal constancia, e destemido valor dos Portuguezes, que anotoria industria, forças esiencia militar dos Olandezes.”¹⁰⁹⁴ O tenente afirmou que a despeito de sua desarticulação – que ele garantiu ter sido remediada a partir do reinado de D. Afonso VI – os lusitanos encontravam meios para superar adversários militarmente mais poderosos no campo de batalha, mantendo sua autonomia e preservando a soberania.

Diante do comportamento dos militares luso-brasileiros frente às forças holandesas o tenente concluiria que

nossoz soldados mais pelejavaõ movidos do seo notorio valor, que do prefeito, e necessario conhecimento das regras militares sientificas, porque parece que alem deque naquelle tempo ainda se ignorava grande parte dellas, não tinhamos Regimento que prescrevesse o methodo certo que se havia deseguir, nem tão pouco a forma com que os soldados deviaõ ser pagos dos seus Soldos.¹⁰⁹⁵

Essas considerações foram feitas após a descrição dos esforços que culminaram com a expulsão dos holandeses, que apesar de todas as deficiências de que padecia o sistema defensivo da colônia, ficaram menos de um ano na Bahia. Mirales inferiu sobre o atraso luso-brasileiro a respeito das táticas bélicas a partir de um alvará de 23 de agosto de 1653. A constatação de que as forças militares se encontravam desorganizadas, mal remuneradas e sem o *prefeito conhecimento das regras sientificas* fez com que todos os méritos das vitórias fossem atribuídos aos súditos, principalmente diante de um oponente depositário de toda a organização e método que faltavam aos portugueses. O *notorio valor* dos vassallos foi o ponto determinante para a reconquista da soberania frente à investida estrangeira e a narrativa do tenente conclamou o leitor – e aqui acredito que ele tivesse em mira um leitor em especial, o

¹⁰⁹¹ MIRALES, op. cit., p. 13.

¹⁰⁹² Ibidem.

¹⁰⁹³ Ibidem.

¹⁰⁹⁴ Ibidem, p. 14.

¹⁰⁹⁵ Ibidem, p. 31.

rei – a reconhecer o papel desempenhado pelos homens que, superando inúmeras adversidades, pelejaram para reaver a praça que tombara em mãos inimigas.

Nas páginas em que descreveu a história do cerco de Salvador pelos holandeses nos anos 1624-1625, Mirales ressaltou que o processo de expulsão dos batavos contou com a comunhão de forças luso-castelhanas. As ações de João Vidal, um espanhol natural de Saragoça, foram “taõ bem de eterno louvor.”¹⁰⁹⁶ À época as Coroas ibéricas encontravam-se sob o cetro do rei de Espanha, e a participação dos espanhóis não foi olvidada pelo tenente, que era, ele próprio, súdito do monarca espanhol. A coragem e o desvelo diante dos invasores estrangeiros marcaram a atuação dos portugueses no episódio em que a soberania fora ultrajada.

Sendo os fidalgos Portugu.zes os pr.os que sofregos na generosa com petencia de seadiantarem, queriaõ emtodas ellas porse na frente, elugar demayor perigo, sem estar.m alistados em neh’ua das Comp.as, o que tendo D. Fradique not.^a, proveo de remédio; mandandolhes asentar praça nellas.¹⁰⁹⁷

Após a expulsão, D. Fradique de Toledo nomeou mil soldados portugueses para a guarnição da Bahia e, mesmo sob o domínio da monarquia espanhola, a proteção da capitania foi delegada a mil lusitanos que residiam na América. Membros do exército vitorioso fizeram propostas divergentes quanto ao contingente e à origem dos soldados que deveriam formar a guarnição que protegeria a Bahia de futuras investidas. D. João Fajardo sugeriu mil e duzentos homens “das tres Naçoens Castelhanos, Portuguezes, e Italianos, para que a emulação de huá com outra fizesse mayor a pontualidade do serviço.”¹⁰⁹⁸ O Marquês de Coprani, por sua vez, “era de parecer que o numero crescesse a dous mil compostos só de Castelhanos, e Portuguezes, por ser este País mais apropiado para sómente estes.”¹⁰⁹⁹ Analisando-se as duas propostas, ponderou-se que o ideal seria a escolha de um número “que pudesse ser mais alivio que carga para esta Capital, e que era apreciza asua guarda dos Portuguezes.”¹¹⁰⁰ Essa decisão, segundo Mirales, foi tomada tendo-se em vista dois argumentos:

era quazi impossivel que em parte taõ distante de Espanha, e menos ajustada ao rigor da Iustiça se conservasse apaz por emulação (...); era razão que a Provincia que era tanto de Portugal se encomendasse aoseo cuidado; pois quando naõ fossem tantos os testemunhos da sua Lealdade, evalor tinhaõ dado tantos naquella ocaziã, que ja de novo se lhes devia.¹¹⁰¹

¹⁰⁹⁶ MIRALES, op. cit., p. 19.

¹⁰⁹⁷ Ibidem.

¹⁰⁹⁸ Ibidem, p. 22.

¹⁰⁹⁹ Ibidem.

¹¹⁰⁰ Ibidem, p. 23.

¹¹⁰¹ Ibidem.

Assim, a invasão holandesa foi uma oportunidade na qual a soberania lusa referente ao Brasil pôde ser exercitada, ainda que ao tempo o trono português estivesse atrelado ao de sua vizinha Espanha. A retirada dos batavos foi seguida da criação de dez companhias deixadas sob comando de Pedro Correa da Gama que deveria *governá-las* e a organização dos mil soldados aqui deixados foi feita “pela forma que se uza nos mais Prezídios da Coroa de Portugal.”¹¹⁰² Apesar das providências tomadas após a expulsão dos holandeses, as mudanças não foram suficientes para colocar as forças armadas designadas para defender e guarnecer a capitania da Bahia em consonância com a “disciplina da milícia moderna.”¹¹⁰³

Em 1647, uma nova invasão, desta vez à ilha de Itaparica, colocou em questão o sistema defensivo e a capacidade dos portugueses de conservarem a soberania em seus territórios coloniais. A exemplo do que acontecera quando da invasão de 1624-1625, os luso-brasileiros, “pelejaraõ com maes valor, que perfeito conhecimento da disciplina, epratica das regras militares Sientificas”¹¹⁰⁴ e perante uma nova investida organizada por antigos adversários, as forças responsáveis pela manutenção da autonomia portuguesa em sua colônia americana se valeram de qualidades ligadas à disposição e ao empenho, superando toda a falta de preparo e treinamento militar. A região invadida em 1647 por Sigismundo Vuandes era estratégica e do local onde o comandante holandês havia montado guarda com seus três mil homens e 44 naus,

naõ Só ameaçava a Cidade, como tambem continuamente insultava os moradores doSeo reconcavo, roubandolhes todo o preciozo que nas Suas Cazas, e Engenhos poSuhiaõ, etirandolhes juntamente a muito delles a vida Sem piedade, piratiando, e Saqueando tambem namesma forma as Embarçaçoens que do mesmo reconcavo, edefora da Barra Conduziaõ mantimentos, eo maes necessario para provimento da Cidade, pondo esta por este perniciozo modo na mayor Consternação.¹¹⁰⁵

O governador Antonio Telles da Silva organizou a contra-ofensiva portuguesa a partir de ações que na concepção de Mirales foram temerárias e desacertadas.

Desprezndo este os mais acertados, ebem advertidos pareceres dos Cabos mais inteligentes, práticos, eexperimentados naguerra, eSem atender afalta de instrum.tos, eaprestos precisamente necessários, empredeo movido Só movido do Seo errado ditamen a inculpavel temeridade de desalojar aSigismundo da Ilha de Itaparica, onde na referida forma Seachava aquartellado. Para cujo naõ pequeno desacerto mandou logo prevenir menos considerado, todas as Embarçaçoens Ligeiras de Remo que Seacharaõ na Marinha da Cidade, eembarcandose em varios portos della mil eduzentos Soldados escolhidos, e os Cabos de melhor nota, e que mais se distinguiãõ no valor partiraõ todas ao mesmo tempo Cubertas das trevas da noute, que enlutada de escuras, e lugubres Sombras parece anunciava o infausto exito da

¹¹⁰² MIRALES, op. cit., p. 23.

¹¹⁰³ Ibidem, p. 33.

¹¹⁰⁴ Ibidem, p. 34.

¹¹⁰⁵ Ibidem, p. 35.

acção que Só por Credito, ehonra emprendiaõ por não faltar o inviolavel preceito da Obediencia, virtude aque nunca pode ultrajar aforça da Superioridade.¹¹⁰⁶

Perante três mil invasores amparados por 44 navios, o governador conseguiu arregimentar 1200 homens que, sem os aprestos e instrumentos necessários, contavam com valor, honra e obediência para fazer frente ao inimigo. Mais uma vez, diante das carências logísticas, das decisões desacertadas e de adversários numericamente superiores e mais bem armados, as ações militares na colônia teriam de se valer de qualidades inerentes ao caráter dos portugueses para que fossem vitoriosas e a guarda dos interesses lusitanos em terras americanas recaiu sobre o desvelo e valor dos soldados-vassalos luso-brasileiros. Assim, a narrativa de Mirales evidenciava que a manutenção da soberania militar, até meados do século XVII, tinha sido apanágio das ações dos súditos que compensavam a desorganização e a ineficiência do aparato bélico implantado na colônia através do empenho e da coragem.

A ofensiva contra os inimigos foi atabalhoada e apesar do “destemido e incomparavel Vallor”¹¹⁰⁷ a investida foi feita “taõ Sem forma edes Ordenada mente que (...) foraõ homicidas de sy mesmos os Portuguezes, atirando os que vinhaõ na Colla aos que hiaõ Subindo maes avançados na vanguarda.”¹¹⁰⁸ O desfecho da refrega mostrou que a retirada não foi menos confusa ou atrapalhada tendo Mirales atribuído a vitória dos holandeses sitiados em Itaparica menos à sua capacidade de resistir do que à ineficiência e desarticulação do ataque perpetrado pelos portugueses.

Diante desta atuação patética das forças militares sediadas no Brasil e de sua parca capacidade de organizar uma resistência à altura da importância da colônia, o tenente reiterou que “naquelle tempo ignoravaõ os nossos não pequena parte do Conhecimento, epratica das regras militares Sientificas.”¹¹⁰⁹ Os homens de armas “maes se distinguiaõ no vallor, e se aventajavaõ no Serviço del Rey.”¹¹¹⁰ Mirales utilizou a obra de Thomas Tamayo de Vargas para endossar o discurso de que o sucesso das ações militares – que só advinha depois de superadas inúmeras adversidades – se devia ao empenho e à disposição dos súditos. Amparado em Vargas, ele afirmou que “Cada dia Se augMentava maes o damno dos OLandezes com o valor dos Capitaens Pedro de Campos, Antonio de Moraes (...).”¹¹¹¹ Esse último, além de colocar seu *valor* a serviço do monarca português na luta contra os invasores, deu outra prova de fidelidade, trazendo consigo, de Pernambuco, “huã Companhia a Sua

¹¹⁰⁶ MIRALES, op. cit., p. 35.

¹¹⁰⁷ Ibidem.

¹¹⁰⁸ Ibidem.

¹¹⁰⁹ Ibidem, p. 35-36.

¹¹¹⁰ Ibidem, p. 36.

¹¹¹¹ Ibidem.

Custa.”¹¹¹² Assim, a manutenção do domínio sobre o território colonial, no que tangia à questão das forças militares, esteve absolutamente atrelada ao comprometimento dos súditos e ao seu empenho nas lutas contras as tentativas de invasão exógena. Eles superavam a falta de conhecimento das *modernas regras militares sientificas* lançando mão de outros recursos para sustentar a soberania lusa no Brasil. Antonio de Moraes foi o exemplo utilizado para demonstrar o envolvimento dos vassalos e de sua disposição em servir aos interesses régios, criando alternativas à ineficiência das forças oficiais.

A ação devotada dos súditos que, pela honra, garantiram os interesses do rei de Portugal e sustentaram a soberania na América portuguesa, foi o argumento estruturador da narrativa referente ao período da história do Brasil em que as forças militares apareceram como desarticuladas. Esse tipo de ação deveria continuar presente no comportamento dos novos e futuros súditos, que tomariam seus antepassados como exemplo a ser seguido. Os diversos *capitaens* enumerados por Mirales assumiam o papel de heróis do passado nos quais os *nobres americanos*, contemporâneos do autor, deveriam se espelhar. Além de evidenciar o mérito dos homens que se dedicaram a dilatar e manter as conquistas, mesmo diante de tantos percalços, a *História Militar do Brasil*, apresentou exemplos que serviriam para inspirar o desvelo daqueles que deveriam no presente e no futuro se colocar a serviço dos interesses do rei.

Mirales acreditava que a ‘formação’ desses súditos leais estava vinculada à educação das novas gerações que se instruíam sobre formas de proceder para honrar ao rei através dos serviços prestados no passado – que seriam suscitados por obras como a dele – e à necessidade de que o rei reconhecesse o valor dessas ações, para as futuras gerações continuarem a se entregar com determinação ao cumprimento das ordens régias. A segunda investida holandesa contra a Bahia, que assaltou a ilha de Itaparica, serviria como um bom exemplo na medida em que exigiu medidas e esforços de luso-brasileiros que precisaram contornar deficiências de variadas ordens para lograr êxito na expulsão dos invasores. Era, exatamente, o tipo de prova de desvelo e valor que deveria ser recompensada pelo rei para que servisse como exemplo para as gerações vindouras. Os aspectos trágicos da vitória deram a tônica do discurso de Mirales.

No referido funebre, e Lastimoso Sucesso da Ilha de Itaparica morreraõ Seis Centos Soldados Portuguezes, alem de Outros muitos que ficaraõ feridos, entrando neste quazi todos os Cabos, enaquelles os Capitaens Domingos Soares, e Manoel Coelho, e o dito Mestre de Campo Francisco Rebello.¹¹¹³

¹¹¹² MIRALES, op. cit., p. 36.

¹¹¹³ Ibidem.

Em meio ao enorme número de mortos e feridos que deram suas vidas para salvar a colônia, surgiram alguns personagens que se destacaram no episódio narrado e, portanto, poderiam ser usados como exemplo, como foi o caso do mestre de campo Francisco Rebello, “chamado por antonomazia o Rebellinho, aquele tudo o que lhe faltava na estatura do Corpo lhe sobejava no crescido Vallor Com que sempre grangeou fazersse respeitado dos naturaes, e temido dos Estrangeiros.” O *valor* foi apresentado como ponto alto do comportamento de um soldado que teve no empenho o mérito que lhe fez merecedor dos louros do reconhecimento. Os dois óbices mais notórios à plena conquista da terra pelos portugueses eram, exatamente, os nativos e os estrangeiros que cobiçavam essas paragens lusas. A empresa colonial carecia de homens que, como o mestre de campo Francisco Rebello, despertassem respeito nos primeiros e temor nos últimos. Ele deveria, ainda, inspirar seus patrícios a seguir seus passos e colocar seu valor a serviço Del Rei. Rebellinho foi mais um dos militares que morreram pela glória da monarquia portuguesa, e, mais pragmaticamente, pela manutenção da sua soberania na América lusa, mas, antes que isso acontecesse, suas ações foram reconhecidas e ele fora agraciado com uma benesse real, algo que, na visão de Mirales, havia sido fundamental para estimular seu empenho. Mirales recorreu, mais uma vez, aos documentos da Vedoria para mostrar como “consta fazer Sua Magestade amerce do titulo de Mestre de Campo ao Capitão Francisco Rebello com oitenta Cruzados de Soldo por mes, etres escudos de ventagem por Patente de 26 de Mayo de 1642.”¹¹¹⁴ Completava-se, desta maneira, o ciclo que, pela fórmula de Mirales, forjaria os mais valorosos defensores dos interesses régios portugueses no Brasil.

O fim das guerras de invasão e o papel dos funcionários da folha militar

As tentativas de invasão foram ocasiões ideais para a manifestação das características legitimadoras do discurso histórico de Jose de Mirales. A capitania da Bahia sempre saiu vitoriosa diante das investidas estrangeiras que marcaram a sua história e as descrições das invasões tiveram como desfecho a expulsão dos inimigos e a retomada da soberania e do controle da situação pelos portugueses. Elas eram bastante convenientes para o embasamento de uma narrativa legitimadora, afinal, a soberania, mesmo ameaçada e, ocasionalmente, ultrajada terminava por ser recuperada pelos lusitanos e o status de metrópole retornava ao seu lugar de direito. Esses fatos também poderiam ser utilizados para demonstrar o caráter e o valor dos luso-brasileiros frente aos inimigos e o papel dos súditos para a preservação dos interesses régios era campo fértil para ser explorado. A invasão holandesa de 1647 à ilha de

¹¹¹⁴ MIRALES, op. cit., p. 36-37.

Itaparica foi descrita por Mirales como “aultima ves, que os OLandezes insultaraõ a Bahia, eesta tambem parece que foi aultima, e Lamentavel perda, que portemeraria rezoluçaõ experimentou esta Capital, eseo reconcavo.”¹¹¹⁵ Depois de utilizar esses episódios para compor sua história militar, o tenente seguiu um procedimento que já havia sido adotado por seus colegas de Academia e que caracterizou a produção histórica do grêmio renascido: elaborar a história dos funcionários que se sucederam cronologicamente em cargos de destaque da administração brasílica.

Como o tema do seu estudo era a história militar, Mirales forneceu notícias sobre a “Creaçaõ dos Terços daguarniçaõ desta Praça, da dos Mestres de Campo delles, da Sucessaõ destes, do Soldo que logravaõ, edepresente Lograõ, e do maes que oCorrer abeneficio da presente historia.”¹¹¹⁶ Ainda que manifestassem toda sorte de deficiências quanto à técnicas de que lançavam mão em campo de batalha, ou quanto às armas de que dispunham para defender os interesses metropolitanos diante das investidas estrangeiras, os militares eram funcionários régios a legitimarem a presença portuguesa no Brasil. O destaque concedido àqueles que ocuparam os mais altos cargos militares evidenciava a existência de uma estrutura hierarquizada, montada, financiada e controlada a partir de Lisboa, que foi ao longo do tempo guarneendo a América portuguesa e garantindo sua permanência sob domínio lusitano.

Enumerando os funcionários constantes na folha de pagamento militar com seus respectivos soldos, Mirales expôs seu intuito de reivindicar para os seus companheiros de armas maior reconhecimento pelos serviços prestados, tendo a narrativa do tenente mostrado que imbuídos da missão de garantir a posse da terra, os militares extrapolaram inúmeras vezes seus deveres de ofício determinados pelas ordens régias. Essas atitudes não deveriam ser entendidas como desobediência ou desrespeito para com as designações do monarca, e sim como prova de dedicação e de bons serviços prestados à Coroa portuguesa. Ele chamou a atenção para as muitas ocasiões em que

alguns Cabos mayores do Brazil pela larga distancia maes crescida a sua jurisdiçaõ, e suspenderem por particulares respeitos as Ordens Reaes, menos Lembrados deque em Portugal deixaõ o Principe na Corte, e os Ministros nos Tribunaes, posto que tambem destes por falta de noticia, ou sobra de favor sahem alguans vezes para conquistas taõ distantes, resoluçoens taõ diferentes, que he necessário feixar os olhos a razaõ para observallas com cega obediencia, alem deque pelas mesmas circunstancias tem tambem sucedido serem menos atendidos os benemeritos na devida satisfaçaõ do premio merecido.¹¹¹⁷

¹¹¹⁵ MIRALES, op. cit., p. 37.

¹¹¹⁶ Ibidem.

¹¹¹⁷ Ibidem, p. 38.

Em 7 de junho de 1642 João de Araujo passou a ocupar o cargo de mestre de campo do Terço por patente concedida pelo rei D. João IV, sucedendo a D. Fernando Mascarenhas Mariscal. Araujo foi sargento mor do mesmo Terço, e se destacara durante a década de trinta do século XVII na luta contra os holandeses. Mirales justificou que a promoção do mestre de campo se deveu “ao muito que se distinguiu no vallon, ese augmentou no serviço de sua Magestade.”¹¹¹⁸ Dos livros que encerravam a documentação da *Plana do Terço* o tenente tirou as informações referentes aos “cento e des e seis cruzados de soldo por mes, e sete escudos de ventagem.”¹¹¹⁹ João de Araujo foi, ainda, contemplado com uma aposentadoria a 7 de novembro de 1662, dois anos antes de vir a falecer. Exemplo de bom vassalo que teve o *vallon* de suas ações devidamente reconhecido pelos monarcas que lhe concederam mercês em diferentes fases da vida.

Nicolao Aranha Pacheco foi elevado ao posto de mestre de campo do Terço novo, em 20 de outubro de 1642, também por patente do rei. Pacheco tinha os mesmos cento e dezesseis cruzados mensais de soldo, mas ao invés dos sete escudos de *ventagem*, tinha dois. A mercê de sua majestade foi concedida “em atenção ao muito que se aventejou no Serviço do mesmo Senhor na recontada Ocaziaõ emque o Conde de Nazau Sitiou por mar e terra esta Capital.”¹¹²⁰ Interessante que esse episódio em que Maurício de Nassau sitiou por mar e terra a cidade de Salvador ocorreu em 1638, tempo em que o monarca espanhol Felipe IV era o terceiro Felipe de Portugal. Nicolao Pacheco foi alçado ao cargo de mestre de campo pelo primeiro rei da dinastia de Bragança D. João IV, em 1642, em decorrência do que obrara, na América, em nome da monarquia, quatro anos antes, ainda durante a União Ibérica. Os serviços que ele prestou ao monarca espanhol quando do sítio da capital em 1638, foram sublimados e transferidos para a esfera de interesse da nova dinastia portuguesa recém chegada ao poder após a Restauração de 1640.

O mesmo pode ser observado quanto às ações do mestre de campo João de Araujo, anteriormente citado, que se destacou como militar no tempo em que os portugueses ainda vivam sob a tutela da Coroa espanhola. Mirales apontou sua participação como decisiva em batalhas ocorridas em 1631 e 1638.¹¹²¹ As mercês concedidas a Araujo foram justificadas pelo

¹¹¹⁸ MIRALES, op. cit., p. 39.

¹¹¹⁹ Ibidem.

¹¹²⁰ Ibidem, p. 40.

¹¹²¹ Reproduzimos aqui o trecho referido nas palavras do próprio autor: “Sucedeo a D. Fernando Mascarenhas Mariscal no dito posto de Mestre de Campo Ioaõ de Araujo, Sargento mor que era do mesmo Terço, por Patente de Sua Magestade de 7 de Junho de 1642 (...) em atenção ao muito que se distinguiu no vallon, ese augmentou no Serviço de sua Magestade no combate que em 12 de Setembro do anno de 1631 teve o Almirante General D. Antonio Oquendo com o General da Armada OLandeza Ioaõ Adriaõ Patry, e tambem no anno de 1638 emque o Conde de Nazau Sitiou por mar, e terra esta Capital, tempo emque o Sobredito Ioaõ de Araujo governava o

valor e empenho demonstrados na defesa dos interesses do rei que, reconhecendo suas virtudes, lhe favoreceu com o cargo de mestre de campo e com sua posterior aposentadoria. As ações que o tornaram digno dessas benesses foram executadas antes da Restauração bragantina, e os monarcas responsáveis pela concessão das mercês associadas a essas ações foram, respectivamente, D. João IV e D. Afonso VI, ambos portugueses do período pós-Restauração.

Quando a soberania foi retomada por uma linhagem portuguesa, os serviços prestados pelos súditos portugueses ao rei espanhol esvaziaram-se de sentido e passaram a ser atribuídos ao monarca português e à manutenção e ampliação dos seus interesses. A invasão do Brasil pelos holandeses, que teve em Nassau um dos seus protagonistas, foi representada como atentado à soberania lusitana na América portuguesa, mesmo em episódios acontecidos no período em que as decisões eram tomadas em Madri. A partir do momento em que os portugueses retomaram a soberania do território metropolitano, aquilo que havia sido executado de importante do ponto de vista militar nas áreas coloniais durante a ‘crise’ da monarquia lusitana, passou a engrossar as fileiras das obras realizadas em nome Del Rei português.

Além de arrolar todos os mestres de campo, Mirales enumerou os tenentes de mestre de campo general e os ajudantes de tenente, que “Servirão desde o anno de 1633 athe o de 1652”¹¹²² dando continuidade à tarefa de esquadrihar a estrutura militar da América portuguesa. Como foi visto, o fato de alguns desses militares terem servido durante os anos finais do período de união das Coroas ibéricas em nada diminuiu o valor de suas ações, nem, tampouco, arrefeceu as possibilidades de que estas fossem consideradas provas de fidelidade para com os monarcas portugueses e, portanto, dignas de recompensas.

O autor da *História Militar do Brasil*, não perdeu a ocasião de fazer uma breve referência à sua própria carreira e aproveitou a oportunidade para reivindicar o reconhecimento de seus préstimos militares. Afinal, ele também tinha sido tenente e os soldados que apareceriam nos seus arrolamentos dando prova de bons serviços prestados ao rei, haviam ocupado o cargo que ele mesmo exerceu durante muitos anos. Mirales afirmou que a notícia por ele oferecida sobre os tenentes “sem duvida parece que não deixaria de motivar algum reparo aos que como eu tivessem exercitado 26 annos O posto de Ajudante

mesmo Terço por se achar nessa ocaziaõ na corte de Madrid o Conde de Obidos D. Vasco Mascarenhas, Mestre de Campo delle.” MIRALES, op. cit., p. 39.

¹¹²² Ibidem, p. 41.

de Tenente, e Sete o de Tenente de Mestre de Campo General.”¹¹²³ Sua história militar pretendia trazer do esquecimento aqueles que haviam ocupado o cargo de tenente antes dele, e apelando para a memória desses soldados mostrando como eles eram merecedores das benesses régias, Mirales aproveitaria para lembrar que ele próprio tinha uma história nas forças armadas que fazia dele digno do mesmo reconhecimento.

Afora os detalhados arrolamentos e listagens que contemplaram os militares que haviam ocupado os postos de oficiais até o ano de 1652, Mirales alargou o alcance de seu discurso histórico legitimador a partir do fornecimento de notícias referentes à criação da artilharia em Salvador. O espaço de tempo contemplado cobriu o período que foi da restauração da capital após a expulsão dos holandeses, em 1625, até o mesmo ano de 1652, utilizado como baliza temporal final para a lista de tenentes. Sua escolha para o marco inicial não carecia de maiores justificativas, já que o momento era de retomada da soberania depois de quase um ano da invasão batava. Além disso, a partir da expulsão holandesa da Bahia reformas haviam sido implementadas no sentido de guarnecer melhor esta capitania com sua capital que ao tempo era a *cabeça da América portuguesa*. O propósito era tornar as estruturas militares mais resistentes e aumentar os contingentes para evitar novos ataques, tendo Mirales realçado esses procedimentos para evidenciar as modificações militares motivadas pela cobiça estrangeira.

A partir de 1625, os novos cargos criados reforçaram as combatidas forças militares brasileiras e as transformações perpetradas nas estruturas físicas ajudariam a aperfeiçoar o sistema defensivo do Brasil. As determinações para incrementar a guarnição da América portuguesa reforçavam as idéias de intervenção régia e de provimento pelo erário real português das despesas necessárias para manutenção e ampliação do aparato militar que ratificaria o domínio exercido sobre sua colônia americana.

Restaurada gloriozamente esta Capital, teve logo principio nella a Artr.^a, e foy o primeiro Cap.m della Iordão de Salazar de Almeida por Patente do General D. Fradique de Toledo Ozorio de 18 de Julho de 1625 com 40 cruzados de soldo por mes (...) cuja comp.^a se chama do Presidio da Bahia, e contava com 40 Artr.os.¹¹²⁴

Além da criação dos postos de artilheiros, que visava reforçar a defesa, houve a

reforma que no ultimo de Outr.º de 1627 fez o Governador Diogo Luis de Oliveira por Ordem de Sua Magestade de 9 de Julho do mesmo anno (...) creou Oposto de Condestavel e Mestre em que proveo Antonio de Faria com des Cruzados de Soldo por mes, e tambem creou o de Sota Condestavel provendo nelle a Ioaõ de Samude com oito cruzados de soldo por mes (...) reformou alem de varios postos tres Companhias que excediaõ o numero da Lotação do Terço do Conde de Obidos D.

¹¹²³ MIRALES, op. cit., p. 41.

¹¹²⁴ Ibidem, p. 44.

Vasco de Mascarenhas, e regulou o Soldo dos Officiaes, e Soldados pelo mesmo Planho porque deprezente se satisfazem todas as Tropas deste Estado.¹¹²⁵

O ano de 1652, baliza final dos arrolamentos, também foi considerado como um ponto de inflexão na história militar brasileira, em decorrência das importantes transformações ocorridas nos assuntos marciais da colônia. Nesse ano, executaram-se as mudanças preconizadas por um alvará de 30 de maio de 1650, que determinava uma reforma ordenada pelo rei “nos tres Terços da guarnição da praça da Bahia”¹¹²⁶, não tendo sido efetivada esta “deligencia antes de Julho de 1652.”¹¹²⁷ Depois de uma segunda ordem expedida pelo monarca em setembro de 1652, o Conde de Castelo Melhor “lhe deo principio (...) e concluhio em Janeiro de 1653.”¹¹²⁸ Também pelo alvará de 1650 reformou-se a artilharia que fora criada após o cerco batavo de 1624-1625.

A narrativa de Mirales apontou as invasões holandesas do século XVII como os fatos a partir dos quais o sistema defensivo foi repensado e reorganizado pelas autoridades portuguesas. Assim como a primeira invasão holandesa parece ter sido a força motriz a incentivar transformações realizadas nas armas de defesa após 1625, a invasão à ilha de Itaparica, em 1647, influenciou as mudanças que seriam determinadas pelo alvará de 1650. O tenente salientou que nos momentos em que a soberania lusa na América fora violada, medidas régias foram tomadas com o intuito de melhor guarnecer as regiões que haviam sido invadidas e ultrajadas. É interessante notar que o aumento dos contingentes da artilharia foi, na verdade, uma determinação do Conde de Aguiar, Antonio Teles de Meneses, datada de 4 de fevereiro de 1648. Logo após a expulsão dos holandeses de Itaparica, Meneses decidiu incrementar o número de artilheiros “que ha nesta Praça, tendo Consideração a importancia de prevenir a menor falta que delles possa haver.”¹¹²⁹ A reforma seria ordenada pelo alvará régio cinco anos depois da invasão de 1647, mas logo em 1648 medidas emergenciais foram tomadas com o intuito de fortalecer a defesa da capital. Para comprovar suas assertivas, Mirales utilizou documentos e registros contemporâneos ao período sobre o qual escrevia. A citação anterior, por exemplo, foi retirada da ordem do próprio Conde e Aguiar, que o tenente encontrou registrada na folha primeira do quarto livro da matrícula da artilharia.¹¹³⁰

Um fato interessante e que merece registro é que mesmo sendo a Bahia a *cabeça* de toda a América portuguesa, para usar uma expressão cara a José Antonio Caldas, os soldos

¹¹²⁵ MIRALES, op. cit., p. 44.

¹¹²⁶ Ibidem, p. 33.

¹¹²⁷ Ibidem.

¹¹²⁸ Ibidem.

¹¹²⁹ Ibidem, p. 45

¹¹³⁰ Ibidem.

pagos nessa capitania eram inferiores aos que recebiam os oficiais e soldados do Rio de Janeiro. A reforma militar de 1627, que se seguiu a expulsão da primeira invasão holandesa à Bahia, “regulou os soldos de Oficiaes, e soldados”¹¹³¹ e a partir de então um mestre de campo passaria a ganhar 48 mil réis por mês. Contudo, um documento que Mirales associou ao ano de 1672, mostrou que a despeito da mudança perpetrada pela reforma,

ficaram os officiaes, e soldados dos dous Terços da guarnição desta Praça vencendo sô meyo soldo por mes athe que por Provizão de Sua Magestade de 16 de Junho de 1711 reg.da a folhas 116 do L.º 12, foy o mesmo Senhor servido determinar, que os Mestres de Campo dos referidos dous Terços vencessem o soldo por inteiro na mesma forma que Logravaõ os do Rio de Janeiro.¹¹³²

Outras duas ordens expedidas pelos monarcas portugueses, uma de 1723 e a segunda de 1751 estipularam que as tropas e guarnições sediadas na Bahia, capital do Estado do Brasil, “fossem pagas, e socorridas pelo mesmo Planno das do Rio de Janeiro, o que athe o presente se observa a pratica.”¹¹³³ Ainda na condição de capital do Estado do Brasil e a despeito do destacado papel político e econômico que desempenhou desde o começo do processo de colonização, a Bahia, que chegou a cair sob o jugo holandês em uma das invasões batavas à América portuguesa que os militares conseguiram repelir, apresentava uma defasagem em relação ao Rio de Janeiro, quanto aos soldos pagos, que só seria mitigada no começo da segunda metade do século XVIII.

Mas a História Militar de Mirales não se pautou unicamente nas descrições das lutas contra estrangeiros ou nos arrolamentos dos oficiais que serviram no Brasil e, ocasionalmente, é possível colher de suas páginas algumas informações que ajudam a evidenciar algumas das funções que os militares desempenhavam fora do campo de batalha. Em 25 de maio de 1694 o sargento mor do Terço, Francisco Veloso Soares, foi alçado ao posto de tenente de mestre de campo general. Até aí nada de novo, parecia mais uma descrição da linha de sucessão militar de que a obra de Mirales está repleta e que foi um dos cernes de sua narrativa histórica. Contudo, os dados oferecidos sobre esse mestre de campo general não se restringiram às datas limítrofes em que esteve no cargo, como de costume. Ele

foy para o Certoão em Comp.ª do Governador, e Capitão General deste Estado D. Ioaõ de LemCastro ao descubrim.to das minas do Salitre em 8 de Setr.º de 1695, de onde Se recolheo aesta Praça co o dito G.or em 19 de Novr.º do primeiro anno, cuja verba Se mostra tambem a folhas do L.º 4.º da 1.ª Planna.¹¹³⁴

¹¹³¹ MIRALES, op. cit., p. 46.

¹¹³² Ibidem.

¹¹³³ Ibidem, p. 46-47.

¹¹³⁴ Ibidem, p. 52.

Esse tipo de descrição das ações dos seus personagens não foi comum na obra de Mirales. Talvez ele estivesse lidando com uma documentação pouco detalhista e que não permitia extrapolar do fornecimento das datas e nomes daqueles que ocuparam os cargos de oficiais. Todavia, através desta passagem, Mirales mostrou que a entrada para o sertão em busca de riquezas era uma atribuição que os mestres de campo poderiam desempenhar e que até então não havia sido mencionada pelo tenente. Percorrer o sertão também era uma atividade que poderia ajudar na comprovação de que os militares luso-brasileiros partiam para expedições rumo ao interior de sua colônia o que fortalecia a idéia de que o domínio estava sendo exercido pelos portugueses. A iniciativa não tinha apenas o cariz legitimador e a busca por minas de salitre evidenciava que a soberania em terras interiores se coadunava com a procura por novas fontes de riquezas a serem exploradas. Sintomático ter sido mencionado o mesmo mineral – o salitre – que durante a confecção das proposições de estudo da Academia dos Renascidos foi contemplado por uma proposta detalhada segundo a qual deveriam ser revelados os locais onde poderia ser encontrado, quem já o havia feito, quais eram as suas potencialidades de produção, escoamento e comercialização.

Ainda durante a parte em que tratou do mestre de campo de Francisco Veloso Soares, Mirales ressaltou algumas das atribuições político-militares que recaíam sobre os capitães gerais na América portuguesa. Quando eles se ausentavam da capital, organizavam-se triunviratos compostos, geralmente, por uma autoridade religiosa, uma militar e uma secular, que garantiriam que o governo continuaria sendo exercido mesmo na ausência do seu principal representante. Foi o que provavelmente aconteceu quando João de Lencastre e seu mestre de campo correram o sertão atrás de salitre. Contudo, o tenente afirmou que nesse caso não foi possível

descubrir por modo algum, quem ficou governando esta Praça na Sua ausência; Circunstancia porque me persuado que durante ad.^a ausência Se praticou o mesmo que se observa, e pratica quando os Governadores, e Cap.^{es} Generaes deste Estado Costumão vizitar pessoal m.te as forças, e estancias do reconcavo desta Capital como Sedeixa ver nas acçoens do G.^{or} Pedro de Vasc.os, e dos Vice Reys D. Pedro Antonio de Noronha, Marquez de Angeja, e do Conde de Sabugoza Vasco Frz.’ Cezar de Menezes.¹¹³⁵

Mirales asseverou que para cumprir uma diligência no sertão da capitania o procedimento para substituição do governador deveria atender aos mesmos padrões que eram verificados quando esse precisava cumprir funções no Recôncavo e adjacências. Mesmo não tendo conseguido descobrir quem ficou responsável pelo governo na ausência do capitão general, o autor demonstrou que as obrigações militares eram inerentes a um dos cargos mais

¹¹³⁵ MIRALES, op. cit., p. 52.

importantes da hierarquia administrativa da colônia e que através da execução dessas obrigações a colonização se consolidava. Infelizmente nem todos os oficiais arrolados pelo tenente foram contemplados com informações históricas como as que marcaram a vida de Francisco Veloso Soares e na maioria das vezes os arrolamentos dos militares observaram um padrão bastante pragmático. A citação a seguir serve como exemplo do modelo adotado por Mirales.

por falecimento de Pedro Gomes da Franca Corte Real lhe Sucedeo em 26 de Setr.º de 1743 no posto de Tenente de M.e de Campo General o Autor D. Iozé de Miralles Ajudante de Tenente que era Com agradação de Sargento mor ad Honorem por Carta Patente do Illm.º e Ex.mo Conde das Galveas de 23 do mesmo mes, e anno reg.da afolhas 22 verso do L.º 22 com cem Cruzados de Soldo por mes, e confirmada por Outra de S. Mag.e de 4 de Setr.º de 1744 reg.da afolhas 6 verso do L.º 23, e Servio o d.º posto athe 20 de Junho de 1751 que por Ordem do mesmo Snr.º Do 1º de Abril do d.º anno passou p.ª o de Ten.e Coronel do Reg.mo velho que com menos fortuna, que merecim.to actualmente exercita.¹¹³⁶

Como os cargos de oficiais não podiam ficar vagos, sempre que um mestre de campo ou tenente falecia ou ficava impossibilitado de se ocupar de suas funções, por qualquer razão, outros oficiais eram designados pelo rei para fazê-lo. Assim, os arrolamentos das forças de guerra ratificaram que houve um conjunto de funcionários que se sucedeu sequencialmente no tempo e no espaço de forma praticamente ininterrupta. Designada e sustentada pela Coroa a hierarquia militar foi representada, nas páginas de Mirales, como uma iniciativa do Estado português que era quem arcava com as despesas que a estrutura militar gerava. A junção de todos os arrolamentos originaria um panorama do universo militar de que foi dotada a América portuguesa ajudando a comprovar o controle que esses homens em armas garantiram para Portugal ao longo da história do Brasil.

Passando da Successão dos Ten.es de M.e de Campo Gn.l, e Ajud.es de Ten.te q.e serviraõ desde 1652 athé o refferido anno de 1751 deq.º tenho dado individual not.ª: Continûo na Successão dos Ten.es Gen.es da Art.ria, e da forma comq.e se foy augmentando on.º dos Artilhr.os, depois de ficar regulada na d.ª f.ª do sobred.º anno de 1652 um duas Comp.as, deq.º eraõ Cap.es Estevaõ Lamberto, e Joze da Fonc.a, e por Ten.e Gen.l della Luis Gomes de Bulhoens, todos tres, elleitos, e providos por S. Mag.de, como se deixa ver na Ordem da mesma reforma.¹¹³⁷

A incumbência da defesa não repousava apenas na criação ou aumento de novos cargos e Mirales deu notícias também do incremento do sistema defensivo de guarnição da Bahia, confirmando que o aparato militar foi aperfeiçoado a partir da melhoria das instalações responsáveis pela defesa do território colonial. Então,

¹¹³⁶ MIRALES, op. cit., p. 54.

¹¹³⁷ Ibidem, p. 59.

pelo motivo de augmentarse a Fortificação desta Praça foy crescendo oNº dos Fortes q.' adefendem, e tambem o de Artilheiros da goarniçaõ della, estímulo porq.' secreateaõ denovo mais 2 Comp.as deq.' foraõ Cap.tes Fr.co Pinhr.º, e Ioaõ Bap.ta de Macedo, e allem destes, veyo provido do R.no no posto de Cap.m Engenhr.º dos Fogos Felipe de S.¹¹³⁸

Essas ordens régias foram encontradas em uma carta patente expedida a 4 de março de 1705 pela rainha D. Catarina. Assim, ao lado da criação de novos cargos e da ampliação do número de oficiais, reforçava-se a estrutura militar através da construção de novos fortes e presídios e da reforma dos antigos. A ampliação das fortificações certamente visava melhor guarnecer as praças comerciais mais importantes e estratégicas, tendo sido gestado um sistema defensivo estruturado em várias frentes, seguindo diferentes iniciativas e cumprindo as mais diversas determinações.

A obra de Mirales se marcou pelo relevo concedido às ações dos homens que protagonizaram os episódios escolhidos como os mais significativos da nossa história militar. Ao enumerar a sucessão dos tenentes, assim como a dos mestres de campo, ele humanizou sua narrativa histórica. Se na obra de José Antonio Caldas a legitimação das prerrogativas lusitanas no Brasil recaiu sobre o papel desempenhado pelas instituições leigas e eclesiásticas trazidas de Portugal, em Mirales a função legitimadora coube ao empenho e à diligência dos militares que lutaram pela manutenção da soberania portuguesa no Brasil. Ele sempre atribuiu os sucessos militares nas querelas contra os estrangeiros à qualidades que seriam inerentes aos soldados luso-brasileiros como empenho, coragem, desvelo, perseverança e disposição de defender aguerridamente a soberania portuguesa no Brasil.

A notícia do reforço de um forte ou da reforma de um presídio esteve sempre associada ao nome dos responsáveis pela concretização das reformulações que eram preconizadas pelas ordens régias, homens que ocuparam os cargos que deveriam tornar a guarda mais consistente. As estruturas físicas de defesa e guarnição foram, ao longo da obra, personagens coadjuvantes diante da ação dos verdadeiros responsáveis pela manutenção da soberania portuguesa em solo americano: os homens em armas.

Mas Sem emb.º deq' tenho ja dado larga, edistincta not.^a do sobred.º Prezidio do Morro de S. Paulo: novamente me occorre dizer q' por reconhecer agr.de import.^a do Seu posto, e o q.to se fazia precisa a conservação deste, se cuidou com louvavel disvello, e acertada provid.^a nao só na necessaria fortificação d'elle, como tambem na sua Compt.e goarn.am, e no bom regimen daq.les moradores, mandando-o sempre fornecer sem o menor descuido de tudo o q.e se julgou se fazia preciso p.a a sua deffença.¹¹³⁹

¹¹³⁸ MIRALES, op. cit., p. 60.

¹¹³⁹ Ibidem, p. 60-61.

Nas páginas de Mirales, a consolidação das atividades militares e o seu sucesso recaíram muito mais sobre os ombros daqueles que colocavam essa estrutura militar para funcionar do que na escolha estratégica do local de uma fortificação ou na reforma de um presídio. As notícias do presídio de Morro de São Paulo, por exemplo, vieram acompanhadas das listas de oficiais de *conhecida capacidade e notório valor* responsáveis por concretizar as reformas necessárias na fortaleza. É inegável que o referido presídio ficava em uma posição estratégica para defender a capital e seu Recôncavo de um possível ataque, mas seu funcionamento foi materializado graças à atuação dos homens encarregados de assumir as posições em suas muralhas. Mirales deixou claro que sem esses indivíduos, que concediam a toda estrutura militar a sua funcionalidade legitimadora, ela não poderia garantir-se por si mesma.

Podemos dizer que Mirales associou o papel da defesa e guarnição da América portuguesa a um dueto: as ordens dos sucessivos reis e os sucessivos homens que ocuparam os cargos militares. Esses colocaram para funcionar as engrenagens criadas a partir daquelas para garantir a guarda de sua preciosa colônia. Acreditamos que *A História Militar* possa ser entendida como uma representação escrita dessas tentativas de legitimação da soberania que os homens de armas garantiam na prática ou no campo de batalha.

Quando os soldados viraram números: a representação militar da América portuguesa setecentista

Os intuitos de legitimação que a narrativa do tenente-coronel Jose de Mirales nutriram, não se respaldaram unicamente na narração de episódios da história militar brasileira. Após a descrição dos sucessivos oficiais que ocuparam os cargos de maior relevo na hierarquia militar luso-americana, Mirales partiu para uma nova perspectiva, que assemelhou bastante a obra do tenente à de José Antonio Caldas, analisada no capítulo anterior. Mirales esquadrinhou as forças militares que se ocupavam da defesa da Bahia entre os anos finais da década de cinquenta e os princípios da década de sessenta do século XVIII, através de um arrolamento pragmático e detalhado. Essa descrição do universo militar colonial pretendia evidenciar a guarda que os portugueses efetivamente sustentaram e confirmar o domínio exercido sobre sua colônia americana durante o século XVIII.

Assim, começou o tenente:

(...) goarnecem esta Praça 2 Regim.tos de Infant.ria, e hum Batalhaõ da Art.ria, este Consta de 6 Comp.as, 1 Ten.te Gn.l Cómand.te, 1 Sarg.to mor, 1 Ajud.e, 1 Condestavel mor, 5 Cap.es, e outros Off.es, aq' chamaõ da Iª Planna; e os 2 Regim.tos se compõem ambos de 24 Comp.as, 2 Coroneis, 2 Ten.es Cor.es, 2

Sarg.tos mores, 2 Ajud.es, de 16 Cap.es lígr.os, e 2 de granadr.os, 24 Ten.es, 24 Alf.es, 24 Sarg.os do nº, e outros tantos Supras, 26 Tambores, e 2 Pifaros, e consta cada Comp.^a de 44 Sold.os, 4 Cabos de Esquadra, 2 Sarg.tos, e 1 Tambor, q' juntos todos os refferidos, com os do Batalhaõ da Art.ria, fazem o computo de 1:500 homens pagos por esta Prov.ria.¹¹⁴⁰

Esse quadro de funcionários designados para guarnecer a capitania da Bahia convida a uma reflexão sobre o formato que universo militar instalado na colônia adquiriu ao longo do século XVIII. Além do que fora descrito na citação acima, havia ainda quatro Terços para defender a capital: um que se ocupava da defesa da cidade e outros três que ficariam responsáveis por seus termos. O Terço da cidade do Salvador foi o primeiro a ser criado e contava, só para a capital, com quase 700 homens. Os outros três – Pirajá, Torre e Itaparica – eram responsáveis por vilas e cidades do Recôncavo e do interior da capitania e as forças de guarda davam conta de vigiar as diferentes regiões interiores e litorâneas.

O Terço de Pirajá era responsável pelas freguesias de Paripe, Matoim, São Bartolomeu de Pirajá, Nossa Senhora da Encarnação do Passé e São Miguel de Cotegipe, contava com 737 homens e deveria guarnecer a *marinha* destas localidades. Sobre o Terço da Torre, Mirales não ofereceu maiores detalhes, mas afirmou que “seu districto comprehende mais de 20 legoas de Marinha.”¹¹⁴¹ O Terço de Itaparica era o mais amplo, contando com 836 homens “alem de húa Comp.^a de Cav.os da Ordenança q.' consta e 1 Cap.m, 1 Ten.te, 1 Alf.es, 1 Furriel, 38 Sold.os q' pó todos fazem estes o nº de 42 homens montados.”¹¹⁴² Esses Terços, listados com riqueza de detalhes quanto às ocupações dos militares que os compunham, estavam designados para sustentar o estandarte português em algumas das regiões mais prósperas da capitania da Bahia: a capital, que tinha no porto de Salvador seu epicentro econômico, e o Recôncavo, de onde se extraíam as principais fontes de renda da capitania.

Havia ainda, o Terço da Ordenança – sem dúvida o mais heterogêneo de todos – com seus 1742 homens e 44 cavaleiros montados, e o Terço Henrique Dias. O tenente assegurou que os grupos que compunham o Terço da Ordenança estariam prontos para defender a soberania portuguesa caso fosse necessário. Entres estes quase 1800 luso-brasílicos havia companhias de estudantes, letrados, moedeiros, oficiais de justiça e da arrecadação, membros da fazenda real e da alfândega, homens de negócios e dos armazéns da cidade, oficiais da ribeira, calafates, vigias e *homens pardos*. O Terço Henrique Dias aparecia no fim, obedecendo, inclusive, à própria hierarquia que nivelava os grupos sociais e étnicos que

¹¹⁴⁰ MIRALES, op. cit., p. 70.

¹¹⁴¹ Ibidem, p. 71.

¹¹⁴² Ibidem.

formavam o universo humano da Bahia no século XVIII, formado exclusivamente por homens *pretos* computava 409 homens para guarnecer a cidade do Salvador.

Depois de oferecer um panorama da situação em que se encontravam esses terços no século XVIII, Mirales retornou ao trabalho histórico para buscar a gênese dos regimentos que haviam dado origem a cada um deles. Essa retomada do discurso histórico, não apenas reforçava a primazia das iniciativas portuguesas, como enaltecia as medidas processualmente tomadas para efetivar a colonização. Tanto pela gradativa ampliação das áreas exploradas, quanto pela necessidade de se precaver contra as tentativas de invasão estrangeira, o governo militar foi aperfeiçoado e com ele o domínio exercido pelos portugueses no continente americano. O tenente mostrou a complexificação pela qual havia passado o aparato militar ao longo dos séculos de colonização privilegiando um discurso em que passado e presente desempenhavam juntos a função de ratificar a soberania portuguesa no Brasil. Foi apresentada a origem da guarnição da Fortaleza do Morro de São Paulo, que no tempo em que o tenente escrevia já se chamava Presídio do Morro de São Paulo. A guarnição teve princípio

no anno de 1630 emq' a erigio o famoso Diogo Luis de Olivr.a 14.º G.or deste Estado, como consta de hum manoscrito antigo, e Verificaõ asProvizo'ens q.e se citaõ nas acço'ens do sobred.o Diogo Luis de Olivr.a, (...) cuja goarniçaõ se compunha de 100 sold.os, 2 Sarg.tos 1 Alf.es e 1 Cap.m (...).¹¹⁴³

A história foi contada sob a perspectiva da legitimação calcada na anterioridade e na idéia de que a estrutura montada foi organizada e paga com recursos dos reis de Portugal. Novamente a sucessão dos oficiais salientou a perenidade das instituições que os lusitanos instalaram em sua colônia americana e além dos terços e regimentos o tenente enumerou os fortes erguidos para defesa da capital e do seu Recôncavo e listou todas as armas e munições disponíveis distribuídas pelos armazéns e fortalezas. No *Armazem daz Armas*, por exemplo

se achaõ 12:831 Armas de fogo, 13 Bacamartes, 94 Clavinnas, 319 Pistollas, 11:799 Bayonetas e 160 Partazannas alem de Outro Armazem, com 36:365 Ballas de ferro, 1:539 arr. de ballas de Xumbo, 1:770 Bombas, 26:861 granadas, 189 Pallanquetas, 2:292 Picaretas; 1:031 Enxadas, 30 Alabancas, 1:005 páz de ferro, e tambem, húa Caza de Singular arquitetura emq.' Com a mesma Cautella, e naõ pequeno disvello, se goarda a Polvora, pois a esta, e a do Trem, Caza dos fogos, e a todos os refferidos Fortes, se lhes mete goarda de Artilhr.os mais, ou menos numeroza confr.e a grandeza delles, e pedem as Occazi'oens.¹¹⁴⁴

Os contingentes de todas as vilas foram esquadrinhados, dando uma idéia da ramificação das forças militares pelo interior da capitania da Bahia. São João da Água Fria

¹¹⁴³ MIRALES, op. cit., p. 72-73.

¹¹⁴⁴ Ibidem, p. 74.

tinha um corpo de ordenança composto por “5 Comp.as, 1 Cap.m mor, 1 Sarg.o mor, 2 Ajud.es do N.º 2 Ajud.es Supra, 5 Cap.es, 5 Alf.es, 5 Sarg.os de N.º, 5 Sarg.os Supras, 5 Tamborez, e 527 Sold.os, q’ por todos fazem o Computo de 558 homens.”¹¹⁴⁵ Isso para mencionar apenas um dos diversos contingentes apresentados minuciosamente pelo autor. As fortificações receberam pouca atenção do tenente não tendo consumido mais do que umas sentenças pouco detalhadas. Mesmo assim, elas foram mais um elemento a revigorar a idéia de que o arsenal a serviço da guarda dos interesses portugueses era adequado para garantir a confirmação da soberania. A comunhão entre o aparato humano e a estrutura física designada para garantir a defesa fortaleciam o discurso de que Portugal havia tomado as medidas cabíveis para policiar suas terras americanas de acordo com as exigências internacionais.

É possível inferir dessa parte da *História Militar* a idéia de que confirmação da soberania era um objetivo acalentado por todos os habitantes da América portuguesa, e não apenas pelos militares. O tenente recorreu à história dos episódios em que a colônia havia sido invadida para mostrar que em casos de atentado contra a soberania o sistema defensivo contou com e o empenho de *todos* os luso-brasileiros, inclusive com os que não desempenhavam funções militares. Essas guerras foram, na ótica de Mirales, situações em que os súditos demonstraram devoção para com o rei de Portugal, comprovando que ele era o verdadeiro soberano dessas terras. Novamente episódios em que essa inquestionável soberania lusa fora molestada pelos holandeses serviram como pano de fundo para o discurso histórico do tenente, mas, desta vez, o cenário foi a capitania de Pernambuco, invadida em 1630. Antes de dar prosseguimento à sua narrativa Mirales interrompeu as informações históricas e asseverou que as notícias oferecidas por ele haviam sido tiradas de uma certidão encontrada na Câmara da vila de Cairu.

No ano de 1630, diante da invasão holandesa a Pernambuco, o governador Diogo Luis de Oliveira convocou para afortaleza do Morro de São Paulo os oficiais das câmaras de Camamu, Boipeda e da mesma Cairu. O governador pediu aos ditos oficiais que como *fieis e leaes Vassallos*, contribuíssem

com hum prato de far.^a p.^a o sustento da goarniçaõ do d.º Morro durante a guerra do Parn.co, aoq.’ respnderaõ os mencionados Off.es q’ elles estavaõ promptos com ampla Vont.e p.^a executar pomtualmente sem falta oq.’ lhes deprecava, e tambem p.^a sacrificar as suas vidas e faz.as em deffença do seu Soberanno. P.^a cujo eff.to fintaraõ logo os moradores das respectivas V.as, regulandoo p.lo n.º de escravos que cada hum delles possuhia, enesta fr.^a, e por este modo sustentaraõ aq.les pobres moradores da nr.^a Far.^a, com nooria Vexaçãõ (...) aquella goarn.am.¹¹⁴⁶

¹¹⁴⁵ MIRALES, op. cit., p. 75.

¹¹⁴⁶ Ibidem, p. 73.

O sustento da estrutura militar foi associado ao auxílio prestado pelos habitantes da região em que o forte fora construído em um contexto no qual os moradores de Salvador e do Recôncavo padeciam de “não pequeno Vexamen”¹¹⁴⁷ ocasionado ‘p.los repetidos Tributos q’ experimentavaõ pela gr.de falta de rendas R.s p.^a apreciza sustentação das Tropas deq’ se compunha o seu Exercito.’¹¹⁴⁸ Mesmo assim, eles se empenharam na defesa de Pernambuco fornecendo a ajuda que lhes havia sido solicitada e juntamente com canhões e soldados da fortaleza do Morro de São Paulo, o desejo da população de se manter fiel ao monarca português e de auxiliá-lo diante da debilidade das finanças régias foi transformado em arma pela narrativa histórica do tenente. Assim, quando as disposições reais não eram suficientes para, por si sós, guarnecer a defesa da América portuguesa, a população assumia essas funções em nome do seu rei e demonstrava plena convicção quanto à inquestionável legitimidade da presença portuguesa no Brasil. Os luso-americanos se revestiram de fiéis depositários da manutenção dos interesses portugueses no continente americano, que deveriam ser sustentados como uma espécie de bem comum que justificava os sacrifícios e que se mostrava inerente à vontade dos moradores. Fosse pela guarda que as armas ofereciam, ou pela disposição da população contribuir com a farinha, tudo valia em nome do rei de Portugal, de quem eram fiéis vassalos.

O retorno à história que trouxe a invasão de Pernambuco ao centro da narrativa de Mirales, teria continuidade na obra do tenente. Ele que se detivera até então em uma mesma seara, absorvido pelo intuito de fornecer notícias relativas ao advento das instâncias militares no Brasil, fez um longo regresso espaço-temporal e começou a dissertar sobre as navegações portuguesas com o objetivo de mostrar a legitimidade do direito de navegação e comércio que o rei de Portugal detinha sobre a região em que fora fundada a Colônia do Sacramento. Para tal o tenente retomou o desbravamento dos mares pelos lusitanos e seus périplos transoceânicos, não se restringindo àqueles que redundaram na chegada ao continente americano, contemplando também, ainda que passageiramente, as incursões pelas terras de África e Ásia. O foco legitimador continuava sendo o fundamento de sua narrativa, todavia, os temas e, principalmente, a base argumentativa foram diversificados e a legitimidade da soberania portuguesa no continente americano que até esse momento recaíra sobre a instalação das forças militares cederia lugar à questão da anterioridade que se tornou o elemento estruturador do discurso.

¹¹⁴⁷ MIRALES, op. cit., p. 73.

¹¹⁴⁸ Ibidem.

Mirales chegou, inclusive, a questionar a primazia de Colombo na epopéia que redundou na chegada à América e apresentou, enfaticamente, uma teoria que colocou os portugueses à frente dos castelhanos na travessia do Atlântico rumo às terras americanas. Segundo o tenente, em uma viagem feita em 1525, os espanhóis aportaram em uma ilha desabitada “chamada hoje de S. Matheos, na qual em duas gr.des Arvores se mostrava escrito q’ havia 80 ann q’ nella tinhaõ estados os Portuguezes.”¹¹⁴⁹ Ou seja, mais de quarenta anos antes da chegada de Cristovão Colombo ao continente americano os lusitanos já haviam chegado à América e deixado registros que poderiam provar sua antecedência. Isso não foi tudo, Mirales afirmou ainda que quem defendesse a idéia de que o continente americano fora descoberto por Colombo ou mesmo os que associassem os navios que trouxeram os tais portugueses a meras *Naus Biscaïñas*, não deveriam ser dignos de crédito.¹¹⁵⁰

Através desses argumentos, o tenente buscou a todo custo confirmar que a legitimidade da presença portuguesa no Brasil também poderia ser pautada na precedência. Ao discurso que comprovava o exercício do domínio pela confirmação da atividade de forças militares permanentes que garantiam a guarda das terras brasílicas, Mirales associou a justificativa da antecedência na chegada às terras americanas e tentou mostrar que as terras nas quais fora erguida a Colônia do Sacramento pertenciam inquestionavelmente aos portugueses pela anterioridade no descobrimento. As querelas entre Portugal e Espanha envolvendo essa região marcaram as décadas finais do século XVII e o desenrolar do XVIII e a questão só seria definitivamente resolvida em 1777 com a assinatura do Tratado de Santo Idelfonso. Quando a *História Militar* foi escrita as contendas continuavam e o perde-ganha era a tônica das relações luso-castelhanas na região. Depois de defender a primazia portuguesa na chegada ao Novo Mundo, a próxima tarefa narrativa seria confirmá-la também na zona de litígio. Assim, diante

da mais antiga posse, conservou esta sempre El Rey de Portugal em seu Vigor, e Continuou sem interpolação no anno de 1501em q.e sendo o R.º da Prata totalm.te ignorado de todas as Naçoens da Europa, o descobrio, e demarcou, exercitando nelle todos os actos de posse Americo Vespusio Florentinno, Cosmografo mor do R.no de Portugal, por ordem do m.º Invictissimo Rey D. M.el¹¹⁵¹

Mirales fundamentou suas idéias nos argumentos de alguns dos autores que haviam escrito sobre o tema, não se restringindo a consultar os autores os portugueses, mas também

¹¹⁴⁹ MIRALES, op. cit., p. 82.

¹¹⁵⁰ Ibidem.

¹¹⁵¹ Ibidem, p. 83.

todos os estrangeiros inclusive “alguns de Nação Castelhana.”¹¹⁵² Mesmo não podendo atribuir a descoberta do Rio da Prata a um português o tenente defendeu que ele deveria ficar sob domínio lusitano, pois sua descoberta havia sido feita por um colonizador que estava sob as ordens do rei de Portugal quando ainda não havia notícias sobre esse rio na Europa. Assim, a posse que o rei exercia por direito sobre as terras encontradas em 1500 deveria ser extensiva ao rio descoberto na vigem de reconhecimento realizada um ano depois.

A antecedência apareceu como base argumentativa da reivindicação de legitimidade e até as ações – no caso, a falta delas – dos reis espanhóis entraram nas justificativas de Mirales. Se depois de dois séculos ocupando a região, os castelhanos não haviam fundado qualquer porto na parte setentrional do rio, visivelmente mais adequada ao embarque e desembarque de mercadorias e ao atracamento dos navios, era sintoma, para o tenente, “q’ os Reis Catholicos antigos attenderão, e reconhecerão sempre os lemites da Conquista de Portugal.”¹¹⁵³ Diante disso, se os próprios soberanos reconheciam as linhas demarcatórias de suas terras americanas, que não incluíam a margem norte do Rio da Prata, quem, legitimamente, poderia reivindicá-las pelo lado castelhano? Mirales argumentou que a região onde foi fundada a Colônia do Sacramento era absolutamente desprezada pelos espanhóis e fundamentou sua hipótese na demonstração de que a região não tinha vilas ou praças utilizadas para demarcar a posse e confirmar o domínio sobre uma área colonial. As praças foram descritas como “a principal deffença dos confins de hum Estado nas invazoens, e insultos do inimigo.”¹¹⁵⁴ Assim, para confirmar posse e concretizar o domínio uma ordem do rei de Portugal deu origem à nova colônia, as medidas que ratificariam o domínio luso foram devidamente tomadas para evitar contestações e uma povoação portuguesa guardada por forças militares foi fundada por designação do legítimo dono das terras, o monarca lusitano.

Manuel Lobo, governador da capitania do Rio de Janeiro, foi incumbido pelo monarca D. Pedro II de ocupar “aquelle porto com hũa nova povoação”¹¹⁵⁵ em fins de 1679. Lobo, diligente, executou sua missão em janeiro do ano seguinte levando consigo algumas famílias para dar início à nova povoação e uma

lemitada goarnição de 200 homens menos bem instruidoz, e regulados em 4 Comp.as, e algũa Art.ria com os necesser.os bastim.tos e precisas Municoens p.^a a deffença das invazões dos barbaros, e rebeldes gentios minuannos q’ indomitos ainda não conhecem Sugeição de nenhum principe.¹¹⁵⁶

¹¹⁵² MIRALES, op. cit., p. 83.

¹¹⁵³ Ibidem, p. 84.

¹¹⁵⁴ Ibidem, p. 85.

¹¹⁵⁵ Ibidem.

¹¹⁵⁶ Ibidem.

Desse modo Mirales deixou claro que a iniciativa do rei português cuidava de preencher as lacunas necessárias para que uma região de sua posse fosse efetivamente controlada. O responsável pela fundação da nova colônia era um português designado pelo monarca lusitano para executar essa tarefa. Lobo levou outros súditos do mesmo soberano para caracterizar que a colônia recém fundada seria povoada por vassalos do rei de Portugal, pessoas que lhe deviam homenagem e obediência e, além disso, uma força militar ajudaria diante de possíveis vicissitudes e desempenharia o papel fundamental de exercer militarmente o domínio sob o ponto que os portugueses ambicionavam controlar.

Essas forças enviadas com Manuel Lobo para garantir a segurança da nova colônia foram estratégicas e cheias de subterfúgios. À primeira vista elas foram descritas de forma depreciativa: limitada, composta por homens pouco instruídos, direcionada para conter as invasões dos nativos que tinham fama de serem bravos e indômitos, não havendo referência aos possíveis problemas que a presença portuguesa poderia causar com os vizinhos que habitavam a outra margem do rio. Se iniciativa fosse dotada de uma força militar considerável designada para garantir a fundação de Sacramento frente aos castelhanos, a ação portuguesa poderia ser facilmente deslegitimada, por isso Mirales relativizou a dimensão do destacamento enviado e asseverou que seu fim era o de proteger os colonos das incursões dos nativos. De outro modo os portugueses dariam margem para uma resposta à altura por parte dos castelhanos que poderiam justificar suas ações no comportamento belicoso demonstrado de antemão pelos portugueses. Belicosidade absolutamente desnecessária se levarmos em conta a tranquilidade que segundo o tenente era a tônica das relações entabuladas entre lusos e castelhanos no continente europeu. A boa amizade que as monarquias ibéricas demonstravam entre si na Europa seria apropriada pelas colônias vizinhas que deveriam estender à América a cordialidade que marcava a convivência do outro lado do Atlântico. Os portugueses saíram, então, para fundar a nova povoação

pretendendo viver por este motivo huns Vizinhos como na Europa Viviaõ os Vassallos de ambas as duas Coroaz, ajudandose, e correspondendose recíproca, e amigavelm.te em todos os accidentes do tp.º que occorressem, sem perverter, nem contradizer em couza algũa, aquella mais pura, e exacta observancia dos Tractados de paz.¹¹⁵⁷

Diante disso, nada justificaria uma incursão armada que não a necessidade de se precaver contra o gentio e as boas relações sustentadas entre as nações ibéricas dispensavam as medidas que pudessem ser associadas a atos de hostilidade ou de atentado à soberania das

¹¹⁵⁷ MIRALES, op. cit., p. 85.

terras espanholas em continente americano. O tenente eximiu os lusitanos da intenção de ultrajar a soberania espanhola já a terra em questão pertencia ao monarca português, os fundadores eram enviados desse mesmo rei, os precursores na descoberta e posse foram associados ao rei de Portugal e a guarda militar foi exercida por luso-brasileiros designados para proteger seus patrícios. Além do mais, as relações entre os países litigantes era exemplar no continente europeu e os anseios dos súditos de ambas as coroas na América era repetir as boas relações de respeito que os vizinhos demonstravam na Europa. A narrativa de Mirales foi meticulosa em dotar os portugueses de todos os recursos e cuidados para exercer domínio efetivo e inquestionável da região sob o ponto de vista legal, sem atentar contra a soberania espanhola e sem esquecer a descrição de todos os pormenores necessários para confirmação do domínio.

Assim, Mirales ofereceu ao monarca uma obra devotada às notícias militares mais notáveis e das quais havia resquícios de documentação comprobatória, enalteceu os momentos em que a soberania foi sustentada diante das tentativas de intervenção estrangeira, referenciou as iniciativas régias de incrementar a defesa de sua colônia, evidenciou que o advento do aparato militar à América portuguesa foi uma iniciativa da Coroa lusitana que desde o princípio arcou com o ônus da instalação da estrutura que deveria garantir a posse da terra e preocupou-se em reproduzir documentos importantes que embasavam e fortaleciam sua narrativa. Mirales seguiu a linha discursiva preconizada pela Academia dos Renascidos atendo-se, contudo, às notícias relativas aos assuntos militares tendo sua *História Militar* condensado em si um conjunto de argumentos legitimadores relacionados a informações referentes às notícias históricas da implantação, complexificação e enraizamento da estrutura militar no Brasil a partir de Portugal. Foram inegáveis suas contribuições para auxiliar a construção de um mosaico histórico e institucional da organização militar transplantada para a América portuguesa durante os séculos da colonização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Academia Brasílica dos Acadêmicos Renascidos foi fundada no esteio da expansão do movimento academicista que marcou o cenário europeu dos séculos XVII e XVIII. Ainda que o influxo para o surgimento do grêmio tenha advindo principalmente de Portugal – sobretudo a partir da criação da Real Academia da História Portuguesa (1720) – a influência de outros circuitos intelectuais como França, Inglaterra e Itália também foi fundamental para a fundação do congresso renascido e para a maturação de suas propostas intelectuais. Acreditamos que a Academia foi uma resposta elaborada pelas elites situadas na capital da América portuguesa para rebater todas as contestações e tentativas de ingerência das nações que almejavam ter acesso às riquezas do Brasil sem o intermédio de Portugal. Essa resposta foi pautada na confecção de obras históricas que deveriam confirmar no plano intelectual a soberania que a metrópole portuguesa exerceu historicamente – e continuava exercendo – em sua colônia americana.

Um dos principais argumentos históricos utilizados pelos renascidos foi o da primazia lusitana no Brasil. A partir da comprovação da antecedência da chegada portuguesa, seguida da colonização da terra, os acadêmicos almejavam granjear a legitimidade da presença lusa no continente americano, o que obrigou que essa precedência fosse abalizada por uma produção intelectual respaldada por documentos fidedignos que deveriam embasar a narrativa histórica dos membros renascidos.

A antecedência não seria suficiente se não ficasse comprovado que depois dela a terra havia sido submetida de forma efetiva aos portugueses. Assim, à confirmação da primazia foram acrescidos argumentos legitimadores que evidenciavam o controle ao qual o Brasil havia sido submetido ao longo dos séculos de colonização portuguesa. Instituições políticas, eclesiásticas, militares e administrativas tiveram suas histórias apresentadas com o fito de ratificar o domínio exercido por Portugal. Dessa forma os acadêmicos evidenciaram que a exploração havia sido organizada e executada pelos portugueses e ainda reiteraram que ela fora sustentada pelo erário régio português, tendo sido depositária das vontades e determinações dos sucessivos monarcas que revezaram a coroa lusitana ao longo do tempo.

Nesse sentido as obras de Antonio de Santa Maria Jaboatão, José Antonio Caldas e Jose de Mirales foram baluartes das premissas históricas legitimadoras apregoadas pelo grêmio renascido. Esses autores mostraram que a empresa colonial foi bem sucedida na implantação de uma estrutura – religiosa, política e militar – lusófona no Brasil que atendia

aos interesses alocados em Lisboa – e que fora forjada a partir de uma mundividência portuguesa.

A Academia dos Renascidos tentou, ainda, conferir mais inteligibilidade à América portuguesa a partir da elaboração de propostas de estudo que se debruçaram sobre diversos aspectos da natureza luso-americana. Assim, além de desvendar as características naturais e de preconizar o melhor conhecimento do interior da colônia, os acadêmicos estavam interessados em descobrir novas possíveis fontes de riqueza que pudessem ser extraídas da terra a partir de um conhecimento mais detalhado do meio ambiente. Acreditamos que essa perspectiva de potencializar a exploração econômica descobrindo novas fontes de riqueza manteve íntima associação com as propostas reformistas elaboradas pelo Marquês de Pombal que, naquela época, buscava fórmulas para dirimir a dependência econômica de Portugal em relação à Inglaterra e o papel subalterno dos lusitanos no equilíbrio de forças do continente europeu.

Conectado a esse ideário reformista do consulado pombalino, a produção da Academia foi influenciada por conceitos ilustrados que nortearam algumas pesquisas propostas pelo congresso renascido. Ainda que seja necessário relativizar o grau de amadurecimento desses conceitos, sua influência no círculo renascido parece inegável. O reconhecimento da necessidade de melhor conhecer as riquezas e as potencialidades da colônia se fez presente nos anseios desses acadêmicos que para isso lançaram mão de algumas das disciplinas mais valorizadas pelo cientificismo setecentista europeu. Apesar da efemeridade das atividades renascidas, suas ações no campo intelectual ajudaram a aperfeiçoar os ideais reformadores que seriam incorporados com mais força e maturidade pelos intelectuais que participaram do cenário político e cultural brasílico do último quartel do século XVIII.

LISTA DE FONTES

Fontes Manuscritas

Estatutos da Academia Brasílica dos Acadêmicos Renascidos, estabelecida na cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos, capital de toda a América portuguesa, da qual há de escrever a História Universal. Salvador, 21 de julho de 1759. (Em anexo, relação da distribuição dos empregos para os quais a Academia dos Renascidos elegeu por votos). BNRJ, seção de manuscritos – 04, 03, 007, Fundo/Coleção: Real Biblioteca. Original Manuscrito, 41 p.

Estatutos da Academia Brasílica dos Acadêmicos Renascidos, estabelecida na cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos, capital de toda a América portuguesa, da qual há de escrever a História Universal. Salvador, 06/06/1759 – 21/07/1759. Catálogo alfabético dos acadêmicos; notícia das obras que a Academia determinou que se compusessem para a sua primeira conferência. BNRJ, seção de manuscritos – 07, 4, 068, Fundo/Coleção: Real Biblioteca. Original Manuscrito, 37 p.

Estatutos da Academia Brasílica dos Acadêmicos Renascidos, estabelecida na cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos, capital de toda a América portuguesa, da qual há de escrever a História Universal. Salvador, 21 de julho de 1759. BNRJ, seção de manuscritos – 05, 3, 031, Fundo/Coleção: Carvalho. Original Manuscrito, 22 p.

IHGB, Estatutos da Academia Brasílica dos Acadêmicos Renascidos, lata 01, pasta 06.

APEB, Coleção de Ordens Régias 1761, Doc. 34, Vol. 64.

Fontes Impressas

CALDAS, José Antonio. *Notícia geral de toda esta capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759* (1759). Edição fac-similar. Salvador. Tipografia Beneditina Ltda., 1951.

JABOATAM, Fr. Antonio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico Brasílico*. Recife, Assembléia Legislativa, 1979, 3 t.

MIRALES, Jose de. *Historia Militar do Brasil*. Rio de Janeiro, Typographia Leuzinger, 1900.

BESSA, José de Oliveira. “Quaes foram os motivos de ausentar desta cidade o primeiro Bispo da Bahia e o como acabou a vida?” In: LAMEGO, Alberto. *A Academia Brasileira dos Renascidos*. Bruxelas, D’Art Gaudio, 1923, p. 63-68.

_____. “Dos primeiros Descobridores e Povoadores da Cidade da Bahia.” In: LAMEGO, Alberto. *A Academia Brasileira dos Renascidos*. Bruxelas, D’Art Gaudio, 1923, p. 68-69.

Indefinido. “Apologia Chronologica em que se declara qual foi o primeiro capitão portuguez que entrou pela barra da Bahia e qual foi o primeiro povoador que nella assentou casa e exerceu algum domínio.” In: LAMEGO, Alberto. *A Academia Brasileira dos Renascidos*. Bruxelas, D’Art Gaudio, 1923, p. 70-90.

Indefinido. “Índios famosos em armas que neste Estado do Brasil concorreram para sua conquista temporal e espiritual.” In: LAMEGO, Alberto. *A Academia Brasileira dos Renascidos*. Bruxelas, D’Art Gaudio, 1923, p. 90-93.

Indefinido. “Advertencia.” In: LAMEGO, Alberto. *A Academia Brasileira dos Renascidos*. Bruxelas, D’Art Gaudio, 1923, p. 18-20.

ROSARIO, Marcos Duarte Fontes. “Se a esta capital se deo o nome de cidade de S. Salvador, ou sómente cidade do Salvador, e de qual se deve usar na Historia da nossa Academia.” In: TALHE, Regina Duarte. *A Academia Brasileira dos Renascidos da Baía: sua importância histórico-cultural*. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Clássica de Lisboa, Lisboa, 1964, 2º v, p. 29 et seq.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. *Cultura letrada no Brasil*. Campinas, Mercado de Letras, 2003.

_____. (org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, Mercado das Letras, 2002.

_____. *Os caminhos dos livros*. Campinas/São Paulo, Mercado de Letras e ALB/Fapesb, 2003.

Acervo – Revista do Arquivo Nacional, v. 8, nº1/2, 1995.

ALBUQUERQUE, Luís de. *Ciência e experiência nos descobrimentos portugueses*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.

ALDEN, Dauril. *Royal government in colonial Brazil*. Los Angeles, University of California Press, 1968.

ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O trato dos viventes*. São Paulo, Cia. das Letras, 2001.

ALGRANTI, Leila Mezan. *Livros de devoção, atos de censura*. São Paulo, Hucitec, 2004.

ALMEIDA, André Ferrand de. *A formação do espaço brasileiro e o projeto do Novo Atlas da América portuguesa: 1713-1748*. Lisboa, CNCDP, 2001.

ALMEIDA, Marcos Antonio de. *Seráfico e mestiço: o Brasil no século XVIII*. Texto apresentado ao I Simpósio Internacional de Ciências das Religiões, João Pessoa, UFPB, 16 a 18 de julho de 2007.

ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. *Verney e a projeção a sua obra*. Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1980.

APOSTILIDES, Jean-Marie. *O rei-máquina: espetáculo e política no tempo de Luís XIV*. Rio de Janeiro/Brasília, José Olympio/Edunb, 1993.

ARAÚJO, Ana C. B. *A cultura das luzes em Portugal: temas e problemas*. Lisboa, Horizonte, 2003.

ARAUJO, Jorge de Souza. *Perfil do leitor colonial*. Ilhéus, Editus, 1999.

AVELLAR, Hélio de Alcântara. *História administrativa do Brasil: administração pombalina*. Brasília, UnB, 1983.

AZEVEDO, João Lúcio. *Novas epanáforas: estudos de história e literatura*. Lisboa, A. M. Teixeira e Silva, 1932.

_____. *O Marquês de Pombal e sua época*. São Paulo, Alameda, 2004.

_____. *Épocas de Portugal econômico*. Lisboa, A. M. Teixeira e Silva, 1978.

BAECQUE, Antoine de et MÉLONIO, Françoise. *Histoire culturelle de la France*. Paris, Seuil, 2005, t. 3.

BAIÃO, Antonio, CIDADE, Hernani e MÚEIAS, Manuel (dir.). *História da expansão portuguesa no mundo*. Lisboa, Ática, 1937-1940. 3 v.

BARREIRA, Aníbal. José Anastásio de Figueiredo – sua contribuição para a cientificação da História em Portugal. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Série I, v. II, 1971.

BARUDIO, Günter. *La época del absolutismo y la ilustración (1648-1779)*. Mexico, Siglo Veintiuno, 1986.

BEBIANO, Rui. *D. João V: poder e espetáculo*. Aveiro, Estante, 1987.

BELO, André. *História & Livro e Leitura*. Belo Horizonte, Autêntica, 2002.

BÉLY, Lucien (dir.). *Dictionnaire de l'Ancien Régime*. Paris, PUF, 2006.

BINATO, Cláudia Valéria Penavel. *Os poetas latinos da Academia Brasílica dos Renascidos*. 2000. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade do Estado de São Paulo, Assis, 2000.

BLAJ, Ilana. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo, Humanitas, 2002.

BLAY, Francisco M. G.(ed.). *Erudición y discurso histórico: las instituciones europeas (XVIII-XIX)*. Valencia, Universitat de Valencia, 1993.

BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. São Paulo, Cia. das Letras, 2000.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo, Cia. das Letras, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas*. São Paulo, Papirus, 1997.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 2004.

BOXER, Charles Ralph. *O Império Marítimo Português (1415-1825)*. Lisboa, Edições 70, 1992.

_____. *A idade de ouro do Brasil*. Dores de crescimento de uma sociedade colonial. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000.

BRAGA, Teófilo. *Recapitulação da História da Literatura Portuguesa - Os árcades*. Porto, Chardron, 1918.

BRAGANÇA, Aníbal & SANTOS, Maria Lizete dos (orgs.). *A Profissão do Poeta & Carta aos Livreiros do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BUESCU, Ana Isabel. *Memória e poder: ensaios de história cultural (séculos XV-XVIII)*. Lisboa, Cosmos, 2000.

BURKE, Peter. *Uma História social do conhecimento - de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro, Zahar, 2003.

_____. *História e Teoria Social*. São Paulo, UNESP, 2002.

_____. *Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

CABOURDIN, Guy et VIARD, Georges. *Lexique historique de la France d'Ancien Régime*. Paris, Armand Colin, 1978.

CALMON, Pedro. *História da Literatura Bahiana*. Salvador, Prefeitura Municipal, 1949.

_____. *Introdução e notas ao catálogo genealógico das principais famílias de Frei Jaboatão*. Salvador, Empresa Gráfica da Bahia, 1985.

CANABRAVA, Alice Piffer. *O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1984.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1964.

_____. *Literatura e Sociedade*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1969.

CARDIM, Pedro. *Cortes e cultura política no Portugal do Antigo Regime*. Lisboa, Cosmos, 1998.

CARNEIRO, Ana, DIOGO, Maria Paula e SIMÕES, Ana. *Imagens do Portugal setecentista*. *Penélope*, nº22, 2000.

CAROLINO, Luís Miguel. *A escrita celeste*. Almanques astrológicos em Portugal nos séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro, Access, 2002.

CARRATO, José Ferreira. *Igreja, Iluminismo e escolas mineiras coloniais*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1968.

CARVALHO, Joaquim Barradas de. *Da história crônica à história ciência*. Lisboa, Horizonte, 1972.

_____. *Portugal e as origens do pensamento moderno*. Lisboa, Horizonte, 1981.

CARVALHO, Joaquim de. *Estudos sobre cultura portuguesa no século XVI*. Coimbra, Ed Universidade de Coimbra, 1947-1948, 2 v.

CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo, Edusp/Saraiva, 1978.

CARVALHO, Rômulo de. *A física experimental em Portugal no século XVIII*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1982.

_____. *Astronomia em Portugal no século XVIII*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1985.

_____. *História natural em Portugal no século XVIII*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987.

CASIMIRO, Renato. *Autos da Devassa*. Rio de Janeiro, Uerj, 2002.

CASSIRER, Ernst. *A filosofia do Iluminismo*. Campinas, Ed. Unicamp, 1994.

CASTELLO, José Aderaldo. *Manifestações literárias da era colonial*. São Paulo, Cultrix, 1969.

_____. *O movimento academicista no Brasil: 1641-1820-22*. São Paulo, Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, 1969.

CASTRO, Armando. *As doutrinas econômicas em Portugal na expansão e na decadência (século XVI a XVIII)*. Amadora, Instituto de Cultura Portuguesa, 1978.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia*. Porto Alegre, Ufrgs, 2002.

_____. *Do palco à página*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2002.

_____. *Formas e sentidos*. Campinas, Mercado de Letras, 2003.

_____. *História cultural – entre práticas e representações*. Lisboa, Difel, 1996.

- _____. *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo, Ática, 1997.
- CHAUNU, Pierre. *La civilisation de l'Europe classique*. Paris, Arthaud, 1984.
- _____. *La civilisation de l'Europe des lumières*. Paris, Flammarion, 2003.
- CIDADE, Hernani. *A literatura autonomista sob os Filipes*. Lisboa, Livraria Sá da Costa, s/d.
- _____. *Lições de cultura e literatura portuguesas*. Coimbra, Coimbra Editora, 1939, 2ºv.
- CLUNY, Isabel. *D. Luís da Cunha e a ideia de diplomacia em Portugal*. Lisboa, Horizonte, 1999.
- CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madr*. Brasília, Ed. Senado Federal, 2001, 2 t.
- _____. *L'expansion des portugais dans l'histoire de la civilisation*. Anvers, Exposition Internationale, 1930.
- COSTA, A. M. Amorim da. *Primórdios da ciência química em Portugal*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1984.
- COSTA, Cléria Botelho da e MACHADO, Maria Clara Tomaz. *História e Literatura: identidades e fronteiras*. Uberlândia, Edufu, 2006.
- COSTA, Manuel Fernandes. *As navegações atlânticas no século XV*. Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1979.
- COUTO, Jorge. *A construção do Brasil*. Lisboa, Cosmos, 1997.
- CRUZ, Antonio. Nota sobre a reforma pombalina da instrução pública. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Série I, v. II, 1971.
- CRUZEIRO, Maria Eduarda. A reforma pombalina na história da universidade. *Análise Social*, v. XXIV (100), 1998 (1º), p. 165-210.
- CUNHA, Mafalda Soares da. *A Casa de Bragança*. Lisboa, Estampa, 2000.
- CUNHA, Norberto Ferreira. *Elites acadêmicas na cultura portuguesa setecentista*. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2001.
- CURTO, Diogo Ramada. *O discurso político em Portugal (1600-1650)*. Lisboa, Universidade Aberta, 1988.
- DARNTON, Robert. *Edição e Sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII*. São Paulo, Cia. das letras, 1992.
- _____. *Iluminismo como negócio*. São Paulo, Cia. das Letras, 1996.
- _____. *O Beijo de Lamourette - mídia, cultura e revolução*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1991.
- _____. *O grande massacre de gato e outros episódios da história cultural francesa*. São Paulo, Graal, 1986.
- DIAS, José Sebastião da Silva. *Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*. Lisboa, Presença, 1988.
- _____. *Portugal e a cultura europeia: séculos XVI a XVIII*. Coimbra, Biblos, 1953.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo, Alameda, 2005.
- DISNEY, A. R. *A decadência do império da pimenta*. Lisboa, Edições 70, 1981.

- DOMINGUES, Francisco Contente. *Ilustração e catolicismo*. Teodoro de Almeida. Lisboa, Colibri, 1994.
- DOMINGUES, Mario. *O Marquês de Pombal: o homem e sua época*. Lisboa, Romano Torres, 1963.
- DUCHET, Michèle. *Anthropologie et histoire au siècle des lumières*. Paris, Albin Michel, 1995.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Lisboa, Estampa, 1995.
- FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina*. São Paulo, Ática, 1993.
- FEBVRE, Lucien e MARTIN, Henri-Jean. *O aparecimento do livro*. São Paulo, UNESP/Hucitec, 1992.
- FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no nordeste colonial*. São Paulo, Edusc, 2005.
- _____ e BICALHO, Maria Fernanda. *Modos de governar*. São Paulo, Alameda, 2005.
- FERNANDES, Rogério. *O pensamento pedagógico em Portugal*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.
- FERREIRA, Mario Clemente. *O Tratado de Madri e o Brasil meridional: os trabalhos demarcadores das Partidas do Sul e sua produção cartográfica (1749-1761)*. Lisboa, CNCDP, 2001.
- FIGUEIREDO, Fidelino de. *História literária de Portugal*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1966.
- FONTES, Henrique. *O conselheiro José Mascarenhas Pacheco Pereira Coelho de Mello*. Florianópolis, Livraria Central de Alberto Entres, 1938.
- FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVEA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- _____; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de e SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (orgs.). *Conquistadores e negociantes. História de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasil, 2007.
- FRANÇA, Eduardo d'Oliveira. *Portugal na época da Restauração*. São Paulo, Hucitec, 1997.
- FREIRE, Felisbelo. *História territorial do Brasil*. Salvador, Governo do Estado, 1998.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1998.
- FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Diálogos oceânicos*. Belo Horizonte, UFMG, 2001.
- FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio*. São Paulo, Hucitec, 1999.
- GARDINER, Patrick. *As teorias da história*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.
- GAY, Peter. *The enlightenment: an interpretation. The science of freedom*. New York, Norton, 1996.
- _____. *The enlightenment: the rise of modern paganism*. New York, Norton, 1996.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo, Cia. das Letras, 1991.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. *A estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Arcadia, Lisboa, 1971.

- GOUVEIA, Antonio Jorge Andrade de. *Garcia D'Orta e Amato Lusitano na ciência do seu tempo*. Lisboa, Instituto de Cultra e Língua Portuguesa, 1985.
- GRELL, Chantal. *L'histoire entre érudition et philosophie: étude sur la connaissance historique à l'âge des lumières*. Paris, PUF, 1993.
- GRUZINSKI, Serge. *A colonização do imaginário*. São Paulo, Cia. das Letras, 2003.
- GUEDES, Fernando. *O livro e a leitura em Portugal – subsídios para sua história: séculos XVIII e XIX*. Lisboa, Verbo, 1987.
- GUENÉE, Bernard. *Histoire et culture historique dans occident medieval*. Paris, Aubier-Montaigne, 1980.
- HALL, A. Rupert. *A revolução na ciência (1500-1750)*. Lisboa, Edições 70, 1988.
- HALPERIN-DONGHI, Tulio. *Reforma y disolución de los Impérios ibéricos (1750-1850)*. Madri, Alianza, 1985.
- HAMPSON, Norman. *O Iluminismo*. Lisboa, Ulisseia, 1973.
- HAUSER, Henri. *La prépondérance espagnole (1559-1660)*. Paris, PUF, 1948.
- HAZARD, Paul. *La crise de la conscience européenne (1680 – 1715)*. Paris, Fayard, 2005.
- _____. *O pensamento europeu no século XVIII*. Lisboa, Presença, 1989.
- HEMMING, John. *Ouro vermelho. A conquista dos índios brasileiros*. São Paulo, Edusp, 2007.
- HERMANN, Jaqueline. *No reino do desejado: história da construção do sebastianismo em Portugal (séculos XV-XVIII)*. São Paulo, Cia. das Letras, 1998.
- HERRERO, Francisco Javier. *Religião e história em Kant*. São Paulo, Loyola, 1991.
- HESPANHA, Antonio Manuel. *O direito dos letrados no Império Português*. Florianópolis, Fundação Boiteux, 2006.
- _____. (org.). *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- HEYNEMANN, Cláudia Beatriz. *As culturas do Brasil: história natural no setecentos luso-brasileiro*. 2000. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.
- HILL, Christopher. *Origens intelectuais da Revolução Inglesa*. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- HOF, Ulrich Im. *A Europa no século das luzes*. Lisboa, Presença, 1995.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo, Cia. das Letras, 1994.
- _____. *Capítulos de Literatura Colonial*. São Paulo, Brasiliense, 1991.
- _____. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Civilização Brasileira, 1980, v.2, t. 1.
- _____. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, 1995.
- _____. *Visão do paraíso*. São Paulo, Brasiliense/Publifolha, 2000.
- HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985.

- JANCSÓ, István. *Na Bahia, contra o império*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- KANTOR, Íris. *Esquecidos e Renascidos*. São Paulo/Salvador, Hucitec/CEB, 2003.
- KENNEDY, John. Bahian elites (1750-1822). *HAHR*, 53(3), 1973, p. 415-439.
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro, EDUERJ/Contraponto, 1999.
- _____. *Futuro passado*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2006.
- KRIEGLER, Blandine. *L'histoire à l'âge classique*. Les académies de l'histoire. Paris, PUF, 1996, t. 3.
- _____. *L'histoire à l'âge classique*. La république incertaine. Paris, PUF, 1988, t. 4.
- KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informação (1780-1810). *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*. Saberes médicos e práticas terapêuticas nos espaços de colonização portuguesa, v. 11, suplemento 1, 2004, 109-129.
- LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. *A Formação da Leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.
- _____. *A Leitura rarefeita: livro e leitura no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- LAMEGO, Alberto. *A Academia Brasileira dos Renascidos*. Bruxelas, D'Art Gaudio, 1923.
- LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1980.
- LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.
- LEFEBVRE, Georges. *El nacimiento de la historiografía moderna*. Barcelona, Ediciones Martínez Roca, 1974.
- LEITE, Edgard. *História e essência: historiografia jesuítica colonial*. Rio de Janeiro, Uerj, 2001.
- LIMA, Yeda Dias. *Academia Brasileira dos Acadêmicos Renascidos*. Fontes e Textos. 1980. 315 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.
- LYNCH, John. *Spain under the Habsburgs*. New York, New York University Press, 1984, 2v.
- MACEDO, Jorge Borges de. *A situação econômica no tempo de Pombal*. Lisboa, Gradiva, 1989.
- _____. *Estrangeirados: um conceito a rever*. Lisboa, Edições do Templo, 1974.
- MANDROU, Robert. *La raison du Prince: l'europe absolutiste (1649-1775)*. Verviers, Marabout, 1980.
- _____. *Des humanistes aux hommes de science*. Paris, Seuil, 1973.
- MARAVALL, José Antonio. *A cultura do Barroco*. São Paulo, Edusp, 1997.
- MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo, Cultrix, 1978.
- MASSEAU, Didier. *L'invention de l'intellectuel dans l'Europe du XVIII^e siècle*. Paris, PUF, 1994.
- MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa, Estampa, 1998, 8v.

- MATTOSO, Kátia M. Q. *Bahia: uma província no império*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992.
- MAURO, F (coord.). *O Império Luso-Brasileiro 1620-1750*. Lisboa, Estampa, 1991.
- _____. *Le Portugal et l'Atlantique au XVII^e siècle*. Paris, EPHE, 1960.
- MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- _____. *Chocolates, piratas e outros malandros: ensaios tropicais*. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- _____. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.
- MOISÉS, Massaud. *História da literatura brasileira*. São Paulo, Cultrix/EDUSP, 1983.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, CARDIM, Pedro e CUNHA, Mafalda Soares da (orgs.). *Optima pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2005.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O crepúsculo dos grandes (1750-1832)*. Lisboa, INCM, 1998.
- _____. *D. José I na sombra de Pombal*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.
- MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O rei no espelho: a monarquia portuguesa e a colonização da América (1640-1720)*. São Paulo, Hucitec/FAPESP, 2002.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Bases da formação territorial do Brasil*. O território colonial brasileiro no longo século XVI. São Paulo, Hucitec, 1999.
- MORAES, Carlos Eduardo Mendes de. *A Academia Brasílica dos Esquecidos e as práticas de escrita no Brasil Colonial*. 1999. 271 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- MORAZÉ, Charles. *Finance et despotisme: essai sur les despotes éclairés*. *Annales* (Economies, Sociétés, Civilisations). Paris, v. 3, nº3, 1948.
- MORENO, Eva Velasco. *La Real Academia de la Historia en el siglo XVIII: una institución de sociabilidad*. Madri, Centro de Estudios Políticos e Constitucionales, 2000.
- MORSE, Richard. *O espelho de Próspero*. Cultura e idéias nas Américas. São Paulo, Cia. das Letras, 1988.
- MORTIER, Roland. *Clartés et ombres du siècle de lumières*. Genève, Librairie Droz, 1969.
- MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real de História: os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra, Minerva, 2003.
- MUCHEMBLED, Robert. *L'invention de l'homme moderne*. Culture et sensibilités em France du XV^e au XVIII^e siècle. Paris, Pluriel, 1994.
- MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *Uma sinfonia para o Novo Mundo: a Academia Real das Ciências de Lisboa e os caminhos da ilustração luso-brasileira na crise do Antigo Sistema Colonial*. 1999. 453 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999, 2v.
- MURET, Pierre. *La prépondérance anglaise (1715-1763)*. Paris, PUF, 1949.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio*. Feira de Santana/Salvador, UEFS/Edufba, 1998.
- NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo, Hucitec, 1981.

- NUNES, José Horta. *Formação do leitor brasileiro: imaginário da leitura no Brasil colonial*. Campinas, Ed. Unicamp, 1994.
- OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o Estado Moderno em Portugal (1641-1789): honra, mercê e venalidade*. Lisboa, Estar, 2001.
- OLIVEIRA, Carla Mary S. e MEDEIROS, Ricardo Pinto de (orgs.). *Novos olhares sobre as capitanias do norte do Estado do Brasil*. João Pessoa, Editora UFPB, 2007.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Terra à vista*. São Paulo/Campinas, Cortez/Unicamp, 1990.
- PAGÈS, G. *La Guerre de Trente Ans (1618-1648)*. Paris, Payot, 1949.
- PAIM, Antonio. *História das idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo, Grijalbo, 1974.
- PAIVA, José Pedro. *Os Bispos de Portugal e do Império 1495-1777*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.
- PALMA-FERREIRA, João. *Academias Literárias dos séculos XVII e XVIII*. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1982.
- PARKER, Geoffrey (org.). *La Guerre de Trente Ans*. Paris, Aubier-Montaigne, 1987.
- PATACA, Ermelinda Moutinho. *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1750-1808)*. 2006. 476 f. Tese (Doutorado em Geociências) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- PEREGALLI, Enrique. *Recrutamento militar no Brasil colonial*. Campinas, Unicamp, 1986.
- PEREIRA, José Esteves. *O pensamento político em Portugal no século XVIII: Antônio Ribeiro Sanches*. Lisboa, INCM, 1983.
- PERES, Álvaro Arnaldo Maia. *Literatura novilatina no Brasil colonial – A produção de Emanuel Nunes de Sousa na Academia Brasílica dos Esquecidos*. 2005. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade do Estado de São Paulo, Araraquara, 2005.
- PIÑAL, Francisco Aguilar. *Historia literaria de España en el siglo XVIII*. Madri, Trotta, 1996.
- PINTO, César Braga. *As promessas da História*. São Paulo, EDUSP, 2001.
- PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII*. São Paulo, Ed. Nacional, 1979.
- PORTELA, Artur. *Cavaleiro de Oliveira: aventureiro do século XVIII*. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1982.
- PORTELLA, Eduardo (org.). *Reflexões sobre os Caminhos do Livro*. São Paulo: Unesco / Ed. Moderna, 2003.
- PRADO, Maria Ligia Coelho. *América Latina no século XIX. Tramas, telas e textos*. São Paulo, EDUSP/EDUSC, 1999.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, Martins, 1942.
- PRÉCLIN, Edmond et TAPIÉ, Victor. *Le XVII^e siècle: monarchies centralisées (1610-1715)*. Paris, PUF, 1949.
- _____. *Le XVIII^e siècle: la France et le monde (1715-1789)*. Paris, PUF, 1952.
- PRESTAGE, E. *As relações diplomáticas de Portugal com a França, a Inglaterra e a Holanda de 1640 a 1668*. Coimbra, s/Ed, 1928.

- PUNTONI, Pedro Paulo. *A guerra dos bárbaros*. São Paulo, Hucitec/Edusp, 2000.
- RABELLO, Elisabeth Darwich. *As elites na sociedade paulista da segunda metade do século XVIII*. São Paulo, Safady, 1980.
- RACINE, Nicolas et TREBITSCH, Michel. Sociabilités Intellectuelles: lieux, milieux, réseaux. Paris, C.N.R.S, *Cahier*, nº20, mars de 1992.
- RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas*. Monarcas, vassalos e governo a distância. São Paulo, Alameda, 2008.
- RAMOS, Luis de Oliveira. *Sob o signo das luzes*. Lisboa, INCM, 1988.
- RIBEIRO JUNIOR, José. *Colonização e monopólio no nordeste brasileiro: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780)*. São Paulo, Hucitec, 1976.
- RICUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial : Brasil c.1530 – c.1630*. São Paulo, Alameda, 2009.
- ROCHE, Daniel. *Les républicaines des lettres: gens de culture et lumière au XVIII^e siècle*. Paris, Fayard, 1988.
- _____. Trois académies parisiennes et leurs rôle dans les relations culturelles et sociales au XVIII^e siècle. *Melanges de l'Ecole française de Rome*. Italie et Méditerranée. 1999, v. 111, nº1.
- _____. Académies et académisme: le modèle français au XVIII^e siècle. *Melanges de l'Ecole française de Rome*. Italie et Méditerranée. 1996, v. 108, nº2.
- RODRIGUES, Graça Almeida. *Breve história da censura literária em Portugal*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980.
- RODRIGUES, José Honório. *História da história do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1979, 2 v.
- ROSSI, Paolo. *O nascimento da ciência moderna na Europa*. Bauru, Edusc, 2001.
- RUDÉ, Georges. *A Europa no século XVIII*. Lisboa, Gradiva, 1988.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos e Filantropos*. Brasília, UnB, 1981.
- _____. *Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Lisboa, Difel, 1998.
- RUY, Affonso. *História da Câmara Municipal da cidade de Salvador*. Salvador, Câmara Municipal, 1953.
- SAGNAC, Philippe. *La prépondérance française (1661-1715)*. Paris, PUF, 1935.
- SÁNCHEZ-BLANCO, Francisco. *La mentalidad ilustrada*. Madri, Taurus, 1999.
- SANTOS, Cândido Dias dos. *Os monges de S. Jerônimo em Portugal na época do Renascimento*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1984.
- SARAIVA, Antônio José e LOPES, Óscar. *História da literatura portuguesa*. Porto, Ed. Porto, 1970.
- SCHWARTZ, Stuart. *Burocracia e sociedade o Brasil colonial*. São Paulo, Perspectiva, 1979.
- _____. *Da América portuguesa ao Brasil: estudos históricos*. Lisboa, Difel, 2003.
- SÉRGIO, António. *Breve interpretação da história de Portugal*. Lisboa, Sá da Costa, 1977.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *A historiografia portuguesa*. Lisboa, Verbo, 1974, v. III.

- _____. *História de Portugal*. Lisboa: Verbo, 1978, 12 vols.
- _____. *Tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil (1580-1668)*. Lisboa, Colibri, 1994.
- SERRÃO, Joel (dir.). *Dicionário de história de Portugal e do Brasil (até a independência)*. Porto, Figueirinhas, 1971, 8 v.
- SILVA, Ana Cristina Nogueira da. *O modelo espacial do Estado moderno: reorganização territorial em Portugal em finais do Antigo Regime*. Lisboa, Estampa, 1998.
- SILVA, Ana Rosa Cloclet da. *Inventando a nação*. Intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime português (1750-1822). São Paulo, Hucitec, 2006.
- SILVA, Inácio Accioli de Cerqueira e. *Memórias históricas e política da Bahia*, anotadas por Braz do Amaral. Bahia, Imprensa Oficial, 1919-1940, 6 v.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). *Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz*. Lisboa, Estampa, 1995.
- _____. (coord.). *Dicionário da História da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa, Verbo, 1994.
- _____. *Ser nobre na colônia*. São Paulo, UNESP, 2005.
- SILVA, Rogério Fostarieri da. *Colônia e nativismo: a história como biografia da nação*. São Paulo, Hucitec, 1997.
- SILVA, Wilton Carlos Lima da. *As terras inventadas*. São Paulo, UNESP, 2003.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo, Difel, 1982.
- SOIHET, Raquel, BICALHO, Maria Fernand B. e GOUVÊA, Maria de Fátima S. *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro, Mauad, 2005.
- SOUZA, Evergton Sales. *Jansénisme et réforme de l'église dans l'empire portugais (1640-1790)*. Paris, Calouste Gulbenkian, 2004.
- SOUZA, Laura de Mello (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo, Cia. das Letras, 1997, v. 1.
- _____. *O sol e a sombra*. São Paulo, Cia. das Letras, 2007.
- SOUZA, Maria das Graças de. *Ilustração e história*. O pensamento sobre a história no Iluminismo francês. São Paulo, Discurso Editorial, 2001.
- STAROBINSKI, Jean. *Os emblemas da razão*. São Paulo, Cia. das Letras, 1989.
- _____. *As máscaras da civilização*. São Paulo, Cia. das Letras, 2001.
- STELLA, Roseli Santaella. *O domínio espanhol no Brasil durante a monarquia dos Filipes*. São Paulo, Unibero, 2000.
- SUBTIL, José. *O Desembargo do Paço (1750-1833)*. Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa, 1996.
- _____. *O terramoto político (1755-1759): memória e poder*. Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa, 2007.
- TALHE, Regina Duarte. *A Academia Brasílica dos Renascidos da Baía: sua importância histórico-cultural*. 1964. Tese (Doutorado em Letras), Universidade Clássica de Lisboa, Lisboa, 1964, 2 v.

TORGAL, Luis Reis, MENDES, J. Amado & CATROGA, Fernando. *História da história em Portugal*. Lisboa, Temas e Debates, 1998, 2 v.

TREVOR-ROPER, H. R. *De la Réforme aux Lumières*. Paris, Gallimard, 1972.

UBIALI, N. A. *Luís Canelo de Noronha, poeta novilatino, no contexto do Corpus da Academia Brasílica dos Esquecidos*. 1996. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade do Estado de São Paulo, Assis, 1996.

_____. *Academia Brasílica dos Esquecidos no Contexto do Movimento Academicista Brasileiro*. Londrina, Editora UEL, 1999.

VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil colonial*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2000.

VAINFAS, Ronaldo e CADOSO, Ciro F. *Domínios da História*. Rio de Janeiro, Campus, 2000.

VALADARES, Virgínia Maria Trindade. *Elites setecentistas mineiras: a conjugação de dois mundos (1700-1780)*. Lisboa, Colibri/Icia, 2004.

VENTURA, Manuel Sousa. *Vida e obra de Pedro Nunes*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1985.

VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1969.

VIGUERIE, Jean de. *Histoire et dictionnaire du temps des Lumières 1715-1789*. Paris, Robert Laffont, 2007.

VILLALTA, Luis Carlos. *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura*. O uso do livro na América portuguesa. 1999. 553 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

VILLARI, Rosario (dir.). *O homem barroco*. Lisboa, Presença, 1995.

VOVELLE, Michel (dir.). *O homem do iluminismo*. Lisboa, Presença, 1997.

WEHLING, Arno. *Administração portuguesa no Brasil de Pombal a D. João (1777-1808)*. Brasília, Funcep, 1986.

_____. e WEHLING, Maria José. Despotismo ilustrado e uniformização legislativa. O direito comum nos períodos pombalino e pós-pombalino. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Série II, v. 14, 1997, p. 413-428.

YATES, Frances. *Les académies en France au XVI^e siècle*. Paris, PUF, 1996.

ZELLER, Gaston. *Les institutions de la France au XVI^e siècle*. Paris, PUF, 1948.